

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial

Erick Vinicius Pereira Lopes

**A METROPOLIZAÇÃO DA PICHAÇÃO NA RMBH:
evidências a partir dos eixos e corredores de ligação intrametropolitano**

Belo Horizonte

2023

Erick Vinicius Pereira Lopes

**A METROPOLIZAÇÃO DA PICHAÇÃO RMBH:
evidências a partir dos eixos e corredores de ligação intrametropolitano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Análise Espacial.

Linha de Pesquisa: Estudos Urbanos e Regionais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz.

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

L864m	<p>Lopes, Erick Vinicius Pereira A metropolização da pichação na RMBH: evidências a partir dos eixos e corredores de ligação intrametropolitano / Erick Vinicius Pereira Lopes. Belo Horizonte, 2023. 308 f. : il.</p> <p>Orientador: Alexandre Magno Alves Diniz Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial</p> <p>1. Arte de rua - Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG). 2. Arte e sociedade - Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG). 3. Paisagens. 4. Territorialidade humana. 5. Geografia cultural. 6. Geografia urbana. 7. Crescimento urbano. 8. Sistemas de informação geográfica. I. Diniz, Alexandre Magno Alves. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. III. Título.</p>
	CDU: 74(815.11)

Erick Vinicius Pereira Lopes

**A METROPOLIZAÇÃO DA PICHAÇÃO RMBH:
evidências a partir dos eixos e corredores de ligação intrametropolitano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Análise Espacial.

Linha de Pesquisa: Estudos Urbanos e Regionais.

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz – PUC Minas (Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Teixeira – PUC Minas (Banca Examinadora)

Profa. Dra. Virginia de Lima Palhares – UFMG (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2023.

Este trabalho é dedicado a todos que constroem, cultivam, participam, efervescem e resistem com as culturas da/de rua, de quaisquer formas. Um salve pros perifa, pros marginal e pros vandal. A rua é nós, sempre foi e sempre será.

AGRADECIMENTOS

Iniciando, confesso que não é o meu forte escritas um pouco mais emocionais, mas necessitamos vencer nossos próprios desafios todos os dias. E um trabalho em que envolva diversas formas de escritas, estas também estão englobadas. Somos donos e criadores dos nossos próprios versos e escritas. Desta forma, gostaria, aqui, de manifestar meus mais profundos agradecimentos a todxs que contribuíram de alguma forma, direta e indiretamente, na presente pesquisa e pesquisador.

Destaco minha total gratidão aos companheirxs que participaram da caminhada, continuando ou não, por todas as relações que foram construídas (conversas, rolês, bebedeiras, conselhos e afins). Agradeço meus pais, familiares e amigos, em especial: minha mãe Lúcia (à qual sempre me aguentou com meus bichinhos de estimação, que também agradecemos); meus primos Patrick, Thaís, Warley, Wesley; minhas tias Cida, Carmén; meus amigos de vida Ariadima, Bárbara, Duda, Ester, Mirelly, Teta, Thiago (e seus respectivos familiares, aos quais sempre foram muito solícitos e carinhosos com a minha pessoa); meus amigos de universidade e pesquisa Alê, Amandinha, Caio, Gabi Diniz, Gabi Freitas, Gustavo, Marlivy, Rodrigo, Tiago Costa, Tiago Oliveira, Sérgio. E tantos outros amigos (pichadores ou não) que não podem ser citados aqui, por motivos de força maior. Os verdadeiros eu sei quem são! Vocês também sabem!

Agradeço ao meu orientador/camarada/queridão Dr. Alexandre Diniz, por me acolher desde os meus primeiros passos acadêmicos (realmente um pai acadêmico), e, logo, em toda a parceria, irmandade e conversas sobre tudo ao longo dos anos. Parceria esta, que transcende os muros acadêmicos, é meu mestre e tutor de vida. Sigamos! Além disto, agradeço aos professores Dr. Rodrigo Teixeira e Dra. Virginia Palhares pelo aceite na composição da banca, seus comentários e dicas, que com grande afeto cultuo-os. Ressalto o Rodrigo, pelas aulas, participação na banca de qualificação e encontros ao acaso. Acrescento também a todos os professores que estavam envolvidos nos processos, principalmente Dr. João

Rettore, Dr. Jorge Batista, Dr. José Flávio, Dr. Luiz Travassos e Ms. Marcelo Zanetti, que se tornaram mais que professores, tendo conversas e influências de vida, e, me auxiliando na perspectiva profissional igualmente.

Inevitavelmente sou eternamente grato a todas as culturas/escritas/artes urbanas e de ruas. Estas, me ensinaram e me desenvolveram como ser humano, um processo de construto em que a resistência, a ousadia e a persistência são as bases de todas as formas. Com total carinho, esta é uma das minhas formas de poder devolver algo para vocês. Se não somos por nós, quem será? A rua também ensina, até muito mais que outros âmbitos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a força espiritual superior que rege/escreve o mundo, guiando os passos para os seus fins possíveis. Agradeço também a instituição e a todos os profissionais da PUC Minas, sendo do PPGG-TIE e de outros setores, pelo convívio e serviços prestados e compartilhados de forma amistosa, sendo na minha figura como aluno ou como funcionário desta instituição, que sempre me acolheu tão respeitosamente. Estendo os agradecimentos a agência de fomento da CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa, ao qual sem esta seria impossibilitado a realização de tal. Todo o meu apoio a pesquisa e a pesquisa brasileira. Seremos e heis de sermos resistência por onde ousarmos passarmos!

*Eles pintam preconceito e nós pixa ação.
(NOCIVO SHOMON, 2013, Pixadores).*

*Riscar foi minha vida e a maior faculdade.
(CRONISTAS DAS RUAS, 2015, Pixação).*

Se beber não dirija volte pixando, a rua tem vida e tem algo que ela que tá falando.

[...]

*O professor é a rua então se conforma, aprendemos a escrever dessa forma.
[...]*

*Nessa briga de território da selva de asfalto se quer subir na vida é ter seu nome lá no alto.
(GRILÓ 13, 2011, Pixar é Humano).*

*Minha vida é essa, subir marquise e descer depressa.
(AUTOR DESCONHECIDO).*

*Picasso pinta é chique e famoso,
Quando a gente pinta é chamado de criminoso.*

Artista do spray seu muro é nossa tela,

Seu muro se destaca como quadro de aquarela.

(TOTAL FUNÇÃO RAP, 2010, Pixar é Arte).

*Tinta, neném, quem tá,
Olha o topo desse prédio os menor pixa,
Se vizinho fica puto tão mandando apagar,
E nós volta no outro dia só pra renovar.
(SIDOKA, 2019, Não me sinto mal mais).*

*Sadok e Goma na cidade inteira,
Prenderam Os Piores, pergunta lá pra ver.
(DJONGA, 2020, O cara de óculos).*

*Prenderam os pichadores, manos, quantas dores causaram.
Pausaram o cheiro das flores, ah, cenas de horrores.
[...]
Ai sociedade, xarpi é uma delicia,
Nhacoma é uma delícia,
E pau no cu dos polícia.
Enquanto eu tiver voz vou cantar sempre por nós,
Libertem meus heróis, libertem meus heróis.
- (DV TRIBO, 2020, Hino).*

RESUMO

Esta pesquisa aborda a relação entre a pichação e o contexto geográfico metropolitano, principalmente a partir das ligações e fluxos. Questiona-se, em que medida, o processo de metropolização na RMBH-MG tem reflexos e influências na prática e no comportamento espacial dos pichadores e seus grupos. Parte-se do princípio de que existe uma dimensão metropolitana na atuação destes, cuja pendularidade por motivo de estudo e trabalho represente inspirações e estímulos para a pendularidade cultural e para a prática da pichação em distintas centralidades lineares. Explora-se, neste estudo, a ocorrência de pichações, pichadores e grupos comuns e recorrentes em três eixos principais e centrais da RMBH: Avenida Amazonas (entre Belo Horizonte e Contagem), Avenida Presidente Antônio Carlos (entre Belo Horizonte e Ribeirão das Neves) e BR-040 (entre Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves). A dissertação está baseada na metodologia amparada pela Geografia Cultural e Urbana, utilizando os conceitos-chave de paisagem, território e territorialidade, bem como a realização do levantamento primário de informações com trabalhos de campo, catalogação, tratamento e mapeamento dos dados. Os resultados apontaram que o comportamento espacial dos atores abarcados está estreitamente conectado ao contexto metropolitano, utilizando-se de quatro formas: com a homogenização (ou sua tentativa) das características encontradas (extensão dos valores e hábitos culturais da metrópole para as suas adjacências e vice-versa), mas respeitando as hierarquias e tipologias das localidades; dispersão e distribuição das pichações, dos grupos de pichadores e dos cinco grupos mais atuantes concomitantes nas três áreas (estando nas áreas com maiores fluxos, principalmente de transeuntes e ônibus); a inspiração a partir do movimento pendular (seja como estimuladores dos movimentos, seja utilizando como melhores locais para a prática); buscam-se espalhar suas marcas e presença, numa clara evidência de onipresença e onipotência (correlacionadas a metropolização e pendularidade) nos eixos centrais estudados. Gostaríamos de sugerir, por fim mas não menos importante, o fato de

pleitear as culturas e suas manifestações (seja qualquer cultura, mas que aqui destacou-se a cultura da pichação) como um importante indicador metropolitano (de metropolização, integração e pendularidade).

Palavras-chave: Geografia Cultural e Urbana; Pichação; RMBH; Ligações Principais; Geoprocessamento.

ABSTRACT

This research addresses the relationship between graffiti and the metropolitan geographic context, mainly from the point of view of connections and flows. It is questioned, to what extent, the metropolization process in the RMBH-MG has reflections and influences on the practice and spatial behavior of graffiti artists and their groups. It is assumed that there is a metropolitan dimension in their performance, whose commuting due to study and work represents inspirations and stimuli for cultural commuting and the practice of pichação in different linear centralities. This study explores the occurrence of graffiti, taggers, and common and recurrent groups in three central axes of the RMBH: Avenida Amazonas (between Belo Horizonte and Contagem), Avenida Presidente Antônio Carlos (between Belo Horizonte and Ribeirão das Neves) and BR-040 (between Belo Horizonte, Contagem and Ribeirão das Neves). The dissertation is based on the methodology supported by Cultural and Urban Geography, using the key concepts of landscape, territory, and territoriality, as well as carrying out the primary survey of information with fieldwork, cataloging, treatment, and mapping of data. The results showed that the spatial behavior of the actors covered is closely connected to the metropolitan context, using four ways: with the homogenization (or its attempt) of the characteristics found (extension of the values and cultural habits of the metropolis to its surroundings and contrariwise), but respecting the superiors and typologies of the localities; distribution and distribution of graffiti, groups of graffiti artists and the five groups most active concomitantly in the three areas (being in areas with greater flows, mainly of passers-by and buses); inspiration from the pendulum movement (either as movement stimulators or using them as the best places to practice); try to observe their marks and presence, in clear evidence of omnipresence and omnipotence (correlated to metropolization and commuting) in the central axes observed. We would like to suggest, last but not least, the fact of claiming cultures and their manifestations (be it any culture, but here the culture of graffiti stands out)

as an important metropolitan indicator (of metropolization, integration, and commuting).

Keywords: Cultural and Urban Geography; Graffiti; RMBH; Main Links; Geoprocessing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas da Pesquisa	45
Figura 2 – Planta geral da Cidade de Minas (atual Belo Horizonte) em 1985	
	184

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade total de pichações nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	203
Gráfico 2 – Natureza da pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	205
Gráfico 3 – Pichação nas esquinas nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	221
Gráfico 4 – Local da pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	223
Gráfico 5 – Tipo de edificação da pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	227
Gráfico 6 – Posição na edificação com pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	232
Gráfico 7 – Altura na edificação com pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	236
Gráfico 8 – Material empregado na pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	238
Gráfico 9 – Estilo da pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	242
Gráfico 10 – Superposição da pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	246
Gráfico 11 – Outras relações na pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	246
Gráfico 12 – Pichações com grupos nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	260
Gráfico 13 – Quantidade de grupos nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	262
Gráfico 14 – Quantidade de pichações dos cinco grupos mais atuantes nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	268

**Gráfico 15 – Porcentagem de pichações dos cinco grupos mais atuantes nas
Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040 269**

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1 – Pintura rupestre de Javali na Indonésia, com cerca de 45.500 anos	87
Imagen 2 – Nome da cidade de Pompéia	88
Imagen 3 – Adornos em uma residência	88
Imagen 4 – Representação de relação sexual	89
Imagen 5 – Insulto escrito por rival amoroso	90
Imagen 6 – Doodle Kilroy utilizado pelas forças armadas dos EUA durante a 2ª Guerra Mundial	93
Imagen 7 – Prisão da Gestapo na Cracóvia, Polônia	94
Imagen 8 – Pichação de “Cornbread”, na cidade Filadélfia	98
Imagen 9 – Matéria de jornal do ano de 1971 sobre o “Cornbread” com a sua pichação em cima	99
Imagen 10 – Matéria de jornal do ano de 1971 sobre o “Taki 181”	100
Imagen 11 – Parte interna de metrô dos EUA	103
Imagen 12 – Parte externa de metrô dos EUA	103
Imagen 13 – Pichação em Paris na década de 1970 com os dizeres “sob os paralelepípedos, a página”	106
Imagen 14 – Parte esquerda do Muro de Berlim na Alemanha	107
Imagen 15 – Parte direita do Muro de Berlim na Alemanha	107
Imagen 16 – Pintura rupestre de animais no Brasil, com cerca de 25.000 anos	111
Imagen 17 – Pichação no Brasil com a famosa frase “Abaixo a Ditadura” na década d8 1960	113
Imagen 18 – Matéria de jornal do ano de 1977 sobre o “Cão Fila Km26” ..	114
Imagen 19 – Matéria de jornal do ano de 1978 sobre o “Celecanto provoca maremoto” e “Lerfá Mú”	115
Imagen 20 – Pichação (tag) do EUA e restante do mundo	132
Imagen 21 – Pichação com estética paulista	134

Imagen 22 – Pichação com estética carioca	136
Imagen 23 – Pichação com estética mineira	138
Imagen 24 – Grafite com estética <i>wildstyle</i>	139
Imagen 25 – Grafite com estética <i>throw-up</i>	140
Imagen 26 – Grafite com estética de figuração	140
Imagen 27 – Grafite com estética de 3D (realismo)	141
Imagen 28 – Marcação de Bomb	142
Imagen 29 – Marcação de Grapixo	143
Imagen 30 – Tipos de sprays aerossóis	144
Imagen 31 – Tipos de rolos de pintura (rolinhos)	145
Imagen 32 – Fôrmas de estêncil	146
Imagen 33 – Tipos de Lambe-lambe	147
Imagen 34 – Tipos de borrifadores (borrifa)	148
Imagen 35 – Tipos de <i>stick (sticker)</i>	149
Imagen 36 – Tipos de marcadores (canetões)	150
Imagen 37 – Pichações políticas contra o sistema	206
Imagen 38 – Pichações políticas contra a VALE	207
Imagen 39 – Pichações políticas contestando descasos	207
Imagen 40 – Pichações políticas indagando sobre a vacina da COVID-19	208
Imagen 41 – Pichações políticas contra o ex-presidente	208
Imagen 42 – Pichações políticas contra politicagem	209
Imagen 43 – Pichações políticas contra as forças de segurança pública	209
Imagen 44 – Pichações políticas indagando crimes	210
Imagen 45 – Pichações políticas com facetas próximas e distantes da sociedade	210
Imagen 46 – Pichações de marcação com treta de relacionamentos	211
Imagen 47 – Pichações de marcação com treta de traição	212

Imagen 48 – Pichações de marcação com conflitos entre as artes urbanas	212
Imagen 49 – Pichações de marcação com embate de visões de mundo ...	213
Imagen 50 – Pichações de marcação com treta com forças militares	213
Imagen 51 – Pichações de marcação acompanhadas de pichações políticas	214
Imagen 52 – Pichações do tipo outras de forma aleatória	215
Imagen 53 – Pichações do tipo outras com forma fálica	215
Imagen 54 – Pichações do tipo outras com frase motivacional	216
Imagen 55 – Pichações do tipo outras com caricatura	216
Imagen 56 – Pichações do tipo outras com aspectos religiosos	217
Imagen 57 – Pichações do tipo outras com outros temas marginais	217
Imagen 58 – Pichações do tipo outras com aspectos e blocos carnavalescos	218
Imagen 59 – Pichações do tipo outras com referências à frase famosa nas redes sociais	218
Imagen 60 – Pichações do tipo outras com aspectos amorosos	219
Imagen 61 – Pichações do tipo outras com alusão ao uso de drogas ilícitas	219
Imagen 62 – Pichações e propagandas aproveitando-se uma da outra	221
Imagen 63 – Pichações em carroceria de caminhão	223
Imagen 64 – Pichações em outdoors	224
Imagen 65 – Pichações com referências a ações e entidades	228
Imagen 66 – Pichação de grande magnitude	236
Imagen 67 – Pichação sob grafite no Conjunto de Batalhões da Polícia Militar	252
Imagen 68 – Edificações com maior quantidade de pichações na Av. Amazonas	256
Imagen 69 – Edificações com maior quantidade de pichações na Av. Antônio Carlos	256

Imagen 70 – Edificações com maior quantidade de pichações na BR-040

..... 277

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)	37
.....
Mapa 2 – Localização dos recortes espaciais das Rodovias de Estudo nos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves	38
Mapa 3 – Recorte espacial da rodovia Avenida Amazonas em Belo Horizonte	39
.....
Mapa 4 – Recorte Espacial da Rodovia de Estudo Avenida Presidente Antônio Carlos em Belo Horizonte	40
Mapa 5 – Recorte espacial da Rodovia de Estudo BR-040 em Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves	41
Mapa 6 – Localização das Aus, AEMs/CEMs, RIDEs e RMs do Brasil em 2021	177
.....
Mapa 7 – Localização de Belo Horizonte e da atual RMBH – MG	183
Mapa 8 – Principais Vetores de Expansão Urbana (VEUs) da RMBH	186
Mapa 9 – Principais Eixos Viários da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – MG	187
Mapa 10 – Localização dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – MG	193
Mapa 11 – Nível de integração metropolitana em 2010 dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – MG	194
Mapa 12 – Distribuição das pichações em 2022 na Av. Amazonas – Belo Horizonte/MG	248
Mapa 13 – Distribuição das pichações em 2022 na Av. Antônio Carlos – Belo Horizonte/MG	249
Mapa 14 – Distribuição das pichações em 2022 na BR-040 – Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves/MG	250
Mapa 15 – Distribuição das pichações com grupos em 2022 na Av. Amazonas – Belo Horizonte/MG	264

Mapa 16 – Distribuição das pichações com grupos em 2022 na Av. Antônio Carlos – Belo Horizonte/MG	265
Mapa 17 – Distribuição das pichações com grupos em 2022 na BR-040 – Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves/MG	266
Mapa 18 – Principal área de concentração dos cinco grupos mais atuantes em 2022 na Av. Amazonas – Belo Horizonte/MG	271
Mapa 19 – Principal área de concentração dos cinco grupos mais atuantes em 2022 na Av. Antônio Carlos – Belo Horizonte/MG	272
Mapa 20 – Principal área de concentração dos cinco grupos mais atuantes em 2022 na BR-040 – Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves/MG	273

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados de integração e população	199
Tabela 2 – Dados de PIB e IDHM	200
Tabela 3 – Dados de pendularidade	201
Tabela 4 – Tipos de sobreposições encontradas nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040	245

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)
Origem e Destino (O-D)
Avenidas (Avs)
Região Metropolitana (RM)
Megapixel (MP)
Estados Unidos da América (EUA)
Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura (NEPEC)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
Aglomeração Urbana (AU)
Área Metropolitana (AM)
Torcidas Organizadas (TOs)
Conjuntos Habitacionais (CHs)
Discagem Direta à Distância (DDD)
Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)
Boletim de Ocorrência (B.O.)
Teteka (TTK)
New York (NY)
Master of Ceremonies – Mestre de Cerimônias (MC)
Disk Jockeys – tocadores Tocadores de Disco (DJs)
Rithm And Poetry (Rap)
Acquired Immunodeficiency Syndrome – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)
Unidade da Federação (UF)
Juscelino Kubitschek (JK)
Torcida Organizada da Galoucura (TOG)
Clube Atlético Mineiro (CAM)
Comando Máfia Azul (CMA)
Cruzeiro Esporte Clube (CEC)

Seita Verde (SV)
América Futebol Clube (AFC)
Círculo Urbano de Artes (CURA)
Círculo de Artes Urbanas (CAUS)
Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)
Fédération Internationale de Football Association – Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA)
Geographic Information System (GIS)
Sistema de Informações Geográficas (SIG)
Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs)
Constituição Federal de 1967 (CF-67)
Emenda Constitucional de 1969 (EC-69)
Constituição Federal de 1988 (CF-88)
Constituição Estadual de 1989 (CE-89)
Organizações Não-Governamentais (ONGs)
Vetores de Expansão Urbana (VEUs)
Companhia Elétrica de Minas Gerais (CEMIG)
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG)
Frigoríficos Minas Gerais S. A. (FRIMISA)
Centrais de Abastecimentos S. A. (CEASA)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Bus Rapid Transit – Ônibus de Trânsito Rápido (BRT)
Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
Produto Interno Bruto (PIB)
Quadrilátero Ferrífero (QF)
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)
Corona Vírus Disease de 2019 (COVID-19)
Partido Liberal (PL)
Partido dos Trabalhadores (PT)

Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
Centros de Abastecimento (CAs)
Centros de Distribuição (DAs)
Tribunal Regional Eleitoral (TRE)
Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	28
1 CONVERGÊNCIAS, DIÁLOGOS E ATRIBUIÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA CULTURAL E GEOGRAFIA URBANA	47
1.1 O campo de estudos da Geografia Urbana	50
1.2 O campo de estudos da Geografia Cultural	55
1.3 Convergências entre Geografia Cultural e Geografia Urbana	57
1.4 As categorias de análise espacial investigadas para/com a pichação ...	60
1.1.1 <i>Paisagem</i>	61
1.1.2 <i>Território e Territorialidade</i>	67
2 PICHAÇÃO, PIXAÇÃO E GRAFITE COMO MANIFESTAÇÃO E NECESSIDADE HUMANA E CULTURAL	75
2.1 Processos	75
2.1.1 <i>Linguagens</i>	79
2.2 Histórico	84
2.2.1 <i>Trajeto Mundial e suas reverberações</i>	85
2.2.1.1 <i>América do Norte</i>	94
2.2.1.1.1 <i>Nova Iork e Filadélfia</i>	95
2.2.1.2 <i>Europa do Norte</i>	104
2.2.1.3 <i>Europa do Sul</i>	108
2.2.1.4 <i>Restante do mundo</i>	108
2.2.1.5 <i>América Latina</i>	109
2.2.2 <i>Pichação brasileira e seus triunfos</i>	110
2.2.2.1 <i>Pichação em Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves</i>	119
2.2.2.1.1 <i>Classificando os grupos da RMBH</i>	125
2.3 Estilos	130
2.4 Estudos sobre as pichações	152

3 CIDADES, METRÓPOLES E SUAS DINÂMICAS	155
3.1 A cidade e o seu contexto do espaço urbano	158
3.2 Metrópole e metropolização	163
3.3 Região Metropolitana	169
3.3.1 Movimento pendular	177
3.4 Região Metropolitana de Belo Horizonte	182
3.4.1 Características gerais da área de estudo	197
4 PICHAÇÃO COMO EVIDÊNCIA DA METROPOLIZAÇÃO A PARTIR DOS EIXOS E CORREDORES DE LIGAÇÃO INTRAMETROPOLITANA	202
4.1 O panorama da manifestação da pichação	202
4.2 A distribuição espacial das pichações	247
4.3 Comportamento espacial da atuação dos grupos de pichadores	258
4.4 Disputa territorial e intenção de onipotência e onipresença dos grupos de pichadores mais atuantes	267
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	285

INTRODUÇÃO

A pichação é uma manifestação que acompanha o ser humano desde o paleolítico¹ (há cerca de 40 mil anos). Existem evidências de sua presença em diversas culturas e em muitos lugares (longínquos e sem conexão), ao longo de diferentes fases da história; da pré-história à história; da antiguidade romana à América pré-colombiana; do Egito antigo aos contraculturalistas dos anos 1920; da Segunda Guerra Mundial à criação do Hip-Hop. Hoje, mundialmente distribuída, ela se encontra em todos os países (BATES, 2014).

A pichação é como uma forma de expressão, comunicação, necessidade e manifestação humana e cultural. Ela “diz respeito a uma necessidade humana como dançar, falar, dormir, comer, etc.” (GITAHY, 1999, p. 1213), e, está entrelaçada por elementos culturais, sociais, econômicos, contextuais, históricos, políticos e artísticos.

Pichação pode ser definida como toda e qualquer marcação nas paredes, independentemente de sua intencionalidade. Há numerosas finalidades nos seus atos, como referências, presenças, mapas, pontos, limites de tribos, comunicação, conotações históricas, contação de histórias, política, gladiadores, homossexualidade e outros temas marginais², poesias, versos, poemas, frases motivacionais, músicas, religiões, conflitos, opiniões, mensagens sociopolíticas e ideológicas, classes socioeconômicas, marcações de indivíduos e grupos, artes, aleatórias. Apesar das suas variações, modificações e atualizações, tal manifestação não perde sua essência na forma contemporânea.

Assim, a pichação apresenta-se de forma material (a escrita na parede) e imaterial (todo jogo de cultura, poder, paisagem, território e territorialidade impregnados nela), ambas criando-se mutuamente.

¹ O Paleolítico ou Idade da Pedra refere-se à fase da pré-história, com início há cerca de 2,5 milhões de anos e término em 10.000 anos a.C. Essa época foi marcada pela criação dos primeiros utensílios de pedra, manuseio do fogo, e, sobretudo, pelo desenvolvimento da comunicação oral e escrita pelo ser humano (BATES, 2014).

² Marginal como à margem da sociedade e das leis, e, não em seu sentido preconceituoso e perverso.

Atualmente, a pichação é encontrada significativamente nos muros e prédios dos centros urbanos, sendo realizada manualmente (tendo a relação de manuseio e contato de um artifício) e sobretudo de forma não autorizada em edificações públicas e privadas, apresentando-se como uma estética marginal³. Estas intervenções são realizadas predominantemente por jovens das periferias das grandes cidades, como uma forma de apropriação simbólica e abstrata.

As artes urbanas (incluindo a pichação) são um fenômeno que pode ser considerado como uma manifestação da presença, uma forma de luta e de clamar à cidade (CANCLINI, 1998), afrontando as ordens hegemônicas e segregacionistas. Há um pedido e exercício da cidadania a partir de expressões artísticas (BHABHA, 1998). Esta é a forma que tal grupo, caracterizado pela diversidade socioeconômica e cultural, encontrou para exigir o seu direito à cidade: é a luta contra a hegemonia, buscando a justiça social, espacial, cultural e acadêmica (HARVEY, 1985; LEFEBVRE, 2004; GROSFOGUEL, 2016; LOPES, 2020). É o grito (e a grafia) dos excluídos. São artesões e artificies, têm memórias, vivências e resistências nas mãos (SENNETT, 2009). A subcultura da pichação representa uma forma de contra-ataque e uma maneira para organizar grupos de jovens excluídos.

A proposta dos pichadores é espalhar suas marcas pela cidade, percorrendo as extensões territoriais do urbano em seus variados suportes, em busca de visibilidade e notoriedade (um dos principais elementos que os movem)⁴. O prestígio do marcador está associado à quantidade e à dificuldade das marcações por ele executadas, que são atreladas à visibilidade e ao incômodo que estas podem gerar na sociedade local e/ou regional (ocorrendo casos de alcançarem comunidades estaduais, nacionais e mundiais)⁵.

Diante disto, as áreas conurbadas e as centralidades metropolitanas exercem forte apelo junto aos seus praticantes. Estas são áreas marcadas por intenso e constante fluxo de pessoas, mercadorias, atividades, e, portanto, áreas

³ Atribuição igualmente ao conceito de marginal anterior, à margem da sociedade e das leis.

⁴ Comumente chamado de “ibope” por eles (DINIZ; FERREIRA; ALCÂNTARA, 2015).

⁵ Grandes feitos de incômodos são as pichações realizadas no Muro de Berlim na Alemanha, na Bienal de São Paulo etc.

onde os pichadores têm maior interesse. Estes jovens se aproveitam dos eixos de maior circulação viária (conectores de centralidades) para deixarem as suas escritas, diferenciando os seus territórios dos seus concorrentes e dos espaços genéricos da cidade, refletindo-se na paisagem.

Note-se, assim, que a pichação acompanha contextos, e, consequentemente, outras manifestações, principalmente urbanos⁶. “A pichação pode parecer desordenada à primeira vista, mas é uma atividade que segue uma certa lógica [...]” (FILARDO, 2015, p. 12) e padrão. Isto é uma forma de acompanhar a cidade, que parece desordenada, mas segue uma lógica (por exemplo, o caos dos trânsitos, das festividades, das manifestações, das leis). Além disso, as culturas juvenis contemporâneas (não só estas, mas todos os parâmetros urbanos pós-industriais) cultuam afeições e interesses pelas cidades, pelo urbano, pela velocidade, pela mobilidade e pelos fluxos. Ou seja, a pichação está na cidade, assim como a cidade está na pichação.

Todas estas tramas ocorrem na gama de cidades, porém, no contexto metropolitano elas são acrescidas, principalmente pelos eixos e corredores de ligação e acesso intrametropolitano, que são canais principais das trocas de inúmeras relações (social, produtiva, econômica, cultural, informacional, técnica). As metrópoles e seu processo de metropolização realçam o processo de integração física, abstrata e econômica (material e imaterial), de acordo com tais ligações principais, que conectam os municípios ali presentes. Assim, os hábitos, valores e culturas urbanos e metropolitanos são dissipados (no sentido metrópole para as suas adjacências). Porém, de forma análoga, também são “devolvidos” (no sentido adjacências para metrópole). O processo de metropolização é correlacionado com equipamentos, funções e infraestruturas urbanas, que agregam e geram movimentos. Deste modo, “a metropolização expressa, portanto, a concentração de pessoas, investimentos, atividades e poder em uma cidade – ampliada ou em

⁶ Como industrialização, urbanização, metropolização, desmetropolização, centralização, descentralização, “periferização”, “favelização”, pendularidade, migrações em geral, revitalização, gentrificação, ocupação, classes econômicas, globalismo, glocalismo, êxodo rural, rurbanização.

ampliação [...]” (BALBIM *et al.*, 2011, p. 152), também concentrando grupos e culturas. Os espaços são diferenciados, mas a metrópole é uma entidade só para os grupos, mas que pode ser vivenciada de todas as formas possíveis.

Em vista disso, da necessidade do entendimento sobre o comportamento espacial dos pichadores e de dar visibilidade a estes importantes atores excluídos, somando-se ao fato da vivência do autor desde a infância na arte/cultura urbana/de rua e na pichação em geral (como participante e praticante ativo ao longo de atuais duas décadas), além dos trabalhos acadêmicos (apresentações em eventos, artigos e monografia) desenvolvidos sobre o tema desde o ano de 2016, tem-se o principal norte e motivação da pesquisa aqui realizada.

Com este ponto de partida, o diagnóstico-analítico levantado pela monografia (LOPES, 2020) teve como contributos principais: o tratamento da pichação, pixação e grafite como manifestação cultural; a demonstração e análise do comportamento espacial dos pichadores, tendo a semelhança da pichação, dos pichadores e dos grupos de pichadores em Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves (porém respeitando as funcionalidades, tipologias e hierarquias de cada município); a identificação de pichadores e grupos de pichadores de outras partes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) (como Betim, Sabará e Santa Luzia) no recorte; e a identificação de cinco grupos mais importantes, atuantes e antigos (com gênese em Belo Horizonte, mas que com uma intenção de onipotência e onipresença dissipam-se por todas as adjacências) operando nas três principais centralidades metropolitanas, que representam a pichação metropolitana.

Os pichadores, e principalmente os cinco grupos destacados, além de estarem nas três centralidades, também estão nas áreas onde ocorrem uma maior circulação de pessoas e veículos, principalmente de ônibus, e onde é forte a presença de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços. Demonstrando por um lado, a disputa por visibilidade, e por outro, a materialização dos simbolismos da metropolização. Nota-se, assim, que se tem uma grande integração, interação e associação entre essas três centralidades. Dessa maneira, por causa da grande visibilidade trazida em decorrência da pendularidade por

motivo de estudo ou trabalho, a pendularidade por motivo de cultura, lazer, prazer, diversão e manifestação cultural acompanha os primeiros.

Além disso, foi destacado na manifestação em geral da pichação, que estas têm predominância na marcação de territórios, sem foco nas esquinas, em edificações do tipo comercial e residencial, nos muros, no nível do olhar, com spray, com a pixação mineira, sem sobreposições e concentradas nos lugares com intensa movimentação de transeuntes e veículos.

Portanto, os pichadores fazem parte do cotidiano dos cidadãos, pois estão acompanhando as vivências dos outros (locais de usos, ocupações, fluxos, mobilidades, movimentos pendulares, integração, metropolização, paisagens, territórios e territorialidades, notícias), – refletindo os processos sociais – mas também, fazem parte dos seus cotidianos em si, pois são consideradas ações de prazer, lazer e diversão, e comumente são feitas em diversos dias da semana – sendo a beleza do cotidiano do outro e a sua própria; compondo o dia a dia.

Deste modo, buscando a continuação destes contributos (contribuição cultural, social, científica e metodológica) e o entendimento da manifestação espacial dos jovens pichadores, o trabalho aqui realizado aborda as principais vias de acesso que ligam os recortes do Hipercentro de Belo Horizonte, parte do bairro Eldorado em Contagem e parte do bairro Esperança em Ribeirão das Neves, abordados pela monografia anteriormente destacada.

Assim, o problema da pesquisa desdobra-se em como os grandes eixos de articulação metropolitana, Avenidas (Avs.) Amazonas e Presidente Antônio Carlos e BR-040, são apropriados pelos pichadores?

A hipótese aqui levantada é de que o fenômeno da pichação acompanha a dinâmica metropolitana, fazendo-se presente de modo explícito ao longo destes eixos viários. Haveria, portanto, um espelhamento e reflexo dos dados levantados em Lopes (2020), evidenciando a forte presença ao longo de tais eixos viários dos membros dos grupos de pichadores que territorializaram as centralidades do Hipercentro de Belo Horizonte, bairro Eldorado de Contagem e bairro Esperança em Ribeirão da Neves. Some-se a isso, o fato de que haveria grupos de pichadores

que não se encontram nas centralidades, estando somente presentes nas vias abarcadas, evitando a grande disputa localizada nestas áreas centrais.

Parte-se da justificativa de que a pichação segue a hierarquia da RMBH. A pichação iniciou-se na região em Belo Horizonte, na década de 1980 (DINIZ; FERREIRA; ALCÂNTARA, 2015). Posteriormente, seguindo as influências das dinâmicas metropolitanas locais, passou a ser presente nos outros municípios (destacando-se Contagem e Ribeirão das Neves), principalmente a partir dos eixos e corredores de ligação e acesso intrametropolitano (LOPES, 2020); estendendo hábitos culturais e valores a espaços cada vez mais distantes (MOURA, 2013; LENCIONI, 2020). Ela é uma característica inconfundível da paisagem, ao qual dinamiza e polariza adeptos, opiniões e habitantes/população em geral. É notável que há um grande apelo social e espacial, ao qual são poucos estudados nas áreas dos saberes, principalmente na Geografia.

Os estudos sobre integração metropolitana são baseados exclusivamente em dados de pendularidade de trabalho e estudo, essencialmente extraídos dos censos demográficos e das pesquisas de origem e destino (O-D), neste sentido, não sabemos como as pessoas circulam na prática do lazer, do prazer, da diversão e da manifestação cultural. Continuando, assim, uma nova perspectiva/campo de estudos, auxiliando outros trabalhos que busquem temáticas semelhantes.

Além disso, tem-se a falta de pesquisas sobre as interrelações e trocas intermunicipais e intrametropolitana, principalmente de forma abstrata/simbólica, dos pichadores e grupos de pichadores, dando foco e ênfase nas ligações entre municípios. Devido então ao seu ineditismo, correlacionado ao tratamento espacial desta informação, os resultados auxiliam na busca da compreensão dos fenômenos dos pichadores e dos seus grupos e de metropolização.

Cientificamente, uma ligação entre as paisagens, os territórios e as territorialidades metropolitanas e em áreas de fluxos, e a pendularidade, é profícua e abrange a mobilidade entre as áreas, às quais abrem caminhos para a replicação do estudo em diferentes contextos. Some-se a isso que a correlação entre

metropolização e dados empíricos torna-se frutífera para a relação entre dados sociais e culturais, dando visibilidade ao grupo que é excluído injustamente.

À vista disso, o presente estudo tem como objetivo analisar como se apresentam espacialmente os pichadores e os grupos de pichadores que operam nos três principais eixos/corredores de ligação/acesso intrametropolitano entre Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves (Avs. Amazonas e Presidente Antônio Carlos e BR-040), buscando gerar pistas sobre o processo de metropolização. Dessa forma tem-se a busca do entendimento de como os locais de ligações entre esses três municípios refletem em si o fenômeno da pichação e da metropolização.

Para alcançar tal objetivo, os objetivos específicos são: realizar a catalogação das pichações presentes nos eixos/corredores de ligação/acesso intrametropolitano que perpassam entre Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves, como as Avs. Amazonas e Presidente Antônio Carlos e a BR-040, replicando a metodologia desenvolvida por Diniz e outros (2015; 2017; 2019) e atualizada por Lopes (2020); analisar o padrão das características e das localizações das pichações e dos grupos de pichadores; e identificar a distribuição espacial de grupos de pichadores que operam nos eixos estudados.

Para abranger os objetivos desta dissertação, evidenciamos aqui os principais passos traçados na sua construção e os principais elementos orientadores. A análise do objeto de estudo busca evidenciar, a partir de uma perspectiva da manifestação cultural/urbana-espacial, o comportamento e a ação dos pichadores e seus grupos, espalhando-se pela cidade na esteira do processo de metropolização. Deste modo, este estudo se insere no subcampo da Geografia Cultural, na sua interface com a Geografia Urbana.

Com seu caráter de diagnóstico e analítico, a presente pesquisa tem classe descritiva e explicativa, assentando-se no método hipotético-dedutivo. Este faz um movimento que parte de uma generalização para uma questão particularizada. Ou seja, a partir de proposições e princípios gerais, busca-se conclusões particulares. Além disso, tem-se o fato das proposições e princípios serem confrontados às evidências empíricas. Some-se a isso a formulação de hipóteses que buscam

pautar a solução e o caminho dos problemas, sendo validadas ou não pelo estudo (SUERTEGARAY, 2009). Tal método traz luz ao fato de não ser constituída uma verdade do ponto de vista geral, pois a temática aqui tratada difere-se em cada área de estudo (espacial ou temporal), tendo-se uma dinâmica diversa ao recebimento desta manifestação (LOPES, 2020).

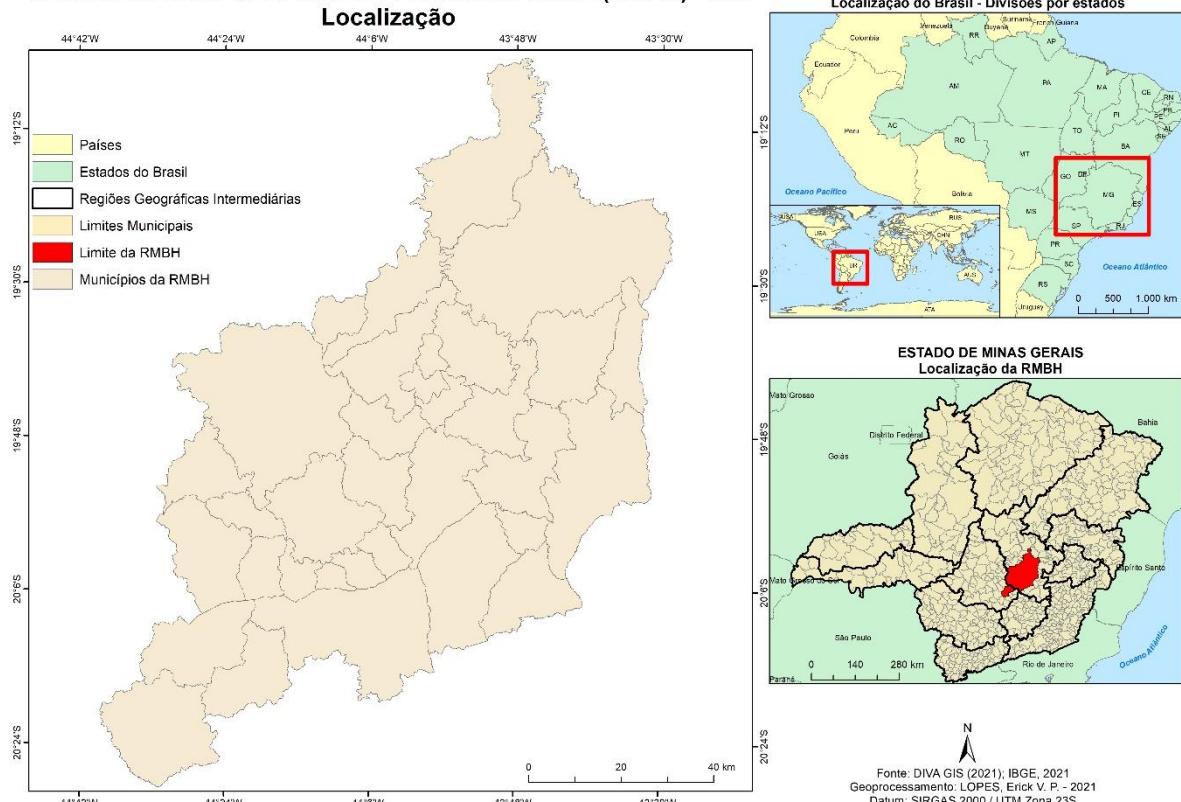
A abordagem escolhida é a qualquantitativa (por poder quantificar e mensurar os dados e as suas características), com coleta de dados primários. O respaldo quantitativo discorre sobre a quantidade das pichações e o qualitativo da coleção e da análise de suas características. Para Souza (2013), abordar esses dados, que focam a expressão em quantidade e os aspectos dos fenômenos, é essencial (sendo necessária para a identificação e acompanhamento de comportamentos, de padrões, de características e de suas manifestações). Assim, como os dados são coletados, denota-se maior destaque nesta ação, que prioriza de fato o contato direto do pesquisador com o que ele deseja pesquisar.

Já os procedimentos metodológicos, utilizam-se primeiramente de um amplo e complexo levantamento e revisão teórico-conceitual e documental, para dar uma contribuição acerca dos conceitos, teorias, campos, categorias de análise e elaboração cartográfica que são primordiais para o desenvolvimento do trabalho, como: Geografia Cultural e Urbana (com o foco em LEFEBVRE, 1953; SANTOS, 1985; 1988; CORRÊA, 1988; 2009; 2014; JACKSON; 1989; CLARK, 1991; COSGROVE, 1993a; 1998; 2003; CLAVAL, 1999; 2001; 2011; COSGROVE; JACKSON, 2000b; MITCHELL, 2000; SAUER, 2003; CARLOS, 2005; 2012; LEFEBVRE, 2006; BLOOMFIELD, 2008; WILLIAMS, 2008; SANTOS; BAHIA, 2014; SERPA, 2014; TURRA NETO, 2013; PAULO, 2020; ROSENDALH, 2020), paisagem (destacando-se SANTOS, 1985; BERQUE, 1994; COSGROVE, 1998; 2003; COSGROVE; JACKSON, 2000b; SAUER, 2003; DUNCAN, 2004; CORRÊA, 2007; 2016; WAGNER; MIKESELL, 2007; BLOOMFIELD, 2008; TUAN, 2012), território e territorialidade (sobretudo SOJA, 1971; QUAINI, 1974a; FOUCAULT, 1976; SACK, 1986; SANTOS, 1988; RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995; DEMATTEIS, 1999; MITCHELL, 2000; HAESBAERT, 2004; 2008; SAQUET;

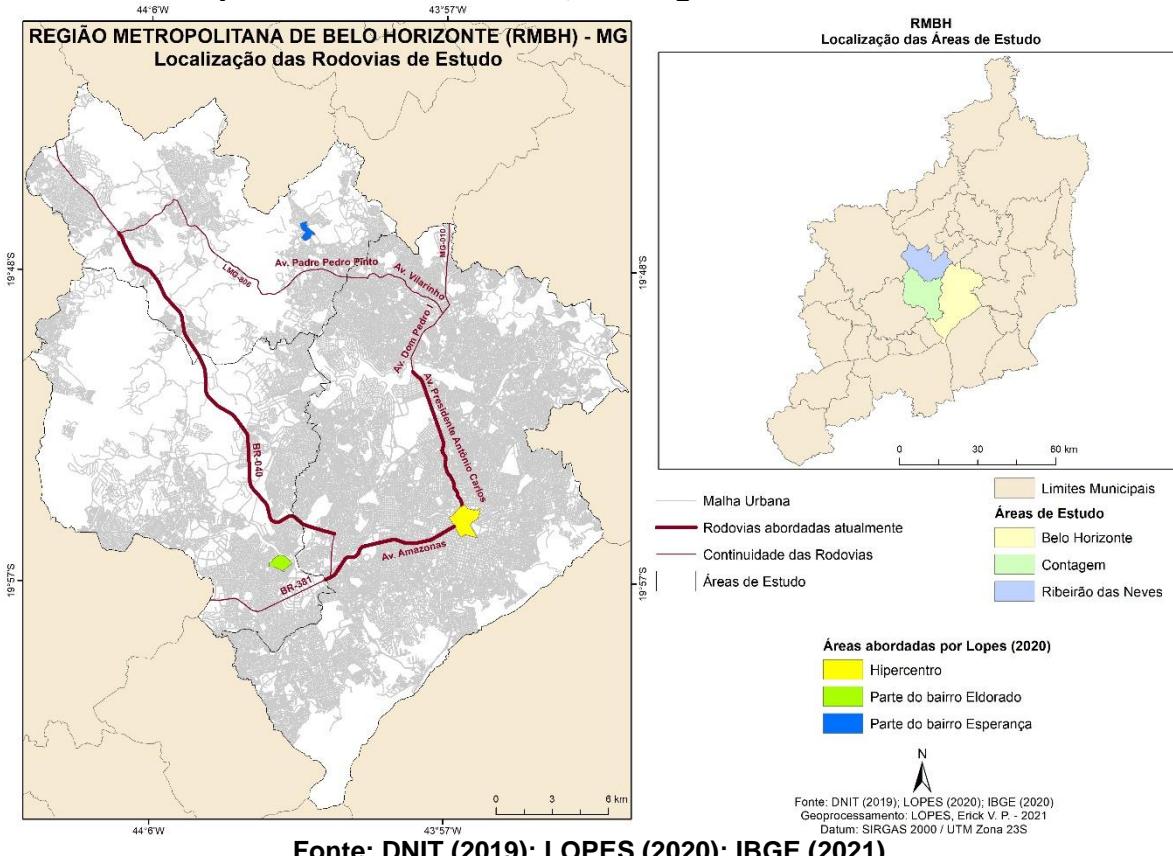
SPOSITO, 2008; SASSEN, 2010); pichação, pixação e grafite como fenômeno, manifestação e necessidade humana e cultural e seu desenvolvimento ao longo dos anos (ressaltando-se BAUDRILLARD, 1976; RAMOS, 1994; 2007; SENNETT, 1990; 1998; 2009; ISNARDIS, 1995; 1997; VIANA; BAGNARIOL, 2004; PEREIRA, 2005; 2010; SOUZA, 2007; FRANCO, 2009; BAIRD; TAYLOR, 2011; CARVALHO, 2013; SCHACTER, 2013; BATES, 2014; DINIZ et al., 2015; 2017; 2019; FILARDO, 2015; ROSS, 2016; FERREIRA, 2019; LOPES, 2020; LOPES; DINIZ, 2022); e dos processos em torno da urbanização, metrópole e metropolização, pendularidade e Região Metropolitana (RM), destacando-se a RMBH (principalmente com HARVEY, 1973; 1989; 2010; BEAUJEU-GARNIER, 1980; 2010; SANTOS, 1982; 1985; 1993; 2006; MONTE-MOR, 1994; SOJA, 1994; 2002; 2008; CORRÊA, 1997; 2004; LEFEBVRE, 1999; 2004; 2006; MEYER, 2000; VILLAÇA, 2001; SASSEN, 2002; LENCIONI, 2003; 2006; 2020; MOURA et al., 2003; MOURA, 2004; 2012; 2013; MOURA; BRANCO; FIRKOWSKI, 2005; SOUZA, 2008; MARICATO, 2009; 2013; RIBEIRO, 2009, 2015; JARDIM, 2011; FIRKOWSKI, 2012; SILVA, 2012; BATISTA, 2014; CANETTIERI, 2014; DINIZ; ANDRADE, 2015; DINIZ; MENDONÇA, 2015; MENDONÇA, ANDRADE; DINIZ, 2015; ROLNIK; SOMEKH, 2015; SOUZA, 2015). Para este fim, lançam-se olhares a textos, pesquisas, artigos, resumos e anais de eventos, livros, monografias, teses, dissertações, leis, documentos e bases cartográficas, disponíveis tanto de forma impressa quanto de forma online.

No segundo momento, a área de estudo e o objeto foram definidos para a coleta de dados. Com base na RMBH (mapa 1), foram trabalhadas as três principais vias de acesso que ligam as centralidades do Hipercentro de Belo Horizonte, do bairro Eldorado de Contagem e do bairro Esperança de Ribeirão das Neves (mapa 2). Foram abordadas a Av. Amazonas (em Belo Horizonte no sentido para Contagem) (mapa 3), a Av. Presidente Antônio Carlos (em Belo Horizonte no sentido para Ribeirão das Neves) (mapa 4) e a BR-040 (entre Contagem e Ribeirão das Neves, perpassando por Belo Horizonte) (mapa 5).

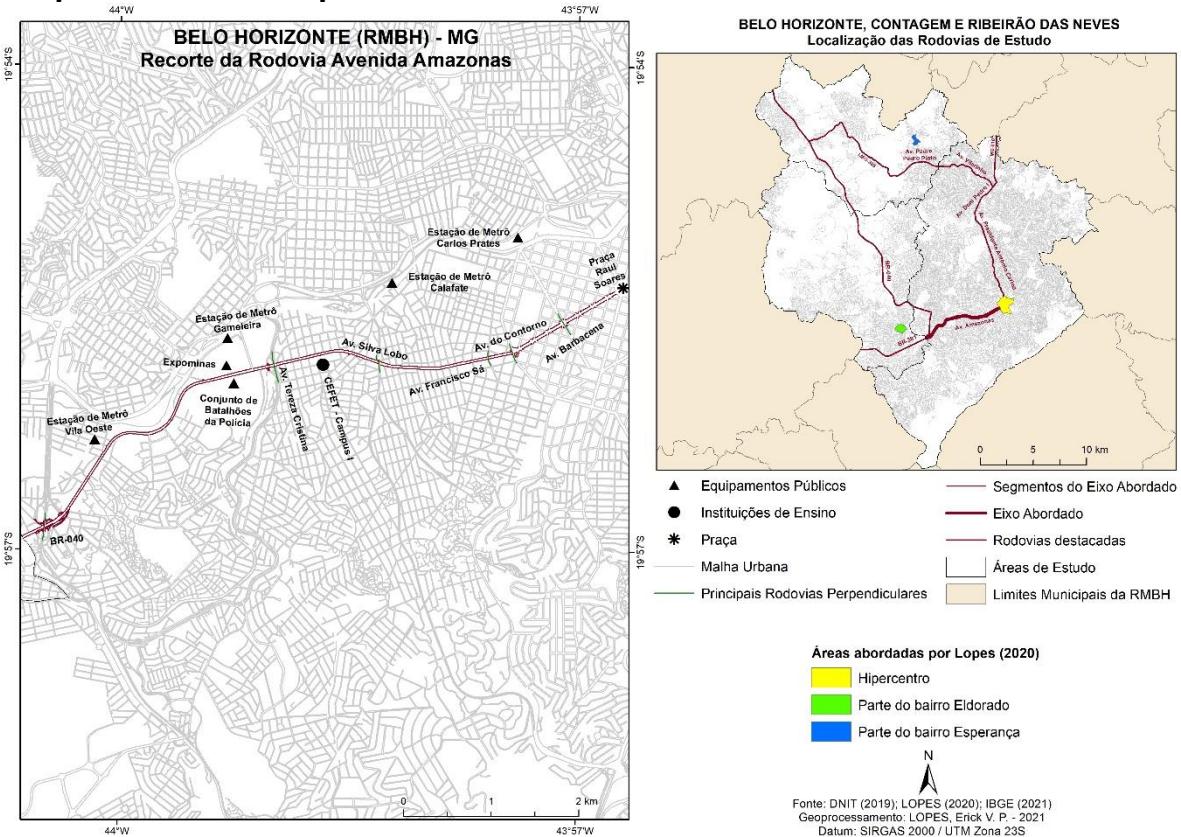
Mapa 1 – Localização da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - MG



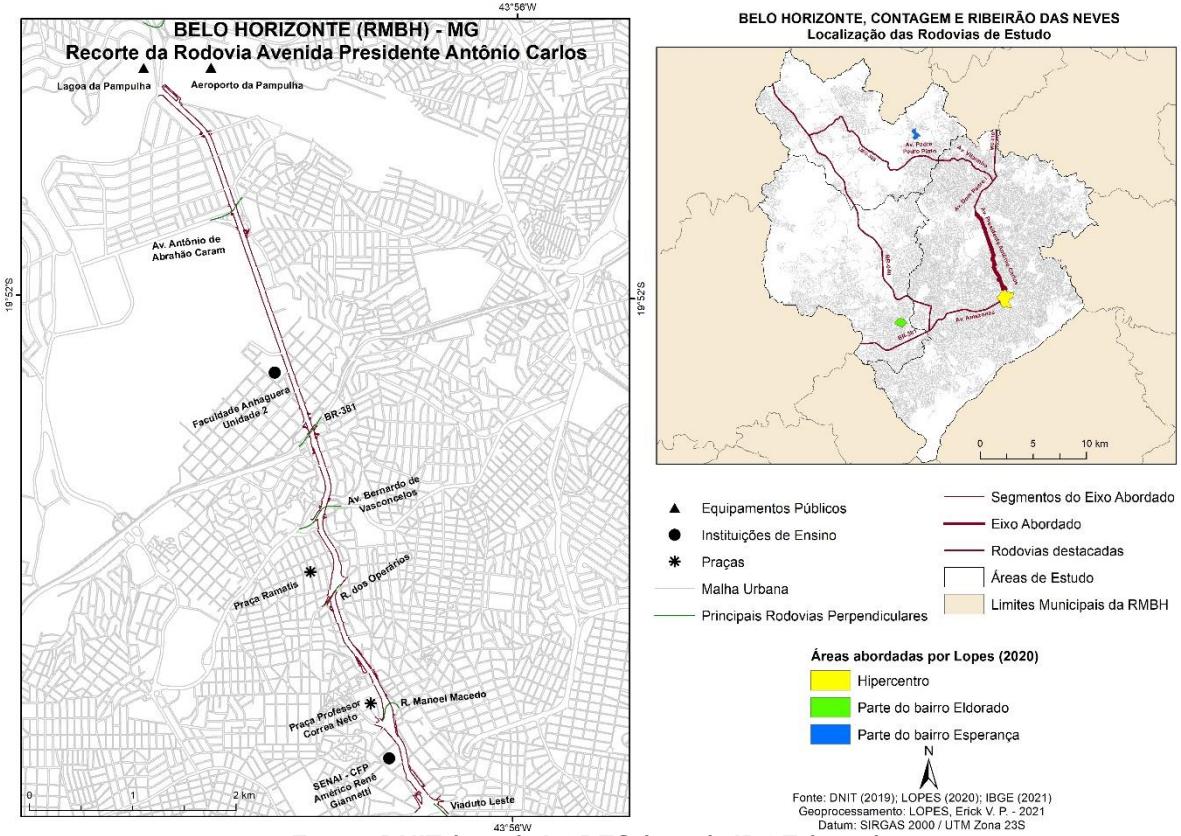
Mapa 2 – Localização dos recortes espaciais das Rodovias de Estudo nos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves



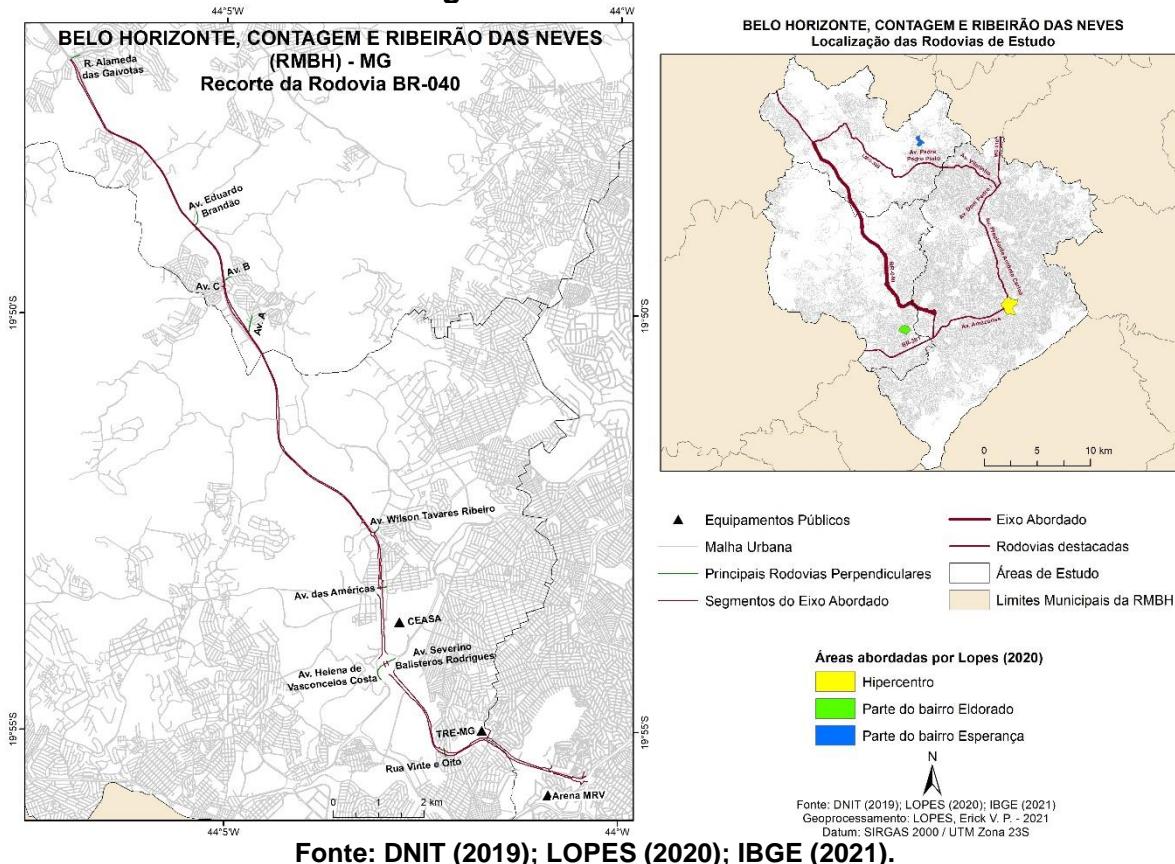
Mapa 3 – Recorte espacial da rodovia Avenida Amazonas em Belo Horizonte



Mapa 4 – Recorte Espacial da Rodovia de Estudo Avenida Presidente Antônio Carlos em Belo Horizonte



Mapa 5 – Recorte espacial da Rodovia de Estudo BR-040 em Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves



O trabalho de campo é destacado aqui como um instrumento de análise geográfica e característico, que permite reconhecer e ter contato com outras visões acerca do objeto de estudo. Além disso, associa teoria e prática, o contato direto e indireto com a temática, bem como empiria, contato com diversas áreas e estimulação da formação enquanto cidadão. (SUERTEGARAY, 2009; SOUZA, 2013). A metodologia e os procedimentos metodológicos de coleta de informações, pautados pela abordagem censitária (o percurso de toda a extensão definida), seguiram as orientações emanadas dos estudos elaborados por Diniz e outros (2015, 2017, 2019) e atualizada por Lopes (2020), sendo descritas abaixo.

Inicialmente, foram definidos os roteiros que foram seguidos no trabalho de campo, de modo que todas as seções dos quarteirões que tangem os eixos viários definidos nos parágrafos anteriores fossem contempladas. Seguindo estas rotas

planejadas, deslocando em uma única direção ao longo dos eixos viários por vez, foi realizado o registro fotográfico das pichações com o uso da câmera de 48 megapixels (MPs)⁷ do celular. As fotos foram salvas no Google Fotos® e baixadas no computador, em pastas organizadas segundo os dias de coleta.

Devido às situações de alguns trechos destas rodovias (como a dificuldade de realização das fotografias pelo grande tráfego, calçadas em condições precárias de circulação ou a falta destas), foram abordadas outras formas de coleta. Os dados acerca da pichação foram filmados (o que permite a captura enquanto está em deslocamento), utilizando a câmera de celular referida no parágrafo anterior. Após o término, os vídeos foram salvos no Google Fotos® e baixados no computador. Depois, eles foram separados em todos os *frames*⁸ possíveis (cerca de 24 *frames* por segundo), pelo programa Free Videos®, com seu aplicativo FreeVideoToJPGConverter®. Estes *frames* foram separados por pastas, de acordo com cada vídeo (atualização na coleta de dados). As melhores imagens em cada vídeo e também o registro fotográfico do passo anterior foram empregadas nas análises e foram aplicados os formulários de observação em cada pichação.

O uso de fotografias e gravações são amparados por Brunhes (1910), ao qual defende o uso destas, tanto para o suporte ao trabalho de campo, quanto para o ilustrar e o analisar nas obras. Servem-se, assim, da dimensão pitoresca da realidade, além do efeito de realidade, enchendo-as de espírito geográfico.

O levantamento em campo foi realizado ao longo de todos os dias da semana. No entanto, os quarteirões escrutinados nos dias úteis foram revisitados nos fins de semana, de modo que as pichações inscritas nas portas das atividades comerciais ou em outros aparelhos escondidos, também sejam contempladas. Foram anotados diversos elementos associados a cada pichação, como: natureza, se localiza em esquina ou não, edificação, local na edificação, posição na edificação, tipo de pichação, material utilizado, se tem sobreposição e/ou outras relações, se está

⁷ 48 megapixels significam 48 milhões de pixel em cada foto, ao qual pixel é a menor parte de algum elemento de exibição em dispositivos com tal propósito.

⁸ Quadros de vídeo (*frames* de vídeo ou *frames* por segundo) é cada uma das imagens fixas de um vídeo, ao qual sua transmissão consecutiva produz movimento.

acompanhada ou não de grupos e em caso positivo, o nome dos grupos. Foram tomadas as coordenadas geográficas com o uso do Google Earth® e do Google Maps®, a partir do endereço de cada edificação/equipamento, sendo estas inseridas em formulário específico para cada pichação encontrada.

A realização do trabalho de campo para o autor foi de extrema importância, pois ao lançar os olhares nas paisagens para a identificação das pichações e suas disputas territoriais, torna-se mais próximo as relações e as possíveis intenções dos praticantes, evidenciando-se cada vez mais como forma estratégica suas ações, principalmente ao entender todo o contexto ali instaurado. Como um todo, foi bem proveitosa e ocorreu da forma esperada, porém, houve alguns obstáculos e percalços, pois pela tamanha extensão das vias, as intempéries como o sol, o calor e a baixa umidade atrapalharam um pouco o desempenho do caminhar (o que já era esperado) e, em certas áreas, transeuntes com alteração de consciência ou estressados por motivos aleatórios e motoristas descabidos apresentaram riscos e situações tiveram que ser contornadas. Deste modo, houve uma contribuição nas relações e na formação do presente autor.

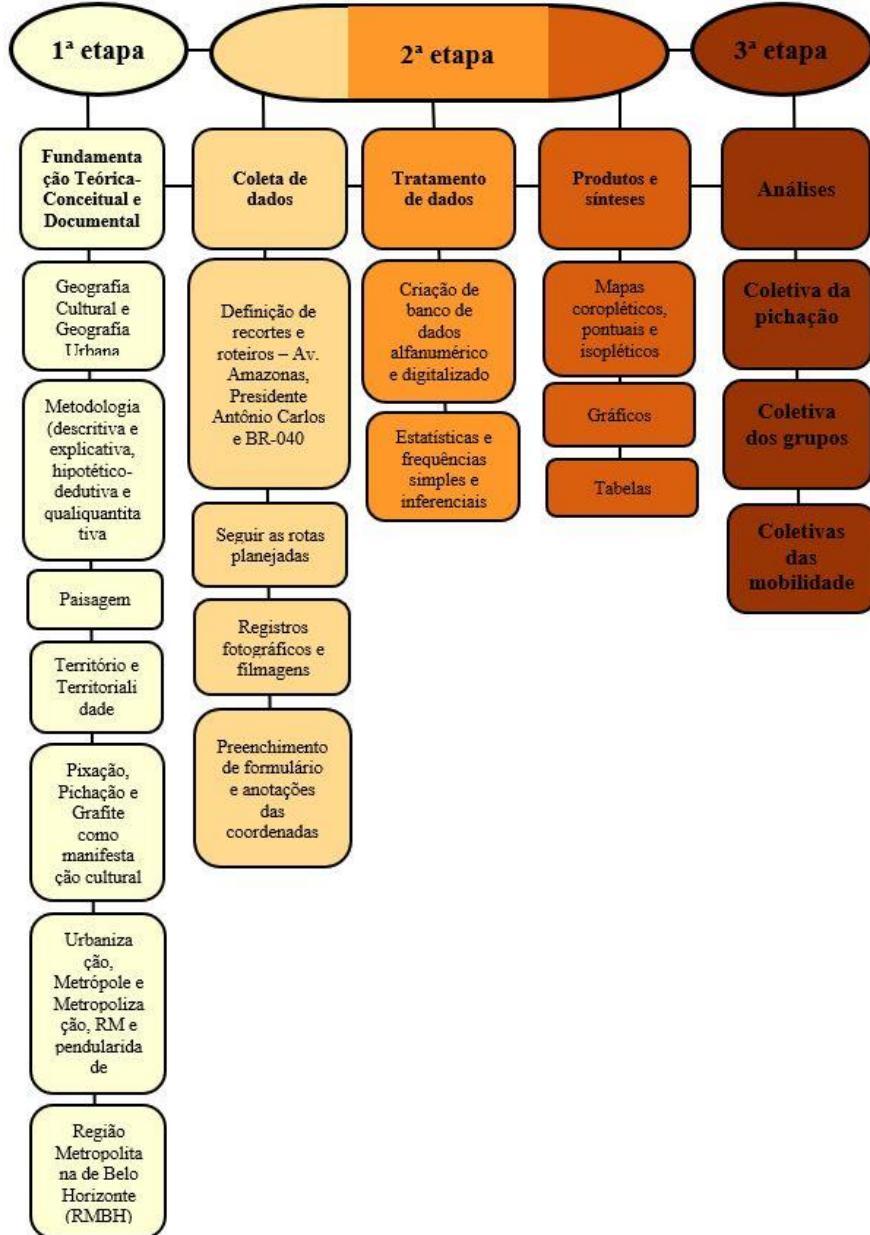
Uma vez concluído o levantamento de campo, as informações foram carregadas em um formulário digitalizado e compuseram um banco de dados alfanumérico em ambiente IBM SPSS® e R®. A etapa seguinte contemplou as análises estatísticas, incluindo a geração de frequências simples e estatísticas descritivas, que foram apresentadas em gráficos elaborados a partir do Microsoft Excel® e do LibreOffice Calc®. Paralelamente, os dados referentes às coordenadas geográficas foram importados em ambiente ARCGIS® e QGIS®. Posteriormente, para a elaboração dos mapas, os eixos estudados foram divididos em segmentos de aproximadamente 1 km (como eles não têm tamanhos exatos, nem todos os segmentos tiveram tamanhos semelhantes), tendo a Av. Amazonas (8,75 km) 9 segmentos, a Av. Presidente Antônio Carlos (7,76 km) 8 segmentos e a BR-040 (22 km) 22 segmentos. Subsequente, mapas coropléticos (mapa temático ao qual as áreas representadas são demonstradas de forma descontínua e uniformemente – generalização – com padrões de acordo com simbologias – ordem visual – que

representam proporcionalidade de uma dimensão – no caso com cores mais presentes para maiores informações e cores menos presentes para menores informações – tendo-se a magnitude em cada classe) de linhas (rodovias) e pontuais (edificados marcados) foram gerados, de modo a identificar a distribuição espacial das pichações e da ação dos pichadores.

Para identificar a principal área de atuação dos grupos, foram feitos mapas coropléticos (destacando-se somente as linhas), e, também se aplicou a técnica de Kernel (Mapa de Calor ou de Densidade de Pontos), que gera cartogramas isopléticos (semelhante ao mapa anterior, porém as áreas retratadas são apontadas de forma contínua e desuniforme – evitando-se a generalização). A técnica representa a distribuição espacial das densidades, demonstrando a concentração nas chamadas “ilhas de calor”, onde as áreas com maior densidade têm cores mais fortes e vibrantes, enquanto as áreas com menor densidade são representadas por cores mais fracas e sutis. Tal constatação baseia-se no acúmulo de registros em localidades próximas, mostrando a tendência de ocupação dos grupos de pichadores. Tendo em vista a quantidade grande de grupos que serão identificados, serão selecionados somente os cinco grupos mais atuantes de modo concomitante nas três centralidades (sendo demonstrados por cores diferentes – sem ordem visual) (atualização de LOPES, 2020). Caso os grupos destacados no presente trabalho não correspondam aos grupos identificados por Lopes (2020), serão sinalizadas as modificações e as alterações na hierarquia; evidenciando o caráter dinâmico da sua atuação espacial.

Os dados seguindo estes passos anteriores foram coletados em seis dias, no mês de maio no ano de 2022. Após todos estes levantamentos (teórico, documental e de dados), suas representações em tabelas, gráficos e em mapas temáticos, que são as bases para a análise espacial, têm-se, na terceira etapa, todas as suas análises e correlações, sucedidas das considerações finais (figura 1).

Figura 1 – Etapas da Pesquisa



FONTE: AUTORIA PRÓPRIA (2021).

A dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. A primeira parte trata-se da introdução da pesquisa e da metodologia que mescla áreas e técnicas de diferentes epistemologias da Geografia para a busca dos objetivos, pautados pela Geografia Cultural e Geografia Urbana. O primeiro capítulo aborda os referidos

campos de estudo que permeiam a pesquisa e as categorias de análises invocadas para a perquirição: paisagem, e, território e territorialidade.

O capítulo de número dois aborda acerca da pichação, pixação e grafite como manifestação cultural, tendo a definição dos termos, a evolução histórica-espacial, bem como a caracterização dos estilos. O capítulo com numeração três, busca-se os respaldos das cidades, metrópoles, metropolização, RM e movimento pendular, que são as áreas e processos aos quais a pichação está presente e também reflete. Já o capítulo seguinte, o quarto, tem-se as análises a partir de todos os contributos anteriores, distribuindo-se em uma análise acerca do padrão geral da pichação, dos grupos gerais e dos cinco principais grupos metropolitanos, além da correlação de dados sociais e culturais. E por fim, na parte subsequente, tem-se as considerações finais.

Com base nesta metodologia espera-se caracterizar a intensa disputa territorial (a partir dos atores e seus grupos) travada nos principais corredores de integração metropolitana da RMBH. A partir disso, tais relações são pautadas pelas áreas de estudo da Geografia Cultural e Urbana, com suas contribuições acerca do destaque de uma subcultura no urbano.

1 CONVERGÊNCIAS, DIÁLOGOS E ATRIBUIÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA CULTURAL E A GEOGRAFIA URBANA

A Geografia, em suas trajetórias epistemológicas (Tradicional, Teorético-Quantitativa, Radical, Humanista Cultural etc.), desdobra-se em diversas possibilidades analíticas que podem ser percorridas, com abordagens e metodologias diferenciadas. Cada qual é passível de contribuições e de críticas (CORRÊA, 2009), constituindo-se no seu conjunto o rico acervo de visões e saberes produzidos pela ciência geográfica.

Também merece relevo a versatilidade temática abordada pelos geógrafos ao longo da Evolução do Pensamento Geográfico. Uma temática importante nesse processo, que chegou a inspirar a criação de subdisciplinas, é a cultura (Geografia Humanista Cultural e Geografia Cultural). A cultura é interpretada, ignorada ou adaptada com diferentes intensidades em cada uma das epistemologias geográficas. Porém, há de destacar-se aqui a grande dificuldade de compreensão do termo, que suscitou significativas controvérsias (WILLIAMS, 2008; CORRÊA, 2014).

A cultura dá condição à existência dos seres humanos, a partir de seus produtos, ações e processos contínuos, aos quais dão sentido e significado às vivências. É algo público e coletivo; sendo como estrutura(s) de significados, e, como política de produção e circulação de significados, como definido por Geertz (1989). “Parafraseando Stuart Hall, a cultura é o meio pelo qual as pessoas transformam o fenômeno cotidiano do mundo material num mundo de símbolos, significativos, ao qual dão sentido e atrelam valores.” (COSGROVE; JACKSON, 2000b, p. 141).

A cultura é uma manifestação material e imaterial, criada nos contatos e nas relações, aos quais criam-se formas de entendimento do mundo a partir dos símbolos e dos signos, que formam relações de representantes, representados e representações (PEIRCE, 2005; LEFEBVRE, 2006), que, no entanto, não têm significados, sentidos e interpretações únicos, mesmo que essa seja sua intenção

(CORRÊA, 2009), e, são marcados em sua gênese pela instabilidade (constante mutação) (PAULO, 2020). Estes são passíveis de uma gama imensa de interpretações, às quais as vivências e as experiências são a lente que as pessoas usam para suas visões de mundo e, logo, para ler e acessar esse mundo exterior (FREIRE, 1968; HALL, 1997). Visões de mundo podem ser propostas como um “sentido mais concreto para designar lugares” (GOMES, 2013, p. 19), paisagens, territórios e territorialidades, ou seja, dá forma aos sentidos. A apropriação simbólica do mundo forma geografias, histórias e culturas próprias (COSGROVE, 2003).

Há de se lembrar que a cultura não é apenas esse aglomerado maior, como a etnicidade, a nação, a religião e outras (WILLIAMS, 2008). Turra Neto (2013, p. 42) afirma que: “a cultura não pode mais ser vista como um conjunto homogêneo de hábitos, costumes, utensílios e tradições de um povo, transmitida de geração em geração, como foi, durante muito tempo, pensada no seio da ‘Geografia Cultural Tradicional.’” Cultura é a maneira de viver total de uma parcela da sociedade. “De fato, não se trata de ‘uma’ cultura, mas de ‘culturas’, já que existem disputas político-culturais entre diferentes grupos sociais, pelo domínio das representações.” (BLOOMFIELD, 2008, p. 767). Deste modo, as culturas desenvolvem-se de diversas maneiras em diferentes contextos (SAUER, 2003). Nesse sentido, cultura pode ser utilizada para enaltecer ou difamar grupos sociais (DAMATTA, 1981).

Há também as culturas dominantes, as alternativas, as periféricas, as margens, as excluídas, as emergentes, as subculturas, as contraculturas e outras (WILLIAMS, 2008). Isto é “o antídoto a um significado imposto, único, que as elites, em sua hegemonia cultural, pretendem impor” (CORRÊA, 2009, p. 3). Portanto, como destacado anteriormente, a cultura tem diversas possibilidades de ser, além de sua polissemia e dificuldade de definição. Uma dessas (mas não a única) tem caráter explícito de emancipação e contra-hegemonia, tornando-se um instrumento para organizar e pautar grupos excluídos (JACKSON, 1989). Para afirmar as suas identidades, utilizam sobretudo o espaço público e urbano como palco de suas ações (MITCHELL, 2000). Por buscarem visibilidade (e adrenalinas), utilizam-se de

ações fortemente impactantes, focando em ações simbólicas. O uso e controle do espaço da cidade acirra a competição por ele (CLAVAL, 2011).

Para Harvey (1985) os conhecimentos de aportes geográficos, espaciais e sociais ocupam posições centrais nas formas de ações dos grupos, que utilizam estes como foco principal de reivindicações. Assim, através da reivindicação de espaços, principalmente urbanos e em grande parte públicos (e também metropolitanos, a partir de seus constituintes paisagísticos e territoriais), os grupos sociais se tornam efetivos e também políticos e públicos (MITCHELL, 2000). Estes grupos buscam-se, além disso, a vivência cosmopolita, globalizada e metropolitana.

Para os membros dessas comunidades, a identidade não é específica de lugar; localidade, no sentido estritamente geográfico, não desempenha nenhum papel em seu sentido de si mesmo. O estilo é cosmopolita, não local; o objetivo é não ser vinculado ao lugar. Evidentemente, as exibições desses estilos acontecem em algum lugar. Na verdade, os próprios lugares freqüentemente assumem uma importância cultural que reforça os rituais culturais. (MCDOWELL, 1996, p. 173).

A partir disso, impactam o espaço que estão localizados e os locais que têm relações com estes. A paisagem dos locais está impregnada de sentido político, controlando ou exercendo significados. A própria arquitetura é excludente e impõe hierarquia. O contra-ataque nestes edificados (aqui sendo representada pela pichação) também é uma forma de cultura (COSGROVE, 1998; CORRÊA, 2009). Deste modo, a representação tem uma natureza problemática, pois há diversos grupos impondo significados, enquanto concomitantemente há grupos tentando derrubar esses significados, aos quais muitos são impostos pela ordem vigente (PAULO, 2020).

Lefebvre (2006) sugere que a representação busca e precisa explicitar conflitos e contradições na trama das produções dos espaços contemporâneos. Além disso, Serpa (2014) salienta que as representações são formas de comunicar e, consequentemente, de (re)elaborar o(s) mundo(s).

Assim, destaca-se que a humanidade e todas as suas características possuem articulações entre a cultura e aspectos espaços-temporais e estético-

artísticos. A cultura, a Geografia e as artes são inerentes à própria história humana, trazendo sua vitalidade (igualmente trazida pela pichação). Os materiais utilizados, as ideias, as concepções e as ideologias, atrelados aos contextos, influenciam a construção da cultura e suas nuances. A Geografia Cultural ao longo dos anos privilegia tais fatores.

1.1 O campo de estudos da Geografia Cultural

Segundo Claval (1999), a Geografia Cultural, entendida como uma subdisciplina teria sua epistemologia dividida em três grandes fases. A primeira, com relações às próprias origens da Geografia, tem seus inícios por volta do ano de 1890 na Alemanha (destacando-se Ratzel com estudos sobre a dependência que o ser humano possui do meio e a mobilidade como fator essencial da vida dos indivíduos e das comunidades; Hahn abordando as problemáticas acerca da origem da agricultura e da domesticação de animais e as suas complexidades; Shlüter estudando sobre os estabelecimentos humanos; e Passarge pesquisando e realizando análises comparativas entre determinadas paisagens) e na França (com foco em La Blache, com os gêneros de vida; Brunhes destacando o habitat, os materiais e as técnicas de construção; e Deffontaines também com gêneros de vida), e, em 1925 nos Estados Unidos da América (EUA) (com estudos acerca da cultura mesclada ao passado, ao presente e ao futuro, correlacionado às paisagens, destacando-se esta abordagem como uma das definições da Geografia).

Sauer introduz essa perspectiva nos EUA (que é continuada pela Escola de Berkeley), abarcando conexões entre Geografia, História e Antropologia na definição da paisagem. Sendo essa subsidiada pela formação da própria Geografia como área do saber, buscando seus caminhos, identidades, objetos, métodos, “padronizações”. Sauer “[...] é tido como o geógrafo que, de forma deliberada e consciente, definiu seus estudos como Geografia Cultural.” Tal Geografia é denominada de Geografia Cultural Tradicional (TURRA NETO, 2013, p. 39).

A segunda fase vai de 1940 a 1970, sendo o período que busca uma retratação, já que havia perdido influência devido à Geografia Regional de Hartshorne entre 1940 e 1955, e, à Nova Geografia com a Revolução Teorética-Quantitativa entre 1955 e 1970. Sua influência advém do pós-guerra e da expansão industrial e capitalista, época que se ocultava culturas tradicionais e regionais (note-se a contradição por evitar alguns aspectos regionais), focando em localização, em atributos urbanos e em matemáticas no geral (note-se a contradição por evitar a cultura da matemática).

Além disso, a Geografia Radical e a própria Humanista fizeram frente e também conflitaram com a Geografia Cultural (a primeira com o foco na superestrutura e a segunda com as vivências e fenomenologia). Assim, os geógrafos desta abordagem cultural buscaram relevâncias sociais, entender o mundo contemporâneo e as novas mudanças da sociedade. No ambiente social, tem-se novas formas de afirmações dos grupos, experiências urbanas modificando aspectos culturais, fragmentação da cultura de massa, movimentos sociais buscando o direito à diferença e o direito à cidade (*Ibid.*). O ambiente desse momento é contestador e libertário: “é nele que surgem os hippies, as revoltas estudantis e uma série de grupos e manifestações da chamada contracultura, que questionam fortemente os padrões culturais e políticos instituídos.” (LEO NAME, 2010, p. 171). É nesse contexto que a pichação contemporânea também vem a se desenvolver (LOPES, 2020). Destaca-se neste seio a pichação como meio de expressão social (atrelado à paisagem) e também de poder (somado ao território e à territorialidade) essencialmente cultural e urbano (e metropolitano).

No ambiente acadêmico, tem-se a reflexão pós-moderna, que novamente trouxe a questão e a temática da cultura à tona para o destaque e a flexibilidade teórica e metodológica (TURRA NETO, 2013), focando diferentes grupos e subculturas. Durante essa fase, advindo de uma das vertentes derivadas da pós-modernidade, ocorre a Virada Cultural (*Cultural Turn*) iniciada em 1960, marcando as Ciências Sociais, principalmente após 1980. Ela traz luz aos conceitos e aos métodos da Etnografia e da Etnologia; as realidades ideais são componentes das

sociedades e não superestruturas; e o relativismo cultural, com particularismos implícitos. Além disso, ela não ocorre sozinha, ocorre concomitante com e conectada à Virada Linguística (*Linguistic Turn*), ao construtivismo, à Filosofia Analítica, à Fenomenologia e ao pós-colonialismo. A Virada Cultural “[...] diz respeito a um conjunto de coisas muito diversas e provavelmente contraditórias entre si, porém ela tende a acentuar outros objetos e outras abordagens não muito privilegiados pelas ciências sociais até então.” Assim, essa virada traz um olhar maior para a especificidade da vida humana em sociedade e humaniza as Ciências Sociais (LÉVY, 2015, p. 21).

Nessa época, tem-se uma grande mudança na cultura. Segundo Simmel (1973) e Wirth (1973) cria-se uma cultura das cidades, do urbano, da velocidade, da mobilidade e dos fluxos. Tudo tem que ser rápido, tendo uma explosão de informações e culturas na cidade (ambos aproveitam-se disso). A própria cidade explode e implode em si (LEFEBVRE, 2004), assim como as informações e as culturas. Essas culturas passam a ser atribuídas em diversas escalas (principalmente as maiores), como da pessoa, da família, da casa, da rua, do bairro, da região, da cidade, de certos grupos. Dessa maneira, os conceitos de subcultura, contracultura e afins são destacados nesses processos, bem como os conceitos de classe dominante, marginal, residual, emergente, periférica e excluída; aos quais constroem diferentes e específicas paisagens, territórios e territorialidades. Têm-se um sentido político cada vez mais atrelado, sendo um “poderoso meio através do qual sentimentos, ideias e valores são expressos” (COSGROVE, 1993a, p. 8).

A partir dessas vivências, o ser-no-mundo, que experimenta as dimensões de passar por eles, remete que os “[...] agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes estão implicados nesses processos e que [...]” criam e utilizam da “[...] apropriação/criação/produção de espaço” (SERPA, 2017, p. 588). Com Lefebvre (2006) e Lucena (2017) têm-se que as formas de apropriações diversas dão sentido, ambiência e vida aos lugares; são partes e formas representativas para um grupo social.

A terceira fase ocorre em 1980, tendo a Geografia Cultural Renovada, Nova Geografia Cultural ou Geografia Cultural Pós-80, à qual aparecem periódicos especializados (CORRÊA, 2017; ROSENDAHL, 2020). Sua inspiração advém dos embates epistemológicos, teóricos, técnicos, metodológicos, de procedimentos, aos quais emergem Geografias e subcampos, que convergem e geram essa renovação. A Geografia Cultural que emerge renovada tem um nítido sentido político. Assim “[...] está precisamente centrada nos significados que os diversos grupos sociais constroem relativos à espacialidade passada, do presente e mesmo do futuro.” (CORRÊA, 2009, p. 6).

Destaca-se que as preocupações da Nova Geografia Cultural são apresentar uma abordagem contemporânea e histórica; social e espacial; urbana e rural; com foco nas modificações da cultura, das ideologias dominantes e das dominadas, e, das formas de resistências. A cultura aqui não é algo residual e, sim, o modo como a sociedade modifica, experiencia, contesta e constitui (COSGROVE; JACKSON, 2000b). “Os temas e conceitos mais explorados são: hegemonia, táticas de resistência de grupos dominados, relações entre política e poder, subculturas populares, símbolos culturais, geografia das minorias, geografia de classes.” (BLOOMFIELD, 2008, p. 766).

Nota-se, assim, que a Geografia Cultural é caracterizada por variedade epistemológica, advinda sobretudo de suas mesclas (CORRÊA, 2009). Enquanto Sauer é o destaque da Geografia Cultural Tradicional, Cosgrove é o destaque da Geografia Cultural Pós-80. “Cosgrove constitui um dos mais importantes autores da denominada nova geografia cultural [...] Julgamos que ela [a obra] se situará, junto com a obra de Sauer, como uma das bases da geografia cultural e da geografia histórica.” (CORRÊA, 2014, p. 38). Destacam-se além dele, Duan, Jackson e Mitchell, que se fundam na cultura como sistema de construções sociais e simbólicas.

No que tange a realidade brasileira, Corrêa (2009) assevera que a trajetória da Geografia Cultural pode ser dividida em três grandes momentos. O primeiro, na década de 1990, teve-se a chegada desta abordagem no Brasil, sendo desconfiada,

por ser novo, com o receio de abalar as estruturas acadêmicas. Chega-se precisamente em 1993, com a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura (NEPEC) do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e que edita o periódico Espaço e Cultura, a publicação eletrônica Textos NEPEC e a coleção de livros Geografia Cultural (ROSENDALH, 2020).

O segundo, entre 2001 e 2005, tem-se uma certa aceitação, sendo algo que começa a despertar a atenção, a partir de aspectos interessantes com suas novas formas de entender os objetos (sendo algo novo em relação ao que já era comum – as outras abordagens). E por fim, o último momento, de 2005 até os dias atuais, tem-se a infeliz vulgarização, pois, é adotada geralmente (mas não unicamente) sem reflexões, sem críticas e de qualquer maneira, sendo marcada pelo senso comum na leitura da cultura, negligenciando bases teóricas robustas. Corrêa (2009) afirma que se deve ter cautela na utilização deste campo, a fim de não perpetuar injustiças e preconceitos epistêmicos e nem ações errôneas (GROSFOGUEL, 2016).

Deste modo, os desafios que estão marcados no cotidiano destes geógrafos culturais seriam a conexão entre identidade, reconhecimento, significado (TURRA NETO, 2013), paisagem, território, territorialidade. Refletir sobre a resistência de grupos subordinados, populares, excluídos e dentre outros, e como estes demonstram-se a sua cultura no urbano, torna-se essencial. Sendo primordiais como também são o contexto, o lugar e o tempo das culturas plurais e específicas (COSGROVE; JACKSON, 2000b).

Os geógrafos culturais precisam buscar estas formas levantadas anteriormente, entender os fenômenos/manifestações e evitar as contradições (com abordagens e decisões que privilegiem aspectos culturais como um todo, bem como dos grupos sociais reprimidos e suas relações, sendo contra as injustiças). Corrêa (2009, p. 3) afirma que “os significados constituem o foco da atenção do geógrafo cultural”. Já Claval (2001, p. 40) sugere que a indagação pertinente é: “Por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da

mesma maneira [...]”? Há, então, uma iconografia política, cultural, territorial, ao qual cabe o geógrafo cultural descrever e interpretar o sentido (LEIB, 2002). Assim, estas formas têm o palco da cidade, e da Geografia Urbana, com o foco nas formas em que estas manifestações se apresentam neles.

1.2 O campo de estudos da Geografia Urbana

A Geografia Urbana traz à análise geográfica o caráter de estudos do meio em que os seres humanos predominantemente vivem. Abordando as cidades, municípios, suas origens, crescimentos, desenvolvimentos, entorno, relações internas e externas (intra e inter-urbano e/ou regional), localização absoluta ou relativa, tipologia, hierarquia e redes (SANTOS, 1985), além do comportamento humano.

A Geografia Urbana é o ramo da Geografia que se concentra sobre a localização e o arranjo espacial das cidades. Ela objetiva acrescentar uma dimensão espacial à nossa compreensão dos lugares e dos problemas urbanos. Os geógrafos urbanos estão interessados em identificar e explicar a distribuição de cidades, e as semelhanças e contrastes que ocorrem dentro e entre elas. Eles estão interessados no estudo do padrão urbano contemporâneo e nas maneiras como as distribuições e os arranjos internos das cidades se modificam ao longo do tempo (CLARK, 1991, p. 18).

Os geógrafos urbanos buscam identificar as diferenças entre as cidades; promovendo uma compreensão do mundo a partir da espacialidade das relações sociais, dos fenômenos e das dinâmicas urbanas; produção dos espaços contemporâneos, urbanos e da cidade; produção e reprodução da história, do contexto socioeconômico e político e da sociedade; exterioridade e interioridade (global-local); aspectos metropolitanos; e o direito à cidade e à cidadania (CLARK, 1991; SANTOS, 1988; CARLOS, 2012).

Segundo Carlos (2012), entre a Geografia Urbana, destaca-se que ela é tida como a compreensão do mundo a partir das espacialidades de todas as relações sociais; que o próprio cotidiano é produto da história e de si mesmo e, logo, utilizado

para auxiliar e combater a si mesmo; que a cidade é produzida constantemente por impasses grandiosos; e por fim, que o direito à cidade se torna cada vez mais um projeto de modificação da sociedade e busca dos marginalizados.

A urbanização não representa apenas o crescimento da cidade, suas características, modos, extensão do tecido urbano, maneiras sobre as adjacências, mas sim de conteúdos amplos, do capitalismo, da sociedade, de transformações, além da existência humana, bem como de suas práticas, hábitos, culturas e afins, sendo concreta, material, abstrata, imaterial e simbólica. Deste modo, a cidade é de todos e para cada um, é ambivalentemente particular e coletiva. Ela, por mais que limite o ser humano, é capaz também de libertá-lo (*Id.*, 2005).

Assim, todas essas relações da cidade passam por imbricações diversas a partir dos contextos, e, passam por sucessões diversas, que não são lineares, com tempos e espaços completamente desiguais, mas concomitantes. Singularidades são encontradas em cada uma destas (CORRÊA, 1988; SANTOS, 1988), assim como a cultura.

Some-se a isso, a contribuição dada à temática da classificação, hierarquia e processos das cidades e municípios (como pequena, média, grande, metrópole, Aglomeração Urbana – AU, RM ou Área Metropolitana – AM, cidades globais, metropolização e afins). A metrópole e as RMs encabeçam as hierarquias nacionais, sendo objeto de estudo do presente trabalho.

Deste modo, tanto a Geografia Urbana quanto a Geografia Cultural, acompanham todas as transformações da sociedade e, assim, influenciam-se mutuamente. Tal fato faz com que se tenha a possibilidade de suas abordagens unificarem-se. As cidades e o espaço urbano são constituídos de diversas relações e formas; há processos e construções materiais e imateriais, pois, há, de qualquer forma, um sentido subjetivo, individual e coletivo na construção do espaço da cidade (físico e abstrato), ocorrendo o processo de construção social da realidade, da identidade e da cidade (SILVA, 2000).

Assim, com suas diversas características e propósitos, há vários caminhos a serem seguidos, porém, todos precisam ser reflexivos. Todavia, não há a priori

caminhos, escalas geográficas, espacialidades, termos e tempos únicos e melhores que os outros, mas sim formas, oportunidades e necessidades que podem ser perseguidos (CORRÊA, 2009; LÉVY, 2015). Tal passo demonstra a ligação entre as duas áreas de estudo aqui levantadas.

1.3 Convergências entre Geografia Cultural e Geografia Urbana

As Geografias Cultural e Urbana têm suas trajetórias marcadas por momentos de estagnação e renovação compartilhados, sobretudo por serem amplamente correlacionadas a quaisquer contextos socio-econômico-têmpero-espaciais. Entretanto, isso não significa que elas são utilizadas em conjunto.

A Geografia Cultural, como destacado anteriormente, em sua última fase prioriza o destaque às diversas formas de interpretações sobre os grupos e as culturas de certas parcelas da sociedade (minorias). Já a Geografia Urbana utiliza-se da dimensão espacial para a compreensão das cidades e dos urbanos (e dos metropolitanos) e de todas as suas dinâmicas e processos.

A cultura está na cidade assim como a cidade está na cultura. Com efeito, os aspectos culturais podem explicar os aspectos urbanos e vice-versa. Segundo Cavalcanti (2011), busca-se a análise da constituição e da (re)produção do espaço urbano, ao qual é construído pelas funções e dimensões materiais e concretas ou simbólicas e abstratas, destacando-se as vivências, o social e o cultural. A experiência no urbano torna suas ações priorizadas, pois, convergem e divergem os planos da sociedade. Há um processo de elaboração da realidade que perpassa pelas vivências e culturas, não sendo somente algo biológico e/ou funcional, mas também simbólico e/ou abstrato (SILVA, 2000).

A cidade e o urbano, com sua vivência complexa de inúmeras culturas, identidades, pertencimentos, relações, indivíduos, cidadãos, não-cidadãos, estrangeiros e afins convivendo e dividindo um mesmo espaço é a característica intrínseca destes. Concomitantemente, há uma gama imensa de relações (próximas ou não) que pautam o cotidiano (relações de moradia, de trabalho, de estudos, de

lazer, de prazer, de diversão, de manifestação cultural, de saúde, dentre outros). Estas relações, além de ocorrerem a partir de culturas no urbano, são também privilegiadas pelas suas atribuições nas paisagens, nos territórios e nas territorialidades.

Tem-se o espaço da cidade considerado como o espaço real, do utilizador como criador de culturas e suas variáveis, das efemeridades e das transitoriedades, que são absorvidas e repelidas pela agitação urbana (LISBOA, 2008a).

As cidades e as paisagens urbanas são um contexto privilegiado, em que se disputa o domínio dos sentidos que elas podem oferecer. Diferentes agentes entram, cotidianamente – às vezes em confronto, às vezes em consenso – no complexo jogo das imagens das e nas cidades: administradores, gestores, planejadores urbanos, profissionais de comunicação, acadêmicos, vendedores de todo tipo, artistas, cidadãos que a vivenciam ou o público em geral. Em um lado, parecem estar os primeiros como articuladores, propositores ou manipuladores das imagens nas e das cidades; no outro, os cidadãos e o “público em geral” que as percebem, as vêem, as consomem. Aqui, a dicotomia é pura aparência. O jogo é intrincado. (BLOOMFIELD, 2008, p. 764).

O ser humano produz o mundo ao mesmo passo que é produzido por ele, nas relações sociais, nos momentos históricos, presentes e futuros e nas condições necessárias a estas modificações. Assim, “[...] a realidade é uma construção objetiva, material, ao mesmo tempo, a sociedade, para além de um processo de objetivação, contempla um processo de subjetivação na medida em que ela adquire consciência prática desta mesma realidade.” (*Ibid.*, p. 96). Deste modo, a cultura e o urbano se entremeiam e se recriam constantemente.

Todavia, “[...] pensar o mundo e nossa condição no mundo a partir da cidade e, particularmente da metrópole, é a garantia necessária a partir da qual se poderia ler o mundo contemporâneo?” (CARLOS, 2012, p. 98). Cremos que unicamente não seria isso. Pois a manifestação do urbano se dá a partir da materialidade/imaterialidade, ou seja, da cultura e das suas constantes dinâmicas e modificações.

Dessa maneira, há uma constante transformação dos processos das cidades (SANTOS, 1988), na existência humana na/da cidade, como prática real e concreta

desta e dos cidadãos (e não-cidadãos). O mundo moderno passa sobretudo pelo entendimento da sociedade urbana e suas modificações e contradições, baseadas na cultura (CARLOS, 2012).

Do ponto de vista da Geografia Cultural,

[...] trazendo à análise geográfica um caráter mais subjetivo, humano, que busca ultrapassar análises meramente econômicas e políticas, dando vez, assim, na relação homem-meio, ao que é subjetivo, ao sentimento de pertencimento, identidade e sentido que se dá a um determinado espaço, por meio das relações cotidianas que as pessoas estabelecem com este, relações que são, por sua vez, ricas, complexas e instigantes. (SANTOS; BAHIA, 2014, p. 2).

Do ponto de vista da Geografia Urbana,

[...] podemos pensar o urbano como o modo pelo qual a reprodução do espaço se realiza na contemporaneidade, como realidade e como possibilidade. Nesta direção, coloca-se a necessidade a) de desvendar a realidade urbana que aparece e vem sendo apresentada como caótica num mundo em crise que, em sua dimensão sócio-espacial, desafia a compreensão dos geógrafos frente às profundas mudanças no espaço e no tempo; b) de pensar os novos conteúdos da urbanização superando as análises que a restringem a uma questão quantitativa referente ao aumento do número dos habitantes nas cidades e aglomerações urbanas; c) de pensar a prática sócioespacial como momento explicativo que revela a profunda indissociabilidade entre produção do ser humano e a produção do espaço. (CARLOS, 2012, p. 95).

Lefebvre (1953) escreve que cada forma artística corresponde e é feita para um sentido humano, ao passo de que a cidade, como a obra de arte máxima (e que congrega todas as outras obras) é relacionada aos sentidos de contato e vivência, ou seja, de todo o corpo (e sentidos), e assim, consequentemente, inclui todos os sentidos humanos. Entretanto, chamá-la de obra de arte (paisagem) é afirmar que não é produzida apenas por um indivíduo somente (grupal), mas um conjunto destes (território e territorialidade), com relação a outros e com uma base relativamente comum (cultura).

A produção do espaço (e também de culturas, paisagens, territórios e territorialidades) somente ocorre quando o ser humano se apropria e usa de porções

desse espaço, envolvendo todos os seus sentidos. A cidade realiza-se a partir da cultura, tendo espaços, tempos e territórios ocorrendo juntamente, possuindo trocas e circulação diversas – tendo-se a vida social. Assim, pensar a cidade e o urbano é pensar a vida do ser humano, “[...] seus desejos e necessidades, como determinada sociedade vive e se reproduz na cidade e como pensa o seu futuro e aquele da cidade.” (CARLOS, 2012, p. 99).

Deste modo, correlacionar estes dois campos da Geografia Cultural e Urbana é primordial, pois “as relações que os indivíduos estabelecem com os outros lugares que dão um sentido à sua vida dão origem a comportamentos relativos ao espaço que nenhuma análise funcional pode dar conta” (CLAVAL, 1999, p. 153). A partir disso, as possibilidades da vida que se fazem na cidade são construções sociais e de indivíduos, dotando-a de significados (SANTOS; BAHIA, 2014), ou seja, dotando a cidade de culturas, de simbolismos e de sentidos. Portanto, “[...] o urbano na perspectiva da Geografia Cultural contribui para o conhecimento da urbanização e da cidade, enfatizando os múltiplos significados que os diversos grupos sociais estabeleceram a respeito dela.” (PAULO, 2020, p. 50). Deste modo, a pichação resume e atribui os dois pontos.

O estabelecimento destes grupos citadinos pode ser encontrado na forma que estes, a partir de sua cultura, modificam-se a paisagem, com base nos seus territórios e territorialidades.

1.4 As categorias de análise espacial investigadas para/com a pichação

A construção das cidades passa por sistemas culturais e urbanos de construção, que permitem a diferenciação de criações, visões, interpretações, vivências, espaços e poderes diferenciados, aos quais estão correlacionados com as categorias que serão destacadas adiante: Paisagem, e, Território e Territorialidade.

1.1.1 Paisagem

As relações entre símbolos, signos, representantes, representados, representações, significados, sentidos e interpretações no jogo de transformação que estes perpassam, são atribuídas pela cultura e pelo urbano (e pela cultura do urbano e pelo urbano da cultura), sendo representadas, de forma material e imaterial, na paisagem. Dessa maneira, toda a vida social e suas vivências envolvem a interpretação e a negociação destes aspectos dentro de um grupo de atores sociais (COSGROVE; JACKSON, 2000b).

Neste compasso, a paisagem, uma das cinco categorias de análise da Geografia (além do espaço, do território, do lugar e da região) e a primeira a ser evocada aqui é definida por Santos (2004) como tudo o que os sentidos e a percepção alcançam. Assim, é composta de materialidades e imaterialidades, como objetos, texturas, tons, cores, palavras, letras, formas, sons, odores, tatos, linguagens, contextos, consciências, ideologias, ações, intenções. Todos os sentidos humanos são utilizados, que são os traços comuns para a percepção da paisagem⁹. Entretanto, o campo visual é muito maior que todos os outros sentidos e, some-se a isso, o fato de que na sociedade moderna, a visão é cada vez mais requisitada¹⁰ (TUAN, 2012).

A pichação inspira-se nisso, pois, os praticantes utilizam de palavras estilizadas, em diversas altitudes, tamanhos e compostos das cidades, abarcando todo o campo visual e sendo vista de qualquer lugar e forma, sendo então onipresente. Como a cidade tem várias escritas (nomes de loja, outdoors, faixas), a

⁹ A visão (o humano depende mais), o tato (alternância entre pressão e resistência), a audição (fácil sensibilização do ouvinte) e o olfato (sem muita alteração ao longo dos anos), causam as diferenças nas percepções. A pichação perpassa por todos estes. Quem pratica precisa visualizar o suporte e a obra final, o tato ocorre na utilização do material e também no suporte aplicado, a audição advém do barulho do material utilizado e do contato com o suporte, mas também de possíveis riscos e fatos que os atrapalham, e o olfato vem também da utilização do material e do suporte. Quem observa, foca apenas na visão do trabalho final e do suporte.

¹⁰ Pessoas que têm o sentido da visão diminuído ou debilitado por quaisquer motivos que sejam, compensam este sentido nos outros (cada qual em um sentido), tendo esse mais acentuado, buscando um equilíbrio.

pichação também é, assim, torna-se parte indissociável da paisagem e da imagem das cidades, que se criam mutuamente (LYNCH, 1980, LOPES, 2020). O pichador possui parte de sua memória em todos os sentidos, mas a partir da grafia feita pelas mãos, ele externaliza-a.

Deste modo, a paisagem é criada e recriada nos contatos de coisas e de não-coisas, e vice-versa. Há um “sistema de significação subjacente à própria paisagem [...], que reproduz códigos de significação que estão presentes em outras áreas do sistema cultural”. (DUNCAN, 2004, p. 109). A paisagem forma culturas e é então formada por estas, materializando e imaterializando as representações que os indivíduos destas culturas sentem pertencentes. Apropriando-se disso, muito pode e deve ser aprendido sobre uma cultura, observando sua paisagem criada e seus atos perante e para ela (SAUER, 2003), aos quais os pichadores estabelecem-se na modificação veemente dos contributos paisagísticos.

A paisagem, [...] é uma marca, que expressa uma civilização a partir de sua materialidade, [...] mas é também uma matriz, que participa dos esquemas de percepção, concepção e ação, ou seja da cultura; ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada e eventualmente reproduzida por uma estética e por uma moral, gerada por uma política etc (BERQUE, 1998 [1984]). [...] vê também que a paisagem é uma abstração que não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos (BERQUE, 1994a, p. 5). (LEO NAME, 2010, p. 178).

Berque (1994) ainda afirma que sociedades paisagísticas são inerentes à configuração dos modos de vidas destas, relacionadas a diversos momentos da civilização. Assim, cada paisagem reflete e inflete, mas também incorpora e é utilizada, de maneira única e intrínseca a cultura que a criou. Portanto, os pichadores modificam as paisagens representando-se e disputando-se (pelo território, pela territorialidade e pelo “ibope”) com outros concorrentes e a si próprios.

Ela é formada concomitantemente a partir do processo dialético da produção cultural, das práticas sociais, de hegemonias, globalização, sistema econômico e cultural, momento histórico-social-geográfico (COSGROVE, 1998) de um lado, e, de indivíduos e grupos que reproduzem, constroem, destroem, refutam e evitam

essas produções de significados gerais, de outro (tendo-se níveis diferentes de contestação entre os grupos e dentro deles). Ela se dá, então, pelas existências de diversas culturas, com inúmeros sistemas simbólicos representativos, aos quais dão características intrínsecas a certas porções do espaço (CAETANO; BEZZI, 2008). É a expressão da identidade de um grupo, de suas vivências e hábitos, da compreensão e demonstração que estes têm da realidade, da vida, do mundo e da forma como comunicam entre si e entre outros, sendo estes códigos da cultura lançados nela. Em vista disso, ela torna-se um aspecto de disputas, apropriações e construções socioculturais. Portanto, os grupos sociais apropriam-se destas a partir de seus usos, desejos, gostos, expectativas, ações, ataques, contra-ataques etc. (CONAN, 1994).

Nas sociedades contemporâneas o jogo das imagens é intrincado, [...] em que se confundem as posições sociais na luta pela atribuição de sentido às paisagens urbanas e onde há um processo dinâmico e contínuo de circularidades. A distribuição das mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, em todos os setores das sociedades, desde o início da modernidade, ocorre de maneira heterogênea e desigual, mesmo se considerando o contexto circunscrito das cidades, em comparação com a escala planetária. Em alguns lugares do mundo e, até, em um mesmo lugar, óticas, táticas e modos de vida pré-modernos, modernos e contemporâneos se alternam, se sobrepõem e convivem, dialeticamente, tornando as paisagens urbanas em espaços de disputas simbólicas. (BLOOMFIELD, 2008, p. 773).

Essas combinações podem levar à composição de uma “[...] paisagem poligenética, isto é, com formas produzidas em diferentes momentos pela ação de diferentes agentes sociais que efetivaram diferentes funções” (CORRÊA, 2016, p. 3). Deste modo, o momento presente se constitui como a combinação de fatores que percorrem as formas complexas de reprodução social, abarcando o cultural e o vivido. Há a constante criação dos palimpsestos na criação das cidades (recobrindo e sendo recobertos pelas pichações e suas relações).

A paisagem modifica-se ao longo dos anos, sendo um processo inevitável, pois tende a concentrar as ações humanas de transformações dos objetos e da natureza, a fim de utilizar técnicas empreendidas pelo ser humano para facilitar a

vivência com o domínio (ou, pelo menos, a sensação de domínio) sobre todas as coisas.

Ela também é resultado de constantes acontecimentos históricos, evolução, sucessão, recuo e dentre outros aspectos que determinados contextos perpassam. Isto posto, as paisagens são um conjunto ordenado de objetos, discursos e ações, estando em contextos diversos (BLOOMFIELD, 2008). Assim:

Como um “produto” sociocultural, a paisagem pode ser vista, modificada, usada, destruída, consumida, vendida e, também, causar prazer estético. Mais do que isto, ela é constitutiva das relações socioculturais, pois é, ao mesmo tempo, estruturada e estruturante. (*Ibid.*, p. 765).

Deste modo “[...] a paisagem é vista desempenhando importante papel na sociedade: por meio dela o sistema social é comunicado, reproduzido, experimentado e explorado.” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2004, p.10). Além disso, ele também é negado, contestado e mostrado as insatisfações sobre ele no geral (como pela pichação).

Dessa maneira, Cosgrove (1998) aponta que a paisagem é uma forma baseada na hegemonia europeia/ocidental/norte-global/norte-social de ver o mundo, onde habita e como o indivíduo (seja ele indivíduo, coletividades, grupos, sociedades ou culturas) tem sua visão de mundo e interpreta o mundo. Tudo o que a envolve está ligado a uma atitude totalmente ideológica e com interesses e estratégias, focada principalmente na dominação (ou em seu embate). É um processo e é permanentemente inacabado. Portanto ela não é uma realidade em si mesmo, mas criada a partir de formas de manipular o espaço.

Para Lacoste (1977) há uma seletividade do olhar, pois a paisagem é determinada por um grupo dominante que determina o que é bom, belo e bonito, sendo uma estratégia altamente implícita. Por que os edificados geométricos, agressivos e sem cores, com cimento, vidros, frios e sem vida são considerados interessantes e as letras, palavras, caligrafias, formas, cores, desenhos, quentes e com vidas empregados neles não são?

As ideias de Cosgrove (1998) apontam para as diferentes (sub)culturas, principalmente as dominadas, que possuem paisagens específicas, peculiares e correspondentes, mesmo que sejam paisagens apenas da fantasia e da criação, mas que são renegadas pelas hegemonias.

[...] há, por um lado, [...] em se perceber que a paisagem como objeto que está condicionado aos olhos, à localização, às técnicas e às mentes de quem está diante dela, por outro lado, há em muitos deles uma desmesurada e não admitida valorização do sentido estético da paisagem, que se resume à noção de beleza – esquecendo-se que uma paisagem pode ser “esteticamente repulsiva” –, como também uma problemática ausência de discussão do conceito de representação [...], o que estabelece um conflito escalar na posição do observador e no objeto observado [...]. E, máxima contradição, a insistência da existência de uma paisagem “real”, de certa forma entendida como um espaço concreto, absoluto e longe das manipulações capitalistas – portanto inexistente! [...] (LEO NAME, 2010, p. 175).

Baseando-se então em Lefebvre (2004), parte-se do princípio de que realidade, representação, ideologia, dominação, paisagem e cultura se fundem e confundem, pois complementam e interagem entre si. Segundo Corrêa (2007), a paisagem,

[...] ao ser um meio de comunicação da identidade social e étnica, torna-se um relevante elemento do processo de reprodução social, em virtude de ser um repositório de símbolos de classe social e de herança étnica. A paisagem [...] está, em realidade, impregnada de sentimentos e simbolismos. (*Ibid.*, p. 179-180).

Assim, a paisagem pode ser considerada como uma forma de linguagem, pois é a partir dela que se cria e se recria. Considera-se, então, que a linguagem é concreta e abstrata, pois apresenta-se através da escrita, porém também tem sua oralidade, perpetuando-se de diversas formas (CAETANO; BEZZI, 2008). A linguagem é a comunicação primária humana, constituindo e sendo constituidora da individualidade de quem a utiliza (COSGROVE, 2000). Deste modo, a pichação destacada como necessidade humana, é uma das formas de comunicação primária e necessária do ser humano.

A linguagem, que se transforma em língua, é um dos mais poderosos meios de identidade e reconhecimento que o grupo tem (RAFFESTIN, 1993). A língua torna-se crucial para qualquer cultura, por ser fortemente inter-relacionada com ela, sendo uma de suas características distintivas e marcantes (WAGNER; MIKESELL, 2007). Ela poderia ser definida em quatro tipos: vernácula (local, espontânea); veicular (nacional ou regional, necessidade); referencial (tradições culturais, continuidade assegurada); e mítica (recurso e magia) (GOBARD, 1976). Destaca-se aqui que a pichação perpassa por todos estes tipos. “A cultura resulta da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos”. (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 28). Cosgrove (2003) afirma que:

A produção e reprodução da vida material são, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções. Mesmo essa lista não esgota a série de produções simbólicas através das quais mantemos o nosso mundo vivido, porque toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Essa apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos. (*Ibid.*, p. 103).

Assim, tudo o que permeia a vida e todas as ações cotidianas, fazem parte da paisagem. Ela está em todos os contextos e partes da vivência humana. As cidades são o palco da manifestação das culturas de diversos grupos (muitos cooperativos e se sobrepondo, outros conflitantes e se evitando), através da temporalidade representada no espaço. Processos (ação de sequências), formas (limites e superfícies externos), estruturas (organizações e disposições de elementos) e funções (atividades ou características) antigos são destruídos ou destituídos para serem construídos novamente, reconstruídos, revitalizados, de formas desiguais (SANTOS, 1985), afetando os grupos de maneiras diversas. Relacionado a isso, Corrêa (2007) demonstra que:

[...] é, em parte, por meio das formas simbólicas que a cidade expressa uma dada cultura e realiza o seu papel de transformação cultural, tanto em sua hinterlândia como em seu próprio espaço interno, tanto no passado como no presente e visando ao futuro. (*Ibid.*, p. 177-178).

Quaini (1973) assegura, ainda, que a paisagem, como produto histórico-social-espacial-territorial, resulta de diversos fatores que combinados formam a trama da organização territorial. É a mescla da paisagem, espaço, território (e territorialidade) e sociedade que os formam.

Deste modo, a dimensão material e imaterial, elementos constituintes de toda a cultura e consequentemente da paisagem, são formas de produção, reprodução, apropriação, vivências, circulação, relação e logo, de marcação e demarcação de espaços-tempos-sociais, contribuindo na construção de territórios (TURRA NETO, 2013) e, concomitante e consequentemente, de territorialidades.

1.1.2 Território e Territorialidade

A cultura e a paisagem correlacionadas na trama urbana das cidades, sendo representadas como jogos de poderes, fazem parte do enredo de disputas sociais, em busca de vantagens, poderes, reconhecimentos, identificações, dentre outros. Esta trama e este enredo, representados pelos mais diferentes atores sociais, são atribuídos de território e territorialidade. O território, também sendo uma das cinco categorias de análise da Geografia e a segunda a ser invocada aqui, é indissociável em relação aos poderes e à territorialidade, pois estes criam-se mutuamente.

Todas as relações sociais são compostas de poderes, a partir dos quais por eles baseadas, dão configurações, formas, elementos e organizações. O poder é a capacidade humana de agir em grupo, em comum acordo.

Segundo Raffestin (1993), o poder pode ser dividido em duas formas: Poder e poder. O primeiro é demonstrado pelos aparelhos utilizados no território (em quesito de delimitação de uma nação), no controle da população e na dominação dos recursos, é as ações do próprio Estado. Ele é visível, identificável, maciço, definido pelas legislações criadas pelo Estado e outras organizações, de forma

palpável. O Poder sombra o poder. O segundo se esconde em, está em e vem de todos os lugares, ao qual aproveita-se do seu desconhecimento para atacar, estando presente em tudo. Ele não é visível, é perene e fluido. Desta forma, ele não flui de um ponto único e central; é totalmente variável e instável. Ambos implicam em exercer uma vontade mesmo quando há forças contras ou diferentes (FOUCAULT, 1976). Um dos maiores poderes que se tem é o direito de ter/possuir algo, sendo poder, força e violência na mesma intensidade e vibração (BENJAMIN, 2019). Os pichadores aproveitam-se disso, principalmente ao atacarem propriedades privadas e públicas (ambos poderes) e na definição de seus grupos, das artes e dos espaços utilizados por eles (territórios e territorialidades).

A partir de Sassen (2010) há a criação do conceito de “poder periférico” ou “poder lateral”, que significa que há muitos atores, fontes e formas de poder, não somente proveniente do Estado, das instituições e das empresas. Ele é proveniente de qualquer ator social. Rocha (2013, p. 145) afirma que “[...] a representação de um determinado grupo social pode complementar ou mesmo reafirmar a ação de outro, mesmo que expressem outros interesses.” Podendo, também, deslegitimar a ação de outro grupo.

Desta maneira, não há distinção de poder político, econômico, cultural, paisagístico e territorial, pois todos estes são poderes construídos nas relações e o poder está justamente nos fluxos entre os poderes diversos, não em sua separação. Um poder, inevitavelmente, depende do outro.

O poder poderia ser dividido ainda em três formas: coercitivo (aplicação de sanções físicas), remunerador (controle de recursos materiais) e normativo (manipulação de recursos simbólicos) (ETZIONI, 1961), destacando-se o último nas ações dos pichadores. Diante disso, Raffestin (1993) destaca que:

[...] para Foucault e Deleuze, ‘todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação do saber’. [...] A energia pode ser transformada em informação, portanto em saber; a informação pode permitir a liberação da energia, portanto de força. (*Ibid.*, p. 56).

À vista disso, poder e informação criam-se mutuamente. Por isso, os grupos excluídos buscam aportes espaciais e públicos em sua definição (MITCHELL, 2000), pautando a criação de conhecimentos e, então, de poderes.

O poder não é dos indivíduos, mas passa por eles (FOUCAULT, 1976), em um constante construto da possível realidade, das relações, das paisagens e dos territórios e territorialidades. Logo, o poder diz respeito ao controle, ao descontrole, à dominação e aos dominados. A população é quem tem a gênese deste, pois reside na capacidade de ação e transformação. O território é onde ocorre todas essas relações. Os recursos determinam as possíveis ações e seus alcances. Estes são os trunfos do poder, de acordo com Raffestin (1993).

Dentre esses trunfos, o território é o espaço político deles, é o campo de ação e utilização, desempenhando papel preponderante nas culturas, principalmente nas subculturas. “O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder.” (SOUZA, 1995). Mas não somente de poder, sendo também de poderes. “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.” (HAESBAERT, 2004, p. 79). Estando a pichação intrinsecamente correlacionada com os dois (conflitando a política e criando-se sua identidade).

O espaço geográfico (espaço de todas as relações, da dimensão da sociedade em sentido amplo, priorizando os processos de sua coexistência/simultaneidade), quando recebe apropriação, concreta ou abstrata, é territorializado. Não é apenas uma simples passagem de um para o outro, mas sim uma construção social, transformação e também uma abordagem. “Territorializar significa, enfim, criar mediações espaciais que proporcionam poder (multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de dominação e/ou de apropriação) sobre a reprodução dos indivíduos e grupos sociais.” (TONUCCI FILHO, 2013, p. 47).

O território destaca o olhar no interior desta dimensão, de caráter político e/ou manifestação/realização das diversas relações de poder (HAESBAERT, 2008). Quem territorializa o território é os indivíduos, os grupos, assim, são produzidos pelo

“ator sintagmático” (aquele ator que realiza ações e programas, em quaisquer níveis). Revela-se, então, as relações de poderes aplicadas às porções do espaço, ou seja, do território (criando e sendo criado por ele). “É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Deste modo, em diferentes graus os indivíduos são atores sintagmáticos que produzem territórios. Ele é, desta forma, um produto social, construído socialmente por atores e contextos históricos, econômicos, políticos e culturais, resultando das relações diversas ocorridas (QUAINI, 1974a). Os atores defendem seu território com a manutenção dos modos de vidas, dos recursos, ou seja, da identidade, de reconhecimento e dos seus fazeres (SOUZA, 1995). Os pichadores criam-se seus territórios a partir do uso da cidade com as palavras nos suportes, criando o território da prática, o território de sua pichação (sua marca e o entorno dela), de seus grupos, de suas ações – este é o seu modo e estilo de vida, pautando em suas especificidades. Além disso, criam-se igualmente seus territórios básicos (ISNARDIS, 1997) (que serão explicados nos capítulos seguintes), e, os territórios horizontais (expansão pela cidade) e verticais (hierarquia em uma edificação) (DINIZ; FERREIRA; ANDRADE, 2019), bem como os grupais (as duas tramas relacionadas aos poderes e campanhas dos grupos); mas não é algo totalmente rígido, tem sua mobilidade).

Todas estas relações, que ocorrem como um conjunto de coisas, um arranjo e um sistema, para Santos (1988), configuram o território e sua extensão. Deste modo, o autor prioriza o território como foco do uso e do controle social cristalizado, denominando-o de território usado, sendo sinônimo de espaço geográfico. O território como produto, condição, uso e controle são as formas, as relações, os movimentos, a apropriação, a dominação, as manchas e redes, os materiais e imateriais (SAQUET; SPOSITO, 2008).

Na produção e organização do território, não basta apenas separar, mas também diferenciar. Então, como são baseados em representações e culturas, o território advém da repartição de superfície, da implantação de nós, da construção

de redes, das construções em geral, instituições, relações sociais e naturais, ou seja, das relações mais diversas possíveis, físicas ou abstratas (RAFFESTIN, 1993). Ele é articulações, organizações, relações, não-relações, conflitos, irmandades, cooperações, concorrências, deslealdades, coesões, segregações, exclusões. “[...] É objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo”. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 88).

Devido a essa separação e diferenciação, o território é, inevitavelmente, permeado por limites (mesmo que não estabelecidos rigidamente), exprimindo o alcance e a influência dos atores: são essas ações que os delimita. “Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa.” (RAFFESTIN, 1993, p. 153). Assim, o espaço configurado por uma pichação, dita os “limites” da manifestação, do seu praticante e do grupo.

O estudo de Haesbaert (2008) sugere que os territórios podem ser divididos em funcionais ou simbólicos. Mas eles não seriam puramente funcionais (pois sempre há dimensão simbólica) e nem puramente simbólicos (pois deverá ter materialidade, mesmo que pequena). Souza (1995) demonstra que o território pode ser contínuo ou descontínuo. Os territórios descontínuos estariam dentro de um território contínuo e, que por sua vez, os territórios descontínuos seriam porções espalhadas de territórios contínuos. Além disso, pode se ter territorialização (ganho de território), desterritorialização (perca de território) e reterritorialização (ganho de um território após a perca de outro), bem como ter multiterritórios e multiterritorialidades, pois cada um é para atender algum objetivo. Utilizando-se de Barel (1986), o ser humano não consegue utilizar e/ou fazer parte apenas de um único território e/ou territorialidade, pois o primeiro não satisfaz suas necessidades e nem assume todas as dimensões da vida humana, seja coletiva e/ou individual, de maneira única e simplista. Os pichadores permeiam por todas as dimensões em sua trama, criando suas especificidades territoriais em cada ação.

O território tem processos centrais que cabem aqui serem destacados:

a) a relação espaço-tempo como movimento condicionante e inerente à formação de cada território através das processualidades histórica e relacional (transescalar, com redes e fluxos); b) a relação idéia-matéria, também como movimento e unidade; c) a heterogeneidade correlata e em unidade com os traços comuns e; d) a síntese dialética do homem como ser social (indivíduo) e natural ao mesmo tempo. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 73-74).

Assim, pode-se compreender o território como uma parte mais geral da apropriação, sua parte mais específica e particular é a territorialidade (mas ambos se produzem mutuamente). Quando o território é territorializado (passagem de uma utilização da porção do espaço para uma outra, e, porventura, menor), ele transforma-se, com toda sua energia e relações, em territorialidade. Sendo denominado essa ação também de territorialização.

Para Sack (1986) a territorialidade seria ações humanas, pautadas na tentativa de indivíduos e/ou grupos controlarem, influenciarem ou afetarem objetos, ações, pessoas, relações e vivências, numa área delimitada dentro do território. A territorialidade é a mediação simbólica, cognitiva, prática e relacional que a materialidade e a imaterialidade exercitam nas ações sociais, territoriais e paisagísticas (DEMATTEIS, 1999). Ela é a valorização das condições, dos recursos e dos lugares que contextos territoriais possuem; dá identidades aos lugares (e as paisagens) pelas multidimensionalidades e multivivências pelos membros participantes de grupos e seus relacionamentos. A pichação é uma dessas vivências.

Pautando-se em Soja (1971) o conceito de territorialidade é composto de três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no território. Todos esses se complementando e criando sensos de reconhecimentos.

A territorialidade tem igualmente graus diversificados. É um espaço físico, mas também abstrato; é estático, mas também dinâmico.

A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária,

enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 90).

Territorialidade seria aquilo que transforma o território em território, que são relações de poder espacialmente delimitadas por certos grupos, aos quais têm relações exímias, não somente de dominação (SOUZA, 1995). O território é produzido por atores, com a efetivação das redes, das relações de poder, das produções, das representações e malhas, é o lugar das relações. O território é a territorialidade efetivada pelos seres humanos. A territorialidade é essas relações sociais, simétricas ou não, que cada território o produz histórica, social e espacialmente (SAQUET; SPOSITO, 2008).

Embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato de “qualidade ou condição de ser território” quanto no de sua dimensão real-simbólica), nem toda territorialidade – ou, se quisermos, também, aqui, espacialidade – possui um território (no sentido de sua efetiva realização material). (HAESBAERT, 2008, p. 106).

Cabe destacar, que deste modo, há territórios e territorialidades sobrepostos (SAQUET; SPOSITO, 2008). Está em todas as relações (das mais simples as mais complexas), ela é a “face vivida” (territorialidade) da “face agida” (território) do poder. Deste modo, a comunhão entre os grupos de pichadores e os territórios básicos, verticais, horizontais e grupais sobrepõem-se.

Em suma, os territórios e as territorialidades são múltiplos, históricos, relacionais, com tempos diferentes e coexistentes concomitantes, unidade, rompimento ou continuidade, movimento dentro, fora e entre, transtemporalidade e transescalaridade, multidimensionais, inerentes, variam nas relações e nas redes, é a vida e atuação dos seres humanos (*Ibid.*).

O território e a territorialidade são influenciados pela cultura e, assim, são materializados e imaterializados na paisagem, pois são a partir de e com os três primeiros, que os atores modificam o último, demonstrando suas ações e seus reflexos. Cada grupo, a partir do seu ponto de vista, ao externalizá-lo, buscará formas de identificação e reconhecimento, além da diferenciação. Deste modo, os

grupos têm ações e paisagens específicas. No contexto citadino estes modificam-se constantemente, pela característica transitória das cidades e também pela grande coesão e segregação dos grupos que nela se encontram. Nas metrópoles e RMs estas convergências são pormenorizadas. Sendo os pichadores um destes grupos que exemplificam os aspectos levantados anteriormente, bem como acompanham a transitoriedade das cidades, desde o início do estabelecimento humano até os dias atuais (demonstrando sua manifestação, necessidade e longevidade), tornando-se uma forma específica de vivenciar a cidade a partir de escritas nela.

2 PICHAÇÃO, PIXAÇÃO E GRAFITE COMO MANIFESTAÇÃO E NECESSIDADE HUMANA E CULTURAL

O ser humano sempre usou as superfícies para escrever, desenhar e representar (cultura), modificando a paisagem e a natureza ao seu gosto (apoiadados pelo território e territorialidade), para que ambos possam perdurar. Assim, estes tornam participantes da e criam a humanidade (FRANCO, 2009). Como a marcação das facetas é tão antiga como o ser humano, ela é correlacionada com as pinturas rupestres, assim, são também chamadas de Grafismos Urbanos Pré-históricos ou Pinturas Rupestres Urbanas ou Contemporâneas (ISNARDIS, 1997).

2.1 Processos

A pichação acompanhou/acompanha todo o contexto sociocultural da humanidade, de tal forma desenvolveram-se e atualizaram-se conjuntamente suas intenções e nomeações. Dentre as formas que aparecem, podem-se ser divididas em basicamente duas tipologias: a escrita (grafia) e a pictórica (desenho), com formas, intenções, funções diferenciadas (mas estas podem mesclarem-se) (FILARDO, 2015).

O primeiro processo desta constante alteração (pelo desenvolvimentismo e atualização ao longo dos anos) diz respeito sobre a terminologia do objeto de estudo abordado: pichação, que se desdobra em pixação e em grafite. A etimologia destas três palavras convergem, divergem e modificam-se mutuamente.

A primeira delas a surgir é o grafite. “*Graffiti*” ou grafite (comumente utilizado sem a tradução) tem origem do italiano “*graffiare*”, significando arranhar ou escrever (*grafito* pode ser o singular ou o substantivo e *graffiti* o plural ou o verbo). O substantivo/verbo italiano teve-se duas concepções, ao qual não se aceita uma versão unicamente, tendo origem do grego “*graphein*” ou do latim “*graphire*”, ambas traduzindo-se como “escrever” (sendo “o grafite”). Em português, grafite além de uma manifestação artística e cultural, também envolve indústrias mineralógicas e

de celulose, acionando-se o mineral grafite e o bastão de espessura geralmente fina (mas ajustável) existente dentro dos lápis ou das lapiseiras, servindo para escritas (sendo “a grafite”). Embora signifique um amplo conjunto, aqui utiliza-se apenas como manifestação artístico-cultural (ou seja, “o grafite”)¹¹.

Desta forma, *graffiti* seria designado como escrever (de qualquer forma, como colocar alguma marcação por tinta, ranhura, incisão, marcar, rasgar etc.), com qualquer intenção (arte, conflitos, publicidades, protestos, marcações de grupos, aleatórios e assim por diante), uma grafia (em algum sinal, marcas, desenhos, línguas, dialetos, jargões, dentre outros), em alguma superfície (o suporte que seja e afins). Seria um termo genérico aplicado a qualquer marcação nas paredes; denomina formas de escritas (FILARDO, 2015), sendo análogo aos termos: grafismos, inscrições ou escritas urbanos(as). Em suma são marcas que foram feitas a posteriori da criação de materiais (naturais ou artificiais), não sendo constituinte da forma original (ROSS, 2016).

Cabe ressaltar que no Brasil há uma trifurcação conceitual, bibliográfica e legista sobre os três termos (único local no mundo em que isto ocorre). Neste país, o grafite (no singular e grafites no plural) traduziu-se de forma diferenciada. Seria intervenções gráficas nas paredes que tenham as letras e palavras (não necessariamente), formas, signos, cores e desenhos o seu aporte. Tem-se um pouco mais de preocupação estética e de técnicas de outras artes (CARVALHO, 2013; FILARDO, 2015; LOPES, 2020).

A outra palavra que surge posteriormente, de forma novel, seria a palavra “pichação” (no singular e pichações no plural), denotando igualmente duas concepções. De acordo com Burzlaff (2008), uma delas viria da palavra russa “пишамъ”, com o significado de “escrever”. Mas o que desperta atenção é que quando essa palavra é pronunciada na primeira pessoa do singular, a palavra soa como “пишу”, tendo uma pronúncia como algo próximo de “pichu”. Embora não tenha indícios contundentes dessa influência, é interessante destacar as

¹¹ Ainda que possuam escrita semelhante, “a grafite” e “o grafite” são duas palavras diferentes.

proximidades possíveis. A segunda, com as suas origens portuguesas, referencia-se a junção do substantivo “pinche” com o substantivo “ar”, sendo utilizado como aplicar ou pintar com pinche, lançar qualquer coisa contra algo ou alguém, projetar dizeres; tendo presença desde 1513 no dicionário português. Ao longo dos anos, como forma de diferenciação (já que o pinche – asfalto na forma líquida – não é utilizado mais nas marcações), a palavra foi perdendo a letra “n”. Tal fato ainda tem reverberações atuais, sendo encontrado diversas pessoas utilizando a pronúncia antiga (até como uma gíria com outro sentido).

Este termo é aplicado a toda e qualquer marcação nas paredes, independentemente de sua escrita, intenção, grafia e superfície, sendo autorizada ou não, em parte pública ou privada; sendo análogo ao termo *graffiti* e as outras palavras equivalentes. De certa forma desconfigura a propriedade alheia, enfeitando e adornando estas, contra todo o cinza e falta de cor existente, pobreza estética e de estímulos interessantes (pois os quesitos paisagísticos tender a focar somente em aspectos econômicos), da monotonia da vida na cidade, sendo cada vez mais evitada (DAYRELL, 2001). Nos tempos passados eram realizadas em quaisquer lugares e não tinham caráter de proibição, após o Império Romano e ainda hodiernamente, são realizadas significativamente em cidades, sendo visíveis, com características que as tornam proibidas por leis.

Assim, “tal termo foi aplicado às atitudes ‘subversivas’ em relação ao espaço urbano, geralmente praticadas em surdina visando a macular bens públicos ou privados para difundir alguma mensagem de conteúdo ideológico ou simplesmente demarcar territórios” (DINIZ; ANDRADE; ALCÂNTARA, 2015, p. 13), modificando significativamente as paisagens urbanas e metropolitanas. A visibilidade, notoriedade, ousadia e riscos são os que os movem (CEARÁ; DALGALARONDO, 2008).

Porém, pela insatisfação de generalização e buscando diferenciar suas ações, desrespeitando a ortografia, as regras e leis oficiais, criam-se a palavra pixação (tendo registros de suas primeiras utilizações em 1981, sendo pixações o plural); adiciona-se ainda mais um outro estigma social. Tal epíteto seria utilizado

para diferenciar estas marcações de outras intenções, além de fazer alusão a forma errônea (do ponto de vista das leis) de viverem e terem o direito à cidade (as outras formas também seriam errôneas, mas estes autores utilizam-a de forma mais recorrente). Este termo significa a marcação estilizada de indivíduos ou grupos, tendo seus territórios e territorialidades específicos e mais destacados que outras formas. Assim “[...] transcende o simples ato de escrever em muros e fachadas, representando, também, um estilo de vida” (DINIZ; ANDRADE; ALCÂNTARA, 2015, p. 13). Advém da escrita, privilegiando a palavra (CARVALHO, 2013), mas não exclui totalmente desenhos. Há ainda a mescla destes, como o graxico, o *bomb*, que serão detalhados em sessões abaixo.

Este termo é utilizado apenas no português brasileiro. O Brasil é o único país que utiliza a terminologia pixação e diferencia as três manifestações (grafite, pichação e pixação). Assim, estas formas são específicas do Brasil; o restante do mundo utiliza a palavra “*grafitti*” para toda e qualquer forma de escrita das paredes, sendo que as tipificações das letras seriam os estilos – de tal maneira, pichação e pixação seriam uma estética do grafite.

Apesar de utilizarem o mesmo material e suportes para realização das manifestações, sua linguagem, formas, intenções e recepções, e o que os autores acham e esperam disto, são completamente distintas, sendo uma problemática infundada e inexistente (a separação dos estilos), pois fazem parte da arte/cultura de rua/ urbana como um todo.

É notório aqui destacar que ao longo do trabalho será adotado as terminologias da forma brasileira (dando ênfase nas palavras/vivência no português brasileiro), sendo a pichação para toda a forma de escrita das paredes, pixação quando for tratar unicamente dos indivíduos e grupos desta prática, e, grafite para as formas um pouco mais estéticas. Visa-se, assim, a conexão e proximidade como a forma que é utilizada na cultura/arte urbana/de rua.

Some-se a isso, o fato de que a pixação (e comumente o grafite), utilizam a escrita de apelidos/nomes dos autores, ao qual especifica-se por ser acompanhada de grupos, grifes, Torcidas Organizadas (TOs), outras organizações, bairros, vilas

e favelas, conjuntos habitacionais (CHs), regionais ou regiões geográficas dos municípios, cidades/municípios, Discagem direta à distância (DDD), RMs, estados e países (que compõe a identidade topológica, territorial e paisagística).

Todas estas marcas fazem parte da construção e exaltação da notoriedade, destaque e distinção dos seus praticantes na subcultura destes (relacionando-se ao modo marginal/cultural de alterar paisagens, territórios e territorialidades), bem como representa uma forma de expressão, liberdade, contestação e crítica aos valores, grupos, classes e meios de produção hegemônicos (LOPES, 2020). Como provoca polêmicas, é caracterizado com um “modo marginal” de ser, desinstitucionalizado, efêmero, buscando novas relações e interpretações (CANCLINI, 1999), sendo produzidos pelo movimento manual do artifício (SENNET, 2009). Assim, como todas essas modificações nas palavras, surgem também as modificações nas linguagens, tendo gírias, dialetos e jargões específicos, correlacionados com suas práticas e relações.

2.1.1 Linguagens

Como a pichação acompanha todo contexto cultural, esta desenvolve-se um linguajar específico, ao qual alterou-se ao longo dos anos, mas que está fortemente conjugado com as linguagens das ruas. Assim, ela tem palavras próprias, mas também utiliza de outras palavras das ruas. Tendo isso em vista, torna-se necessário tal identificação. Os pichadores utilizam de diversos comportamentos e ações aos quais estão impregnados de aspectos verbais e não verbais. Santos (2004) alega a necessidade urgente de um vocabulário mínimo para entender todo o contexto cultural, além de evitar o constante hábito da alienação cultural (trazendo significações errôneas e manipulações). Deste modo, a compreensão preza por este entendimento, sendo destacados os termos utilizados pelos pichadores.

As marcações em edifícios não são aleatórias e seguem-se de princípios, regras e normas. É primordial, então, que se articule o linguístico, o cultural e o social, sendo ações políticas que permeiam todas as representações existentes

(BRANDÃO, 2004). De acordo com Kozel (2009), as representações demonstram o lado sociocultural dos indivíduos e de seus grupos, sendo representativas e simbólicas, construídas por signos e imagem. A representação é então uma forma de linguagem impregnada e encharcada de significados e valores sociais, que são repassados pela palavra (sendo o apreço desta manifestação). A partir de Isnardis (1997), Carvalho (2013), Lopes (2020) e das vivências do autor, dividem-se as gírias por grupos, tendo-se 11 categorias:

Atitudes: Ibope ou fama – reputação, reconhecimento; proceder – atitude, fazer acontecer, disciplina e respeito as suas regras e modos de condutas; arregão – ao contrário da anterior, sem atitude, que não faz acontecer; vacilão – que comete muitos erros ou atos prejudiciais (vacilo – ato, vacilação – ação, vacilão – a pessoa); lero-lero ou caô – mentira; capotar, detonar ou bolado – ação intensa (bolado também é revoltado).

Ato: rolê – sair pela cidade para pichar ou para outros eventos; marcar, mandar ou pegar – ato de fazer a inscrição; cena ou questão – ação que foi, está ou será realizada (utilizada para não falar de seus planejamentos e serem pegos de surpresas por alguém que foi no local primeiro ou por pessoas da segurança pública); desacerto, treta, lombrar – situação embaraçosa ou frustrada dos praticantes, flagrante, confusão, alguém pegar o lugar primeiro; escolta ou pegar a senha – vigiar e auxiliar a ação ou o local que querem fazer durante alguns dias (vendo os perigos, as formas, dificuldades – planejamentos); guela – fala muito, fica contando vantagens (guela também é quem quer pichar mais, fazer mais, ir mais, sem saber a “hora certa” de parar); nóia ou doidão – a primeira vem de noiado, que é uma pessoa sob efeitos de entorpecentes ou bebidas alcoólicas ou pessoa em situação de rua; passar pano – vigiar ou fingir que não viu a ação; pagar de algo (pagar de bêbado, de noiado ou de doidão) – fingir que está com alteração de consciência para evitar prejuízos (serem pegos pela segurança pública ou moradores, por exemplo); dar um tempo – parar de fazer a prática por um tempo indefinido para evitar o que lhes tragam prejuízos; 4:20 – horário mundial do consumo da maconha; *hemp*, marijuana, Maria Joana, *blant*, marola – sinônimos

em inglês e português da planta ilícita maconha; Olho Morto ou Olho que nada vê – câmeras do Programa de Segurança da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) denominado Olho Vivo (aos quais estão espalhados pela cidade para evitar crimes e que, algumas vezes, são utilizados contra os pichadores).

Conflito: atropelo – fazer uma marcação em cima de outra; cortar ou queimar – atravessar ao meio de fora a fora ou fazer um sinal de “X” na marcação de outro autor; quebra ou quebrar – pixar na parte mais alta ou acima de alguma pichação já realizada; gambés, porcos, vermes, botas, fardas, heróis, homi – pessoas da segurança pública (policiais e guardas de todo o tipo – heróis também é utilizada para moradores, transeuntes ou vigias que tentam evitar a ação); delega – delegacia de polícia ou delegado(a); assinar – irem para a delega assinar o Boletim de Ocorrência (B.O.) ou irem por qualquer motivo (serem presos, representações, julgamentos, audiências etc.).

Elogio: das doidas, top, foda, esparrada, cabulosa, sinistra, tchunai, gostosinho no azeite – que está bonita, bem-feita, interessante, grande (esparro também é ação descuidada ou agitada).

Localidades: periferia ou perifa – espaços que estão à margem das áreas centrais, com infraestruturas deficientes; quebrada – área de residência do praticante; *point*, Rap ou Duelo – são os principais locais de reunião das culturas de ruas, mas em Belo Horizonte e na RMBH, um dos principais *points* coincide com o termo de rap ou duelo, que é o Duelo de MC's realizado embaixo do Viaduto Santa Tereza no centro de Belo Horizonte (conhecido popularmente como Santê).

Marcação: vulgo – nome ou apelido que é marcado ou que a pessoa é chamada; preza ou presa ou detona – a primeira vem de presença e a segunda de detonar, é o modo como a pichação é retratada em Minas Gerais e também é relacionada com a grafia da pixação mineira; *tag* – significa etiqueta, rótulo ou marcar, é a abreviação de *tagging* (marcação) é o modo como a pichação é retratada em São Paulo e no restante do mundo, e, também, é relacionada com a grafia da pixação paulista; agenda ou folhinha (em inglês/mundialmente utiliza-se *hall of fame* – hall da fama) a primeira é em um muro e a segunda em folha pequena

em branco (A4 ou mais comumente de caderno – de fácil aquisição e transporte), com diversas pichações, respeitando os espaços ali condizentes, sendo encaixadas, mantendo perto de outras importantes, provocando divulgação, socialidade, sociabilidade e memória individual e coletividade, pois esta baseia-se na efemeridade (na folhinha as pessoas marcam e pedem para os outros marcarem, nos muros não); encaixe – fazer a pichação respeitando todas as outras ali existentes, sem nenhuma parte ou apenas uma mísera parte encostar em outra (sem atropelar); alfabeto – estilo próprio de cada região (principalmente por estados, mas não somente); relíquia são as marcações antigas, que duram anos (geralmente em muros difíceis de limpar ou em agendas diversas); muro virgem – sem marcações, recém-pintado ou não.

Materiais: rolinho – rolo de pintura; borrifa ou burrifa – borrifador de jardinagem; marcadores – canetões (canetas profissionais com distintos tipos de traços e tintas); *cap* – traduzido como algo que cubra a parte superior de alguma superfície, é o bico do spray que aciona a tinta, tem suas variações, fino, grosso, esfumaçado, com várias cores (*cap* também é utilizado para referir-se ao boné ou capuz); bicão – *fat cap* (bico grosso), bico da lata de tinta de maior calibre (diferente do bico fino); lata ou *jet* – o segundo traduz-se como jato, referencia-se à lata de spray aerossol (*jet* também é o borrifa); cabão – extensor (de bambu, de cabo de vassouras ou material profissional).

Organização: Galera, grupo, bonde, crew, turma, equipe, parceria – coletivos compostos de integrantes pichadores em torno de uma identificação (nome do grupo), com uma única inscrição (nome do grupo apresentado por siglas ou por signos); grife – união de vários grupos, que são considerados os melhores grupos ou são das mesmas áreas ou de áreas próximas, ou, ainda, sendo os melhores pichadores.

Prática/praticantes: *writers* – escritores, são os praticantes; *toy* – brinquedo, são utilizados para quem é iniciante; *king* – rei, para quem é experiente. Essas palavras em inglês são utilizadas mundialmente, mas no Brasil utiliza-se para a primeira o equivalente a praticantes, iniciados, entendedores, autores, artistas,

pichadores, pixadores, grafiteiros, graxixeiros, *bombers*, *stickers*; a segunda como iniciante ou novo; e para a terceira como a pessoa das antigas ou milianos (junção da palavra mil e anos, fazendo referência a pessoa estar há muito tempo na prática).

Suporte: janelinha e gradinha – ambas são as partes de segurança em janelas ou basculantes de ventilação (mas a janela sem proteção também é janelinha); pedrinha – muros de pedras (como de quartzos, cangas, arrimo de pedra, pedra São Tomé, portuguesa, bolão e afins) com alta capacidade de receber tintas.

Técnicas: escalada – subir o prédio por fora sem nenhuma proteção; jeguerê ou geguerê – escada humana, ato voluntário de auxílio ao qual uma pessoa sobe nas costas de outra (duas ou mais pessoas) como técnica de escalada para alcançar maiores atitudes; cadeirinha – cadeira improvisada feito de madeira e cordas, para fazer o rapel.

Além disso, tem toda a linguagem do Teteka (TTK) (que será explicada adiante), como tala (lata), xarpi (pixar), tej (*jet*), serquima (marquise), nhacoma (maconha), cialípo (polícia) e afins.

Trazendo gírias gerais da cultura de rua (skate, rap, picho, surf, funk, rock, TOs) têm os termos: treta ou tretar – algum tipo de confusão, briga ou desavença; dar fuga – fugir; esculacho, esculaxo ou tirar – algo de ruim em relação a outra pessoa (como apanhar, responder de forma grosseira, a marcação ficar bem melhor do que as dos rivais e afins); pinchado ou pinxado – pessoa com estilo forte aceito pela comunidade (mas que é agressiva/ofensiva para quem não é da comunidade); talarico – pessoa que tem relações diversas com o relacionamento amoroso atual ou ex-relacionamentos dos amigos/colegas/conhecidos (talaricagem é a ação); papo reto – ideia firme, direta; papo torto – ideia sem firmeza, com curva (diferente de papo reto); tá ligado – como entendeu; xia, pia, brota – várias formas de chamar para o local ou ir para o local; base – casa; de rocha, vero – é verdade; fortalecer, dar uma força – ajudar com o que for; balaio – ônibus; tega – bom; dale ou dale-lhe – fazer; vida louca, vida loca ou vida loka, disposição – são as pessoas que gostam de fazer coisas diferentes, que topam tudo; perreco ou perrela – pessoa que vacila constantemente ou atrapalha em tudo, principalmente falando coisas negativas;

pesar – falar coisas negativas ou ter ações consideradas errôneas. Fora todo o conjunto de palavrões que são utilizados. Cabe destacar que alguns destes têm uso pouco casual ou atualmente perdeu o uso (demonstrando também a fluidez)¹².

Desta forma, ao longo de seu histórico, tais evidências adquirem características únicas e intrínsecas, que são, em maior ou menor nível, permeadas pela manifestação.

2.2 Histórico

Como trazido na introdução, a pichação é algo que se segue desde os primórdios da existência humana, estando onipresente espacialmente em todo o globo (difusão hierárquica) e temporalmente (desde o início da comunicação dos seres humanos até os dias atuais); representa o nascimento da arte entre o homo sapiens. A escrita nas paredes, denominada de parietal, elementar, rupestre, está correlacionada aos anseios humanos de decorar, adornar, moldar, fazer e sentir a presença, de bordar ou tricotar¹³ (SCHACTER, 2013; ROSS, 2016). São tidas como algo natural, e como muitas vezes possuem grandes feições, são próximas das formas da própria natureza e seus compostos (acentuando-se as paisagens, naturais ou não). Há autores que as consideram não como uma escrita informal, mas sim uma forma de prática de escrita, sendo sempre relacionada ao seu contexto (BAIRD; TAYLOR, 2011). Assim, demonstram-se a ligação entre as artes atuais e seus antecedentes (BRASSAI, 2002).

¹² Note-se que diversas gírias, principalmente do conjunto de Ato, Organização, Suporte e Técnicas, fazem referências direta e indiretamente às paisagens, aos territórios e às territorialidades.

¹³ Na defesa da monografia em 2020 (LOPES, 2020), um dos professores e componentes da banca contou um caso, do qual ele fez parte, de estar acompanhando um grupo de pessoas do interior de Minas Gerais estando na capital Belo Horizonte (muitos nunca haviam saído do interior). Chegando na capital, uma garota jovem ficou maravilhada e encantada com a cidade, e o indagou: por que os prédios são todos bordados? O professor ficou sem entender, perguntou o que a garota estava chamando de bordado, e ela apontou para as pichações.

2.2.1 Trajeto mundial e suas reverberações

Quando os seres humanos começaram a traduzir suas visões de mundo para o espaço, aplicando-as nas superfícies, principalmente onde estavam ou passavam, começaram uma manifestação que tornaria primordial para esta espécie (iniciando, concomitante, a transformação das paisagens e a criação sistemática de territórios e territorialidades). No geral possa amalgamar as manifestações como forma de atividade de conhecimento, entendimento e existência de si mesmo e comunicação, de tranquilização da conformidade e mesmice, aspectos aleatórios, comunicação, políticos, insatisfações, aleatórios, proibição, vontades, representação visual e de beleza, valores antiquados ou atuais e afins. As pichações estão além de marcas nas paredes (tendo todas as outras relações já trazidas), mas estão intrinsecamente referenciados a elas. Tais inscrições são realizadas basicamente de duas formas: marcadas com a remoção do material (riscando, arranhando, tirando, martelando, cinzelando etc.) ou adicionando (carvão, tinta, jatos, pigmentos e afins).

Sugerimos aqui dividir a pichação acompanhando as grandes idades históricas, como forma didática, tendo em vista que a história e seus acontecimentos não são lineares. Tem seus indícios em todas as grandes peregrinações humanas (desde o início na atual Etiópia e todos os seus caminhos pelos continentes, até ocupar todo o mundo) e a partir da difusão hierárquica, atingiu a onipresença. Desta forma, apareciam em todas formas constituintes das paisagens: nas cidades (densamente, média ou baixa povoada), no campo, em partes movimentadas ou remotas, nos desertos, nas encostas, em locais religiosos, em locais de vendas e trocas, dentro e fora das casas, nos espaços privados e públicos. Encontrados em paredes, portas, portões, colunas, janelas, outros adereços, ruas, praças, edifícios, móveis, imóveis, objetos, cerâmica, recipientes, cavernas, rochas, tronco de árvores; marcando o proprietário, adornos, informações ou rótulos relacionados ao objeto (ROSS, 2016). Ali tem-se palavra, imagens, formas, pictogramas, símbolos, signos. Como eram feitas de e em diversos materiais, muitos não resistiram ao tempo, como gesso, argila, areia. Realizado por qualquer

pessoa, como viajantes, peregrinos, nômades e quaisquer pessoas fixas também. Era uma forma de eternizar a presença, habilidades ou trocas/relações com outras pessoas.

Na pré-história, a pichação poderia ser equivalente à pintura rupestre (sendo uma espécie de pichação rupestre), mas sendo ressaltados que na época ainda não havia a noção de proibição e que não se saiba exatamente as intenções dos marcadores, mas pressupõe-se que se assemelham atualmente, como: lazer, prazer, diversão, contações e conotações de histórias, mapas, aspectos religiosos e conhecimentos, aleatórios, insatisfações, desejos etc. (ISNARDIS, 1997). Os materiais utilizados eram o dedo e outros que possibilitavam ranhuras (pedras, fragmentos, ossos), com ocre (argila colorida por óxidos), terras com colorações diversas, sangue, pele e pelo de animais, e, iniciaram-se com formas abstratas, depois geométricas (linhas e círculos), até chegar a imagens (figuras, animais, espíritos)¹⁴.

Os autores da época não necessariamente marcavam somente as paredes das cavernas; há indícios de marcações em todas as partes constituintes, porém as cavernas foram as únicas que resistiram às intempéries e ao tempo (demonstrando o caráter de efemeridade desde a sua gênese). A partir disso, a marcação mais antiga encontrada hodierno é um javali em tamanho real, em uma caverna na atual Indonésia, de aproximadamente 45.500 anos (SCHACTER, 2013) (imagem 1).

¹⁴ De acordo com a psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, este processo assemelha-se ao exercício em que as crianças e adolescentes (os jovens) perpassam no desenvolvimento como ser e de aprendizagem (PIAGET, 1985; VIGOTSKI, 2003).

Imagen 1 – Pintura rupestre de Javali na Indonésia, com cerca de 45.500 anos



Fonte: AFP (2021).

Na Idade Antiga, com o foco no Mediterrâneo e região, modificam-se relativamente as marcações, destacando-se a construção de cidades e o nascimento de grandes civilizações (Egito, Mesopotâmia, Roma, Grécia). Exemplos mais complexos e vivos da pichação ocorrem na Roma Antiga, em Pompéia (imagens 2, 3, 4 e 5) e em Herculano, na atual Itália, que foram cidades destruídas pela erupção do vulcão Vesúvio, em 79 d.C., mas que manteve as marcações preservadas pelas fuligens do vulcão; em menor destaque tem Dura-Europos, cidade romana na atual Síria; Afrodisias, Esmirna, Éfeso e Zeugma, cidades greco-romanas na atual Turquia; Delos na Grécia; cidades do Egito, de Roma e ao entorno do Rio Eufrates.

Imagen 2 – Nome da cidade de Pompéia



Fonte: FERREIRA (2019).

Imagen 3 – Adornos em uma residência



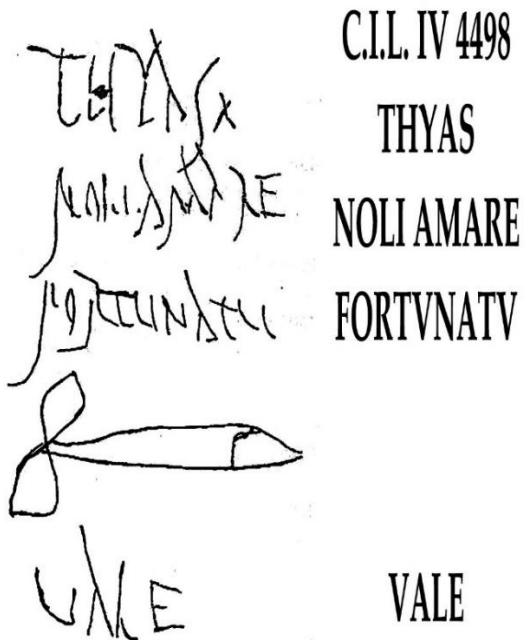
Fonte: TRAVASSOS (2008).

Imagen 4 – Representação de relação sexual



Fonte: TRAVASSOS (2008).

Imagen 5 – Insulto escrito por rival amoroso



Fonte: FERREIRA (2019).

As marcações eram feitas por inscrição, incisão, carvão, carbonizados, riscados, tinta ou pigmentos, pintados, com cinzel, pincel ou outro instrumento semelhante, gesso, estruturas, pedras, cerâmica, dedo; os suportes eram as paredes e colunas, de casas, de templos e de edifícios, paredes e pisos, ruas, mercados e feiras, porões, sótãos, templos, santuários e peças neles, sítios longínquos, áreas infantis, embarcações e navios, anfiteatros, túmulos, enterros e sepultamentos, árvores, rochas, pedreiras, locais rurais, muralhas, objetos em geral, desertos e outras partes remotas, que eram partes internas ou externas de quaisquer construções, em espaços públicos ou privados (de trabalhos, como comércios, bares, bordéis, vendas, mercados, barracas; de moradias; de fluxos), de forma altamente e facilmente visíveis ou invisíveis, demonstrando o seu importante papel e de forma lícita e autorizada; e as figuras eram de todos os modos (BAIRD;

TAYLOR, 2011; ROSS, 2016)¹⁵. Buscavam maneiras mais fáceis de interpretação e alcance, por isso da utilização significativa de desenhos e formas. Era mais pictórico não por terem muitas pessoas analfabetas na área, mas escolhiam pela facilidade (MACDONALD, 2005a).

Nota-se que não eram somente classes sociais mais baixas que faziam, mas também mais altas, elites, militares, autoridades, religiosas, literárias, ginásios, também por crianças, escravos, mulheres e presos (ou seja, não têm relação com classes). Ao escrever em qualquer parte é um meio de reivindicá-la.

Há uma forte proximidade atual, com grandes variáveis de superfícies, contextos e tópicos. Tinham temas mundanos, banais, nomes, cálculos, alusões literárias, sagrado ou mágico, mensagem política, humorísticos, sérios, jogos de palavras, imagens sexuais, de pessoas, animais e objetos. Mostram a presença de pessoas e seu uso de espaços, bem como toda uma vida e uma linguagem coloquial (maior) e não coloquial (menor) (ROSS, 2016).

Encontrou-se frases em Pompéia, como: “Que você, cartaz de lei, tenha boa sorte se não escreva aqui” e “Admiro-me, ó parede, que não tenhas caído em ruínas, tu que sustentas o tédio de tantos escritores” (BAIRD; TAYLOR, 2011, p. 16, tradução nossa), demonstrando a sua força e inerência de atividade significativamente importante. Tais constatações inevitavelmente trazem a indagação: Por que os grafites antigos são preservados e estudados, mas seus equivalentes modernos em locais antigos (ou não) são apagados e vilipendiados (FREDERICK, 2009; MERRILL, 2011; ROSS, 2016)?

Na Idade Média, com o grande pesar das queimações das bruxas pelos inquisidores, que as cobriam de piche para tal ato, os religiosos e pessoas contra a ordem vigente utilizavam o material que sobrava deste terrível ato para pichar paredes de conventos rivais e casas, expondo visões de mundo, críticas a indivíduos, instituições, quem queira se difamar etc. (SOUZA, 2007).

¹⁵ Outros autores levam ao extremo e afirmam que qualquer modificação que não conste na decoração original (marcas em panelas, cerâmicas com fragmentos diversos, nas paredes), são de certa forma inesperadas para alguém, e, assim, são também pichação.

Na Idade Moderna, principalmente com o Renascimento, tem-se o fortalecimento da noção de vandalismo e proibição, e, o aparecimento e valorização das artes ganham tona, dificultando e alterando as pichações. Assim, seus traços são iguais ao período anterior, mas com menos destaques.

Na Idade Contemporânea, surge outros grandes marcos. Em 1920, os contraculturalistas franceses iniciam com a criação de mensagens menos elaboradas, mas com fortes cargas sociopolíticas e ideológicas na cidade de Paris (PEREIRA, 2005; WHITE, 2014).

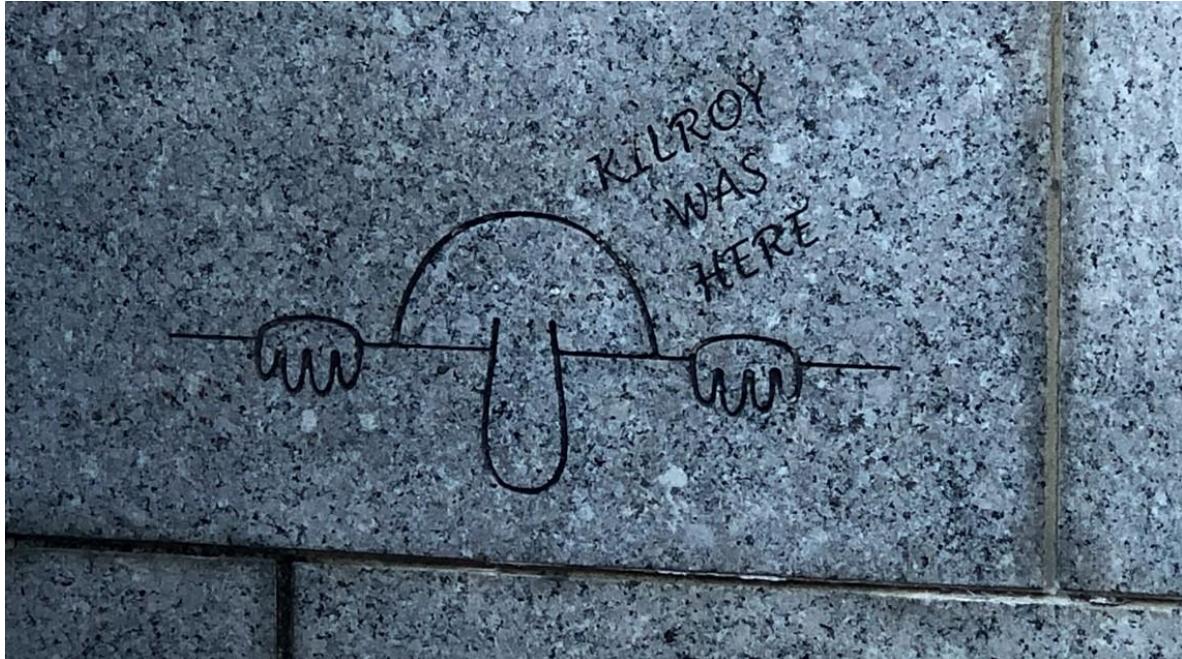
Em tal década, em 1927, surge o primeiro modelo de aerossol em lata, inventado na Noruega. Em 1931, criou-se o borrifador, criação também norueguesa, mas patenteada pelos EUA¹⁶.

Em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os EUA utilizaram de uma estratégia de guerra inusitada. Criaram um *doodle*¹⁷ chamado de “Kilroy”, sendo representado por um personagem que estava olhando por detrás do muro, deixando apenas as mãos, nariz e parte da cabeça à mostra, com olhar de vigia, acompanhando da frase “*Kilroy was here*” (Kilroy esteve aqui) (imagem 6), tornando-se mascote das forças armadas dos EUA. Inicialmente eram elaborados aleatoriamente, mas depois foram utilizados constantemente, causando desconfianças nos rivais, pois acreditavam que eram um espião (BATES, 2014).

¹⁶ É digno de nota destacar que o canetão havia sido inventado em 1884 e o adesivo há cerca de 200 mil anos já teriam indícios de usos.

¹⁷ Traduzido como sarrabisco, gatafunho ou rabisco – desenhos simples – é um tipo de desenho ou esboço, que é realizado ao acaso, como passa tempo, estando a pessoa distraída, ocupada ou preocupada.

Imagen 6 – Doodle Kilroy utilizado pelas forças armadas dos EUA durante a 2ª Guerra Mundial

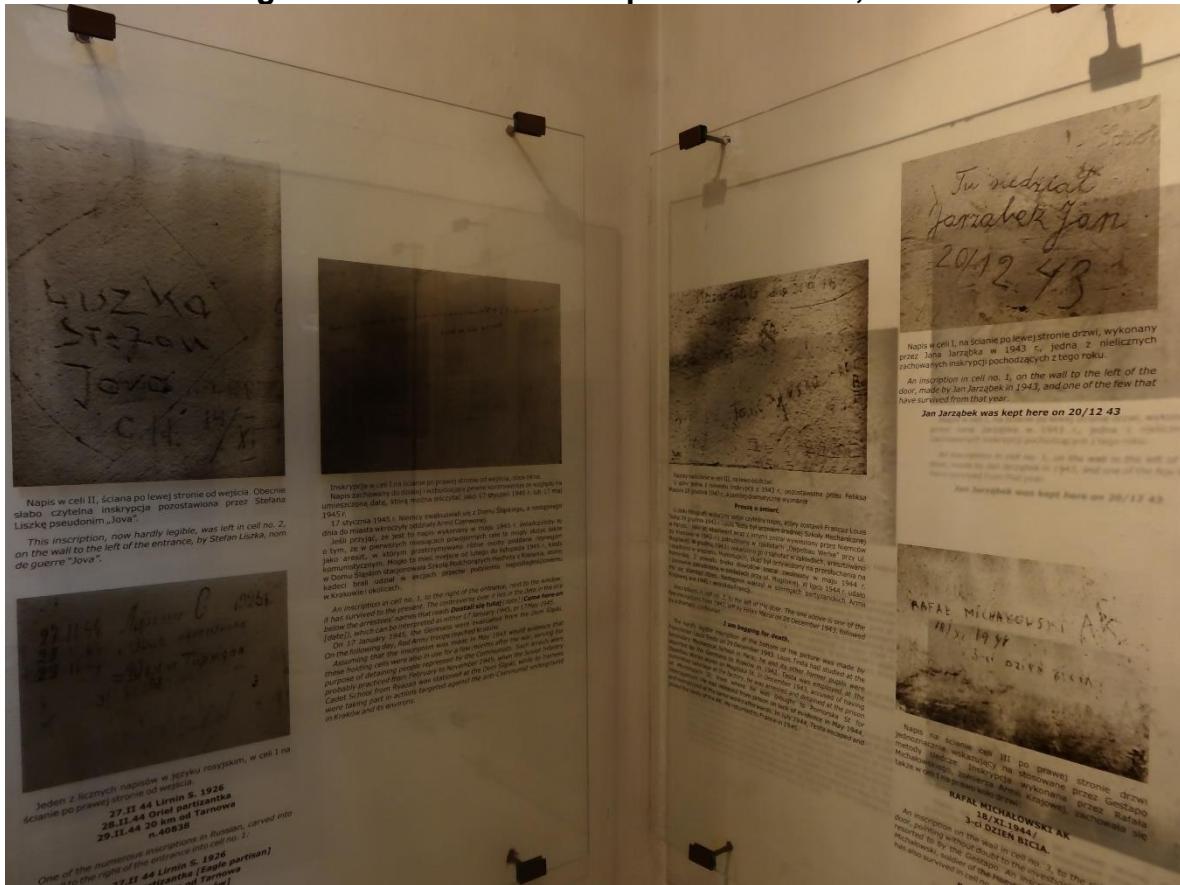


Fonte: HANSELL (2021).

Além disso, ainda na referida Guerra, a lata de spray foi desenvolvida e popularizada com maior esforço, trazendo mobilidade e agilidade (SOUZA, 2007; DINIZ; FERREIRA; ALCÂNTARA, 2015), aumentando e modificando (como nunca visto antes) a dinâmica da manifestação.

Ainda como consequências dessa terrível guerra, os campos de concentração dos judeus tornaram-se palco de uma manifestação pouco estudada e que ganhou destaque: a marcação em locais de presídios e/ou semelhantes. Foram encontrados vestígios de marcas feitas com unha ou materiais de pontas finas, demonstrando os desesperos, as insatisfações e as injustiças nas pessoas que ali estavam (imagem 7), ficando como legado a barbárie humana e os erros que não podem ser jamais esquecidos e acometidos novamente.

Imagen 7 – Prisão da Gestapo na Cracóvia, Polônia



Fonte: TRAVASSOS (2014).

A partir da década de 1950, principalmente após 1960, houve uma contundente¹⁸ alteração nesta manifestação da pichação. Divergiram duas correntes, às quais atualmente são mais unificadas: marcações de indivíduos e grupos e grafites nos EUA (sobretudo com spray) e marcações políticas na França (destacando o estêncil).

2.2.1.1 América do Norte

O autor Schacter (2013) faz um levantamento generalizado dos estilos de picheação de cada continente e de alguns países representantes desses, mas que

¹⁸ Note-se que em cada época da pichação a marcação das paisagens para criarem territórios e territorialidades foram específicas. Mas a última “fase”, pode ser considerada categórica.

aqui será utilizado apenas os primeiros. Tal escritor destaca que ela absorveu influências locais (pelas culturas e históricos), criando tradições completamente específicas topologicamente, como a *Pop Art* (Arte Pop) e a *Land Art* (ou *Earth Art* ou *Earthwork*, sendo Arte da Ilha ou Arte/Trabalho da Terra) estado-unidense, a *Arte Povera* (Arte Pobre) italiana, o Movimento *De Stijl* (Estilo) holandês, o Muralismo mexicano, os Estêncis argentinos e a Pixação brasileira.

A América do Norte é tida como o berço da arte urbana, principalmente os EUA, que teve a vanguarda destas manifestações e espalhou pelo mundo todo a partir da globalização/mundialização, como a forma de arte mais popular, extensa, densa, visível e transgressora (FERRELL, 2016). É o local considerado que está mais entrelaçado às raízes desta manifestação. Teria no geral artistas com formas de elegância, descontraída, grosseria, icônica ou figurativa, gótica e colorida. Destacam-se autores como Espo, Barry McGee, BNE, Revs, Basquiat, Haring e afins (SCHACTER, 2013).

Os EUA ofereceram um território fértil ao desenvolvimento, por causa de manifestos contra as formas de uso e ocupação, desvalorização e abandono da cidade pelos brancos, aumento da cidade e do subúrbio e das lutas raciais, guerras, migração (destacando-se a rebelião dos grupos reprimidos, estando associado a busca das afirmações e levantes culturais urbanos); validando a rua como protagonista nestes processos. Com grande população e mistura étnica (como chineses, dominicanos, jamaicanos, ucranianos, nigerianos etc.), aumenta os levantes culturais e suas manifestações acerca disto (DINIZ; FERREIRA; ALCÂNTARA, 2015).

2.2.1.1 Nova York e Filadélfia

Dentro deste contexto, torna-se necessário destacar-se duas contribuições próximas e berços destas manifestações: a cidade de *Philadelphia* (Filadélfia) no estado da *Pennsylvania* (Pensilvânia) e *New York* (NY – Nova Iorque, NI) no estado homônimo. Pela primeira vez as cidades começaram a serem demarcadas

sistematicamente e com objetivo de fama entre a disputa por ela própria (FILARDO, 2015).

Antes de surgir a pichação, aproximadamente na década de 1940, os EUA apostavam e consolidavam a *Pop* e a *Land Art*, buscando rivalizar e ganhar das artes da Europa. Focavam na figuratividade, na comunicação, nos aspectos das ruas, buscando a banalidade urbana, utilizando de quadrinhos, cartoons e personagens, que também inspiraram a pichação (FRANCO, 2009).

Durante a década de 1950, as gangues do subúrbio dos EUA (em torno de *Farimount*, na *Indiana*) inovaram também em suas estratégias, utilizando a pichação para demarcação territorial, fazendo com que as pichações fossem direta e indiretamente relacionadas aos delitos e crimes que estas gangues faziam, com grande violência (correlacionando igualmente a paisagem modificada por eles). O território era tenaz, tendo divisões próximas em casas, em quadras, em ruas e em quarteirões (LEY; CYBRIWSKY, 1974), marcavam frases, códigos, recados, delimitações, ofensas e afins.

A década de 1960 teve a cascata de rebeldia das artes urbanas, com seu destaque apontando para sua constante busca pelas camadas populares. Combinada à criação do Hip-Hop (disputas simbólicas – dança, desenhos e palavras, cantorias – em vez de disputas físicas – confrontos, mortes, violência), surgindo no *Bronx* em tal década, começam a escrever seus apelidos (reais ou inventados para a prática) em companhia do número da casa, da quadra, da rua ou do quarteirão destes (a força do indivíduo ainda reverberava fortemente, diferentemente do Brasil que é mais coletivo; fato que imbrica, novamente, em formas específicas paisagísticas e territoriais). A partir desta década surge a forma atual, considerada como Arte Pública, Arte Popular, Arte Urbana, Arte de Rua ou Arte da Lata de Spray (SCHACTER, 2013).

O Hip-Hop tem quatro pilares/elementos: os animadores de festa – o MC (*Master of Cerimonies* – Mestre de Cerimônias) e o DJs (*Disk Jockeys* – Tocadores de Disco), o Rap (*Rithm And Poetry* – ritmo e letra/poesia, canção falada), o

Breakdance (dança de rua) e o *Graffiti* (escritas e desenhos)¹⁹. A pichação perpassa por todos estes, através dos MCs pela improvisação, dos DJs pela criação de bases, do Rap pelo remix (pedaços de músicas misturados com músicas em *loop*, ou seja, repetição) (FILARDO, 2015) e pelos *B-boys* (dançarinos de *Breakdance*) pela improvisação e movimentos (artificies). Tal manifestação unificou diversas pessoas da rua, dando identidade e acabando com os conflitos. A pichação manteve a identidade perante a tantas mudanças e desavenças.

Em 1965, o adolescente e aluno da escala de reforma, Darryl McCray, modifica os rumos da marcação. Seu apelido era “Cornbread” (pão de milho – uma espécie de bolo de milho típico dos EUA), por pedir comida caseira constantemente em sua escola. Para impressionar uma menina em que ele tinha interesse em se relacionar e chamar a atenção, escrevia seu apelido em diversas paredes, na Filadélfia (imagem 8 e 9). Entretanto, concomitante, outras pessoas começaram a ter grupo de demarcação, mas sem o foco criminal das gangues. A fama de ambos foi tão grande, que estes dois uniram-se e criaram oficialmente o primeiro grupo de pichação.

¹⁹ Embora o Hip-Hop seja trazido comumente apenas com quatro pilares/elementos, pode ser encontrado também (por autores ou praticantes) nove elementos: adicionando-se *beat box*, conhecimento de rua, empreendedorismo de rua, moda de rua e linguagem de rua. A pichação igualmente perpassa por todos estes.

Imagen 8 – Pichação de “Cornbread”, na cidade Filadélfia



Fonte: DUBOSKI (2020).

Imagen 9 – Matéria de jornal do ano de 1971 sobre o “Cornbread” com a sua pichação em cima



Fonte: STRAAT MUSEUM (2021).

De outro lado e simultaneamente, sua explosão ocorre em Nova Iorque. O primeiro a ter destaque maior foi o jovem nova-iorquino Taki 183 (Taki é o apelido do autor, que é morador da Rua 183 do Harlem, gueto negro de Nova Iorque), tendo sido noticiado pelo jornal *The New York Times*, chamando a atenção de todos os outros jovens (imagem 10). Após isto, diversas pessoas também começaram a fazer (VIANA; BAGNARIOL, 2004). Assim inicia-se o desenvolvimento de grafias, estilos e locais característicos e diferenciados. Depois de Taki, vieram Julio 204 e Cat 161.

Imagen 10 – Matéria de jornal do ano de 1971 sobre o “Taki 181”

The New York Times

NEW YORK, FRIDAY, JUL 21, 1971

'Taki 183' Spawns Pen Pals

Taki is a Manhattan teenager who writes his name and his street number everywhere he goes. He says it is something he just has to do.

His TAKI 183 appears in subway stations and inside subway cars all over the city, on walls along Broadway, at Kennedy International Airport, in New Jersey, Connecticut, upstate New York and other places.

He has spawned hundreds of imitators, including Joe 136, BARBARA 62, EEL 159, YANK 135 and LEO 136.

To remove such words, plus the obscenities and other graffiti in subway stations, it cost 80,000 man-hours, or about \$300,000, in the last year, the Transit Authority estimates.

"I work, I pay taxes too and it doesn't harm anybody," Taki said in an interview, when told of the cost of removing the graffiti.

And he asked: "Why do they go after the little guy? Why not the campaign organizations that put stickers all over the subways at election time?"

Withholds Last Name

The 17-year-old recent high school graduate lives on 183d Street between Audubon and Amsterdam Avenues. He asked that his last name not be disclosed. Taki, he said, is a traditional Greek diminutive for Demetrius, his real first name.

"I don't feel like a celebrity normally," he said. "But the guys make me feel like one when they introduce me to someone. This is him, they say. The guys knows who the first one was."

Taki said that when he began sneaking his name and street number onto ice cream

Fonte: STAVSKY (2015).

Dessa maneira, inspirados pelos *Hobos*²⁰, pelo grande alcance da rede ferroviária (que ligava praticamente todo os EUA) e pelas classes sociais mais

²⁰ Palavra de forma pejorativa para designar pessoas sem teto (mais próximo de vagabundo ou andarilhos), mas que possuíam espírito aventureiro e sempre viajavam ilegalmente nos trens (sendo *train-hopping* ou pulador de trem) em busca de emprego, não importando a localidade. As marcações

baixas (que mais utilizavam este transporte, por ser barato), outros jovens começaram a escrever em metrôs, trens, carros e ônibus, “deixando o sistema de trânsito fazer o trabalho de espalhar seus nomes em toda a cidade” (SCHACTER, 2013, p. 40, tradução nossa). Destacam Stay High 149, Super Kool 223, Matta-Clark, Blade, Lee, Phase 2 e DJ Kid (os dois últimos foram os pioneiros no desenvolvimento mais elaborado das marcações e modificando para o grafite). Depois que a disputa aumentou, estes começaram a diferenciar-se pelas caligrafias, com novas formas, estilos, cores, efeitos, designs e também pelos locais. Pois começaram a “[...] ser colocados em mais locais inacessíveis” (BATES, 2014, p. 30, tradução nossa), mexendo com o imaginário popular.

Inicialmente as marcações de nome foram chamadas de *tag* (etiqueta, rótulo ou marca), abreviatura de *tagging* (marcação), ou de *autographs* (autógrafos), sendo próximas de assinaturas, rubricas; algo que unido à caligrafia identifica e específica uma pessoa, identidade e espaço (sendo extensão do próprio indivíduo e do espaço). Foram chamados de *writers* (escritores). O nome/apelido é tão importante, que é a primeira coisa dada a um recém-nascido, é uma forma de conhecer os outros questionando o nome e tem-se ainda a especificidade da caligrafia aplicada nele (*Ibid.*). Os nomes eram inventados ou não (de quadrinhos, personagens e da cultura), inspirados pelas manifestações artísticas que vinham desenvolvendo-se anteriormente (*Pop e Land Art*) (FRANCO, 2009).

[...] na primavera de 72 começou a se expandir em Nova York uma onda de grafites que, partindo dos muros e dos tapumes dos guetos, terminou por invadir os metrôs e ônibus, caminhões e elevadores, galerias e monumentos, cobrindo-os totalmente de grafismos rudimentares ou sofisticados, cujo conteúdo não é nem político nem pornográfico: apenas nomes, sobrenomes tirados dos quadrinhos [...] Ele não poderia ter sido senão efêmero e, aliás, evoluiu muito em um ano de história. Os grafites se tornaram muito mais elaborados, apresentando barroquismos inacreditáveis, com ramificações de estilo e de “escola” ligados aos diferentes bandos que operavam. (BAUDRILLARD, 1976, p. 315-316, tradução nossa).

nos trens iniciaram pelos maquinistas apontando quais vagões precisavam passar por manutenções ou reconstruções diversas. A partir disso, os *Hobos* (aos quais incluíam também ex-trabalhadores ferroviários) começaram a se comunicarem desta forma (ROSS, 2016).

As formas foram modificando-se gradativamente, criando outros estilos dentro de uma mesma variável. Como a:

[...] concorrência entre “equipes” de pichação aumentaram, as etiquetas se tornaram maiores e mais elaboradas, expandindo o vocabulário estilístico. Além de diferentes variedades estéticas. Os métodos de aplicação começaram a evoluir, dando lugar ao movimento da arte de rua. (BATES, 2014, p. 4, tradução nossa).

As marcas começaram nas cidades, porém passaram a ter grande destaque no metrô (espalhando pela cidade como um todo pela sua grande ligação), os vagões eram completamente cobertos (dentro e fora) pelas pichações (diferente do Brasil – único no mundo a ser assim – atropelar uma marcação não é conflito e sim normal – a prática nos trens do Brasil também é tímida) (FILARDO, 2015) (imagem 11 e 12). Era uma alegação do direito à cidade, sendo algo como “nós existimos, estamos em toda parte, nós escrevemos sobre vocês” (SENNETT, 1990, p. 207). O local marcado (na paisagem) torna-se inevitavelmente o território e a territorialidade ética e moralmente sagrados. É a completa celebração e orgulho do gueto, que sempre lhes foram negados (*Id.*, 1998). Buscavam assim, a rua como espaço inevitável, importante e formal da liberdade (d)e expressão.

Imagen 11 – Parte interna de metrô dos EUA



Fonte: IMGUR (2013).

Imagen 12 – Parte externa de metrô dos EUA



Fonte: GOLDSTEIN (2013).

A partir da década seguinte, de 1970, espalhou-se rapidamente de modo nacional e depois global (difusão hierárquica), sendo moldado e remodelado pelas culturas locais; recebe grande visibilidade em tal época também pelo seu recebimento pelas grandes galerias de artes (sendo interessante por estas artes entrar nos meios que sempre foram renegadas, mas separou os artistas e as artes, perdendo algumas essências), principalmente por Basquiat, Haring, Crash, Daze e Dondi (FRANCO, 2009). Após espalhar pelo mundo todo rapidamente, no ano 1980, no muro de Berlim na Alemanha, principalmente no lado ocidental (com menos vigias), começa a ter o aparecimento constante do fenômeno da pichação (RAMOS, 1994), ficando ainda mais famoso e contestatório.

Porém, apesar desse recebimento, o governo estado-unidense (e mundial) nunca foi favorável e sempre rivalizava (e rivaliza) com estes. Entretanto, a glória das marcações estado-unidenses virou a decadência no final da década de 1980. Em 1987 com o *crash* da bolsa de valores, as epidemias da doença Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*Acquired Immunodeficiency Syndrome – AIDS*) e da droga ilícita crack, além de todo o combate do sistema de metrô contra a pichação tendo sua máxima eficácia (não durando algumas horas qualquer marcação), diminuiu-se as pichações como um todo e finaliza-se as que tinham como alvos os metrôs. Cria-se assim o maior valor para as marcações nas ruas, proliferando um cenário melhor para estas artes e pior para o governo, pois começam a utilizar novos elementos e mídias. Destacam-se nessa nova fase VFR, JOZ, Easy, Cost e Revs (SCHACTER, 2013).

Com tamanho apelo, aparece-se também outras marcações, como as realizadas pelos presidiários, mulheres e crianças, sendo temáticas pouco estudadas e interessantes para pesquisas futuras, às quais aqui são incentivadas.

2.2.1.2 Europa do Norte

O autor Schacter (2013) afirma que a Europa pode ser dividida em duas partes no quesito da pichação: Europa do Norte (Inglaterra, França, Alemanha,

Suécia) e Europa do Sul (Espanha, Portugal, Grécia). Por mais que o ele tenha uma definição enviesada e traduz-se ela na forma de importância (poderia ser usado leste e oeste, ainda assim com cautelas), essa diferenciação é visivelmente definida.

Generalizando a Europa do Norte, esta tem estilo mais conceitual e brutal de produção, com técnica impenitente, aspectos políticos e menosprezo da vigilância, rude, anárquica, militância, despreocupado, elegante, formal, conceitual, autorreflexivo, digital, abstrato, com cartazes e colagens. Busca-se desvincilar dos discursos fixos, sendo conceituado como “conceitualismo do grafite”, rejeita a mercantilização das artes, focam na beleza do ato e não somente do produto. Destacam-se Banksy, Turbo, OX, Downey, Zedz, Influenza e 1UP (LEWISOHN, 2008).

Neste continente, ressalta-se outra importância para as manifestações das artes de rua. Ecoando em movimentos revolucionários e nas revoltas culturais como um todo, principalmente as lutas socio-culturais-políticas, os estudantes contra-atacam toda a ordem vigente imposta pelo Estado, sendo a Revolta Estudantil de Paris de 1968, conhecido como Maio de 68. Os estudantes utilizaram uma estratégia inovadora (marcação dos muros, inspirados pelos contraculturalistas), pedindo seus direitos e liberdade, reivindicações de educação, reformulação dos currículos das escolas, contra-questionamento com a espetacularização da cidade e do cotidiano, além do (neo)imperialismo, autoritarismo, massificação da sociedade em geral, tabus culturais e a indústria cultural, tendo afetos totalmente mercadológicos. Utilizam os muros de suporte dos protestos, os materiais eram os sprays, mas em maior peso os estêncéis (imagem 13) (RAMOS, 2007; SOUZA, 2007; FRANCO, 2009; CARVALHO, 2013; DINIZ; FERREIRA; ALCÂNTARA, 2015).

Imagen 13 – Pichação em Paris na década de 1970 com os dizeres “sob os paralelepípedos, a página”



Fonte: GOLDSTEIN (2013).

Somado a isso, tem-se também a chegada das marcações no muro de Berlim (símbolo do autoritarismo e da disputa global do capitalismo e socialismo), trazendo grandes polêmicas (CARVALHO, 2013). As primeiras aparições ocorreram por volta do ano de 1980 (RAMOS, 1994), durante a Guerra Fria, e ao longo dos anos foi marcado em quase sua totalidade, sendo uma afronta aos dois sistemas e aos blocos globais²¹ (imagem 14 e 15).

²¹ Note-se que muitas das marcações foram realizadas por praticantes brasileiros e/ou utilizando a estética brasileira (principalmente a paulista).

Imagen 14 – Parte esquerda do Muro de Berlim na Alemanha



Fonte: TRAVASSOS (2013).

Imagen 15 – Parte direita do Muro de Berlim na Alemanha



Fonte: TRAVASSOS (2013).

Assim, nota-se um aspecto mais político-partidário nas manifestações na Europa. Porém, com o passar dos anos e inspiradas também pelos EUA, modificaram-se suas manifestações para as disputas territoriais.

2.2.1.3 Europa do Sul

Já a segunda parte da Europa, teria uma estética mais viva e despreocupada, com menos conceitualismos, mas com vivacidade e efervescências latinas. Tem formas políticas, pixos (alguns inspirados no Brasil), *bombs* (também inspirados nos brasileiros), aspectos experimentais e investigativos, teorias e formas, dramas, cores, policromia, brilhos, surrealismo, colagistas, acaso, monocromático, abstrato, caricaturas, criatividade e arqueológico. Buscam permear-se nas possibilidades formais e também na natureza do próprio discurso. Destacam-se Grito, SpY, Suso33, GPO coletivo e Fillippo (LEWISOHN, 2008; SCHACTER, 2013).

2.2.1.4 Restante do mundo

Por mais que o Schacter (2013) generalize os demais continentes, incluindo-os na categoria “resto do mundo”, há cenas importantes em outras nações, que se caracterizam menos pela quantidade, do que pela qualidade e peculiaridade.

Assim, com base nele e na vivência do autor que vos escreve afirma-se que na Oceania, principalmente Australásia (Austrália, Nova Zelândia, Nova Guiné e parte da Indonésia), tem-se significativamente o uso de estêncis, sendo marcações mais variadas, soltas e violentas. Destacam-se HA-HA, Sync Meggs, Sydney e Kid Zoom (MCDONALD, 2013). Alguns desses ganharam fama somente depois que foram pros EUA e Europa.

Na Ásia, destaca-se o Japão; foca-se ainda em replicação dos outros lugares mundiais, mas seu movimento que está crescendo tem-se monocromia, idiossincrasia e também formas e letras japonesas (com seus três alfabetos:

hiragana, katakana e kanji). Destacam-se Essu e QP. Já na China, movimento mais jovem ainda (mas com semelhanças na gênese japonesa), têm dificuldade em aquisição de materiais de pintura (principalmente o spray, que é utilizado pela velocidade, pela portabilidade, pela utilização e pela permanência) (WHITE, 2014). Destacam-se Dal East, coletivo Chirp e IDT.

Na África tem-se a relação semelhante, pela dificuldade de aquisição material, mas figuram-se mais cores. Destacam Egito, África do Sul, Congo, Arábia e outros países árabes. Isso não quer dizer que nesses locais não têm ou têm fraca cultura artística, é ao contrário, são fortes nestes quesitos, mas focam em outras formas.

Assim, demonstra-se que todos os países têm as marcações nas paredes, de acordo com sua história e contextos (*Ibid.*). Onde houve, há e haverá repressão, raiva e descontentamentos, sempre haverá marcações nas paredes. O conflito moveu e move o mundo, assim como a pichação.

2.2.1.5 América Latina

Como erroneamente trazido, as áreas que sofreram o peso do processo de colonização não são apenas derivadas de seus colonizadores; estas desenvolvem suas especificidades a partir de uma gama imensa de influências. Deste modo, esta área é a mais rica neste quesito, tendo diferentes movimentos e únicos, sendo altamente significativo. Em tal continente, de acordo com Schacter (2013), destacam-se o muralismo primitivista e surrealista do México, a pixação e grafite figurativo do Brasil, o *salvajismo* (“selvageria”) e estêncil político da Argentina, as marcações políticas do Chile; que desafiam e lograram êxito na hegemonia norte-americana e europeia.

Definem-se como uma arte para o e do povo, abordando surrealismo, folclore, espiritualismo, ícones e religiões tradicionais da cultura, colorido, absurdo, que repudia o impasse e a exclusão e segregação, icônico, “selvageria”, estêncis e slogans políticos. É ricamente colorida, estimulante e fluorescente. Focam em mais

questões sociais (comparado à América do Norte), sendo com cores mais intensificadas (comparado à Europa). Destacam-se Los Contratistas de Nuevo Leon, Siqueira, Fase, Chu, Doma Coletivo, Vazko e Castro.

Por fim, levantando-se o maior destaque do continente e do mundo, tem-se o Brasil. Estilo famoso e imitado globalmente, utiliza-se significativamente do *letteting*²², militância e combativa mais forte (tanto na localização, quanto de seus fundamentos), figurativa, simbólica, alegórica, colorida, coletiva, icônica, estêncis, política (FRANCO, 2009; CARVALHO, 2013; DINIZ; FERREIRA; ALCÂNTARA, 2015; LOPES, 2020). Destaca-se Cripta Djan, Goma, Frek, Raider, Baglione, Vitché, VLOK, Nunca, Os Gêmeos, os grupos Os Mais Fortes/Círculo Vicioso, Os Piores e Os Mais Imundos.

2.2.2 Pichação brasileira e seus triunfos

No Brasil, com suas histórias, culturas e aspectos diversificados, estas manifestações igualmente assim a tornam. Diferente dos EUA, o padrão socioterritorial é produzido por divisão e segregação que se dão principalmente pela renda, à qual reflete também a cor da pele (a maioria no país são pobres e negros, com menores oportunidades) (FILARDO, 2015). Isto faz com que se tenha a divisão entre a cidade formal e a periferia (embora atualmente estas mesclam-se) semelhante aos EUA. Entretanto, no Brasil os pobres estão concentrados na periferia e em poucos casos nos centros (com favelas ao redor deles), divergindo do padrão estado-unidense, e dando novas características nos lugares aos quais são encontrados (convergindo para paisagens e territórios/territorialidades específicos e cultuados como atributos).

Semelhante ao contexto mundial, as primeiras marcações no Brasil são as pinturas rupestres. A demarcação mais antiga encontrada em território brasileiro são diversas marcas deslindadas no Parque Nacional da Serra da Capivara, no

²² É a arte de desenhar letras, não somente escrevê-las.

estado do Piauí, sendo as maiores e mais antigas artes rupestres das Américas. Possui diversos artefatos, datados com cerca de 50.000 anos, mas as pinturas rupestres possuem cerca de 25.000 mil anos (SCHACTER, 2013) (imagem 16).

Imagen 16 – Pintura rupestre de animais no Brasil, com cerca de 25.000 anos



Fonte: FERREIRA (2008).

O histórico brasileiro das escritas urbanas pode ser dividido em três fases, de acordo com Ferreira (2019): política, aleatória e de marcação. A primeira foi mais próxima das marcações francesas, a segunda foi uma espécie de transição (entre a atribuição política e a ordenação sistemática de grupos) e a terceira próxima das marcações estado-unidenses; de protesto contra o sistema e a ordem vigentes, passou para uma comunicação complexa simbólica. Em todas estas, principalmente na última, espelharam peculiaridades e traços locais e regionais e, algumas vezes,

intraurbanos (com fortes presenças das paisagens territoriais) (DINIZ; FERREIRA; ALCÂNTARA, 2015). Porém, suas personalidades deram a partir de uma matriz em comum, sendo distintas (em tudo) em cada Unidade da Federação (UF).

A primeira fase, política, desenvolve-se na Ditadura Militar (1964-1985). Qualquer manifestação era proibida, assolando suas intenções, participações e desenvolvimento, para quem fosse contrário a esse governo autoritário. Deste modo, havia poucas intervenções no geral e as marcações políticas apareciam em maior número, para enfrentar o sistema, refletindo as tensões, as manifestações contra e atentando o regime. Ficou famosa a frase “Abaixo a Ditadura” (imagem 17), geralmente realizada por jovens universitários (FRANCO, 2009), além de distribuírem mensagem claras, de ordem, estruturadas, contestatórias, explícitas para todas as pessoas; ressalta-se que o nome ou apelido não eram colocados, evitando a identificação e repressão, tinham amplitude e eram predominantemente feitas com tinta preta (SOUZA, 2007; FERREIRA, 2019).

Imagen 17 – Pichação no Brasil com a famosa frase “Abaixo a Ditadura” na década de 1960



Fonte: APOLINÁRIO (2014).

A segunda, de marcações aleatórias ou apolíticas, com frases poéticas, debochadas, engraçadas, humorísticas, propagandísticas, irônicas, subjetivas, paródias, versos curtos e diversas expressões, desenvolve-se no meio da Ditadura, na década de 1970. A primeira frase a tornar-se enigmática aparece em São Paulo, com os dizeres de “Cão Fila Km26” (imagem 18), ao qual mexia com o imaginário popular. Porém, logo descobriram-se que era uma propaganda de um dono de canil, que se situava na altura do km 26 da estrada do Alvarenga em São Paulo²³, sendo inspiração e antecipação do movimento que viria a se desenvolver mais tarde (FILARDO, 2015). Apareceram posteriormente os jovens periféricos de São Paulo, utilizando as inscrições de “Gonha Mó Breu” e “Patrulha Canábica” (FRANCO, 2009), ambas fazendo alusão ao uso da planta alucinógena maconha. No Rio de

²³ Foram encontradas suas marcações em diversas partes do estado de São Paulo e também em Manaus no estado do Amazonas.

Janeiro, destacaram-se “Celecanto provoca maremoto” (referência ao seriado japonês *National Kid*), “Lerfá Mu” e “Ah, Ah Beije-me”. Os dois primeiros eram rivais (imagem 19) e a segunda marcação provavelmente fazia referência à maconha (não sabendo ao certo o seu significado) (CRIS, 2014). Assim, eles tinham códigos nas mensagens a serem decifradas, que possuíam como foco o imaginário popular, aguçando a imaginação coletiva e individual, provocando mistérios, curiosidades, reações positivas, negativas, indiferentes e aleatórias.

Imagen 18 – Matéria de jornal do ano de 1977 sobre o “Cão Fila Km26”



Fonte: REVISTA VEJA (1977).

Imagen 19 – Matéria de jornal do ano de 1978 sobre o “Celecanto provoca maremoto” e “Lerfá Mú”



Fonte: JORNAL O GLOBO (1978).

Suas marcas eram a explicação de desejos e havia a utilização predominante de cores pretas e de outras formas de caligrafias e escritas. Mas algumas vezes tinha nome dos apelidos e/ou as localidades, não sendo predominante.

E a terceira, de marcações, tem seu destaque na década de 1980, inspirada pelas bandas de Rock, pelo Hip-Hop e pelas mídias (filmes, músicas e roupas) que estavam divulgando fortemente esta manifestação. Ocorre com o maior contato internacional e consequente distribuição, relativos ao universo juvenil. Como os jovens não podiam consumir facilmente este tipo de mídia, passaram a construir seus próprios bens culturais, contra-atacar o sistema e clamar pelo direito à cidade (LASSALA, 2014); também cresceu por causa da criação do ciberespaço. Surgem

como os maiores dizeres densamente presentes (apelidos, nomes e grupos), tendo o político em segundo lugar e o aleatório (não se sabe a intenção) em último (atualmente aleatório e político são próximos, mas em contextos de instabilidades, movimentos no cenário mundial, catástrofes/tragédias ou proximidades com eleições, faz com que aumente consideravelmente ambos) (LOPES; DINIZ, 2022).

Esta inicia-se igualmente em São Paulo, ao qual as bandas de Rock pichavam seus nomes, nomes de outras bandas e frases de letras, ornamentadas por caracteres rúnicos e góticos, que as bandas de Rock e Metal tinham em capa (no estilo punk, heavy metal, death metal, black metal, white metal) (NASCIMENTO, 2015). Aproximadamente em 1985, buscando deixar de lado o atraso com a cena de Nova Iorque e também mundial, pessoas e grupos começaram a bombardear a cidade, mas buscando diferenciar suas marcas, surge assim a pixação, o pixo ou *tag reto* de São Paulo (LASSALA, 2013). Neste movimento, espalha-se para todo o país, seguindo os eixos de desenvolvimento e viários (glocalização – uma espécie de globalização local) e devolve isso com toda a força para o restante do mundo. Não somente o estilo, mas também a estética, os hábitos, os valores e costumes, os materiais e as técnicas.

Por outro lado, o Hip-Hop tinha destaque no Largo de São Bento e no Pentágono da Praça Rossevelt na capital paulista, ao qual todas as culturas de ruas encontravam-se. Era a reunião da disposição juvenil contra o sistema, sendo um mecanismo comum de organização e reunião de jovens periféricos contra a metrópole (FRANCO, 2009).

Iniciam-se as demarcações com Juneca e Pessoinha, dois autores que marcavam uma única inscrição em conjunto (“Juneca Pessoinha”). Como na época havia apenas pichaçao política e os “enigmas” das pichaçoes aleatórias, os espaços da cidade estava todos “reservados” para os dois primeiros autores. Após estes, surgem Tchentcho, Chefe, Xuim, #Di#, Dino, Birajá Punk, Djan, entre outros, buscando destacar nesta competição anônima, uma guerra silenciosa, mas fortemente escrita e dialogada. O #Di# foi considerado um dos pioneiros na

estilização da escrita e o mais ousado; o Djan é pioneiro nesta arte e nas escaladas por fora dos edificados/equipamentos.

Desta forma, logo após chega-se ao Brasil também o grafite, sendo Hornest considerado o pioneiro. Porém, destacam-se posteriormente Os Gêmeos, Binho e Speto, membros de uma geração chamada de “Old School”. Alguns desta época foram para Nova Iorque aprender estilos e as técnicas e traziam para o país, mas focando no sentido de artes plásticas, que depois virou o grafite brasileiro (FRANCO, 2009; FILARDO, 2015). Portanto, note-se o primeiro estímulo para a diferenciação das artes urbanas no Brasil.

Tudo isso, agregado à desordem do aumento da pobreza, dos crimes, da falta de infraestrutura, do acesso à moradia, do conforto e status da casa própria, da violência policial, deram mais ênfases à manifestação. Correlacionando, de forma direta e indireta, na constante criação de formas diversas de vivências nesse caos urbano/metropolitano (e suas feições e disputas).

Criou-se também modos de marcações diferentes. Nos EUA e no mundo todos trazem o nome do autor e a localidade, com número da casa, rua, quadra, quarteirão e bairro, há pouca referência ao grupo ou a localidades maiores. No Brasil, a pichação tem o nome do autor, seu grupo e a localidade, tendo referências ao bairro, quebrada, região geográfica, regional, DDD, cidade e estado (é mais grupal e topológica). Em Belo Horizonte tem a inspiração das TOs na utilização das regiões (regionalização criada por eles). Em São Paulo são compostas pela grife (utilizado um emblema para representar a união de grupos), pixo (nome dado ao grupo de pixadores) e de forma abreviada ou menor (ou, às vezes, oculta-os) o apelido dos indivíduos (*Ibid.*). Diferente de Minas Gerais, que marca o apelido maior e o grupo em sigla menor e a grife aparece algumas vezes em emblemas ou abreviações.

Estes autores atacam a propriedade privada e a concorrência, sendo marca do capitalismo, da segregação, da exclusão e da violência: a liberdade é relativa, transformada em um produto (não podem morar e nem deslocar, não possuem o direito à cidade, mas buscam/demostram o contrário). Devolvem a violência

recebida (retaliação dos poderes) e substituem as “leis da sociedade” pelas “leis por eles criadas”, que são muito mais de equidade, éticas e morais. Evita qualquer imposição, mas é original e autônoma, terrorismo poético e estético, bombardeio de letras e palavras, é arte marginal e não somente vandalismo. É extremamente profundo, requintado e chique. Não é apenas contemplação, é ação, é pixa(ação) (NASCIMENTO, 2015).

Mesmo que quebrem regras e leis no geral, estes seguem as suas, tendo forte organização hierárquica, construídas por eles. “Sendo assim, de forma paradoxal, alguns grupos, ao mesmo tempo em que quebram algumas regras da nossa sociedade, se identificam e reproduzem – e respeitam – valores, estritamente relacionados com os de disciplina e ordem” (CARVALHO, 2013, p. 125). Ou seja, o que importa são o que eles construíram coletivamente.

Os autores dominaram estes espaços com muitos sacrifícios, lugares de destaques, de atenção, reconhecimento e disputas, anos de prática (ou poucos anos, mas muita disposição) e ousadia, noites mal dormidas ou passadas nas delegacias, risco de vida, humilhações, humildade, lealdade, parceira e proceder²⁴ (LASSALA, 2013). Assim, “os pixadores têm uma forma muito particular de vivenciar a cidade. [...] eles a conhecem como poucos e circulam pelos mais diferentes lugares. Eles percorrem todas as regiões, da periferia ao centro” (PEREIRA, 2005, p. 34-35). Eles não têm medo de vivenciar e andar pela cidade, eles a dominam, contemplam e intervêm, não se perdem, estão sempre ativos. A rua é seu conforto (é dele) e desconforto (perigos que os movem). Eles criam e manipulam seus próprios poderes.

Com todas estas características, a manifestação causou desconforto e posturas repressivas, com ataques de todos os estratos da sociedade, como dos civis, das mídias, das forças de segurança, dos poderes públicos e afins. Foi absorvida pelo poder público uma postura de política anti-pichação. Tamanho foi o incômodo, que em 1998 passou a configurar como crime, de acordo com a sessão

²⁴ Sendo lemas e atitudes que recebem maior valor pelas culturas de rua.

IV dos Crimes Contra o Ordenamento Urbano e Patrimônio Cultural de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605 Artigo 65, que prevê que pichar, grafitar ou conspurcar por quaisquer outros meios edificados urbanos (mesmo autorizado), tem-se a detenção de três meses a um ano e multa; podendo alterar-se de seis meses a um ano de detenção e multa, caso seja realizado em monumento ou algo tombado por qualquer motivo (BRASIL, 1998). Porém, tal artigo foi alterado pela Lei nº 12.408 de 2011, que retirou o grafite como crime (desde que autorizado) e proíbe a venda de tintas sprays a menores (BRASIL, 2011). Além disso, pode-se ser enquadrado no Código Penal de 1940 pelo Artigo 163, ao qual traz-se que causar danos, destruir, inutilizar, modificar sem autorização ou deteriorar coisas alheias também é crime (BRASIL, 1940). Mas a maioria é apenas livre pagando serviços à sociedade ou sem danos. Desta forma, destaca-se como utilizam-se de mais de uma lei e forjam outras, para prenderem e humilharem mais os pichadores. Note-se aqui outro estímulo para a diferenciação de tal manifestação no país (sendo algo errôneo tratar como crime).

As pessoas eram/são denominadas pelo eixo da manifestação que faziam, embora seja errôneo, pois geralmente elas permeiam por todas as variáveis. As leis, a indústria, a mídia, os civis, as artes e as galerias diferem também, aceitando o grafite (mais outro estímulo da diferenciação); somente nos anos 2000 teve o reconhecimento da pichação, que passou a ter maior impacto a partir de 2010 (LOPES, 2020).

2.2.2.1 Pichação em Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves

Com a natureza de ser volátil, a história da manifestação segue e encerra estas evidências. A pichação brasileira passou de político-partidária à artística, desfixando-se das tradições. Belo Horizonte trilhou caminho semelhante (DINIZ; FERREIRA; ALCÂNTARA, 2015), repetindo e sendo aqui dividida pelas fases já apontadas. As primeiras marcações na capital belo-horizontina datam da década de 1970, tendo-se o cunho unicamente político. Porém, na década de 1980, o quadrinista Larcarmélio Alfeo iniciou a prática de marketing e propaganda

inusitados, para divulgar sua revista em quadrinhos Celton (ao qual ele vendia-as nas esquinas da capital), utilizando os dizeres “Leia Celton” ou apenas “Celton” (VIANA; BAGNARIOL, 2014). Sendo assim, ele iniciou os primeiros passos. Posteriormente, ainda nesses anos, iniciou-se frases aleatórias. E por fim, na última fase (também por essa década), a manifestação mineira bifurcou-se em duas vertentes: a do Hip-Hop e a das TOs.

Diferente de São Paulo, que chegou com o Rock e a verticalização da cidade e depois foi para o Hip-Hop, em Belo Horizonte a dinâmica foca-se no Hip-Hop e tem pouco ou nenhum impacto do Rock, além da verticalização e favelização da cidade (com conjunto com a valorização da Serra do Curral). A cena ligada ao Hip-Hop trouxe a pichação (todas as suas tipologias) como forma de expressão, principalmente junto às rodas do *breakdance*, às quais tinha a convergência de todas as manifestações deste estilo, tendo como pontos de encontro a Praça da Savassi no bairro homônimo, a Quadra Poliesportiva da Vilarinho no bairro Venda Nova, o lugar Máscara Negra no bairro Centro, o Terminal Juscelino Kubitschek (JK) no bairro Barro Preto e o *bowl* do Anchieta no bairro homônimo. Cada grupo tinha um desenhista para estampar seus símbolos, siglas, trajes e as paredes. Na década de 1987, diversas pichações estavam pelos bairros Carlos Prates, Caiçara, Cabana Pai Tomaz e Planalto, fora os que já foram citados (*Ibid.*), bem como nos municípios vizinhos, principalmente Contagem e Ribeirão das Neves (LOPES, 2020).

Afirma-se que o ápice se deu na década de 1980, tendo mais de milhares de pessoas e grupos, alguns com mais de 100 integrantes (não tendo números exatos) (CARVALHO, 2013). Atualmente não se sabe quantos praticantes e grupos existem, entretanto estima-se valores próximos. Mas a título de exemplificação, Lopes (2020) levanta que no Hipercentro de Belo Horizonte, parte do bairro Eldorado em Contagem e parte do bairro Esperança em Ribeirão das Neves foram encontrados cerca de 222 grupos belo-horizontinos, 72 grupos contagenses e 34 grupos nevenses.

Concomitante aos processos anteriores, o caminho das TOs de futebol, também tem seus frutos. A pichação foi utilizada para marcar territórios, presença e intimidar torcidas rivais (com marcação ou dizeres ofensivos); tinham uma ligação visceral (ISNARDIS, 1997) (note-se a interseccionalidade em todos os seus moldes).

[...] acabou se tornando prática comum entre as torcidas organizadas dos grandes times de futebol. Nos anos 80, após a Máfia Azul pichar a sede do Atlético em Lourdes, o fenômeno generalizou-se. De fato, é nos grandes templos do futebol que a pichação adquire para o jovem o caráter dos grandes conflitos, e passa a integrar a coreografia mítica do ritual esportivo. (VIANA; BAGNARIOL, 2004, p. 183).

Assim, a Torcida Organizada da Galoucura (TOG) (maior torcida organizada do Clube Atlético Mineiro – CAM) atacou de volta o Comando Máfia Azul (CMA) (maior torcida organizada do Cruzeiro Esporte Clube – CEC), aumentando as dinâmicas. A Seita Verde (SV) (maior torcida do América Futebol Clube – AFC) tem menores presenças nestas relações. Estes utilizam o nome do pichador, o nome do grupo e a sigla da TO, tendo por muitas vezes o ocultamento do nome do grupo e destacando somente da torcida. Desta maneira, as torcidas eram tidas como uma espécie de grupo.

Assim, os Estádios Governador Magalhães Pinto (Mineirão) e Estádio Raimundo Sampaio (Independência) (este em menor proporção) tornaram-se os lugares exímios da convergência de diversos pichadores e grupos distintos, tendo muitas marcações (ISNARDIS, 1997). Grupos rivais se uniam pelas TOs e/ou aproveitavam delas para brigarem. Na década de 1990 teve-se a aproximação e o consequente distanciamento, pois um dos primeiros e mais importantes grupos de pixadores (criado em 1983 e ainda hoje reverbera na paisagem/território/territorialidade citadina/o), percebeu a dificuldade de manutenção dos membros, conflitos de outras ordens ou perder membros por serem de torcidas diferentes, tiraram esse vínculo e iniciaram uma nova reorganização. Passa-se a disputar de forma mais intensa os espaços e

equipamentos urbanos, tendo conflitos nas paredes e não mais no futebol e físico (SOARES, 2013).

Tamanha é a aceitação e incômodos destes (Savassi, Centro e Barro Preto são bairros de classes médias e altas) que em tal década (1990) a pichação é criminalizada no âmbito municipal (antes mesmo do âmbito federal). A PBH sanciona a Lei Municipal nº 6.995 de 1995, que proíbe e criminaliza a pichação, com detenção e multa para os praticantes (PBH, 1995). Porém, não surtiu o efeito esperado e aumentou significativamente a prática. Aliando a isso, teve grandes eventos relacionados ao picho (como, por exemplo, o Grafitando BH, intervindo na Praça da Estação, no Centro da cidade). Desta forma, na década seguinte (2000), a PBH altera sua postura e cria o Projeto Guernica, buscando diálogos com pichadores no geral, com oficinas para trazer reflexão do patrimônio e paisagem e como estes a interpretavam (VIANA; BAGNARIOL, 2014).

No âmbito dos municípios vizinhos de Contagem e Ribeirão das Neves, estes não têm legislações específicas sobre a manifestação. A única citação da pichação em leis locais decorre em Contagem com a Lei nº 4.212 de 2008 que altera a Lei nº 761 de 1967, que institui o código de posturas, fazendo relações a proibição de pichação nas igrejas (PMC, 2008). Em Ribeirão das Neves tem-se a Lei complementar nº 40 de 2006 que dispõe sobre o código de posturas, ao qual igualmente faz semelhante inferência anterior (PMR, 2006).

Ainda na década 1990, a pixação mineira trocou maiores relações com a pixação carioca e na década seguinte (2000) com a paulista, pelas proximidades e influências de todo o tipo e ordem que estas capitais mantinham com o país e com Belo Horizonte²⁵. Disso em diante, encontra-se de forma significativa o estilo mineiro (mescla dos dois anteriores), o desvencilhamento das marcações relacionadas ao futebol (poucas pixações com referências a estas) e maior conexão ao Hip-Hop (como elemento e atmosfera criativa), destacando as intermediações do Duelo de

²⁵ Cabe aqui ressaltar como a pixação e quaisquer aspectos culturais demonstram outros contextos, relacionados à hierarquia das influências das localidades.

MC's²⁶, outros duelos regionais/lokais e outros eventos, lojas especializadas e afins (CARVALHO, 2013). Cabe aqui ressaltar que o grafite foi diferente, não teve essa associação com o futebol, ficando de braços dados apenas ao Hip-Hop.

Com o passar dos anos, a pichação ganhou mais destaque, principalmente a partir de 2008, atingindo exposições e encontros na Serraria Souza Pinto, no Palácio das Artes, no Sesc Palladium, no Circuito Urbano de Arte (CURA), no Circuito de Artes Urbanas (CAUS) na Escola de Design da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), no Mercado Novo, além de mirantes, circuitos e festivais espalhados pela cidade e afins.

A Prefeitura aumentou o cerco após 2010 por causa dos eventos futebolísticos da Copa das Confederações e Copa do Mundo da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado) de futebol masculino de 2013 e 2014, e de alguns jogos das Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, que reformaram o Mineirão e aproveitaram para estimular outros eventos e usos, convidando grafiteiros para comporem a paisagem e os pichadores aproveitaram disso (DINIZ; FERREIRA; LACERDA, 2017). Por causa desses movimentos, declararam guerra aos pichadores, sendo com mandatos de busca e apreensão (tendo alguns sendo forjados). Surgem programas como o Movimento Respeito por BH, que cobria todas as pichações encontradas pelos agentes e voluntários. Os pichadores também revelaram desconfortos com essa perseguição e com o contexto geral, reclamando da impunidade dos responsáveis pelo crime ambiental da Samarco em Mariana em 2015, sendo o rompimento de

²⁶ No ano de 2007 no Viaduto Santê, houve a criação do evento denominado de Duelo de MCs (ao qual é popularmente conhecido somente como Duelo ou Rap), criado pelo coletivo Família de Rua (organização que promove e valoriza arte, cultura e manifestações urbanas e de rua). Inicialmente ocorria às sextas-feiras na parte da noite, ao qual os interessados em participar chegavam e se inscreviam na hora para batalhar em rimas improvisadas, enquanto um público em volta assiste e participa democraticamente da votação de quem foi melhor nos confrontos (semelhante aos seus primórdios em Nova Iorque). Porém, além do duelo, até o ano de 2009 tinha o encontro também de pichadores, que depois do evento saíam pela noite pichando. Com a percepção da polícia sobre tais encontros, começaram a interferir no evento, até que chegou ao seu fim. Alguns anos depois, o evento foi reaparecendo (sendo nas tardes de domingo) e foi tomando tamanha proporção que começou em 2012 a ter eventos classificatórios municipais, estaduais e regionais, que desembocam na competição nacional do Duelo, à qual a final é sempre presidida em Belo Horizonte, com premiações de prestígio, dinheiro e gravação de um disco.

barragem de rejeitos minerários (em 2019 com o rompimento da barragem de rejeitos da empresa VALE S.A. em Brumadinho, causa semelhante impacto nas paredes)²⁷.

Os impactos foram contundentes, ao passo que em 2016, a Câmara Municipal de Belo Horizonte criou-se a Lei Municipal nº 10.931, com objetivo de rastrear e identificar os pichadores, pois os estabelecimentos que comercializavam várias formas de tintas, principalmente aerossol, foram obrigados a adotarem um sistema geral de identificação do comprador, com as informações fornecidas compondo um banco de dados a ser mantido pelo local por um certo tempo e apresentar aos agentes fiscalizadores. Depois disso, em 2017 tem a criação do Programa Profeta Gentiliza, para valorizar e fomentar as artes visuais, principalmente a urbana (aos quais os pichadores criam seus próprios circuitos perante as atuações governamentais). Nota-se também o grande uso de redes sociais a partir de tal ano (principalmente Instagram, Facebook, Twitter).

Porém, o recebimento não ficou totalmente amigável (porém, houve uma maior aceitação do grafite em detrimento da diminuição do restante da picho). Ainda teve prisões injustiçadas, ocorrendo a política do medo, utilizando de forças extremamente desproporcionais (uso de helicópteros, de alto esquadrão da polícia e de armamentos de grande calibre) para prender os pichadores e sendo acusados por outros tipos de crimes aos quais não cometem (como apologia a diferentes crimes, formação de quadrilha com grupos que nem fazem parte e afins). O próprio evento CURA teve morador de prédio entrando com recursos judiciais para o apagamento de artes femininas e negras, além das forças de segurança perseguirem artistas convidados pelo Circuito (sem êxito).

A mídia também ajudou nessas divulgações pejorativas, sendo sempre negativa e recriminadora. O primeiro grupo de pichadores da capital mineira foi preso e acusado de causar danos de mais de 5 milhões aos cofres públicos, além

²⁷ O que causou ainda mais aversão, foi o fato que o promotor no caso do crime em Mariana e o que julgava os pichadores era o mesmo, tendo imposições pesadas contra os segundos e brandas contra o primeiro.

de a polícia ter se vangloriado de ter acabado com o grupo (sendo algo que foi notadamente falso, pois a vivência do autor e os dados do campo demonstraram isso: alguns integrantes ainda estavam na ativa, uma parte mudaram seus grupos e apelidos, outros pararam com a prática por um tempo para despistar e por fim outros grupos e pichadores começaram a marcar para confundir as forças de segurança e mídia), sendo constantemente retratados pela mídia.

Note-se assim, a importância dos grupos para a prática e todas suas relações. Para a busca dos conflitos nas paisagens, representando os territórios e territorialidades dos espaços metropolitanos, os pichadores constantemente agrupam-se para uma maior eficiência e eficácia.

2.2.2.1.1 Classificando os grupos da RMBH

De forma geral, os pichadores são jovens periféricos, sobretudo homens, trabalhadores e estudantes das diversas áreas (principalmente socioeconomicamente mais baixas). Os grupos para as pessoas de classes mais baixas e as consequentes relações e redes são a forma de reunião contra o sistema (ANDRADE; SILVEIRA, 2013).

Os grupos dos pichadores são como uma família. Trata-se de um tipo de irmandade, fraternidade, família, relações de confiança e afins; tudo o que denote união e auxílio acima de tudo. A combinação vai muito além da prática, uma vez que eles organizam festas para si (para pichação ou grupo), recepção ou desvinculo de integrantes, para algum integrante importante do grupo, para algum integrante geral ou grupo importante (o que congrega diversos outros pichadores e grupos), para comemorações de aniversários, união ou separação de pichadores ou grupos, encontros amigáveis e outros tipos. Mas não somente por comemorações, se houver algum pesar (morte, machucar, ser preso) todos compadecem e tentam auxiliar de alguma forma.

Dificilmente tem-se pichadores que marcam sozinho, pelo regozijo de dividir o prazer do risco e também por poder contar com o auxílio mútuo. Por mais que não

sejam de grupos semelhantes, o pichador leva outra pessoa consigo. Tendo isso em vista, estas relações influenciam nas tramas de suas corporações. Os integrantes devem cumprir alguns requisitos e obrigações para entrar e manter no grupo (proceder, lealdade e humildade como lema principal), sendo importantes ampliar a popularidade e a presença do grupo, espalhando-se por toda a cidade (PEREIRA, 2005). É o estar junto que pode motivar e sustentar, é a experiência coletiva do prazer, estética e emocional, confiança no arriscar, na adrenalina e na prática (ISNARDIS, 1995); é o que ditam as suas relações. Assim, os autores sentem-se seguros e tem-se suas redes de sociabilidades fortalecidas e compartilhadas.

Além disso, os grupos usam uma identificação, principalmente dando números para as pessoas que entram, indicando hierarquias: seja a pessoa que mais pichou ou picha, seja a posição cronológica que adentrou ao grupo (CARVALHO, 2013).

Para entrar nos grupos, cada qual utiliza-se de uma forma, como: somente aceitar; aceitar apenas quem tem certa gama de feitos; ser da região exata ou próxima do grupo; conhecer alguém do grupo ou a liderança/ impressionar ou chamar atenção dos integrantes ou da liderança pelos feitos; cumprir certos requisitos, compichar muito ou ter pichações em algum lugar requisitado ou muito difícil; ter marcações em parte da RMBH, principalmente nas centralidades mais importantes; já ser famoso ou estar disposto a fama maior; união e fusão de grupos e afins. Os requisitos para se manter no grupo giram em torno de ser ativo, com metas ou apenas não deixar de pichar. Nos grupos menores geralmente não se têm requisitos.

Os grupos aparecem geralmente em forma de siglas ou símbolos, com letras de fôrma ou menos estilizadas (para fácil identificação, até mesmo pelos não iniciados na prática). Há grupos com poucos, médios e muitos integrantes, pichadores com mais de um grupo (até três).

Como a maioria dos bairros tem uma ou mais “galeras” (ousamos dizer aqui que praticamente todos bairros têm grupos de pichadores), tem-se uma nova

geografia da cidade, “onde inúmeros grupos se relacionam de maneira muito dinâmica – guerras, fusões, campanhas para ‘ocupar’ o máximo de espaço possível, alianças.” (ISNARDIS, 1995, p. 147). Desta maneira, “podemos dizer, então, que os pixadores em seus ‘trajetos’ pela cidade, se desterritorializam e territorializam em um fluxo contínuo.” (CARVALHO, 2013, p. 139), modificando as paisagens nos seus caminhos.

Acerca desta nova organização da cidade (que traz marcas nas paisagens características), Isnardis (1997) divide e distingue cinco territórios/territorialidades específicos dos pichadores (principalmente pelos seus grupos) no espaço urbano de Belo Horizonte (mas que acreditamos estender-se por toda a RMBH): o bairro de origem, a grande via (av. ou rua) de acesso ao bairro de origem ou a região do bairro de origem, as outras grandes vias (ligações e eixos maiores), o centro da cidade e os bairros/territórios alheios ou inimigos.

O primeiro tem-se a maior frequência de siglas de grupo e maior diversidade de assinaturas ligadas a ele, podendo ser visto com mais frequência o nome por extenso do grupo. Isto é explicado pela facilidade de pichar, sendo menos gloriosa, sendo encontrada em maior quantidade os autores menos ousados, dispostos ou animados. É tido como o lugar de treino e ensaio, além de ser importante marcar presença em sua territorialidade, demonstrando poder. O público é mais restrito (pichadores dali, eventuais visitantes, moradores não pichadores).

O segundo aumenta-se devido à visibilidade decorrente, como os pichadores, os moradores e os visitantes dos bairros e regiões que essa via dá acesso (e suas proximidades), tendo mais movimentos. Assim, torna-se mais difícil pichar, aumentando ousadia e valores. Os grupos regionais aparecem com mais frequência e diminui a variedade de autores.

O terceiro (sendo a área de estudo aqui abarcada) aumenta mais ainda a dificuldade, pelo fato da maior visibilidade, dificuldade e movimentação (além de passaram por uma gama de diferentes bairros e regiões, geralmente são mais longínquas e ligam cidades). Como esta geralmente não tem território específico (ou menores territórios, sendo representados pelos grupos dos bairros onde tais

vias perpassam), mas aproxima de territórios dos outros, aumenta a rede de conflitos e alianças. Encontra-se em maior medida siglas regionais.

O quarto é a área mais valorizada de toda a RMBH (sendo o centro da capital, mas podendo ter fatores semelhantes a outros centros), não sendo território de ninguém (nenhum grupo detém o poder total dali, não são donos, não podem clamar para si os espaços e atacar pessoas de fora, já que todos ali são “estrangeiros” – diferentemente dos territórios anteriores). Possui maior visibilidade, dificuldade e fama, assim somente os grupos e pichadores mais ousados, dedicados, renomados e animados estão. Dificilmente encontra-se conflitos explícitos. Forma-se então um grupo de elite, com grupos e membros restritos. Assim, forma-se e tem-se maior ação das grifes.

E por fim, o último (com maiores relações de poderes), tem-se a invasão de pichadores e siglas, notada pela baixíssima frequência ou negação explícita destas, é um desrespeito e afronta para com os senhores e donos do(a) território/territorialidade/paisagem, e, gera conflito e retaliações (na parede e fisicamente).

Porém, como visto em Lopes (2020), estes territórios atualmente mesclam-se mutuamente, devido às relações e hierarquia das cidades terem modificado os locais. Por exemplo, há partes da cidade que têm mais ou semelhante influência que o próprio centro (como subcentros), grandes vias que têm baixo interesse e/ou poucos locais para marcarem e afins.

Carvalho (2013) afirma que os grupos podem ser classificados e agrupados em cinco conjuntos, mas um grupo mescla e se encaixa em mais de um. Além disso, seus nomes não têm necessariamente correspondência direta entre o nome e a conduta (têm-se um apelo e interesse pelo nome, podem apenas gostar ou não do nome, da ação ou das pessoas que ali estão). O território deles, assim como os nomes, são fluidos.

A partir disso, os nomes recorrentes dos grupos fazem referências a (não cita-se o nome deles para manter sua identidade anônima): **consumo de drogas e insanidade** (fumar, *hemp* – maconha em inglês, malucos, maconheiros, sinistra,

vida *loka*, doidão, aventureiros, vândalos, geração, herdeiros, *hell* – inferno em inglês, alerta, infratores, terror); **coragem, transgressão e rebeldia** (revoltados, rebeldes, terroristas, nervosa, bravos, brabos, demolidora, distúrbio, *killers* – matadores em inglês); **delinquência, identidade periférica e territorialidade** (delinquentes, favelados, periferia, perifa, zona, bairros, subúrbio, favela); **comando e facções** (comando, facção, crimes) e **figuras religiosas e míticas** (demônios, anjos, piratas, mal, satânica, satânicos, império).

Aqui separa-se em mais três grupos: **juventude** (jovens, juventude, novos, adolescentes, juvenil), **agrupamentos e organizações** (bonde, grupo, *crew*, galera, família, *family* – família em inglês), **qualidades** (melhores, piores, *best* – melhor em inglês). Cabe ressaltar que quase a totalidade destaca a localidade do grupo (seja quebrada, bairro, zona, região e município), e assim, tem-se grupos que com autores de diversas cidades da RMBH e também de outras UFs. Aproveitam-se da referência espacial (territorial e paisagística), pois “a história pode significar uma moral (uma política); o espaço, por sua vez, vai favorecer uma estética e produzir uma ética.” (MAFFESOLI, 1987, p. 22). Deste modo, eles carregam consigo as características do local onde residem e aproveitam-se disso junto com os nomes pejorativos. Assim,

As más condições de vida são tidas como geradoras de predisposição a condutas violentas ou transgressoras e os pichadores reivindicam essa reputação para que ela lhes traga respeito ou temor por parte dos outros indivíduos, pichadores ou não. O bairro permite, ainda, que se classifique um grupo, mesmo quando se sabe pouco sobre ele, um pichador pode formar uma idéia sobre o caráter de um grupo a partir das referências que tem sobre seu bairro de origem. (ISNARDIS, 1997, p. 147).

Utilizam as categorias e as más condições que lhes são dadas pelas mídias, sociedade no geral e o sistema, ao seu favor (*Ibid.*), ao qual são profanadas às pessoas que não seguem as leis e as periféricas. O que poderia ser vergonha, para eles são orgulho (aproveitando-se de estar a margem para entrar/estar no centro, é utilizado como atributo). Suas intencionalidades perpassam em causar um estranhamento e dificuldade em quem consegue ou tenta descobrir os códigos

deles (CARVALHO, 2013). São oposição à ordem estabelecida hegemonicamente, velada e assumida, invertem os valores sociais, mas destacam os valores da rua. Estes conseguem alterar o estigma que lhes é dado e devolver à tona. Tais estigmas também estão nos seus estilos de ser como um todo (marcação, letra, materiais, técnicas e afins)

2.3 Estilos

Como já levantado diversas vezes, há estilos gerais e específicos, ao qual o Brasil tem destaque em ambos. Além disso, cada localidade desenvolve não somente estilos, mas também outras características como técnicas, *modi operandi*, sociabilidades e gírias/dialetos. Tem-se inevitavelmente uma correspondência direta e indireta entre estilos materiais, técnicas, ferramentas e suportes (*Ibid.*). Embora criaram-se uma gama de variáveis, novamente utilizam inspirações de outras áreas e grupos (troca recíproca).

As noções para a realização da manifestação são aprendidas com treinamentos e na prática recorrente (espacamento, ocupação, alinhamento, proporção etc.); primeiramente os autores copiam as letras e os alfabetos de outros pichadores, depois cria-se seu próprio alfabeto, sendo diferenciado por sua caligrafia²⁸. A caligrafia age junto com a tipografia. Deve manter-se a forma independente de onde for, instrumento, tamanho, suporte, contexto, como se fosse realmente uma fonte de escrita, um carimbo (FILARDO, 2015). Manter estes aspectos apesar das dificuldades dão fama e orgulho aos praticantes. O resultado tem que ser semelhante e bonito/apreciável, mesmo com as diferentes possibilidades e limitações que cada técnica, ferramenta, suporte, material e estilo apresentem. Assim, são escolhidos os itinerários e locais de acordo com todos estes parâmetros, que influenciam nas tomadas de decisões (CARVALHO, 2013).

²⁸ Relação semelhante ao processo de desenvolvimento e aprendizagem da escrita infantil (PIAGET, 1985; VIGOTSKI, 2003).

Conhecimento em escolha, compra, troca de informações, compartilhamento e uso, são importantes nas trocas e sociabilidades ali estabelecidas.

Nota-se que as escritas têm certas vertentes de estéticas que podem ser classificadas. Não se trata de invenção de novas letras para substituir os signos latinos, mas a estilização destes, utilizando-os como referências: são reconvenções do alfabeto e das letras, são alfabetos privados dos praticantes. Utilizam de adornos, serifas, letras, adereços, setas, asas, asteriscos, rostos (carinhas), bordas maiores em alguns cantos, sombras e entre outros (ISNARDIS, 1997). As vezes grafam letras com extrema semelhança, diferenciando-as apenas em uma minúscula parte, para, sobretudo, dificultarem o entendimento. Geralmente não há relação entre indivíduos e grupos com o alfabeto, cada um picha o que tiver mais interesse e preferência, é comum utilizarem mais de um alfabeto. No Brasil é encontrado o que o autor Isnardis (1997) denomina de “tradição nacional e fácies regionais”. A análise destas fáceis aponta para uma forte influência do contexto geográfico (territorial) e paisagístico em que surgiu tal alfabeto, sendo a mistura, união e reflexo destes (DINIZ; FERREIRA; ALCÂNTARA, 2015).

Assim, como levantado na introdução e nos subcapítulos anteriores, as pichações seriam quaisquer marcações nas paredes e têm sua gama de diferenças. As pixações seriam inscrições de nomes ou apelidos de jovens e/ou nome ou siglas de grupos, monocromáticas, estilizadas (raros casos utilizam-se de duas ou mais cores), feitas por diversos materiais e formas, sendo subversiva. Limitam-se à utilização do alfabeto e de palavras, com usos de desenho das e nas letras e símbolos. Pela facilidade de adquirir, por fixação mais fácil, durabilidade e facilidade de visibilidade, a predominância é das cores de preto fosco e branco, mas vê-se também em verde, azul, roxo e vermelho.

A pixação que surgiu dos EUA é peculiar e o resto do mundo acabou adotando-a (FILARDO, 2015), tendo uma aparição menor no Brasil e na RMBH. Desta maneira, as inscrições assemelham-se a assinaturas, geralmente rubricas ou autógrafos, sendo influenciados pela forma de carimbagem que os praticantes tinham no início (imagem 20).

Imagen 20 – Pichação (*tag*) do EUA e restante do mundo



Fonte: NY DAILY NEWS (1970).

Assim como em outras contribuições já trazidas (como o Rap, o Rock, o skate, o surf e afins), foi adaptado em cada realidade, pelo idioma e contexto, sendo que o Brasil se destacou em todas estas contribuições. Tem-se o amoldamento ao contexto; igual ao Rap, conflita a realidade de maiores injustiças e há uma união entre os grupos, utilizando a mescla, a improvisação e a criatividade dos MCs e *B-boys*; do Rock tem a mescla de culturas e ser contra o sistema; do skate e surf, pegar partes altas e arriscadas para fazer manobras ousadas e com risco de morte.

No país cada estado tem a sua estilização, ou seja, o seu alfabeto. Porém, apenas três estados possuem maiores destaques (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), que serão comentados adiante.

A pixação paulista, conhecida também como pixação paulistana, paulistão ou *tag reto* (alguns utilizam somente a palavra *tag*), creditam-se que tenha originado pela grande verticalização da cidade ou pela influência do Rock e Metal em “parceria” com as propagandas no geral. Sua característica é um estilo próximo do

alfabeto rúnico e do árabe-gótico (árabe – entrelaçamentos com cifras, bordados, heras; gótico – signos convexos e côncavos, de ângulos agudos), próxima dos *blackletters*, reto, retilínea, alongadas (semelhante a letreiros comerciais – letras maiúsculas e sem serigrafia), interligadas com vértices e ângulos variados, formato mais vertical, mas também horizontal. Sua proeminência são marcas grandes realizadas uma única vez (grandeza nas dimensões utilizadas pelos praticantes nas letras, como também nos nomes e nos apelidos, tendo palavras grandes e até frases)²⁹. Seus materiais comumente utilizados são o rolinho, o borrifador, a tinta látex diluída em água ou urina. Técnica utilizada é jeguerê, escalada por fora do edificado sem proteção, rapel, entrar no edificado e ficar disfarçado esperando o momento oportuno de agir etc. Destaca-se a presença e o foco do grupo, primeiro realizam a marca/símbolo da grife, depois o nome do grupo e por fim sua marca individual (nem sempre), as vezes colocam a região e o ano (imagem 21) (CANEVACCI, 1993; ISNARDIS, 1997; GITAHY, 1999; CHASTANET, 2010; PEREIRA, 2010; CARVALHO, 2013; LASSALA, 2014; FILARDO, 2015; DINIZ *et al.*, 2015; 2017; 2019; LOPES, 2020).

²⁹ A pichação do Sul do país é semelhante, porém com mais traços triangulares.

Imagen 21 – Pichação com estética paulista



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

A pixação carioca, conhecida igualmente como carioquinha ou emboladinha, designam que tenha surgido pela inspiração do mais famoso ponto turístico do Rio de Janeiro – o Corcovado. Possui um alto grau de estilização e embora pareça-se uma assinatura/rubrica, é semelhante a uma espécie de carimbo, sendo mais estilizada do que uma rubrica “padrão” (ou da pichação encontrada mundialmente). Deste modo, possui maior grau de dificuldade de leitura (somente o criador consegue ou quem ele ensinar). Suas características são traços e letras arredondados, embolados, sobrepostos, curvilíneos, circulares, horizontais e contínuos; também pode ser feito com a escrita de algo legível, mas rabiscar com formatos circulares para tornar ilegível³⁰. Desta maneira, entende-se mais como um

³⁰ A pichação do Nordeste do país é semelhante, porém usa-se mais figurações e círculos.

símbolo do que como uma escrita. Assim, sua proeminência é fazer pequenas e várias (semelhança do carimbo, o nome igualmente é pequeno) e também o forte apelo do TTK. Seu material é o spray. Suas técnicas são fazer em menores alturas, mas também utilizam do jeguerê e escalada por fora. Destaca-se a maior presença do indivíduo, não marcam o grupo constantemente (imagem 22) (ISNARDIS, 1997; VIANA; BAGNARIOL, 2004; CARVALHO, 2013; DINIZ *et al.*, 2015; 2017; 2019; LOPES, 2020).

O TTK é uma língua que foi criada por presos políticos pela Ditadura Militar na década de 1970, no Rio de Janeiro, sendo uma criptografia linguística para despistar e serem indecifráveis na presença dos militares, agentes e outras entidades. Esta consiste em utilizar palavras, mas invertendo a ordem das sílabas (como exemplo pixar = xarpi, nhacoma = maconha, cialípo = polícia). Seu nome é uma homenagem ao bairro Catete (Teteca, TTK), ao qual teve maior repercussão e, ainda hoje, as pessoas falam esta língua no bairro como se fosse natural (aprendem desde a infância como o português) (COSTA, 2009; CARVALHO, 2013).

Imagen 22 – Pichação com estética carioca



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

A pixação mineira (conhecida também como presa), é um intercâmbio intenso entre as duas anteriores (mas ao qual mesclou e criou-se suas formas). Assim, inspirada pela mistura das duas letras anteriores (retilíneo e curvilíneo) ou, pela verticalização da cidade (retilínea) com a Serra do Currall (arredondada) aos fundos, ou, ainda, com a verticalização do centro e as casas arredondadas da periferia, cria-se sua estética. Suas características são traços retos, alongados, angulosos, arredondados, sobrepostos ou não e curvilíneos, arcos, triangulares, é

horizontal e vertical. Portanto, sua proeminência é fazer grande e uma somente, mediana ou pequena e várias (geralmente mediana); utilização de carinhas (dar formas animalescas com a composição das letras, como boca, olhos, nariz, orelha, boné, cigarro ou maconha, bebida, mão), presença do TTK (principalmente com tala, xarpi, tje, nhacoma) (imagem 23). Seu material é variado entre spray, rolo, látex, borrifa e canetão (em LOPES, 2020, destaca-se o aparecimento do *stick* e do extintor). Suas técnicas mesclam as anteriores. A ênfase é misturada também, o indivíduo é mais presente e o grupo tem sua importância, mas com menor impacto³¹. Nota-se a presença de grifes e pichadores de São Paulo, Rio de Janeiro e até do Nordeste (também ocorre ao contrário, os pichadores mineiros comumente marcam a palavra “BH” e o DDD 31 (os pichadores também constantemente utilizam BH, Belô ou B. Horizonte, ou juntam a palavra com o vulgo do marcador, para referir-se ao município) quando estão em território paulista, carioca e mineiro) (ISNARDIS, 1997; VIANA; BAGNARIOL, 2004; CARVALHO, 2013; DINIZ *et al.*, 2015; 2017; 2019; LOPES, 2020).

Recentemente, de forma ainda tímida, tem aparecido em Belo Horizonte a utilização de letras “normais”, como letras de fôrma, cursivas, sem muita estilização, que também são vistas proliferando em outras partes. As outras manifestações da pichação (política, aleatória e afins) recorrentemente utilizam-se dessas letras (há raros casos de tais manifestações com letras de pixo).

³¹ A pichação dos estados do Espírito Santo e Goiás é semelhante, porém usa-se mais fortemente as características mescladas.

Imagen 23 – Pichação com estética mineira



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

O grafite, por sua vez, tem um pouco mais de preocupação estética, cores, formas pictóricas, apesar de ter alguns focando ou tendo unicamente palavras. Dentro desta manifestação, a competição do espaço é ínfima, tendo foco maior no resultado, sendo utilizado constantemente em propagandas, marketing e revitalização (causando fragmentos nas artes de rua). Dentro deste estilo, tem igualmente diversas variáveis, como: os grafites de *wildstyle*, que foi o primeiro estilo criado nos EUA como forma de ganhar destaque, sendo utilizadas letras

interligadas, alongadas e sobrepostas, compondo letras e desenhos (imagem 24); *throw-up*, que seria o segundo estilo, sendo letras um pouco mais arredondadas e geralmente apenas encostando, com ou sem cor dentro (imagem 25); o de figuração, que tem-se desenhos famosos ou personagens criados pelos autores (imagem 26); 3D, que seria o realismo (imagem 27) (estes são os estilos mais famosos) (CARVALHO, 2013; FILARDO, 2015; DINIZ *et al.*, 2015; 2017; 2019; LOPES, 2020).

Imagen 24 – Grafite com estética *wildstyle*



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 25 – Grafite com estética *throw-up*



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 26 – Grafite com estética de figuração



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 27 – Grafite com estética de 3D (realismo)



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Utilizando as mesclas da pixação e do grafite, criam-se o *bomb* (algo próximo de bomba). Abreviação de *bombing* (bombardeio); esse estilo tem mais detimento da palavra com um maior investimento plástico-estético. Suas letras são denominadas de letras de bolhas, que são letras totalmente arredondadas e com semelhanças entre si, coladas umas nas outras, podendo ter preenchimento ou não (imagem 28). Embora tenha estética mais próxima do grafite, sua intenção é mais próxima do píxo, tendo foco em disputas territoriais (mas com maior apreço ao primeiro).

Imagen 28 – Marcação de *Bomb*



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Outra mescla é o grapixo, utilizando letras próximas da pixação paulista (não unicamente, mas geralmente em formato retilíneo e alongado com eixos), mas tendo cores de preenchimento, de contorno, sombras e afins (imagem 29). Demonstra-se a intenção também de marcação, mas com um maior apelo estético (com maior apreço ao primeiro).

Imagen 29 – Marcação de Grapixo



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Estes dois estilos anteriores podem ser confundidos com o grafite. Por tal fato, têm sido utilizados como estratégia, sendo crescente sua utilização para disfarçar a briga territorial e ser menos penalizado.

Para vencer as desavenças, obstáculos, desafios, dificuldades do urbano (que compõe as nuances das paisagens citadinas), além de deterem de amplo conhecimento da cidade, também mantém de outras especificidades, como pintura e escalada, utilizando de uma gama de materiais, técnicas e artifícios (CARVALHO, 2013). Há diversos tipos de materiais, categorias, cores, marcas e tamanhos.

Sobre o spray (o mais utilizado), é um material definido por uma lata de tamanho variável, ao qual tem um bico que permite a passagem do fluxo de tinta. Ele tem fluxo contínuo, sendo facilmente borrado ou tendo escorramento (o que os pichadores evitam, mas que se usado de certa forma, cria-se um efeito

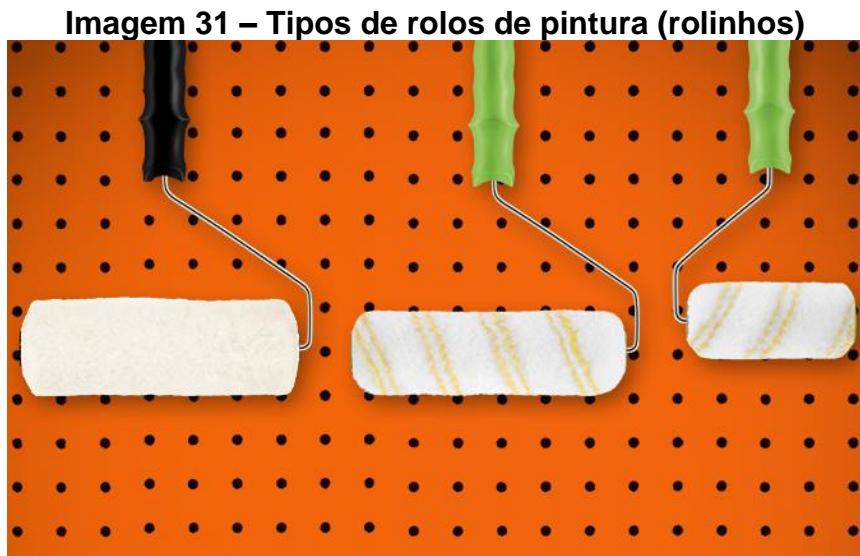
interessante), precisa-se de firmeza, rapidez e total controle do fluxo pela pressão. O suporte define a quantidade de tinta, pois se for mais poroso precisa-se de mais tinta, porque ela é absorvida significativamente, mas mantém fixa por mais tempo; se for mais liso, precisa-se de menor quantidade de tinta e ser feito mais rápido, para não escorrer ou borrar, bem como o fato de não durar, por ser facilmente removível. Encontra-se de todas as cores (mais de cem cores) e tamanhos (de 30 a 750ml), mas o padrão é de 350ml, alcançando geralmente de dezenas a centenas de marcações (a depender de outras variáveis, como habilidade, suporte, tamanho – de extensão ou do apelido) (imagem 30). Tem variação dos bicos (*cap*), que aciona a lata de spray, extraíndo a tinta e permitindo a passagem do jato por ela, dando efeitos diferentes (como o bico fino, o grosso, o esfumaçante, a mistura de cores, o *twist* – rodando – e afins). Pelas dificuldades, os pichadores optam pelos mais baratos, porque podem perder o material na ação. Os primeiros usam o que estiver à disposição, o grafiteiro precisa ter a exata escolha (FRANCO, 2009; CARVALHO, 2013; FILARDO, 2015; LOPES, 2020). É caracterizado por ser mais fácil de esconder ou jogar fora toda a lata ou só o *cap* (que também pode ser engolido ou escondido na boca).

Imagen 30 – Tipos de sprays aerossóis



Fonte: CARVALHO (2013).

O rolinho é definido por ser um material cilíndrico composto por feixes afixados em um suporte para manuseio. Ele é mais homogêneo e menos sensível ao gesto, não é tão rápido, pois precisa geralmente ser passado mais de uma vez; dificulta a opção de grafias (imagem 31). Utiliza-se de tinta látex, a óleo ou cal (aos quais podem ser adicionados corantes). Dá um maior realce e tem maior custo-benefício (porque as tintas são diluídas em água ou urina, rendendo muito), as tintas são guardadas em garrafas pets de refrigerante ou outros potes, e, escondem o extensor (de bambu, vassoura ou profissional) e rolo na mochila, mas tem a dificuldade de ser difícil andar sem ser percebido os materiais. Variam de 5 a 40 cm, sendo comumente utilizado o de 30 cm. Tem-se diversos materiais, naturais e sintéticos, ao qual o de lã natural é o melhor, mas pelo custo-benefício usam a lã sintética ou espuma (CARVALHO, 2013; FILARDO, 2015; LOPES, 2020).

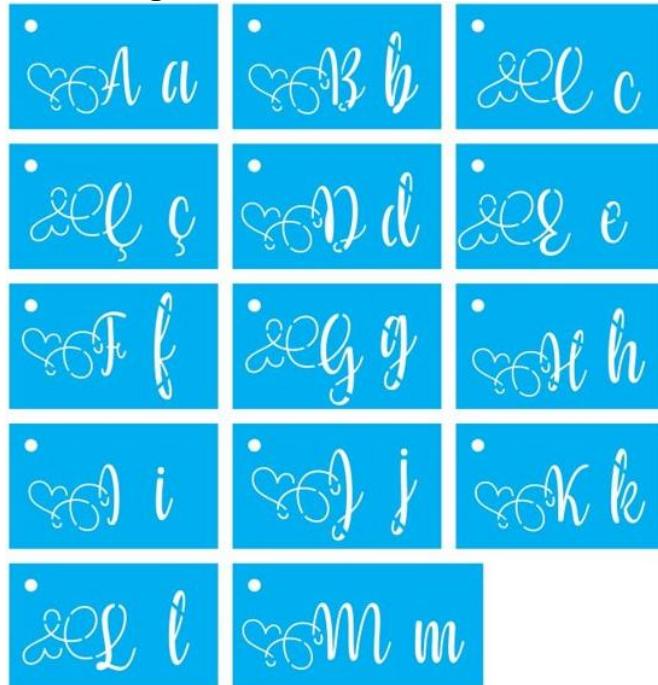


Fonte: CONDOR (2019).

O estêncil (mais utilizado pelo grafite ou marcações políticas) é um material constituído como uma fôrma produzida por corte, por perfuração ou por marcação, em papel, papelão, acetato, placas, fôrmulas, lâminas de radiografia ou qualquer superfície maleável. Cria-se uma matriz, uma máscara, que tem uma parte vazada ao qual a tinta passa por ela para o preenchimento, ficando a marca do desenho

que ali estava registrado (imagem 32) (RAMOS, 2007; FRANCO, 2009; FILARDO, 2015, LOPES, 2020).

Imagen 32 – Fôrmas de estêncil



Fonte: TAMAKO (2022).

Já o lambe-lambe (dificilmente usada no pixo e grafite, e mais utilizado na pichação de propaganda ou política) é tido como uma espécie de cartaz, pôster ou um quadro, com tamanhos variados (imagem 33). É afixado com cola ou grude ou material semelhante.

Imagen 33 – Tipos de Lambe-lambe



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

O borrifador é composto de um recipiente menor, com partes criadas para uma pegada facilitada e com um cabeçote que permite também controlar o tamanho do fluxo que sai. É uma espécie de intermediário entre spray (por ser menor e com gestos parecidos, pode ser escondido facilmente) e o rolo (pode ter tamanhos maiores, com destaque diferenciados), tendo a necessidade de maior domínio na utilização (imagem 34) (CARVALHO, 2013; LOPES, 2020).

Imagen 34 – Tipos de borrifadores (borrifa)



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

O *stick* (comumente chamam também de *sticker* – há uma confusão) significa adesivo, sendo composto por um material que fixa em partes diversas e tem-se resistência a suas separações. São adesivos personalizados (imagem 35).

Imagen 35 – Tipos de sticker (stick)



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

O canetão, marcador ou *paint marker*, é uma caneta tinteira com fluxo contínuo, sendo de tinta permanente (imagem 36). É fácil de borrar ou escorrer, precisando de firmeza, rapidez e controle, sendo utilizado somente em superfícies lisas. São recarregáveis e facilmente disfarçados, por poder esconder ou ter fácil uso comercial e acessível, como artístico, professor, propaganda.

Imagen 36 – Tipos de marcadores (canetões)



Fonte: COMPACTOR (2022).

O giz de cera ou lápis de cera (feito de parafina, pigmentos e cargas), tijolo (pedaço de barro cozido) ou rochas/pedras que desagregam facilmente (filito, pedra-pome ou pedra-sabão etc.) são mais utilizados em imobiliários, solos e asfalto (superfícies lisas), como treinamento, forma inicial de aprendizado, brincadeira ou quando não tem nenhum material à disposição.

A raspagem é feita com material perfurante de qualquer espécie (geralmente pedras com pontas finas, tesouras, chaves, canetas), sendo feito em árvores, em madeiras, utilizado também em menor impacto e importância.

Lopes (2020) separa os materiais em dois tipos, os convencionais (os citados anteriormente) e os não-convencionais, como: o extintor de incêndio, com marca maior, mas com maior dificuldade pelo controle da mangueira que desfere a tinta; e materiais mais recentes, como o: squeeze (espremer), que é um recipiente

pequeno, semelhante ao canetão, mas que precisa apertar para a tinta sair; a caneta pôster, com tinta à base de água, óleo ou látex.

Sobre as técnicas, tem: abaixar para fazer; fazer na altura do nível do olhar; alcançar altitudes altas (marquise ou topo, com extensores); subir com auxílio dos materiais do prédio, escadas ou com ajuda de pessoas no rolê, com ou sem jeguerê; entrar no prédio e desfaçar como morador ou trabalhador (entrega, encomendas, comida, pintura – disfarça mais ainda) e alcançar o topo e marcar de cabeça pra baixo, ao contrário ou de rapel ou *slackline* (atualmente); ficar em cima até esquecerem deles, arrombarem a porta ou dormirem na parte superior se aquecendo com as cordas; subir de alguma forma no prédio do lado e alcançar o maior. Em locais difíceis, se subir só uma pessoa, ela vai fazer a marcação de todos ali presentes ou que pediram, por isso tem privilégio de escolher o melhor local onde vai deixar sua marcação (na parte mais privilegiado), porque foi o mais ousado (ou o escolhido) no momento.

Assim, também tem a utilização de escadas, corda e cadeirinha e outros instrumentos de escaladas (mas improvisados), sobem o topo do prédio e descem içados. Utilizam cobertor grosso, tapete, papelão, colchão para subir em pregos, arames ou cacos de vidro nos muros, colocam em cima, subindo facilmente, porque sem ele não conseguiram ou machucariam. Os próprios equipamentos de segurança facilitam, como a janelinha ou gradinha (grades em janelas ou basculantes de ventilação), marquises, aparelho de ar-condicionado e sua proteção (demonstrando-se como estes vencem todos os atributos impostos pelas configurações das paisagens).

Nota-se que todos os materiais têm usos corriqueiros e comuns, sendo permitidos no geral, mas as autoridades de segurança constantemente suspeitam destes (principalmente sprays e rolos de tinta), porém outros passam desapercebidos ou não são identificados (borrifador, canetões e afins). Os pichadores ficam reconhecidos por terem preferências em certos materiais, técnicas, alfabetos. Entretanto, poucos estudos destacam tais formas e ações diferenciadas.

2.4 Estudos sobre as pichações

Fazendo uma análise geral sobre os estudos dos grafismos urbanos, tem-se poucas contribuições, mas suas temáticas transitam a atmosfera de conflitos territoriais e sociais, competição por espaços e suportes, mapeamento de ocorrências, impactos causados por uso destes como atores sociais ou como revitalização de ambientes, percepção dos artistas sobre a cidade e percepção da cidade sobre os artistas, e, histórias e trajetos destes. Aqui destacam-se os primordiais.

Na literatura internacional, ressalta-se a pesquisa de Ley e Cybriwsky (1974) sendo o pioneiro estudo sobre estes atores. Traz importante contribuição acerca da análise territorial e social dos pichadores, pois estes interpretam os primeiros grupos, sendo gangues de etnias diferentes, que delimitavam seus territórios a partir das marcações e ofensas (dividindo casas, quadras e ruas, lado a lado) e brigando, ocasionando em constantes ferimentos e mortes. O estudo pauta a cidade de Filadélfia.

Outro destaque é de Baudrillard (1976) e Sennett (1990), que também fazem estudos pioneiros sobre Nova Iorque e Paris, demonstrando como estas manifestações ganharam as cidades em pouco tempo, analisando a insatisfação do gueto, buscando seu papel e importância na cidade.

Tem-se o crucial trabalho de Cresswell (1990), pesquisando as marcações na cidade de Nova Iorque, demonstrando como os lugares e as paisagens são influenciados pelos discursos, e, como o lugar interfere na aceitação ou não da marcação (na periferia é sujo, nas galerias é arte).

Já na década de 2010, tem-se estudos níveis com o geoprocessamento, de Haworth, Bruce e Iveson (2013), que utilizam a análise espaço-temporal com o *Geographic Information System* (GIS) ou Sistema de Informações Geográficas (SIG) para testar se a rápida remoção das marcações reduz a quantidade destas. Os resultados apontaram que ocorre ao contrário, aumentando em novas formas e

novos locais, adequando as características do lugar e do contexto. Mostraram-se como os escritores percebem estes suportes.

No contexto brasileiro, Ramos (1994) destaca-se no pioneirismo acerca de todas estas práticas absorvidas e criadas novas no país, relatando suas dinâmicas diferentes ao longo do território e a utilização do termo grafismo urbano como correlato ao *graffiti*. Há estudos essenciais também para os casos de São Paulo e Rio de Janeiro, focando em suas práticas e como funciona a cultura, como de Pereira (2005), Franco (2009), Lassala (2014), Filardo (2015) e Nascimento (2015).

Já em território mineiro, tem-se Isnardis (1995; 1997) destacando a relação entre grafismos rupestres e grafismos urbanos, com as formas que os pixadores se organizam (seus grupos), os trajetos (foco nas principais centralidades da cidade belo-horizontina) e os territórios (os cinco territórios básicos apresentados anteriormente), buscando aumentar o prestígio de cada um. Lodi (2003) demonstra como foi a reação do Projeto Guernica, por parte do poder público e dos manifestantes, sendo interessante para ambos, pois cada um trocava suas relações de forma harmoniosa, entendendo o ponto de vista do outro. Porém, por diversas dificuldades, o Projeto não teve grande permanência. Carvalho (2013) faz trabalho com “semelhança” ao Isnardis (1997), mas mais completo e atualizado, por ter realizado uma ampla antropologia com os autores, demonstrando como realizam e planejam suas ações. Soares (2016) analisa um dos primeiros e principais grupos e sua atuação e a história da pichação, correlacionando igualmente como os autores focam na visibilidade, permeando as centralidades e na parceria para as ações. Silva (2016) traz à tona como são as práticas judiciárias e violências contra os pichadores, e, as diferenças nas práticas e no seu julgamento. Assim, os atores são reprimidos constantemente, não são ouvidos e considerados apenas criminosos de qualquer maneira.

Diniz e outros (2015; 2017; 2019) demonstram a partir de análise espacial a modificação e o contexto que estas manifestações se dão, ao qual os pichadores possuem padrões prediletos, como fazer suas marcações em disputa, marcar em prédios, principalmente em prédios comerciais, na altura do olhar, em muros e com

a pixação mineira. Ferreira (2019) aborda o lado humanista da Geografia, pautando-se sua pesquisa nas áreas às quais os artistas têm mais ou menos interesse em marcar, de acordo com a visão deles. Elas não são aleatórias, possuem grandes quantidades de fluxos e notabilidade. Os autores ainda evitam áreas com riscos – transformam espaços aleatórios dos outros em lugares únicos (bons ou ruins) para si. E, por fim, Lopes (2020; 2021; 2022) e Lopes e Diniz (2022) demonstram todas estas relações em conjunto, destacando que há maiores trocas metropolitanas, principalmente nas áreas mais correlatas, como Belo Horizonte, Contagem e Neves, apontando para informações semelhantes destacadas anteriormente, bem como a metropolização da pichação.

Note-se que esta seleção da literatura brasileira apresenta estudos essenciais para o entendimento da prática. Nas leituras é possível perceber que há uma grande diferença na prática em cada estado, mas há uma união de seus valores entre eles. Além disso, salientam para a constante necessidade de conversas e entendimento da prática, que não pode ser considerada apenas como crime ambiental, é uma cultura. Some-se a isso o fato de que todos destacam as centralidades como espaço conector dos pichadores e grupos e as principais vias como as áreas de movimentos, porém, não se discute seu foco metropolitano (com exceção dos trabalhos de Lopes). Por fim, frisa-se a versatilidade e a utilização de diversas áreas nestes estudos.

Assim, todas estas manifestações necessitam de algum espaço para ocorrer. Como é uma manifestação eminentemente urbana, o espaço das cidades (principalmente metrópoles) tem apreço especial em seu recebimento.

3 CIDADES, METRÓPOLES E SUAS DINÂMICAS

O conjunto de cidades, comandada por uma metrópole e representada pela RM, tem tido grande destaque, pois como tem-se uma característica de concentração e compartilhamento de aportes, equipamentos, funções e populações urbanos (não somente urbanos, mas há também essas características metropolitanas e, cada vez mais, alcança espaços rurais), cumprem um papel de uma função hierárquica maior dentro da rede de cidades, tanto da região, como do estado, do país e do mundo. Assim, seus fatores locais têm impactos em diversas escalas. Por seus limites administrativos (e também legistas) se confundirem nas paisagens, seus limiares das outras dimensões (social, econômica, cultural – destacando-se a pichação, territorial) também se confundem, tornando-se o espaço compartilhado da vida cotidiana.

O processo de urbanização, pela tamanha dimensão e contexto que abarca, não ocorre unicamente, ele abrange e contém a industrialização, a metrópole, a metropolização, a suburbanização, a periferação, a favelização, a pobrecização, a globalização/mundialização, a financeirização, a midiatização, a tecnologização e afins (CANETTIERI, 2014). Porém, cada qual ocorre em um momento e um espaço, sendo processos decorrentes, sequenciais e contínuos; tendo uma acumulação desigual de processos, formas, estruturas e funções (SANTOS, 1985).

O Brasil, por ser um país periférico na constituição político-econômica do mundo, perpassou por um processo concomitante destes elementos (fato que causa diversas mazelas), sendo algo comum em toda a América Latina (e nos países periféricos, de Terceiro Mundo ou em desenvolvimento ou subdesenvolvidos). Deste modo, teve-se uma lenta, seletiva e conservadora modernização, uma rápida urbanização e uma precoce metropolização. A constante chegada de pessoas nas cidades brasileiras na segunda metade do século XX, foi um processo acelerado e desorganizado (SILVA, 2012), assim como estes processos, culminando também na agilidade deles. Eles foram céleres, extensos e profundos. Associa-se, desta forma, não somente ao progresso, mas também à

pobreza, à involução da qualidade de vida, às sequelas e à desordem (MOURA *et al.*, 2003), sendo pesares que inevitavelmente são correlacionados com os movimentos e as artes contestatórias.

O processo de urbanização no Brasil tem como ponto marcante a década de 1950, ao qual ocorre a substituição das exportações por importações e articulação entre os diferentes capitais (nacional, estrangeiro e de Estado), buscando estimular a industrialização. Portanto, Lipietz (1989) afirma que os países periféricos assistiram as transferências de créditos e tecnologias provenientes dos países centrais (de Primeiro Mundo ou desenvolvidos), forçando a industrialização precoce em decorrências dos interesses. Ocorrem três processos concomitantes: a urbanização dependente (das necessidades e demandas dos países dominantes), a urbanização do capitalismo dependente (pressão sobre o solo e a expulsão da terra) e a urbanização do fordismo periférico (grande expulsão e pouca absorção) (BATISTA, 2014). Desta forma, obteve-se profundas transformações em todos os âmbitos da vida, porém de forma completamente decidual e desigual. A importação do modelo foi completa e sem nenhuma modificação perante as especificidades encontradas (MARICATO, 2009).

Na verdade, tratava-se de um autêntico fordismo, com uma real mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis. Entretanto, prosseguiu com o caráter de periférico, já que os postos de trabalho e a produção nos níveis de fabricação qualificada permaneceram em grande medida exteriores a esses países. Simultaneamente, os mercados correspondiam a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens duráveis, e das exportações dos produtos manufaturados de baixo preço para o centro. (SILVA, 2012, p. 27).

Neste contexto incipiente é que ocorre a “explosão” nas metrópoles, decorrente destes fatores anteriores; da transição demográfica (fecundidade muito alta e diminuição da mortalidade); aumento da taxa de dependência (relação entre a população jovem e a idosa sobre a população em idade ativa); expressivas migrações internas (sobretudo do êxodo rural), que foram precariamente inseridas

na condição urbana. Em vista disso, “as migrações internas para as cidades levaram a uma concentração elevada de população, dinâmica econômica, trabalho e recursos em grandes aglomerações urbanas – que geraram ou fortaleceram os espaços metropolitanos.” (*Ibid.*, p. 28). E onde tem-se maior quantidade de população, logo, terá maior quantidade de manifestações culturais e visibilidades (essenciais para a prática aqui abordada).

Tal fato é destacado ao passo que em 1950 o grau de urbanização do país era de 36,2% da população total (51,9 milhões de habitantes no total), denotando a predominância da população rural. Nos anos 1960 passa-se para 45,0%; em 1970, a população urbana (com 56,0%) passa a população rural; na década seguinte, 1980, a população urbana torna-se dominante (com 66,0%). Em 2000, esse grau passa para 81,2% da população total (166,1 milhões de habitantes no total) e perpassando para 86,0% da população total (estimativa de 212,6 milhões de habitantes) em 2020. Em 2021, com a população estimada em 213,3 milhões de habitantes, aproximadamente 84,0% da população brasileira era urbana e aproximadamente 44,0% da população residia em áreas metropolitanas. A projeção para 2050 é de 93,0% de população urbana, com a população total de 237,7 milhões de habitantes. Porém, sua ocupação territorial anterior e até os dias atuais é de forma desigual e concentrada, pois as áreas consideradas urbanas representam próximo de 0,6% do território nacional no total (IBGE, 2021).

Desta forma, também fortalece as pichações, tendo em vista de ser um fenômeno urbano e metropolitano, tem seu aspecto de tendência ao crescimento, acompanhando os dois fenômenos anteriores. Assim, as cidades e as tramas do urbano denotam atenção, principalmente por concentrarem as relações e por elas serem acrescidas constantemente, perpassando pelos processos de metrópole e metropolização, ganhando destiques e ditando as relações.

3.1 A cidade e o seu contexto do espaço urbano

Existe certa confusão entre os termos chave para os estudos urbanos, não sendo consensual o seu entendimento entre autores, leis e documentos oficiais, como: cidade, município, urbano, metrópole, metropolização, RM e movimento/deslocamento pendular.

Cidade, de acordo com Beaujeu-Garnier (2010), é um conjunto complexo de relações e situações, ao qual é um sistema aberto, sendo que as trocas internas e externas são extremamente importantes. É marcada pelo sítio (características físicas e sociais de onde se encontra) e posição (localização e situação relativa a outras coisas). Constitui-se como ela em si própria (existe em um contexto, com diversas estruturas) e também uma intermediária (engrenagem de um conjunto de cidades). “Como cidade, entende-se aqui o espaço configurado como unidade de ocupação e fluxos de relações, mesmo que sobre mais de um município, estado ou país, centrado em um pólo ou multipolarizado.” (MOURA, 2004, p. 78).

A cidade moderna seria uma entidade autônoma, política, econômica, administrativa e cultural, marcada por constantes tensões, conflitos, ações e reações. Demonstra-se como um patrimônio que foi, é e será construído histórica, social e espacialmente, sendo disputada pelo lucro, pela localização (MARICATO, 2013) e pelas diferentes utilizações/usabilidades.

A cidade é tão complexa que apresenta processos e formas espaciais que criam e recriam atividades e suas materializações e imaterializações, como: centralização e área central; descentralização e os núcleos secundários; coesão e as áreas especializadas; segregação e as áreas sociais; inércia e as áreas cristalizadas (CORRÊA, 2004). Estes processos, assim como os agentes citadinos, não são unicamente excludentes entre si, podendo ocorrerem simultaneamente, e, muitas vezes, firmando-se em prol do outro: são complementares (assim como os diferentes estilos da pichação).

Lefebvre (2006) destaca a cidade como o processo de implosão-explosão, tendo concentração intensa de diversas coisas, mas projeção de diversos

fragmentos. Assim, as formas da cidade seguem e traduzem a concepção desta, a ideologia da sociedade e a cultura do contexto, pois, mesmo ela aparentemente amorfia, caótica, desordenada e “sem sentido”, está carregada de componentes simbólicos (LÉVI-STRAUSS, 1967; HARVEY, 1973; LEFEBVRE, 2004; CANETTIERI, 2014). Carlos (2009) diz ser a paisagem urbana (e, acrescenta-se aqui, a paisagem metropolitana, e, o território e a territorialidade urbanos e metropolitanos) expressão simultânea da ordem e do caos. As linhas retas dos prédios, as linhas curvilíneas de outros edificados, os traçados viários em ordenamento/desordenamento e o funcionamento preciso/impreciso do ritmo da cidade convivem com as dinâmicas socioespaciais complexas, fluidas, contraditórias e repletas de conflitos. A pichação aproveita-se da desordem organizada para sua atuação (e inspiração), sendo parte intrínseca da cidade.

Essa dialética entre ordem e caos é expressa também por Lefebvre (2004), que considera a existência de uma ordenação imposta de forma hierárquica à sociedade, mas também que o caos faz produzir o urbano. Ordem e caos no urbano estão ligados essencialmente ao modo de produção capitalista (*Id.*, 1999). O urbano é, então, desorganizado exatamente por estar organizado de acordo com a lógica capitalista (CANETTIERI, 2014).

Beaujeu-Garnier (2010) ainda teoriza que as cidades teriam três grandes grupos de funções: de enriquecimento, de responsabilidade e de transmissão. Destaque-se que nenhum destes grupos são separados, há interferências em todos. Ultrapassam as necessidades locais e estendem por diversas áreas mais vastas. Além disso, são em relação aos habitantes e ao ambiente, sendo evolutivas.

As funções de enriquecimento produzem fluxos monetários susceptíveis de capitalização, orientadas para o crescimento, a disponibilidade, a acumulação e a utilização monetária. Criam-se também fluxos de mercadorias, pessoas e mais-valia. São ações respaldadas pela indústria, pelo comércio, pelo turismo e pelos serviços financeiros.

As funções de responsabilidade desempenham papéis essenciais em toda a vida dos habitantes. São decididas, assistidas, mudadas e criadas por diversas

autoridades. São os serviços, a administração, o ensino, acrescente-se aqui a saúde, o lazer e a cultura.

E as funções de criação e de transmissão que são consideradas os efeitos e meios de ligação, difusão da civilização, dos modos de vidas, das conquistas, sendo coisas físicas ou abstratas, de riquezas, noções, ideias, transformação de mentalidades, culturas e instruções de seus habitantes. Sendo os transportes e as comunicações (podendo também encaixar-se aqui, à própria metropolização e à pichação). Porém, além destes, traz-se aqui igualmente a função residencial, que ocupa a maior parte das cidades.

Para Harvey (2010) tem-se aparatos, bens, equipamentos e funções que deveriam ser públicos e distribuídos de certa maneira para a igualdade e equidade, mas proporcionam o contrário. Esta estrutura torna-se fundamental no desenvolvimento do sistema territorial intraurbano.

Assim, a pichação correlaciona-se com os dois pontos destacados anteriormente. De um lado, ela utiliza-se das funções da cidade para espalhar (focam-se nas funções que mais geram movimentos e desigualdades) e também na organização e localização desigual dessas.

Perante Corrêa (2004), a cidade é o espaço urbano das relações em conjuntos, pontuais, em linhas, em áreas, em redes, vivido por habitantes e também por segmentos e partes, além de suas conexões, estruturas, formas, funções, processos sociais e espaciais e urbanos, por diversos atores e agentes. O urbano é dinâmico, complexo e dialético (HARVEY, 1973; SANTOS, 1982; CANETTIERI, 2014). Este foco na transformação do espaço urbano dá ênfase ao “espaço de fluxos”, que se traduz na contiguidade física do território e as suas constantes trocas (CASTELLS, 1999). Estes denotam que não somente os fluxos físicos, mas também os abstratos, que garantem articulação e trocas entre trechos aparentemente descontínuos, desarticulados, longínquos, sem conexão (mas que são fortemente interligados).

Este espaço urbano é o conjunto e sua complexidade dos diferentes usos e ocupações da terra justapostos, entremeados e amalgamados entre si. Essas

diferenças nestes usos e ocupações diferem as regionalizações da cidade, como o centro, a concentração de atividades comerciais, industriais, de serviços, de gestão, de saúde, residenciais, de cultura, que são consequentemente distintas em formas, conteúdo social, paisagens, territórios e territorialidades. Isso traduz-se na organização espacial da cidade ou no espaço urbano fragmentado e coeso.

Em suma, o espaço urbano além de fragmentado e coeso, é reflexo e condição social, conjunto de objetos e relações físicas/concretas e abstratas/simbólicas e campos de luta. Além disso, ele é produzido pelo que Corrêa (2004) denomina de agentes sociais produtores do espaço urbano. Estes dividem-se em: proprietários dos meios de produção (acompanhados de grandes empresas comerciais – precisam de grandes porções de espaços), sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários (maior renda fundiária possível de suas propriedades, valor de troca e não de uso da terra); os promotores imobiliários (agentes que realizam incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel, comercialização ou transformação do capital-mercadoria para o capital-dinheiro e especulação); o Estado (reflete a dinâmica e o contexto da sociedade); e os grupos sociais excluídos (que fazem diferentes frentes e pressões às mazelas sofridas). Cada um destes compõem um conjunto de ações, estratégias, organizações, planejamentos e gestões para fazer e refazer a cidade.

Porém, além destes, Pacione (2009) destaca também os produtores rurais, os desenvolvedores, as famílias e outros facilitadores. E aqui destaca-se também os pichadores, que fazem parte dos grupos sociais excluídos e, em certa parte, das famílias e dos facilitadores. As ações, os agentes e as relações vivificam e dão sentido ao espaço da cidade, assim como o transformam.

Portanto, o conflito entre os agentes produtores resulta no planejamento urbano, mercado, leis, modernidade, cidadania, representação, destaque, cultura somente para alguns, pois, a parte menos favorecida está dentro da cidade, mas não faz parte dela. Essas condições de relações, agentes e localização cria e recria a mobilidade e a utilização da cidade, fazendo com que as classes socioeconomicamente elevadas sejam favorecidas em detrimento das

desfavorecidas. A cidade torna-se, inevitavelmente, o espaço da desigualdade, e, também da contestação das mazelas (destacando-se as contribuições nas paredes).

A segregação não é somente separação espacial, mas também concentração, delimitação e institucionalização da inferioridade, desclassificação e imobilidades. Além disso, desfrutam de subcidadanias, por haver destituições sociais, alienação e desinteresses (RIBEIRO, 2015), incluindo toda a violência simbólica decorrente. “A cidade agora é eminentemente excludente: repele e subalterniza os grupos sociais vulneráveis que, para usar a fina ironia de Engels, ‘ofendem a frágil sensibilidade do olhar burguês’.” (FORTUNA, 2002, p. 126). Isso justifica-se o processo de suburbanização como principal processo de crescimento das cidades. Como há esse pessimismo urbano (lugar da desordem, corrompimentos e degradação), as sociedades têm focado em dois caminhos para fugir das mazelas: opta-se pela volta ao campo ou ao rural (rurbanização) (BAUER; ROUX, 1976), ou, busca-se as periferias com os enclaves fortificados (condomínios com grandes vigilâncias) (CALDEIRA, 2000). A pichação é tida como o pessimismo urbano (causas e mazelas), mas é o positivismo (solução e contestação).

A segregação é a luta pelo espaço urbano e pelo controle deste, além de manipular uma espécie de “confinamento espacial” (ROLNIK, 1988), modifica-se o espaço a seu favor. Dessa maneira, o local de residências das pessoas, pela criação de redes (ANDRADE; SILVEIRA, 2013) determina as oportunidades e condições, além do acesso de bens e condições básicas da vida (SOJA, 2008).

Em resumo, cada autor e cada país define o que é cidade, município, urbano e rural. No contexto brasileiro tem suas divergências. A cidade é considerada a localidade homônima ao município ao qual está sediada a prefeitura e é correspondente a sede municipal, e, a localidade homônima ao distrito (favelas e vilas) ao qual está sediada a autoridade distrital e é correspondente a sede distrital. Urbano é considerado somente a união entre sede municipal e distrital. Já o município, é considerado a menor unidade de abrangência territorial, englobando todos os limites e perímetros ali compostos (urbano e rural) (IBGE, 2020b).

Nas áreas de estudos aqui elencadas, as vias perpassam pela cidade, pelo urbano e pelo município (Belo Horizonte com o distrito sede; Contagem com o distrito sede e Parque Industrial; e Ribeirão das Neves com distrito sede e o distrito de Veneza).

Porém, na trama que envolve estas localidades, a metrópole e seu fenômeno correlato de metropolização ganham destaque, pois ambos além de passarem por todos esses processos, têm estendido eles para áreas cada vez mais distantes. Tendo novamente algumas definições divergentes.

3.2 Metrópole e metropolização

As grandes cidades (principalmente as metrópoles) são, continuam e tendem a continuar sendo a concentração de todas as dimensões e poderes, e, os fluxos são menos orientados pelas vantagens (das metrópoles como um todo) e mais por subcentros urbanos (dentro das metrópoles, próximas a elas ou em posições de destaque dentro dos estados) que oferecem outras oportunidades. São plataformas de atração, predadoras e desonestas, mas também com articulações mais duradouras e densificações entre as suas diversas relações (RIBEIRO, 2015).

[...] o crescimento, a potência e a riqueza estão cada vez mais concentrados em um número limitado de grandes polos [...] o desenvolvimento das metrópoles é o que puxa as economias. As trocas ocorrem menos entre as nações do que entre esses polos que tendem a organizar-se em rede [...]. (BENKO, 2002, p. 51).

Assim, a metrópole e a metropolização são destaques e reflexos exímios desse processo, e, consequentemente, da globalização/mundialização, que também são refletidas nestes, complexificando os interesses e as relações.

As metrópoles são municípios (por muitas vezes apenas cidades, sem partes rurais) que dotam de um grande centro do poder (seja ele econômico, social, político), ao qual polariza o território em diversas escalas (internacional, nacional, regional e local). Além disso, destaca-se a sua integração com áreas próximas ou

longínquas (RIBEIRO, 2009). A metrópole tem o domínio do território, de oferta, de demanda de bens e serviços, de ligações, com complexidade de funções, com muitos habitantes (superiores a um milhão) (FIRKOWSKI, 2012). É uma grande aglomeração (de pessoas, de serviços, de funções e de equipamentos terciários de nível superior) que encabeça a rede urbana e com grande hinterlândia (área de influência), polarizando-a, convergindo uma área administrativa que se chama de RM ou AM (MERENNE-SCHOUMAKER, 1998). Atraindo certos processos de acordo com a disposição de locomoção e de localização entre essas influências (CHRISTALLER, 1966). Há de considerá-la como algo regional, complexo, denso, mosaico geográfico, caleidoscópio, desenvolvimentos desiguais e rápidos (SOJA, 1994; 2002). São espaços urbanos complexos e grandes. São o foco das relações sociais, econômicas e cotidianas (SANTOS, 1993; ASCHER, 1995; MOURA *et al.*, 2003).

A partir das ofertas de bens e serviços e de suas ligações, forma-se a hierarquização das cidades (CHRISTALLER, 1966; TAYLOR, 2004). As metrópoles encabeçam o conjunto das cidades (redes) e da hierarquia. No contexto brasileiro, o IBGE (2020b) as define como os principais centros urbanos, aos quais todos os municípios brasileiros recebem influência direta. São divididas em Grande Metrópole Nacional (São Paulo), Metrópole Nacional (Brasília e Rio de Janeiro) e Metrópole (Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador e Vitória). Estas, por possuírem forte centralidade (atributos da cidade que a distingue das demais e chama-se atenção para com as necessidades) e hinterlândia (FIRKOWSKI, 2012), polarizam uma ampla região, cobrindo toda a extensão territorial do país (e até do exterior). Como as suas consequentes RMs estão, do ponto de vista da localização e das relações, mais próximas das metrópoles, elas são tão polarizadas que possuem dificuldade na hierarquização, recebendo a classificação de “Área de Influência das Metrópoles”. Nesse contexto, recebem outros tipos de hierarquização, como o grau de integração no contexto metropolitano.

A metrópole tem papel como reflexo do desenvolvimento econômico do contexto que a produz. Além de ser agente (e poderoso agente) desse desenvolvimento, ela é ativa em qualquer participação. Há constituições, inflexões e rupturas nos seus desenvolvimentos e trajetos. Sua organização física corresponde às exigências de todo o tipo: econômicas, residenciais, funcionais, tecnológicas, simbólicas, abstratas, culturais, manifestações, estratégicas, planejamentos e gestões, administrações, educacionais, de saúde e outras. Já a metropolização, processo decorrente da manifestação de metrópole, é compreendida como uma das formas que apresentam e expandam as características dos processos de urbanização e industrialização. Além da dimensão territorial das metrópoles, têm relações com modos de vida, culturais, de produção, tecnológicos e de transportes, que acrescem sobre as adjacências. Deste modo, este processo tem dificuldades para ser definido exatamente seus limites (físicos e abstratos), o que gera mais conflito entre unidades políticas e administrativas, históricas e processuais (e estimulam trocas culturais).

Desta maneira, a metropolização estende todos estes aspectos relacionados à metrópole (tendo-se a pichação neles) para as suas adjacências e para as RMs, que passam a terem características semelhantes. Entretanto, a metropolização também tem estendido a espaços cada vez mais extensos e distantes do território (contíguos ou não) a sua trama de relações, significados, sentidos, fenômenos, manifestações e características, ao mesmo tempo em que promove a expansão das próprias aglomerações metropolitanas (MOURA, 2012; 2013).

Ao se dispersar no espaço e alterar as estruturas pré-existentes (FERREIRA, 2014), a “metropolização leva consigo hábitos e valores sociais que, até então, eram característicos do viver em metrópole” (LENCIONI, 2020, p. 175-176). Uma vez que os hábitos culturais e os valores urbanos típicos da metrópole tendem a se difundirem pelo espaço, principalmente o metropolitano, as teias e redes complexificam-se (FERREIRA, 2016). Esse processo disruptivo, não reforça aglomerações singulares no espaço, gerando novas morfologias urbanas, densas

e articuladas, mas descontínuas, dispersas e com contornos nem sempre discerníveis (MOURA, 2012).

Portanto, a metropolização contemporânea deve ser entendida como uma metamorfose do processo de urbanização (LENCIONI, 2006), como uma nova manifestação deste processo, à qual é responsável pela emergência de arranjos espaciais em contínua expansão e desconfiguração da cidade tradicional monocentral (MOURA, 2012). Além disso, cria-se um dos atributos mais proeminentes do processo de metropolização, que é a crescente interdependência funcional que se estabelece no espaço metropolitano, onde se intensificam os movimentos pendulares (*Id.*, 2013), que será destacado nos próximos capítulos.

A metropolização contemporânea tem concentrado riqueza, poder e desigualdades nas metrópoles, ampliando os limites de sua centralidade e hinterlândia. Na esteira desse processo, observa-se a intensificação das conurbações, que, por sua vez é “[...] a ação de reunir em um todo diversos núcleos e cidades pela unificação das suas malhas urbanas, respeitando uma hierarquia funcional”. (MEYER, 2000, p. 7); ou seja, quando a metrópole lança os seus tentáculos ao longo dos grandes eixos viários, integra e traz para a sua área de influência direta múltiplas centralidades e também espaços rurais. A vitalidade deste sistema depende da intensidade e capilaridade do seu sistema de circulação, onde fluxos materiais (pessoas, mercadorias etc.) e imateriais (informação, energia, culturas etc.) garantem não apenas a interatividade, mas, sobretudo, a interconectividade e a interdependência dos lugares. À medida que a metropolização promove a integração espacial, ela também promove (ou, pelo menos, tenta) a homogeneização de hábitos culturais e valores sociais urbanos, típicos da metrópole.

Estes dois processos se traduzem em um organismo de certa forma extenso, expandido, multifacetado e setorizado, onde o traçado viário tenta reforçar essa estrutura e sua coesão, perante a dispersão. Meyer (2000) destaca a constante expansão da metrópole e sua nova escala, a sua região, que inflige em pensamentos, consciência e problemas (e pichações) metropolitanos. Ambos

passam a serem definidas então por sistemas de transportes, de ligações, de infraestruturas, de polos e de seus deslocamentos diários no interior do seu território e territorialidades, espaços, paisagens (principalmente a pendularidade).

Adams (1995) demonstra que a metrópole e a AM (e consequentemente a metropolização) tendem a aumentar com o avanço tecnológico, principalmente focados no sistema de transportes e comunicações. Sassen (2002) afirma que as novas tecnologias de comunicação favorecem os deslocamentos de tudo, atribuindo importâncias diferentes a determinadas funções centrais. Sendo designadas pelo modo de produção tecnológico, há a constante remoção dos limites. A pichação é semelhante em busca de sua extensão e distribuição, abordando também a tecnologia (principalmente das redes sociais), e a diminuição dos limites.

Para Ascher (1995) a denominação condizente para estas áreas seria de metápoles, metametrópolis ou espaços metropolizados, ao qual é um conjunto de espaços, onde praticamente todos os habitantes, atividades e territórios estão integrados e correlacionados ao funcionamento cotidianamente de uma metrópole. São uma bacia somente dessas dimensões, heterogêneas, contíguas e não contíguas. Dessa forma, são criadas e recriadas por um ciclo de criação, que:

[...] traduz a contínua necessidade de ser eficiente, de exercer de forma plena as suas funções de lugar de centralização, de forças econômicas, de relações sociais, de manifestações artísticas e de inovação técnica. Essa natureza inegociável e muitas vezes violenta do desenvolvimento metropolitano se exprime de forma clara na sua dimensão material. Em função dessas características, tudo aquilo que ganha corpo na vida metropolitana exprime as relações estabelecidas em todas as suas esferas de vida social e produtiva, convertendo-se em expressão e não em reflexo dessas relações. (MEYER, 2000, p. 5).

A metrópole torna-se um ponto em comum de encontro e de interesses das artes e manifestações culturais, principalmente de sua RM. Englobam, sobretudo, a pichação.

Harvey (1989) denomina essa aproximação (física e simbólica) de “fricção de distância”, que é a centralização de transportes, principalmente público, nas regiões centrais, além de serem as áreas que concentram e destinam os transportes, o que

causa, consequentemente, a diminuição (fricção) da distância. As comunicações, transportes e ligações, espaços de fixos e de fluxos (SANTOS, 2006) faz com que o mundo se “encolha”, estando as coisas mais adjacentes, mais rápidas e mais síncronas (VILLAÇA, 2001).

Destaca-se que essas situações ganham pautas nas agendas sociopolíticas e discussões atuais. Tal fato é correlacionado, que em 2021, tem-se aproximadamente 42,9 milhões de população residindo nas metrópoles (estando em 15 municípios, em um universo de 5,5 mil municípios) (IBGE, 2021).

Estamos, assim, diante de uma situação descrita por muitos como de ingovernabilidade das metrópoles brasileiras, em razão: a) do tamanho e complexidade dos problemas que se avolumaram, b) do quadro de fragmentação institucional e desinteresse político e c) da inexistência de valores que impulsionem ações coletivas. (RIBEIRO, 2015, p. 23).

Deste modo, pela importância relatada, as metrópoles e o processo de metropolização cunham aportes e interesses políticos e econômicos (mesmo que errôneos) para a busca das suas parametrizações, fazendo com que as leis distanciem cada vez mais de teorias e práticas (MOURA; FIRKOWSKI, 2001). Dessa maneira, ambos processos e distanciamentos interferem também nas RMs.

Nesse sentido, deve-se ter clareza da diferença conceitual existente entre a metrópole – compreendida como a grande cidade, que possui funções superiores de comando e gestão e articuladas à economia global, sendo a porta de entrada dos fluxos globais no território nacional, onde se ancoram interesses internacionais e de onde partem, para o território nacional, vetores de modernidade e complexidade – e a região metropolitana, definição institucional, relacionada aos interesses políticos e, por vezes, motivada pela necessidade de ordenamento do território na escala regional e cuja cidade-polo não é necessariamente uma metrópole. (FIRKOWSKI, 2012, p. 37).

O comportamento que as metrópoles apresentam é marcado pelas fases de atração/concentração e depois expulsão/desconcentração. Estas, no primeiro momento, enquanto espaço atrativo da vida urbana, das oportunidades (mentira construída), estavam apenas criando e aumentando o exército de mão de obra e de massa reserva, para desqualificar suas entradas no mercado. No segundo

momento, as pessoas buscam deslocarem para os municípios ao redor (seja por facilidade ou seja por seus conhecidos/semelhantes poderem ser destas localidades), com elevada integração metropolitana, buscando empregos ou apenas moradias e ainda trabalhando na centralidade (SILVA; RODRIGUES, 2010). Há também a metropolização da pobreza, pois é a população mais atingida (ROCHA, 2000). Assim, as RMs tornam-se as áreas que sofreram mais transformações e impactos. Deste modo, a criação de metrópoles, metropolização, de periferias e de RMs foi concomitante.

3.3 Região Metropolitana

Como as cidades estão em conjuntos e não isoladas, suas redes de infraestruturas e de serviços, qualidades, pechas e disponibilidades também estarão. Assim, isoladamente, estas não têm força o suficiente para determinar estratégias ou quando a fazem, são de formas errôneas. Mas essas relações de suficiência ou insuficiência são estratégias também do sistema global (ROLNIK; SOMEKH, 2015). Porém, isso aplicado nas RMs brasileiras, apenas demonstrou o forte caráter vazio e interesseiro sobre elas, tendo-se poucos exemplos de maiores sucessos.

As RMs, ou AMs, referem-se a espaços urbanos complexos e grandes, com aglomerações superiores a um milhão de habitantes, acrescentando-se um “[...] conjuntos de unidades político-administrativas (municípios) diversas, com diferentes tamanhos e níveis de integração entre essas unidades, que conjuntamente apresentam caráter metropolitano.” (SILVA, 2012, p. 41), em que não há descontinuidades físicas. Essas definem-se por “[...] serem aglomerados com grande concentração econômica, social, política e cultural que, ao mesmo tempo, resultam em profundas desigualdades internas [...].” (SILVEIRA; MUNIZ, 2014, p. 260). A elevada concentração é base essencial para a visibilidade tão procurada pelos pichadores. Também:

Considera-se região metropolitana o agrupamento de municípios limítrofes que assuma destacada expressão nacional, em razão da elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais com algum grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica [...]. (CARMO; FALCOSKI, 2005, p. 131-132).

Entretanto, igualmente são definições que as unidades bibliográficas creditam a estes. No Brasil, elas são regiões caracterizadas por agrupamentos de municípios limítrofes com foco na integração, na organização, no planejamento e na execução de funções de interesse em comum. Possuem um núcleo com alta quantidade e densidade demográfica, econômica, infraestrutura, de funções, circundado por municípios com menores quantidades e densidades nesses dados; tendo uma alta interconectividade por uma densa infraestrutura, com diversas trocas. E que, pelo menos um de seus integrantes terá uma maior dinâmica com o núcleo, sendo considerado uma extensão do polo. Por isso, os limites administrativos municipais se confundem na paisagem, no território e na territorialidade, pela sua característica de conurbação e integração (sendo aproveitados pelos pichadores), como foi destacado (BRASIL, 1988; MEYER, 2000). Entretanto, há casos que não respeitam algumas dessas características. A explicitação desses fatos se dá pelo espaço metropolitano, que é um conjunto de funções, de economia, de variedade produtiva, de escalas diversas, de problemas, de institucionalizações, de mercado de trabalho diversificado, de manifestações culturais compartilhados (BRANDÃO, 2006).

De acordo com Villaça (2001), as RMs não são regiões e sim áreas, sendo as AMs. São assentamentos e compartimentos caracterizados pelos deslocamentos dos seres humanos (principalmente diários, como os movimentos pendulares), enquanto portadores ou consumidores de algo. Para Lencioni (2003) seria uma cidade-região, porque mesmo examinando somente a metrópole, aparece algo da região, porque não são isoladas, pois se definiu em um processo e em uma lógica sócio-histórica-espacial-cultural.

Como são concentradoras de todas essas dinâmicas, são onde residem a maioria da população e da população urbana do país (e das manifestações culturais

e pichações), e, consequentemente, possuem as metrópoles dentro de si, cumprindo e sendo em si o cumprimento de uma função hierárquica maior dentro da rede de cidades e da rede de regiões. Destaca-se também 140 milhões de população residindo nas RMs; com 80 unidades de RMS; 4 áreas consideradas como arredores das RMs (Colar Metropolitano ou Áreas de Expansão); 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs), que são RMs que congregam municípios de mais de uma UF; e 4 AU, sendo expansão/conurbação de núcleos urbanos distintos (dois ou mais) com intensificação das trocas; desdobrando-se em 1.375 municípios (IBGE, 2021).

Decorrentes desses processos e padrões anteriores, o histórico das RMs é igualmente conturbado. Têm-se grandes fluxos migratórios no sentido campocidade, chamado de êxodo rural, na década de 1950. Assim, em torno das principais capitais do país e que já experimentavam o processo de metrópole e metropolização, as suas adjacências tornaram-se suporte e, portanto, uma única região ou cidade – as relações cotidianas, principalmente os movimentos pendulares, tornam-se cada vez mais intensas (AZEVEDO; MARES GUIA, 2015). Diante de tais, torna-se estritamente necessário a maior conjunção das relações político-administrativas entre essas cidades. “Assim, antes mesmo de existir base legal e jurídica para a existência das regiões metropolitanas no Brasil, já existiam experiências embrionárias de administrações metropolitanas.” (ROLNIK; SOMEKH, 2015, p. 114).

Esses processos que ocorreram de forma rápida e destacados anteriormente exaltam e evidenciam a necessidade de planejamento, administração e gestão para evitar problemas e resolver os problemas já existentes, de forma integrada, associada e com unidades que estejam em comum acordo e, de certa forma, política e administrativamente independentes, com (re)conhecimentos e atuações sobre novas unidades espaciais (ROCHA, 2000). As RMs foram tidas como instituições e organizações capazes de evitar processos negativos, mas o que ocorreu de fato foi o acirramento desses.

A institucionalização das RMs no Brasil, de acordo com Moura e outros (2003), pode ser dividido em três grandes fases: a primeira, pautada no início dos anos 1970, tem base da política nacional (errônea) da Ditadura Militar de desenvolvimento urbano, sendo baseadas pelas questões metropolitanas da Constituição Brasileira de 1967 (CF-67) e pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969 (EC-69). Dá-se ênfase nas metrópoles como foco do processo de industrialização, de urbanização e de metropolização. Deste modo, na década de 1970, foram criadas as primeiras RMs para esses respaldos (mesmo que anterior a isso, essas regiões já estavam se organizando e já havia os processos de industrialização, urbanização, metrópole, metropolização e perifização). Havia grandes discussões principalmente sobre a RM no ponto de vista político, social e econômico. Elas tinham o objetivo de “[...] promover o planejamento integrado e a prestação de serviços comuns de interesse metropolitano”, sob o comando do estado-membro. (SOUZA, 2015, p. 61).

Esses “serviços de comum interesse metropolitano” são o planejamento e gestão integrados do desenvolvimento econômico e social; o saneamento básico (água, coleta de lixo, esgoto, limpeza pública) e serviços básicos (energia, transporte); aproveitamento dos recursos hídricos e o controle de todo o tipo de poluição ambiental (sendo à qual a pichação, do ponto de vista das leis, encaixaria-se aqui); produção, distribuição e redistribuição de gás combustível canalizado (somente em São Paulo e no Rio de Janeiro); e o transporte e sistema viário, combinado ao uso e ocupação da terra. Assim, destaca-se o enfrentamento em conjunto e metropolitano de problemas, soluções e prestações de serviços, funções e equipamentos públicos, e, o ordenamento dessas situações em âmbito (AZEVEDO; MARES GUIA, 2015). Surge, assim, o pensamento e a consciência metropolitana (que estimularia, mais tarde, a pichação metropolitana).

Desta forma, as metrópoles decrescem no padrão de crescimento, enquanto seus vizinhos acrescem, reforçando o papel de sustentáculo e de base no processo de expansão (física e/ou abstrata) das metrópoles (metropolização) (MOURA et al., 2003), tendo as cidades-satélites (que dependem sobretudo da metrópole).

Em 1973 foram criadas nove RMs pela Lei Complementar Federal 14, que além de capitais de estados, eram os principais centros nacionais da época e suas áreas de polarização e influência direta, integrando-os em uma mesma unidade sociopolítica e socioeconômica (RIBEIRO, 2015). Criam-se as RMs de: Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. No ano seguinte, pela Lei Complementar Federal 20 de 1974, Rio de Janeiro também ganhou sua RM, após a unificação dos estados (o estado de Guanabara e o do Rio de Janeiro). Eram metrópoles que mesmo antes da instituição das RMs já tinham grande poder e destaque, sendo partes assertivas. Porém, tem-se a exceção de Belém e Curitiba, que foram incluídas apenas por serem capitais estaduais e pela busca do desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas, em detrimento de outras localidades, que já vinham tendo suas dinâmicas e desenvolvimentos acrescidos (como no caso do Distrito Federal, de Goiás e de Manaus).

No geral, as escolhas foram baseadas na importância e influência em uma escala macrorregional do núcleo central, sendo levantados aspectos como elementos demográficos, estruturais e integração (destacando os movimentos pendulares e migrações) (BATISTA, 2014).

A definição dessas áreas tinha por referências critérios de implantação baseados na magnitude da população aglomerada, na extensão da área urbanizada sobre o território de mais de um município, na integração econômica e social do conjunto e na complexidade das funções desempenhadas. (ROLNIK; SOMEKH, 2015, p. 115).

Porém, a participação municipal nas RMs foi completamente obrigatória e compulsória, não sendo critério as particularidades e especificidades (atualmente perpetua-se essa relação e tem seus reflexos) (AZEVEDO; MARES GUIA, 2015). Os auxílios que decorriam da participação das RMs continham planos de realização de serviços, de planejamentos, de organizações de comuns interesses, tendo dois conselhos, o consultivo e o deliberativo.

A segunda etapa, na década de 1980, teve seu ponto inicial o marco da Constituição Federal de 1988 (CF-88), que buscou a descentralização. Deste modo,

os estados federados passaram a ter a competência de institucionalização das RMs, utilizando seus próprios critérios; e os municípios tiveram maiores poderes e destaques, fazendo parte dos entes federados, e, também tinham o direto de promulgar e pleitear suas leis (SOUZA, 2015). Entretanto, em vez de descentralizar, centralizou, afinal os estados criavam suas RMs de modo autoritário e centralista, mas sem autonomia para intervenção, pois ainda eram entes federados. Destaca-se também, que além de RMs, a CF-88 criou outras categorias, como aglomerações urbanas, mesorregiões e as microrregiões, com os princípios semelhantes de unidade de interesses em comum.

Além da CF-88, a maioria das Constituições Estaduais de 1989 (CE-89) “esquecem-se” do estatuto jurídico-político dos territórios intermunicipais e intrarregionais, com exigências e gestões e planejamentos diferentes (*Ibid.*). O segundo momento ficou demarcado pelo “neolocalismo”, pela municipalização. Prevaleceu o fator esvaziado e sem eficácia na proposição ou implementação de políticas (AZEVEDO; MARES GUIA, 2015). Tem-se também o “hipermunicipalismo simétrico”, sem distinção dos papéis de cada município membro, em decorrência de todas as suas dimensões (BATISTA, 2014). Os argumentos de criação são autoritários e centralizados, evitando e desconsiderando totalmente outras variáveis do sistema (SOUZA, 2015).

Isso além de possibilitar a alteração dos limites, desencadeou um longo e contínuo processo de institucionalizações de RMs, classificadas como metropolitanas, embora tenham muitos municípios que não fazem parte da dinâmica metropolitana e/ou não há a ocorrência de metrópoles. Deste modo, nem todas RMs são metropolitanas ou têm todos os seus municípios integrantes metropolitanos. Portanto, “[...] torna-se inadequado tomar a região metropolitana como equivalente à metrópole, ou seja, igualar o processo espacial com o fato institucional, mesmo no caso das áreas com urbanização mais consolidada”. (FIRKOWSKI; BALISKI, 2018, p. 639). Há uma completa dissociação desses processos (MOURA, 2004; FIRKOWSKI, 2012).

A RM torna-se um ato político e não um processo. Como cada estado cria seus próprios parâmetros, houve e há a criação de unidades regionais completamente distintas, incompatíveis e de certa forma incomparáveis. Por não haverem projetos estaduais e nem federais, há a consequente distorção nas suas proposições. Por mais que se tenha grandes diferenças, há semelhanças, como as mazelas e a concentração de renda, o padrão de ocupação, a transcendência dos limites políticos-administrativos municipais (conurbação). Porém não expressa contornos unicamente urbanos e nem aderência conceitual (RIBEIRO, 2015). Destaca-se, aqui, dessa forma, que a metrópole, a metropolização e as RMs são processos e não formas que se criam a partir de leis, normas, institucionalidades.

Aí reside uma das principais diferenças entre a institucionalidade e a espacialidade metropolitana. Enquanto a primeira se reveste, por vezes, de caráter político, da frágil compreensão do fenômeno metropolitano e da ausência de uma política regional consistente que faz da região metropolitana a única instância regional prevista na legislação, a segunda se caracteriza por sua dimensão de processo socioespacial, ou seja, um processo que está para além da vontade dos atores políticos e de seus interesses, mas que surge de uma dinâmica construída historicamente e por meio da inter-relação de distintos atores sociais, inclusive, mas não exclusivamente, os de natureza política. (FIRKOWSKI, 2012, p. 35).

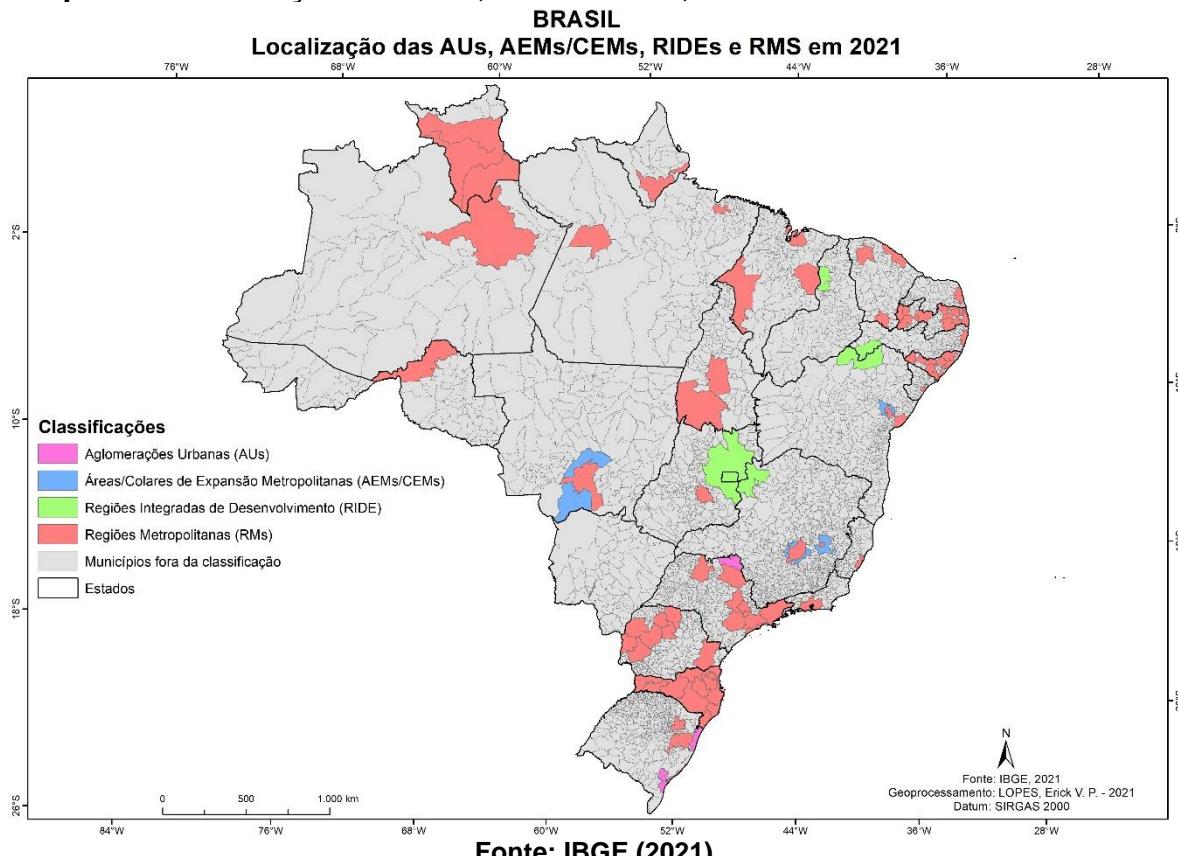
As leis estaduais ainda organizaram para além da área metropolitana, identificando algumas áreas de expansão metropolitanas ou os colares metropolitanos. Por sua vez, o cunho federal focava na regulação e financiamento, mas a responsabilidade formal de políticas era estadual. Foram interrompidas as experiências profícias e perdido o seu papel.

A terceira fase, por fim, na década de 1990, é marcada pela criação de associações e políticas supranacionais, bem como a formação de redes, de agências, de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de outras organizações de vocação urbana. Além de novos papéis redesenhados de atores clássicos e o aparecimento de novos atores. Buscando a superação da fase anterior, ocorre novamente associações compulsórias e voluntárias de cooperação, tendo mais

ênfase as ações conjuntas do governo, das entidades da sociedade civil e as parcerias privadas ou a mescla desses.

Demonstrando-se a continuidade desses padrões, em 2002 tinha-se 49 aglomerações urbanas e 12 metrópoles. O que se nota é a grande expansão da metropolização, mesmo forçada e inexistente. Pois há 80 RMs e 15 metrópoles atuais (IBGE, 2021), ou seja, seriam teoricamente as únicas 15 RMs. Como cada estado cria as suas leis, tem-se 65 RMs sem metrópoles e há casos exímos, como: o estado do Acre e de Mato Grosso do Sul não possuem RMs; Alagoas e Paraíba com quase a totalidade dos municípios fazendo parte de RMs; Alagoas, Paraíba, Paraná, São Paulo e Tocantins com RMs contíguas; Paraíba com municípios descontínuos integrantes de RMs ou com municípios que não fazem parte de RM mas têm todos seus limites sendo compostos delas; Santa Catarina com todo o estado metropolitano; e a RIDE da Grande Teresina, que não mescla municípios de outra UF, já que os municípios limites do Maranhão fazem parte da RM Zona Leste do Estado do Maranhão (RMZLEM) (mapa 6).

Mapa 6 – Localização das Aus, AEMs/CEMs, RIDEs e RMS do Brasil em 2021



Destaca-se assim, que no caso da RMBH, que foi criada em 1973, desde a década de 1940 vinha passando por esses processos. Ela é tida como um processo natural, que foi auxiliado pelo processo político.

Assim, nota-se que os movimentos e as dinâmicas entre estas áreas tendem a perpetuá-las. Não somente no sentido das metrópoles para a RM, mas o contrário também é recíproco, principalmente no quesito populacional e movimentacional.

3.3.1 Movimento pendular

Ao se tratar de RMS, cuja manutenção de suas relações se dá pelas trocas intrametropolitanas e intermunicipais, destacar o fator do movimento torna-se uma prática necessária. Pois assim, registra-se que estas trocas, a grosso modo, se dão

pelo e a partir de constantes e diferentes movimentos, bem como por importantes eixos e corredores de ligação intrametropolitano.

A mobilidade, um destes movimentos, refere-se aos deslocamentos/mudanças de pessoas no espaço, de lugares, de paisagens, de territórios e territorialidades, que envolvam diferentes relações. Mobilidade é a vida cotidiana do indivíduo, todos os seus movimentos para executar os atos da vida e satisfazer as suas necessidades (ANDAN; D'ARCIER; RAUX, 1994). Assim, a mobilidade é relacionada com os transportes e estes com a dimensão, segmentação, parcelamento, zoneamento e diretrizes da cidade (MOURA; BRANCO; FIRKOWSKI, 2005).

Uma condição que é inerente a mobilidade, não é somente o deslocamento físico entre lugares, mas também é a troca e o deslocamento constante de grupos sociais (ELIAS; SCOTSON, 2000), ademais de papéis e funções sociais. Os participantes deixam de ser um(a) morador(a), um(a) residente, um(a) comprador(a), para ser um(a) trabalhador(a), um(a) funcionário(a), um(a) professor(a), um(a) doméstico(a), um(a) lavador(a) de carros, um(a) médico(a), uma classe socioeconomicamente mais baixa ou mais alta (já que as classes são relativas em certos contextos), um(a) artista, um(a) pichador(a), uma(a) pixador(a), um(a) grafiteiro(a), um(a) graxheiro(a), um *bomber*, um *sticker*.

As mobilidades periódicas desdobram-se em: deslocamento de casa a outro local (trabalho, estudo, saúde, cultural, lazer, prazer, diversão) por algumas horas (movimento pendular ou *commuting*); deslocamento para outros lugares por tempos maiores, como dia(s), semana(s) ou mês(es) (viagens a negócios, estudos, trabalhos ou férias); vários meses (migração sazonal); mudar de residência sem pensar em voltar ao lugar de origem (pelo menos não a curto prazo) (migração) (LE BRAS, 2002); ou mudar constantemente de domicílios, de temporalidades e de lugares distintos (migração circular) (JARDIM, 2011). Porém aqui será destacado apenas o movimento pendular, pois converge e diverge fenômenos cotidianos, bem como pelo fato de serem os movimentos que mais fazem parte das relações das RMs e dos pichadores. Além disso, como estes movimentos concentram um grande

deslocamento de pessoas, em certos dias (úteis) e horários (conhecido como “hora do *hush*” ou “horário de pico”) e em certas vias, ou seja, por ser onde mais as pessoas estão/estarão localizadas e deslocando, será onde mais terá/terão a quantidade, a localização, o deslocamento e a visibilidade das manifestações culturais. E como a pichação foca na visibilidade, na ousadia, no risco e na notoriedade, também estará nestes.

Desta maneira, fortalece a proposição do trabalho aqui discorrido, focando-se em trazer as outras contribuições negligenciadas (no caso, da cultura e da manifestação cultural) como indicadores e evidências da pendularidade e da metropolização (e não somente quantidade de população, de renda e de fluxo).

Deslocamento ou movimento pendular é trazido como a forma correta de tratar o fenômeno, já que migração pendular (forma comumente encontrada na bibliografia) seria dicotômico, pois não há como ter migração (fixação em locais distintos) tendo-se pendularidade (movimento de ida e vinda constante) (MOURA; BRANCO; FIRKOWSKI, 2005). Estes são entendidos como deslocamentos cotidianos/diários realizados do local de residência para qualquer local e com qualquer motivo, em um certo contexto. Eles envolvem anos e décadas, além de dominarem violentamente a produção e estruturação do espaço e dos efeitos (VILLAÇA, 2001).

Beaujeu-Garnier (1980) denomina os participantes deste fenômeno de “migrantes urbanos”, “migrantes diários” ou “*commuters*”, e, que é constantemente aumentado, seja em número, em distância ou em movimentos. Precisam de apreciável extensão, uso de alguns meios de transportes e certo grau de convergência. Assim, a integração está em todas as dimensões, ela é “[...] representada por inúmeros fluxos – de bens, de comunicações e, principalmente, de pessoas” (MOURA; BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p. 124), bem como de hábitos, de valores e de culturas (MOURA, 2013; LENCIONI, 2020).

Porém, deve-se destacar, que este não é somente representado pela função de trabalho ou qualificação (educacional e/ou técnica) como comumente trazido conceitualmente e pelos órgãos de coleta de dados, e sim, de qualquer dimensão.

Tal movimento é muito mais complexo do que isso e, deste modo, tem-se inúmeras outras motivações, como: compras, resoluções de problemas, bancárias, administrativas, jurídicas, saúde, vontades, desejos, bem como motivos sociais, psicológicos, políticos, lazer, prazer e culturais (dando ênfase aqui na pichação).

Como há diferentes alavancas para esta mobilidade, ocorrem variações entre classes, idades e gêneros. Desta forma, as iniciativas, além dos móveis, partem de condições de vida e da reprodução social da população, que estão ancorados na dinâmica econômica, e da sociedade, sendo social, histórica, política e culturalmente (re)produzidas; referindo-se aos seus desejos, sentimentos, vontades, experiências, expectativas, precisões e necessidades. Estas, por sua vez, são refletidas e infletidas nas condições de paisagens e ocupações territoriais, sociais, econômicas e culturais (JARDIM, 2011). Pendularidade não envolve apenas movimentos, mas diferentes ações e práticas constitutivas da organização social, da vida e do cotidiano da população metropolitana (JARDIM; ERVATTI, 2007) ou não, urbana ou não.

Deste modo, note-se que a mobilidade pendular em sua forma contemporânea, faz parte do deslocamento cotidiano das pessoas, em que há inúmeras formas de distâncias, gastos, preços, durações, frequências, situações político-administrativas, notícias, paisagens, territórios e territorialidades, redes sociais e urbanas, acidentes, amenidades, acessibilidades, condições e formas de deslocamentos, status das vias, trânsitos, tráfegos e motivações para fazerem este movimento.

Eles estão ligados à expansão de uma parte do município, que com seu aspecto de centralidade, influencia e dinamiza para além dos seus limites, polarizando uma área, nas diversas dimensões. “No contexto metropolitano, a migração interna passa a ter um peso importante e, ao mesmo tempo, se torna seletiva, no sentido que os movimentos de população refletem a estrutura de classes da sociedade vigente” (OLIVEIRA; ERVATTI; O’NEILL, 2011, p. 51).

Porém, além disso, deixa de ser uma marca característica metropolitana, ocorrendo em distâncias cada vez maiores e em municípios cada vez menores

(embora ainda seja significativamente marcante nas aglomerações urbanas e metropolitanas) (SILVA, 2012). Correlacionando-se isso como um dos aportes na extensão dos tentáculos urbanos e a expansão do modo de vida ali imposto.

Destacam-se estas movimentações pelo fato de a expansão do território metropolitano e urbano influenciar as políticas urbano-metropolitanas (infraestrutura, transportes, habitação) e a organização da sociedade, que tendem a influenciarem este deslocamento (JARDIM, 2011) (que se influenciam mutuamente). Pois “[...] a chegada de certo contingente populacional numa determinada área poderá modificar sua estrutura demográfica, suas condições de crescimento, as demandas por políticas públicas, acesso à educação, saúde, trabalho, etc.” (SILVA, 2012, p. 73). Esse contingente pode ser fixo (migração) e/ou flutuante (pendularidade), influenciando consequente e concomitantemente na pichação, pela alteração dos movimentos e consequentemente da visibilidade.

Assim, com a ampliação do espaço metropolitano (como destacado nos subitens anteriores) há uma ampliação do movimento das pessoas neste espaço e também da vida local – o movimento pendular, com sua alta densidade, torna-se uma característica da vida urbana e metropolitana, passa a ser o principal indicador, indicativo e evidência da articulação do seu espaço de atividades em conjunto ali expressadas (FREY; SPEARE JUNIOR, 1995). Este é tanto físico (movimento das pessoas) como abstrato (fluxo destas pessoas).

Tem-se que considerar, inevitavelmente, que há interações espaciais, que ocorrem a partir de um grande e complicado conglomerado de movimentos e deslocamento de pessoas, bens, mercadorias, capitais e informações sobre o território. Assim, estes movimentos relacionam-se com diferentes usos do tempo e do espaço, além de custos econômicos e não econômicos. (CORRÊA, 1997).

Some-se a isso, o fator abstrato ser influenciado pelo físico. A pichação faz parte de formas diversas deste processo: os praticantes utilizam dos movimentos pendulares para abarcarem suas necessidades no geral, mas também os utilizam como base para maior visibilidade e alcance de suas marcações como foco e inspiração).

Assim, a pendularidade não é apenas uma característica e forma de expressão do processo de metropolização e conurbação em RMs, mas sim como uma forma da dinâmica populacional, comportamental e espacial. Ela se traduz pela produção dos pontos e fluxos das cidades, em escalas medianas, integrando distintos núcleos, grupos e culturas.

Tais fatores são demonstrados pelo aumento da quantidade de pessoas que participam do movimento pendular e também do aumento no tempo gasto nos movimentos que formam a pendularidade. Em 2000 tinha-se 7,4 milhões de pessoas realizando movimento pendular, número que passou para 13,9 milhões de pessoas em 2010 (IBGE, 2010). Até os anos 2000, as pessoas gastavam cerca de 1 hora de deslocamento (SILVA, 2015). Atualmente, a média de deslocamento nas cidades brasileiras é de 4,8 horas (somando ida e volta); 6,4 horas nas capitais brasileiras; e 7,8 em São Paulo e 7,4 no Rio de Janeiro (IBGE, 2021). Aponta-se assim que as condições de mobilidade estão em piora por causa de aumento de tráfego, diminuição da qualidade dos transportes públicos, aumento da poluição no geral, maior aquisição de automóveis privados, aumento da pendularidade, aplicativos de mobilidade e afins, que diminuem drasticamente a qualidade de vida.

Esses fatores são encontrados igualmente na RMBH, tendo em histórico grandes apreços e destaques na constituição da rede brasileira de cidades e RMs.

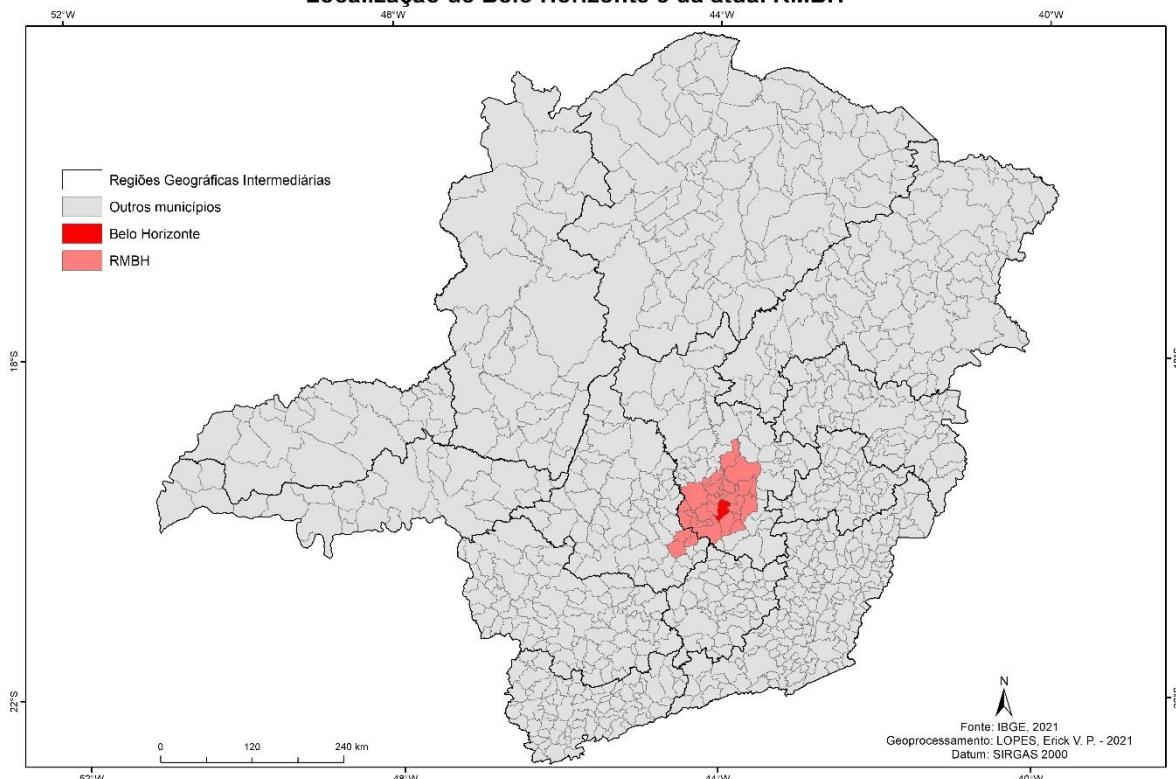
3.4 Região Metropolitana de Belo Horizonte

O início da RMBH dá-se pela busca de deixar o passado, o regresso e a barbaridade, que se traduz pela busca da modernidade e pelo reerguimento da economia do estado mineiro (MENDONÇA; ANDRADE; DINIZ, 2015). A antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto, apresentava-se inúmeras condições negativas para o crescimento (sítio, posição, ideologias, regresso). Deste modo, na busca das condições positivas (sítio, posição, progresso e desenvolvimento), Belo Horizonte foi escolhida como a nova capital de Minas Gerais. Ela torna-se uma das primeiras cidades planejadas do país, sendo inaugurada em 1897, com o nome de cidade de

Minas (passando para Belo Horizonte em 1901). Esta, por estar centralizada (física e socialmente) no estado (mapa 7), tornou-se uma espécie de centro gravitacional.

Mapa 7 – Localização de Belo Horizonte e da atual RMBH – MG

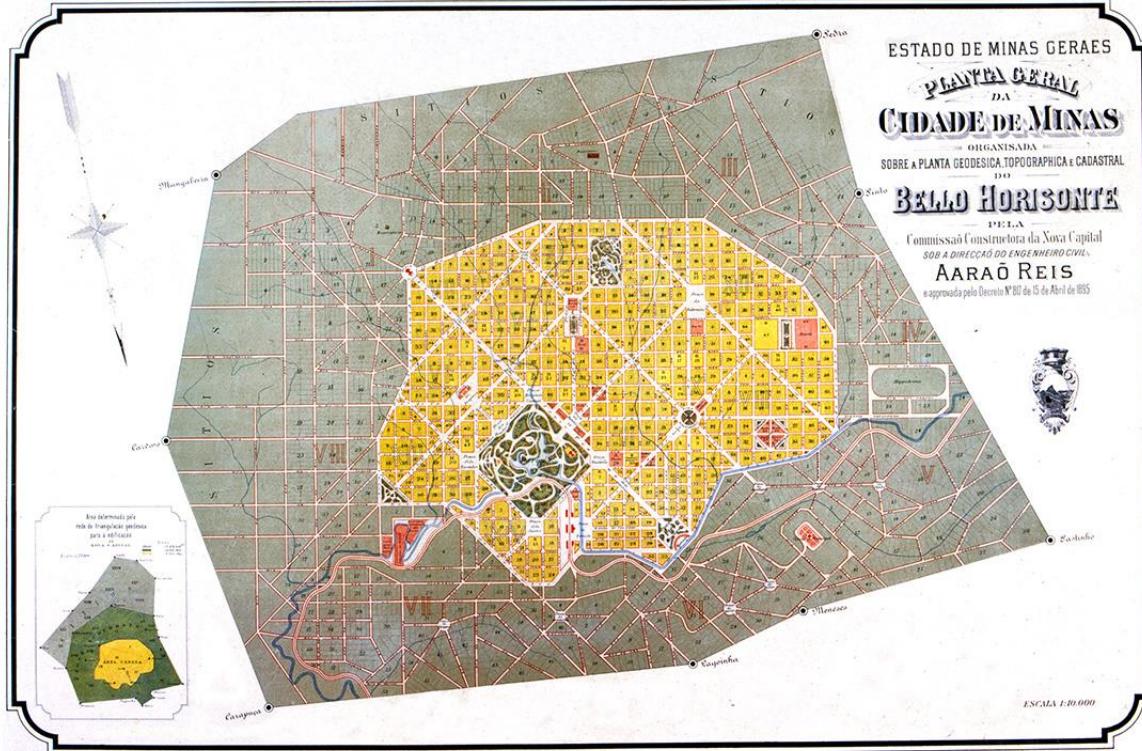
MINAS GERAIS
Localização de Belo Horizonte e da atual RMBH



Fonte: IBGE (2021).

O município belo-horizontino já nasce excludente, decidindo quem mora e quem não mora nele. O traçado inicial, tratava-se apenas para as pessoas de alto poder aquisitivo e políticos, fora desse traçado era a zona rural para 183tende-los, não havendo a existência de lugares para as classes sem poder aquisitivos e para os trabalhadores que construíram a própria cidade (figura 2).

Figura 2 – Planta geral da Cidade de Minas (atual Belo Horizonte) em 1985



Fonte: PBH (2018).

Com esse forte apelo político, Belo Horizonte começa a ter incentivos, aumentando sua atração e expulsão, logo após a sua inauguração (antes de ser/se tornar uma metrópole). Desta forma, as suas adjacências começam a serem acrescidas de todas essas movimentações, aumentando seu poder enquanto caminhava rumo à transformação e à polarização da metrópole.

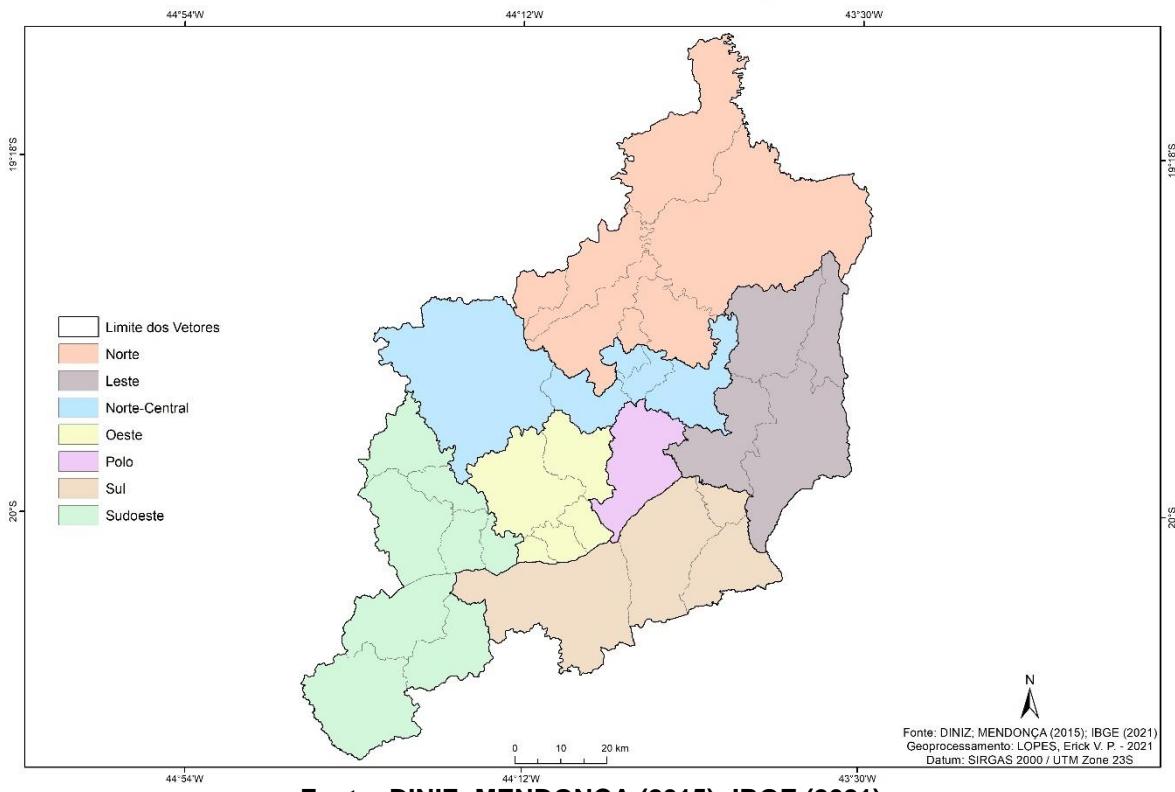
Algumas décadas depois, na década de 1930, havia poucas indústrias existentes e, por isso, não atendiam e evitavam a expansão econômica do estado mineiro. Procurando mudar essas condições, foi criado uma forte base industrial. Na década de 1940, houve a instalação da Cidade Industrial Juventino Dias, em 1946, no bairro Cidade Industrial, em Contagem. As principais fábricas (maioria de capital estrangeiro) instalaram na década seguinte, intensificando a expansão. Deste modo, inicia-se o processo de metropolização e industrialização mais marcante na RMBH (MONTE-MÓR, 1994; DINIZ; MENDONÇA, 2015); ocorrendo assim a industrialização, a urbanização, a metropolização e a periferização

concomitantes. Em vista disso, antes mesmo de ter uma RM institucionalizada nessa área, já havia uma grande integração e associação dos processos.

De acordo com os autores supracitados, durante o mandato do prefeito JK em Belo Horizonte, entre os anos de 1940 e 1945, há inúmeras intervenções, principalmente de ligações viárias, como extensão, criação e pavimentações das vias, ligando o centro às áreas periféricas. Foi adotado o modelo radial e rodoviarista (baseadas no urbanista Lincoln Continentino).

Estas vias indicaram os caminhos a serem seguidos pelas ações e também populações, formando uma espécie de investimentos e migrações em um conjunto de cidades. A partir disso, Diniz e Mendonça (2015) propuseram uma sub-regionalização da RMBH (a partir da forma de como ela se desenvolveu), sendo denominada dos principais Vetores de Expansão Urbana (VEUs) (mapa 8). Utilizou-se o termo vetor por denotar origem, direção, sentido, intensidade, temporalidade, modificações e dinâmicas. Destaca-se, assim, a grande importância dada às ligações terrestres por vias nesta área (mapa 9).

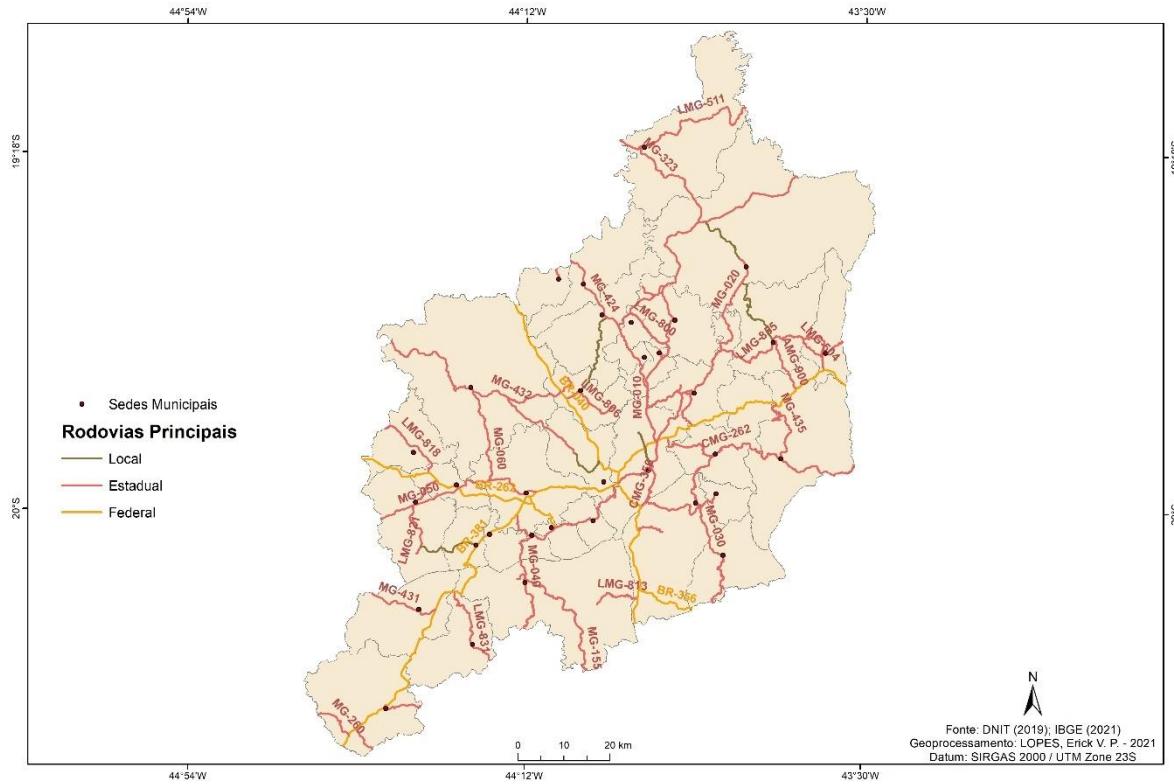
Mapa 8 – Principais Vetores de Expansão Urbana (VEUs) da RMBH
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - MG
Vetores de Expansão de Urbana (VEUs)



Mapa 9 – Principais Eixos Viários da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – MG

REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - MG

Principais Eixos Viários



Fonte: DNI (2019); IBGE (2020).

Junto à criação da Cidade Industrial, há também o prolongamento de um importante eixo/corredor de ligação/acesso da Av. Amazonas, ao qual parte da Praça da Estação, no Hipercentro de Belo Horizonte, estende e liga-se à BR-381 (Rodovia Fernão Dias) na Cidade Industrial em Contagem, seguindo em direção à São Paulo e à Região Sul do país. Forma-se assim o Votor Oeste, composto pelos municípios de Betim (com um nível de integração metropolitano em 2010 na classe de muito alto), Contagem (muito alto – extensão do polo), Ibirité (muito alto), Mário Campos (médio) e Sarzedo (alto). É o vetor mais dinâmico e diverso, caracterizado por população operária e de nível superior. Contagem ganha notoriedade como a extensão do próprio polo metropolitano (*Ibid.*), com destaque industrial e por tornar-se um centro também de comércios, bens e serviços (superando o próprio setor industrial).

Tentando auxiliar no desenvolvimento, na década de 1950, a capital e alguns municípios de suas adjacências entram num pacto e criam-se um parque produtivo mineiro diversificado. Demonstrando, assim, a ligação entre os agentes produtores do espaço urbano (levantado no capítulo anterior), principalmente os industriais, os imobiliários e o poder público; mas, nota-se a exclusão desde o início dos grupos sociais.

Outro eixo que desenvolve simultâneo, ocorre em 1947, na direção norte, sendo apoiado com a criação do Complexo Turístico e de Lazer da Pampulha (sendo Patrimônio Mundial da Humanidade desde 2016); extensão e duplicação do importante eixo/corredor de ligação/acesso da Av. Presidente Antônio Carlos, que liga o Hipercentro de Belo Horizonte à Lagoa da Pampulha, a Ribeirão das Neves e posterior à Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves (sede oficial do governo do Estado de Minas Gerais, criado em 2010). Esta Av. liga-se às Avs. Pedro I no bairro Pampulha, Vilarinho em Venda Nova e Padre Pedro Pinto em Nova América, em direção a Ribeirão das Neves. Também se encontra a Av. Cristiano Machado e MG-010, em direção ao Aeroporto Internacional de Confins – Tancredo Neves, norte do estado, e, também, ao estado do Espírito Santo e Norte e Nordeste do país; e do impacto industrial que ocorreu nos municípios de Pedro Leopoldo, de Santa Luzia e de Vespasiano (MONTE-MOR, 1994).

Entretanto, como esses processos industriais destacados anteriormente eram de grande extensão e impactos, não se tinha infraestruturas necessárias. Portanto, na década seguinte (1950) então foram criadas a Companhia Elétrica de Minas Gerais (CEMIG), a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG) e a Frigoríficos Minas Gerais S. A. (FRIMISA) (TONUCCI FILHO *et al.*, 2015), para dar todo o suporte necessário.

Ainda em 1950, foi estendido e duplicado outro importante eixo/corredor de ligação/acesso da BR-040 (Rodovia JK), em direção à Brasília, ao Centro-Oeste e ao Rio de Janeiro, além da ligação posterior ao Centrais de Abastecimentos S. A. (CEASA) (em 1973).

Em 1963, na região norte da capital de Minas Gerais, teve a construção do Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (o primeiro prédio foi o da Reitoria) e em 1965 o Estádio Mineirão. O crescimento da região é acrescido na década seguinte pelos loteamentos populares, pelos conjuntos habitacionais e pelas ocupações de terra, sendo guiados também pelos eixos da MG-010 e MG-424. Configura-se, deste modo, o Vetor Norte-Central, composto pelos municípios de Esmeraldas (alto), Ribeirão das Neves (muito alto), Santa Luzia (alto), São José da Lapa (médio) e Vespasiano (muito alto) – todos estes sendo municípios dormitórios. A população é predominantemente marcada por trabalhadores manuais com pouca qualificação (DINIZ; MENDONÇA, 2015). Destaca-se neste contexto Ribeirão das Neves³².

Com esses fatores em voga, Belo Horizonte e seus vizinhos inserem-se na rede urbana e de regiões do Brasil, fazendo parte das tramas mundiais, sendo base para as indústrias de São Paulo e Rio de Janeiro (por isso da construção e extensão das primeiras vias em tais sentidos). Há consequentemente o aumento expressivo do espalhamento da mancha urbana (SOUZA, 2008). Portanto, na década de 1960, torna-se um grande e importante centro socioeconômico.

Visando essa continuidade, recebe grande parte dos investimentos e projetos, de maneira especial a indústria automobilística, de bens de capital e de consumo duráveis e intermediários, e de capital relacionados à base de recursos minerais, metalúrgico, mineral-metálico e não-metálico e posterior mecânico-automotivo, reproduzindo uma grande estrutura do tipo fordista (TONUCCI FILHO, 2009). Inevitavelmente ocorre um grande êxodo rural, marcado em todo país e na futura RMBH pelos motivos anteriores, mas a segunda também foi marcada por esse complexo polo industrial e de comércio, bens e serviços, surgindo como oportunidades de trabalho e de vida urbanos. Diversidade econômica, esta, que dá a posição de destaque de centro terciário à RMBH. A concentração industrial ocorre, principalmente, na Cidade Industrial de Contagem, no Parque Siderúrgico e

³² Como são os dois Vetores com mais dinâmicas com a capital, logo, são os que mais possuem pichações, grupos de pichadores e suas trocas.

Automobilístico de Betim e na Cidade Industrial de Santa Luzia; em Belo Horizonte e Contagem concentram-se as atividades de comércio, bens e serviços.

Com essa alta dinamicidade e polaridade, na década de 1973 forma-se a RMBH. Neste ano torna-se uma RM de fato, pois cumpria todos os requisitos para ser considerada como tal e necessitava de uma política em conjunto. Embora foram criadas nove RMs, somente as de Belo Horizonte, de Porto Alegre, de Salvador e de São Paulo eram consideradas realmente metrópoles com a necessidade de inclusão regional (SOUZA, 2015). Foi formada então com 14 municípios, que são: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Com o respectivo aumento de status da região, a área torna-se promissora e interessante para o recebimento da pichação, que se desenvolve nos anos subsequentes.

Após a institucionalização da RMBH, os 14 municípios destacados passam a atrair mais população, principalmente a capital mineira, não tendo espaços necessários e suficientes para a ocupação urbana, saturando-se e, consequentemente, começa a expulsar para as suas adjacências. Desta forma, seus arredores (principalmente Contagem e Ribeirão das Neves) tornam-se palcos de grandes estabelecimentos de pessoas, principalmente as de classes socioeconomicamente mais baixas (MATOS, 2010). Estas relações fazem com que ocorra a criação do metrô em 1986, ligando Belo Horizonte à Contagem. No ano de 1989 ocorre a integração de mais quatro municípios na RMBH: Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme.

Do ponto de vista socioambiental, a Serra do Curral, localizada nos limites de Belo Horizonte, é importante para a região (no quesito físico – barlavento e sotavento, garantindo condições meteorológicas interessantes; paisagísticos – sendo algo cultural – aliado também a pichação; econômico – recursos) é uma barreira física e natural à expansão, dificultando o crescimento ao sul, ao sudeste e a leste da capital. Esta começou a ser monopolizada por mineradoras, incentivando os dois próximos vetores.

Na década de 1990, tem-se a formação do Vetor Sul, configurado como zonas residenciais de alta renda, principalmente como loteamentos fechados, empreendimentos imobiliários complexos e condomínios, sendo os enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000), tendo foco nos municípios de Brumadinho (médio), Nova Lima (muito alto) e Rio Acima (médio). A BR-040 e a MG-30 auxiliam nessa expansão. É caracterizado por grupos socioeconomicamente superiores, como grandes empregadores, dirigentes públicos e privados, profissionais de nível superior, advogados, médicos etc., além da característica mineradora (DINIZ; MENDONÇA, 2015). Porém, vem tornando-se uma busca de pessoas de classes mais baixas, devido às ocupações e às invasões. Destaca-se Nova Lima nesse contexto.

Em direção a leste (Vetor Leste), o fator mineração somado à BR-381 (ligação ao Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia) e a necessidade de abastecimento agrícola chamam a atenção e estimulam tal Vetor nessa década. Os municípios que fazem parte são Caeté (médio), Nova União (muito baixo), Sabará (médio) e Taquaraçu de Minas (muito baixo). A população caracteriza-se por uma variedade, tendo atividades minerárias e de produção agrícola. Destaca-se Sabará, sendo também uma cidade-dormitório.

Ainda em tais anos, articulado também pela BR-381, mas acrescido pela BR-262 e pela MG-050, sendo reflexo do eixo industrial do Vetor Oeste, tem-se o Vetor Sudoeste. Os municípios são Igarapé (alto), Juatuba (alto), Mateus Leme (médio) e São Joaquim de Bicas (médio); Florestal (baixo), Itaguara (baixo), Itatiaiuçu (baixo) e Rio Manso (muito baixo). Destacam os quatro primeiros, pela continuidade industrial. A população também tem variedade.

Em 1995 tem-se a inclusão de mais dois municípios à RMBH: Juatuba (distrito pertencente a Mateus Leme) e São José da Lapa (pertencente a Vespasiano) foram emancipados, e acrescidos à região, totalizando 20 municípios. Nesse ano também foi institucionalizado o Colar Metropolitano com 20 municípios: Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Capim Branco, Florestal, Fortuna de Minas, Inhaúma, Itabirito, Itatiaiuçu, Itaúna, Jaboticatubas, Matozinhos, Moeda, Nova

União, Pará de Minas, Rio Manso, Santa Bárbara, São José da Varginha, Sete Lagoas e Taquaraçu de Minas.

Dois anos depois, em 1997, Confins (distrito de Lagoa Santa), São Joaquim de Bicas (distrito de Igarapé), Sarzedo e Mário Campos (distritos de Ibirité) dissiparam e começaram a fazer parte da RMBH. Os municípios de Florestal e Rio Manso, que eram do Colar Metropolitano, mudaram de categoria e começaram a fazer parte da região. Em 1999 mais oito municípios alcançam essa distinção: Baldim e Itaguara; Capim Branco, Florestal, Itabirito, Matozinhos, Nova União e Rio Manso (estes seis últimos eram do Colar). Prudente de Morais e Funilândia iniciam sua participação no Colar.

Por fim dos vetores, com início ao final dos anos 1990, mas acrescidos em 2000, ocorre o Vetor Norte com muita distinção. Figuram os municípios de Lagoa Santa (alto), Confins (alto), sendo o primeiro caracterizado por sítios de recreios e final de semana e do Parque e Centro Aeronáutico e o segundo pelo Aeroporto Internacional Tancredo Neves; Capim Branco (médio), Pedro Leopoldo (médio) e Matozinhos (médio), tendo mais relações com Sete Lagoas; Baldim (muito baixo) e Jaboticatubas (baixo), com menores relações no geral.

Em 2000 ingressaram na RMBH os municípios de Taquaraçu de Minas e Jaboticatubas, que eram do Colar Metropolitano. Entretanto, Itabirito desloca da RMBH e retorna ao Colar. Em 2002, Itatiaiuçu sai dele e passa para a RMBH.

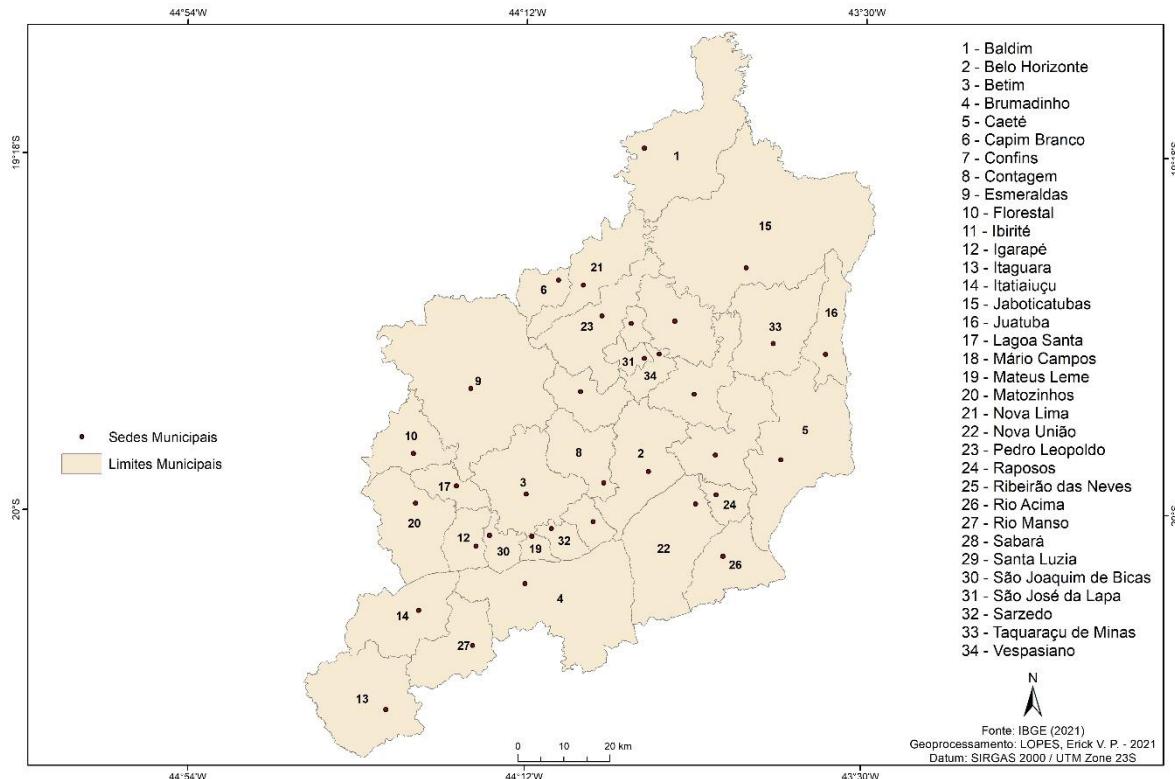
A partir do ano de 2004, busca-se a reestruturação da região, para ter mais aportes socioeconômicos. Esses incluem: a transformação do Aeroporto Internacional também em um Aeroporto Industrial; a criação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais; a instalação do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC) na Pampulha; a criação do polo de alta tecnologia, sendo em aeronáutica, de semicondutores, de microeletrônica e de saúde; investimentos viários (Linha Verde, Anel Rodoviário, duplicação da MG-020 e da Av. Presidente Antônio Carlos); e a implantação do *Bus Rapid Transit* (BRT) (denominado de Move). “Todas essas intervenções são pautadas na ideologia ‘modernizante’ do

governo, que busca inserir Belo Horizonte nos circuitos internacionais do capital, atraindo investimentos produtivos." (CANETTIERI, 2014, p. 136).

Em 2012, foram acrescidos ao Colar os municípios de Bom Jesus do Amparo e São Gonçalo do Rio Abaixo. Assim, finaliza e totaliza 16 municípios no Colar Metropolitano e 34 municípios na RMBH (mapa 10).

Mapa 10 – Localização dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – MG

REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - MG
Localização dos municípios



Fonte: IBGE (2021).

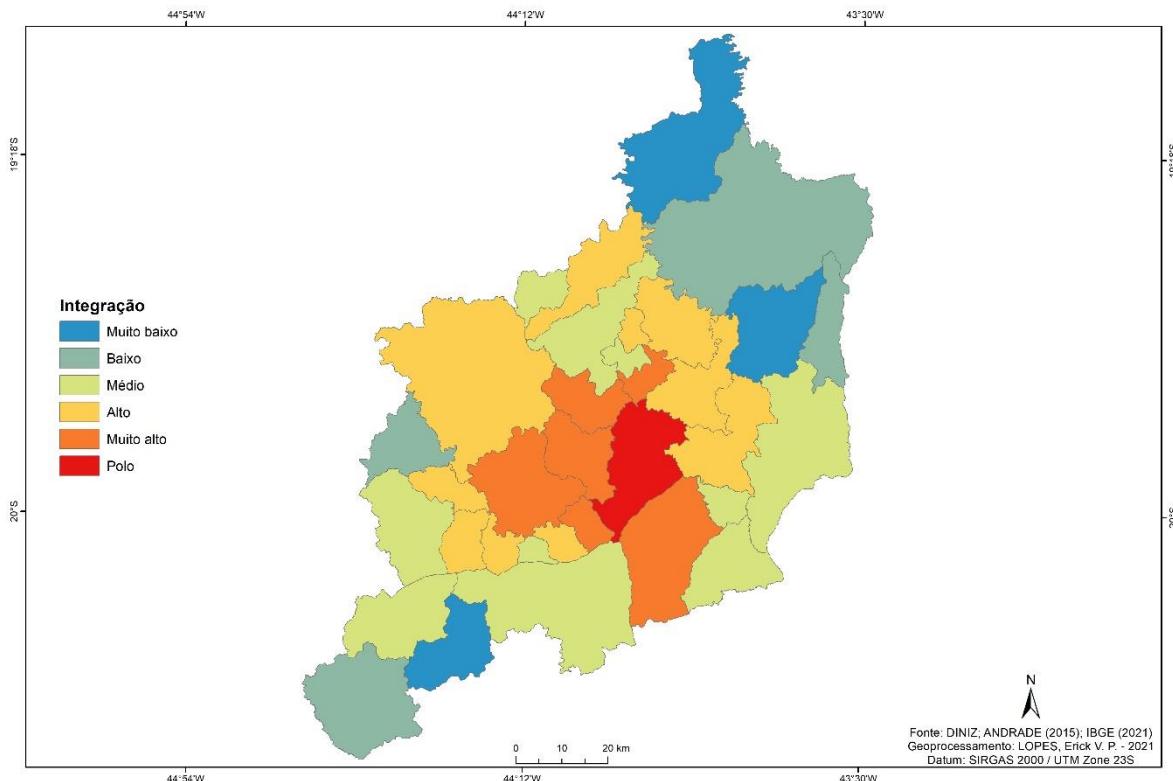
O processo de institucionalização da RM forçou relações, deixando diversas cidades satélites ao redor, sendo apenas atuantes com funções específicas (como cidades-dormitórios, industriais, mineradoras, agrícolas) (CANETTIERI, 2014). "Existe atualmente uma RMBH legal, definida pelos municípios integrantes; e uma RMBH real, definida pelos municípios com características metropolitanas". (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2006, p. 7). O grau de integração e

interação com a metrópole na RMBH é constatado com diferenças gritantes na inserção de cada um dos municípios (DINIZ; ANDRADE, 2015) (mapa 11). Destaca-se aqui, que há uma outra RMBH, que se dá pela sua utilização cultural, demarcada pelas artes urbanas.

Mapa 11 – Nível de integração metropolitana em 2010 dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – MG

REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - MG

Nível de integração metropolitana em 2010



Assim, nota-se o fator distância aplicado nas relações:

Todos os municípios limítrofes têm aumento da área urbana, principalmente a parcela relativa ao “transbordamento” da mancha urbana belo-horizontina. [...]. Os outros municípios da RMBH, mais distantes, também se urbanizam de forma mais dispersa, embora sempre orbitando em torno de Belo Horizonte. (CANETTIERI, 2014, p. 135).

A partir de 2010, ocorre a tendência da continuação desses movimentos. Atualmente há o forte papel das indústrias e das construtoras de habitações, como a MRV, a Tenda e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e mais recente a Direcional, que continuam esses movimentos.

Note-se assim, que a organização que a RMBH apresentou ao longo dos anos, segue-se o território belo-horizontino, marcada pela segmentação e segregação social, com concentração de operários a oeste, segmentos de alta renda na área centro-sul, áreas precárias com trabalhadores de menor qualificação e renda ao norte (MENDONÇA; ANDRADE, DINIZ, 2015). Torna-se então uma característica marcante da RMBH: o seu padrão de expansão baseado, sobretudo, nas desigualdades (o que estimula formas de combate diferenciadas a essas situações e maiores ações das pichações).

Deste modo, destaque-se a formação e a consolidação das periferias precárias da RMBH, fruto da desigualdade social e exclusão (CANETTIERI, 2014). Houve então, além da metropolização da pobreza (pobrecização) e da periferia (periferização), a metropolização da segregação (segregacização) (BRITO; SOUZA, 2005).

Tais fatores podem ser ilustrados pelo fato de que em 2010, pela primeira vez na história da região, a população dos 33 municípios supera a de Belo Horizonte (MENDONÇA, ANDRADE; DINIZ, 2015), sendo 2,5 milhões e 2,3 milhões, respectivamente. Em 2021, modifica-se para a estimativa de 2,8 milhões (crescimento de 12%) e 2,5 milhões (crescimento de 8,6%), respectivamente (IBGE, 2021). De 75% em 1970 passa para 46,6% em 2021 de representação do peso de Belo Horizonte na RMBH. Novamente tendo destaque a concentração de culturas pela grande concentração de pessoas.

“Ao longo das últimas décadas, Belo Horizonte tem apresentado trocas migratórias líquidas negativas com os demais municípios metropolitanos, com destaque para aqueles vinculados aos Vetores Oeste (eixo industrial) e Norte Central.” (MENDONÇA, ANDRADE; DINIZ, 2015, p. 22). Grande parte dos emigrantes de Belo Horizonte tem como destino a RMBH, principalmente Contagem

e Ribeirão das Neves, porém foram incrementados os outros municípios. Destacando-se, assim, o forte apelo de atração das indústrias, comércios, bens e serviços e dos loteamentos para a população de baixa renda. Estes dois vetores receberam 87,3% das pessoas que emigraram de Belo Horizonte, entre 1986 a 1991, e, 81,6% daqueles emigrantes que participaram do fluxo de 1995 a 2000. Destacam-se principalmente Betim e Contagem do Vetor Oeste (principalmente o segundo) e Ribeirão das Neves e Santa Luzia do Vetor Norte-Central (essencialmente o primeiro) (SOUZA, 2015). Os municípios que mais recebem emigrantes da metrópole são os que mais têm fluxos pendulares, reforçando a estreita relação existente entre eles, entre os processos e entre as redes sociais (ANDRADE; SILVEIRA, 2013; *Ibid.*). Assim, são os locais que mais estão inseridos na trama da pichação, aumentando os percentuais de praticantes e grupos destes locais (LOPES, 2020).

Belo Horizonte é a principal área de absorção destes, seguidos de Contagem, Betim e Ribeirão das Neves. Contagem é a principal origem dos movimentos pendulares, mas Ribeirão das Neves tem maior saldo negativo, pois sua capacidade de absorção e retenção é baixa (SOUZA, 2015).

Por mais que isso ocorra, a metrópole continua como centro da articulação, tendendo a manter a relação como a cidade polo, intentando ao aumento dos movimentos pendulares. Esses movimentos (somente estudo e trabalho) passaram de 60,5% para 65,7% de 2000 a 2010, no quesito quantidade de população que tem como destino Belo Horizonte, criando uma dependência total desta (PAULA; MONTEMÓR, 2006; CANETTIERI, 2014). Em 2000, a pendularidade era realizada por 8,5% dos moradores da RMBH, em 2010 foi cerca de 13,0%. Em Belo Horizonte, o aumento de pendularidade foi superior a 150,0% entre 1982 e 2010, enquanto na sua RM foi de 70,0% entre 1992 e 2010. Em algumas cidades, no caso de Ribeirão das Neves, chegou a 200,0%; em Contagem foi cerca de 70,0%. O aumento destes movimentos é em decorrência do crescimento da população, da concentração e desconcentração de atividades socioeconômicas e equipamentos, da melhoria das condições socioeconômicas, das ofertas e acessos dos meios de transporte e

comunicação (SOUZA, 2015); aumentando igualmente a quantidade de pichação nas centralidades e nas vias que são palcos da movimentação (LOPES, 2020).

Mesmo assim, a participação destes municípios é pequena, pois Belo Horizonte tem participação de cerca 50% das viagens, Contagem com cerca de 10% e Ribeirão das Neves denota 5%. Sobre as principais origens, destaca-se Belo Horizonte, Contagem, Betim e Ribeirão das Neves acima de 10%. Deste modo, Belo Horizonte absorve 60% da população pendular, Contagem 20% e Betim 9%. Ribeirão das Neves tem pouco destaque, como relatado anteriormente. As trocas metropolitanas na RMBH, principalmente entre tais municípios, tendem a tornarem-se mais intensas (assim como a pichação presente neles).

A mobilidade urbana é um grande problema nos países periféricos. Além das perdas humanas e socioeconômicas, trazem problemas estruturais e crônicos (MENDONÇA, ANDRADE; DINIZ, 2015). Na RMBH ocorre o aumento de 96,0% do número de veículos na penúltima década, e, com mais de 200,0% na última década; além do dobramento de acidentes e mortes no trânsito na última década (sendo considerada como um dos piores trânsitos do mundo). Aparece o aumento de veículos não-motorizados e a diminuição de transportes públicos, aumenta as distâncias e tempos (reduz as viagens com duração de até 30 minutos e eleva-se as acima de 1 hora). Demonstra-se o grande desequilíbrio gerado pela demanda dos transportes pelos usuários e a infraestrutura viária e de transporte (LEIVA, 2015). Essa movimentação implica na intensificação dos processos relacionados à metropolização, dando características gerais intrínsecas à área.

3.4.1 Características gerais da área de estudo

Como destacado anteriormente, a RMBH tem na sua composição atual 34 municípios, totalizando uma área de 14.979,1 km², sendo estes marcados por grandes diferenças socioeconômicas e dinâmicas (IBGE, 2021).

A região tem a estimativa da população total em 2021 de 5,4 milhões de habitantes (ocupando a posição de 3º lugar no ranking de RMs do Brasil e

congregando 30,0% da população de Minas Gerais), obtendo-se uma densidade demográfica de 360,5 habitantes/km². Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 2010 foi de 0,774, sendo este considerado médio (essa classe vai de 0,500 a 0,799). Na economia, há o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 204,5 milhões em 2020 (estando na posição de 4º lugar no ranking de RMs do Brasil e congregando 30,0% do PIB mineiro) e o PIB *per capita* de R\$ 37,7 mil em tal ano (IBGE, 2010; 2020a; 2021).

A economia da região ainda depende do eixo e polo histórico industrial, minerador e de comércios, bens e serviços, ao passo que Belo Horizonte, Betim e Contagem concentram 70% do PIB desta RM. No setor secundário o predomínio é em indústrias alimentícias, automobilísticas, metalúrgicas e petroquímicas, além da exploração mineral, em decorrência do Quadrilátero Ferrífero (QF) em parte do Vetor Sul e Leste, com a presença de diversas indústrias extrativistas e de beneficiamento.

Já o terceiro setor, os municípios de Belo Horizonte e Contagem denotam atenção com o comércio, localização de bens e prestação de serviços. O setor de tecnologia da informação e biotecnologia tem também um forte apreço no local(MENDONÇA; ANDRADE; DINIZ; 2015). Logo, há uma concentração de comércios, bens e serviços (principalmente de saúde e educacionais) em Belo Horizonte e Contagem, concentração de indústrias em Contagem e Betim; concentração de população e PIB em Belo Horizonte, Betim, Contagem, Nova Lima, Ribeirão das Neves e Sabará; e concentração de movimentos pendulares entre Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves. Deste modo, demonstra-se a importância desta região, principalmente os três municípios aos quais as áreas de estudo perpassam.

Como os dados do censo de 2020 não foram extraídos devido à pandemia de *Corona Vírus Disease* de 2019 (COVID-19), Coronavírus, SARS-CoV 2 ou 2019-NCoV 2, aqui buscou representar os dados oficiais do IBGE (2010; 2019; 2021) mais recentes disponíveis. O município de Belo Horizonte, com uma área 331,3 km², tem 100,0% de sua população considerada urbana. Tinha a população estimada de 2,5

milhões habitantes em 2021 (46,6% da população da RMBH), tendo 7.637,4 hab./km² de densidade demográfica. Em 2020 tinha o PIB de R\$97,5 milhões (49,0% do PIB da região), com R\$38,6 mil de PIB *per capita*, com 58,7% da população ocupada com um salário médio mensal dos trabalhadores formais de 3,4 salários-mínimos (na época era de R\$998). Teve-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,810 (alto, essa classe vai de 0,800 a 0,899) em 2010.

Já Contagem, obtendo uma área 194,7 km², abarca 99,7% de população urbana, com a população estimada de 673,8 mil habitantes em 2021 (12,5% da população regional). Portanto, sua densidade demográfica é de 3.460,2 hab./km² neste ano. Em 2020 alcançou a marca do PIB de R\$29,5 milhões (6,0% do PIB regional), tendo R\$45,8 mil de PIB *per capita*, e, possuindo 32,1% da população ocupada com um salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,4 salários-mínimos. O IDHM foi marcado como 0,756 (médio) em 2010.

E, por fim, Ribeirão das Neves, estendendo-se por uma área 155,1 km², sendo que dentro destes, 99,2% da população é urbana, a população nesta área foi de 341,4 mil habitantes em 2021 (6,3% da população da RM), com a densidade demográfica de 2.201,1 hab./km². Em 2020 o PIB era de R\$4,4 milhões (2,2% do PIB da RM), com o PIB *per capita* de R\$13,0 mil, denotando-se a população ocupada com um salário médio mensal dos trabalhadores formais de 9,2% com 1,9 salário-mínimo. A nota do IDHM foi de 0,684 (médio) em 2010 (tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Dados de integração e população

Municípios/Dados	Nível de Integração	População	Densidade
Belo Horizonte	Polo (1º)	2.530.701 (71,4%)	7.637,4 (57,4%)
Contagem	Extensão do polo (2º)	673.849 (19,0%)	3.460,2 (26,0%)
Ribeirão das Neves	Muito alto (3º)	341.415 (9,6%)	2.201,1 (16,6%)

Fonte: IBGE (2010; 2021).

Tabela 2 – Dados de PIB e IDHM

Municípios/Dados	PIB	PIB <i>per capita</i>	IDHM
Belo Horizonte	97.200.000 (73,7%)	38.600 (39,7%)	0,810 (alto)
Contagem	30.400.000 (23,0%)	45.800 (47,1%)	0,756 (médio)
Ribeirão das Neves	4.300.000 (3,3%)	12.900 (13,3%)	0,684 (médio)

Fonte: IBGE (2010; 2019).

Corroborando com estes dados anteriores, buscando demonstrar as tendências e as influências da região, levanta-se dados da pendularidade. Como a pandemia de COVID-19 influenciou a mobilidade, os dados de 2021 sofreram impactos por isso. Utilizando a pesquisa de O-D de 2021 (ADRMbh, 2021), tendo como referência o mês de maio de tal ano, 1,9 milhão de habitantes³³ com 18 anos ou mais fizeram a pendularidade de Belo Horizonte para os 33 municípios que compõe a sua RM, em um total de 6,0 milhões de viagens e com uma média de 951,1 mil viagens por dia. Do outro lado, 2,0 milhões de habitantes fizeram a pendularidade desses 33 municípios para Belo Horizonte, no total de 5,7 milhões de viagens e na média de 911,4 mil viagens por dia. Cabe aqui ressaltar que depois de Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves têm o maior número destes deslocamentos. Nota-se, assim, novamente a importância da integração de tais municípios para todo o contexto da RMBH e consequentemente, a grande atratividade que possui para a pichação.

Na área de estudo, a pendularidade de Belo Horizonte para Contagem foi 2,1 milhões como o total de viagens, correlacionando 1,9 milhão de pessoas acima de 18 anos e possuindo uma média de 308,6 mil viagens por dia; para Ribeirão das Neves foi 861,9 mil no total de viagens, com 1,9 milhões de população e 143.796,5 de média de viagens por dia.

De Contagem para Belo Horizonte foi 2,1 milhões do total de viagens, demonstrando 495,5 mil de pessoas e 308,7 mil na média de viagens por dia; para

³³ Contabilizando a repetição de pessoas.

Ribeirão das Neves foi 253,7 mil para o total de viagens, tendo-se 485,6 mil de pessoas e 41,2 mil da média de viagens por dia.

E de Ribeirão das Neves para Belo Horizonte foi 744,9 mil com o total de viagens, destacando 232,6 mil de pessoas e 130,1 mil de média de viagens por dia; e para Contagem foi 225,1 mil do total de viagens, com 232,6 de pessoas e 38,5 mil de média de viagens por dia (tabela 3).

Tabela 3 – Dados de pendularidade

Municípios/Dados	Viagens	Média	População
Belo Horizonte - Contagem	2.115.919	308.699,64	1.946.034
Belo Horizonte - Ribeirão das Neves	861.830	143.796,57	1.946.034
Contagem - Belo Horizonte	2.107.634	308.729,29	495.545
Contagem - Ribeirão das Neves	253.736	41.247,57	485.655
Ribeirão das Neves - Belo Horizonte	744.959	130.331,07	232.622
Ribeirão das Neves - Contagem	225.132	38.576,57	232.622

Fonte: ADRMBH (2021).

Estas movimentações, por sua vez, influenciam e ditam a dinâmica da pichação metropolitana, sendo marcadas por toda manifestação das/nas cidades, metrópoles e RMs, com seu forte poder polarizador e alterador das paisagens e dos territórios e territorialidades, a partir das movimentações.

4 PICHAÇÃO COMO EVIDÊNCIA DA METROPOLIZAÇÃO A PARTIR DOS EIXOS E CORREDORES DE LIGAÇÃO INTRAMETROPOLITANO

Após todas as relações levantadas anteriormente, os resultados estarão apresentados daqui em diante. Primeiramente, há uma análise do panorama da presença e característica de como a pichação manifesta-se nas três áreas de estudo, bem como a sua distribuição espacial. Posteriormente, traz-se a comparação da configuração e dispersão dos grupos de pichadores. Adiante, relaciona-se a atuação dos cinco grupos principais de pichadores, evidenciando os movimentos, as relações, as dinâmicas e a intenção de onipresença e onipotência destes, além de discutir-se o foco da relação entre dados sociais e culturais. Destaca-se, portanto, como a partir da criação constante de territórios e territorialidades (de poderes e identidades) estes atores modificam a paisagem urbana/metropolitana.

É digno de nota esclarecer que aqui optou-se por resguardar os nomes dos pichadores e dos grupos, a fim de demonstrar e analisar a manifestação sem pôr em risco e prejudicar os praticantes de tais modalidades (aos quais contribuíram na construção do autor enquanto ser e do presente trabalho). As únicas exceções serão casos que foram expostos pelas diversas mídias (redes sociais, jornais, televisivas, impressas e afins).

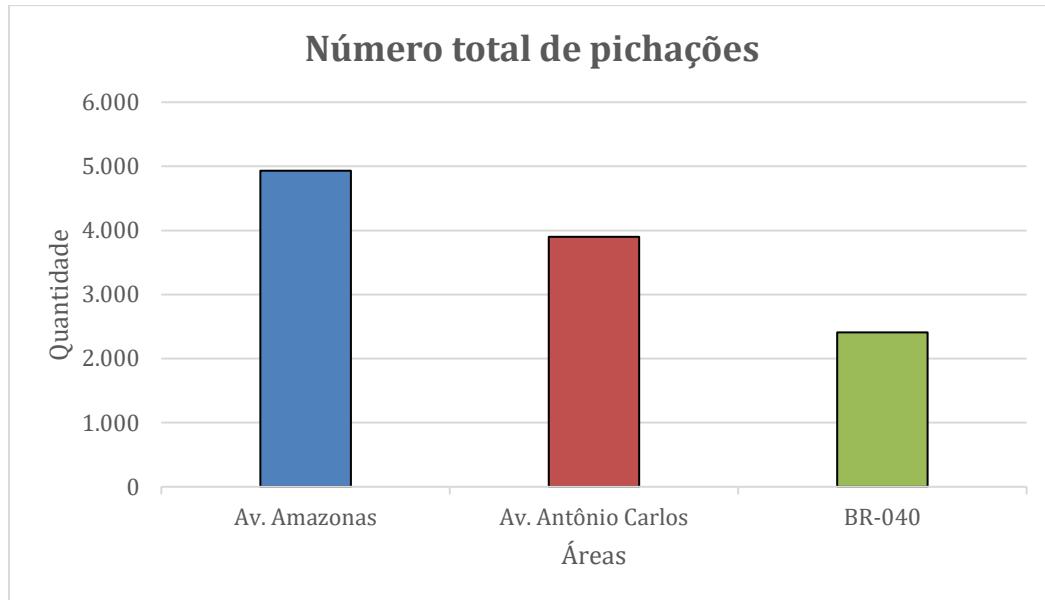
4.1 O panorama da manifestação da pichação

O levantamento de campo contabilizou um total de 11.242 (100%) pichações, assim divididas: Av. Amazonas, 4.933 (43,88%); Av. Antônio Carlos, 3.900 (34,69%); e BR-040, 2.409 (21,43%) (gráfico 1). Tais fatores são correlacionados com o nível de importância, de tipologia e de hierarquia dos municípios abarcados (Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves), aos quais influenciam a pendularidade, a movimentação e as trocas no geral. Como trazido anteriormente, o maior número de trocas de pessoas e intercâmbios econômicos se dão entre Belo

Horizonte e Contagem, seguido de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves e finalizando-se entre Contagem e Ribeirão das Neves. Logo, quanto maior a movimentação de veículos e transeuntes (sociais), maior será a visibilidade e mais intensa será a demarcação por meio das pichações (culturais); ambas estimulando as configurações das paisagens e dos territórios metropolitanos. Portanto, as hierarquias das pichações acompanham de forma positiva as hierarquias dos municípios.

Não se sabe qual é o somatório total de pichações dos municípios como um todo, mas a título de comparação e exemplificação, nos anos de 2017 e 2018 foram identificadas 3.245 pichações (61,01%) na centralidade do Hipercentro de Belo Horizonte, 1.259 pichações (23,67%) na centralidade do bairro Eldorado em Contagem e 815 pichações (15,32%) na centralidade do bairro Esperança na região do Justinópolis em Ribeirão das Neves (LOPES, 2020; LOPES; DINIZ, 2022).

Gráfico 1 – Quantidade total de pichações nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

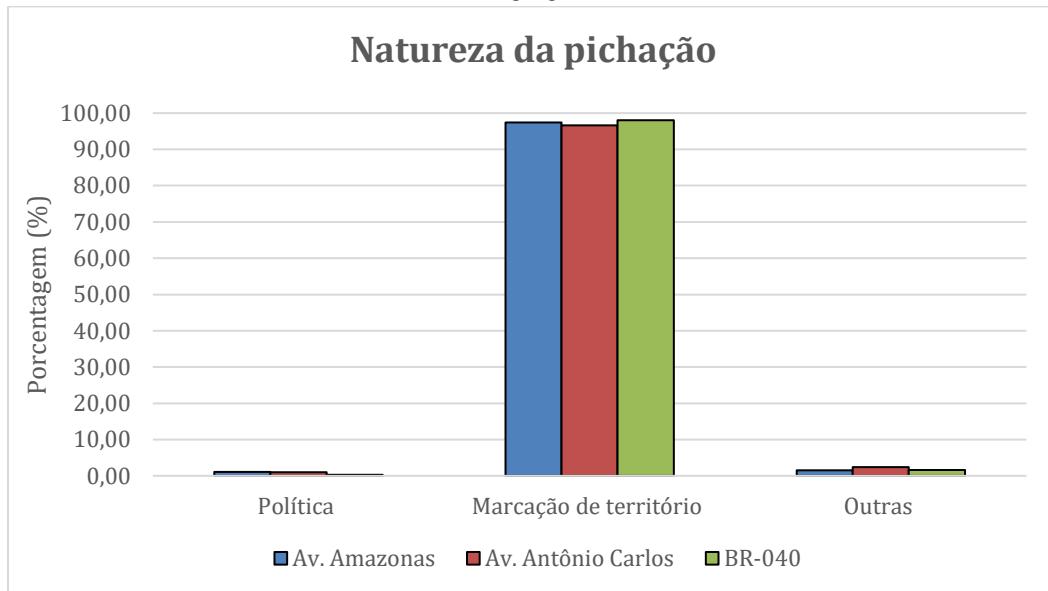
Sobre o tipo/natureza da pichação, há uma gama imensa de características que diferem ou assemelham as marcações. Dentre estas, podem ser divididas

basicamente em três grandes grupos: política, marcação/disputa de territórios (pichadores e/ou grupos) e “outras”. A primeira é definida por escritas sobre ideologias, partidos, políticos, organizações/sistemas socioeconômicos, movimentos, ofensas, injúrias, insatisfações e reclamações sobre injustiças e afins, à qual iniciou-se no país e na RMBH. A segunda, que veio desenvolvendo-se ao longo dos anos (sendo a terceira fase da pichação), possui o certame territorial e busca por visibilidade e reconhecimento como pauta principal. Por fim, a categoria residual outras (segunda fase) encerra manifestações heterogêneas (todas as outras formas, como levantado na introdução, sendo aleatórias, feminismo, homossexualidade e outros temas marginais, poesias, versos, poemas, frases motivacionais, músicas, religiões, conflitos, opiniões, mensagens sociopolíticas e ideológicas etc.). Porém, no país e na RMBH (principalmente nas metrópoles e em outras grandes centralidades) dentro da última categoria têm tido uma presença e aumento recente de frases amorosas, carinhosas, afetuosas, conselhos, visões/perspectivas de vida, opiniões, religiões ou aleatórias (quando não se identifica a intenção do praticante), geralmente realizadas em equipamentos não convencionais (como lixeiras, ônibus, bancos, partes de madeiras e afins); buscando, sobretudo, novas relações amigáveis com as paisagens urbanas/metropolitanas (que são tidas como agressivas), com menor carga territorial. Além disto, as cinco primeiras são constantemente marcadas com as redes sociais dos autores, às quais os transeuntes fotografam e ajudam a divulgar a arte e as redes concomitantes.

Dentre as pichações registradas (gráfico 2), tem-se a predominância das marcações de território, estando acima de 96% em todas as áreas, em comparação aos dados menores que 3% de marcações do tipo política e outras. Tais fatores apontam igualmente para três evidências: (1) há um constante processo de disputa territorial entre os marcadores, e que apesar da dinâmica e heterogeneidade encontrada na prática, esta domina a escrita nas paredes; (2) a marcação do tipo outras vêm ganhando destaque e renome, principalmente com frases motivacionais, buscando uma suposta melhora ou impacto positivo no dia (na semana, no mês, ou,

de situações) após as pessoas terem contato com estas frases; e, (3) em contextos (nacionais ou globais) com relativo “sossego”, as paredes também aquietam (quando se aproximam as eleições ou acontece algum escândalo e/ou catástrofe, as paredes refletem notícias/insatisfações acerca do ocorrido).

Gráfico 2 – Natureza da pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

Some-se a isso, o fato de que cada tipo de marcação tem suas especificidades e características no jogo e na trama das paredes. O tipo política foi encontrado sobretudo com frases atacando o sistema (o capitalismo e as suas mazelas) (imagem 37); frases contra a empresa VALE (pelos crimes ambientais de Mariana e Brumadinho, aos quais foi penalizada de forma branda) (imagem 38); contra descasos (imagem 39); indagando sobre a vacina contra o Coronavírus (imagem 40); ofensas ao ex-presidente do país Jair Bolsonaro do Partido Liberal (PL) (presidente à época)³⁴ (imagem 41); contra políticos no geral (imagem 42); contra as forças de segurança pública (imagem 43); indagando crimes (imagem 44);

³⁴ Destaca-se que não se registrou a exaltação do atual presidente Lula do Partido dos Trabalhados (PT), devido as eleições serem somente ao final daquele ano.

facetas próximas e distantes da sociedade (imagem 45). Como o contexto mundial e nacional no período estavam relativamente calmos, as paredes igualmente estavam³⁵.

Imagen 37 – Pichações políticas contra o sistema



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

³⁵ O que veio a mudar ao final daquele ano, pois em novembro de 2022 teve-se as eleições presidenciais, sendo que pela primeira vez no país um presidente não foi reeleito, ao qual Bolsonaro perdeu o cargo e Lula assumiu. Foram marcadas, sobretudo, por uma grande polarização do país e diversas formas de contestar os resultados. Os muros acompanharam o agito político.

Imagen 38 – Pichações políticas contra a VALE



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 39 – Pichações políticas contestando descasos



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 40 – Pichações políticas indagando sobre a vacina da COVID-19



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 41 – Pichações políticas contra o ex-presidente



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 42 – Pichações políticas contra politicagem



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 43 – Pichações políticas contra as forças de segurança pública



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 44 – Pichações políticas indagando crimes



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 45 – Pichações políticas com facetas próximas e distantes da sociedade



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Dentre a marcação de pichadores e/ou grupos, encontrou-se diversas variáveis, como apenas uma, algumas ou várias marcações sem grupo, com grupo, com grupos, marcação só de grupo, de grupos e afins. Mas também foram visualizados outros tipos de conflitos associados, como de relacionamentos

(imagem 46) e traições (imagem 47); entre as artes urbanas (principalmente entre o pixo e o grafite) (imagem 48); entre visões de mundo (imagem 49); contra os militares (imagem 50); que serão tratados novamente adiante. Mas cabe aqui ressaltar, que muitas das marcações políticas estavam acompanhadas de pichadores e grupos (ou vice-versa), demonstrando um fato interessante: os pichadores comunicam entre seus pares (com a letra estilizada/ilegível), mas também com os transeuntes (escrevendo as frases políticas legíveis); demonstrando as suas uniões e que estão com o povo, sendo as suas formas de demandarem o direito à cidade e de denunciarem injustiças, utilizando-se de aportes geográficos, espaciais e sociais (e com base na disputa paisagística e territorial, assim como é feito com as políticas) (imagem 51).

Imagen 46 – Pichações de marcação com treta de relacionamentos



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 47 – Pichações de marcação com treta de traição



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 48 – Pichações de marcação com conflitos entre as artes urbanas



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 49 – Pichações de marcação com embate de visões de mundo



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 50 – Pichações de marcação com treta com forças militares



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 51 – Pichações de marcação acompanhadas de pichações políticas



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Do tipo outras, teve-se as marcações de formas aleatórias (imagem 52), formas de genitálias (imagem 53), frases motivacionais (imagem 54), caricaturas (imagem 55), religião (imagem 56), outros temas marginais (feminismo e espiritualidades) (imagem 57), carnaval (imagem 58), referências às frases famosas nas redes sociais (imagem 59), frases/aspectos amorosos (imagem 60), consumo de drogas ilícitas perante as leis (imagem 61). Mas, sobretudo, foram encontradas frases motivacionais.

Imagen 52 – Pichações do tipo outras de forma aleatória



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 53 – Pichações do tipo outras com forma de genital



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 54 – Pichações do tipo outras com frase motivacional



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 55 – Pichações do tipo outras com caricatura



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 56 – Pichações do tipo outras com aspectos religiosos



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 57 – Pichações do tipo outras com outros temas marginais



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 58 – Pichações do tipo outras com aspectos e blocos carnavalescos



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 59 – Pichações do tipo outras com referências à frase famosa nas redes sociais



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 60 – Pichações do tipo outras com aspectos amorosos



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 61 – Pichações do tipo outras com alusão ao uso de drogas ilícitas



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

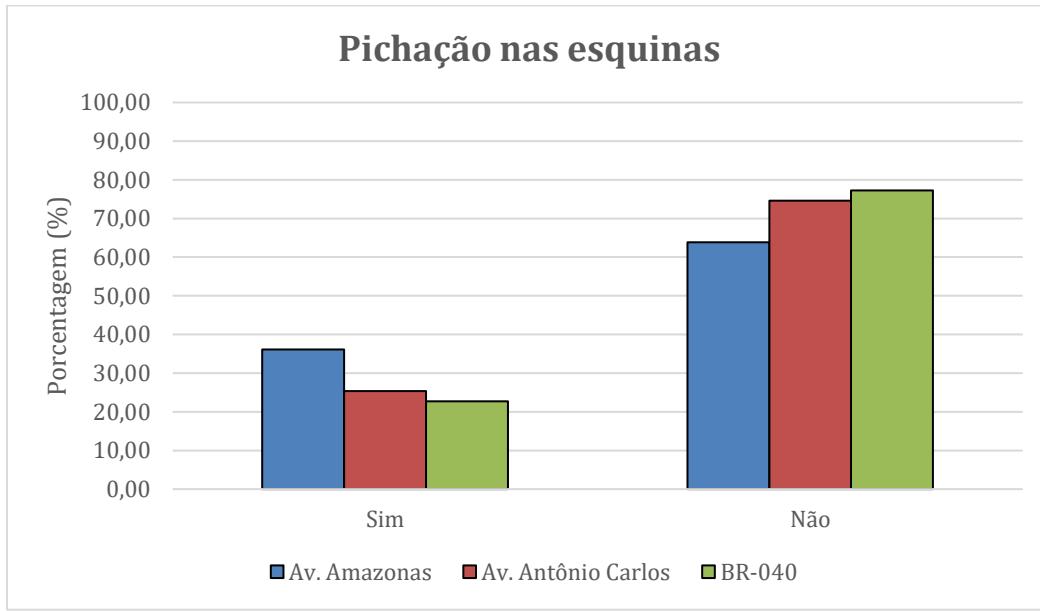
Uma área geográfica com tamanha importância, mas que não possui seu devido valor (principalmente na trama intraurbana), embora seja intensa e fluida, são as esquinas (cruzamento, entroncamento, encruzilhada, aresta, ângulo ou *carrefour* – cruzamento em francês), às quais convergem e divergem diferentes fluxos e movimentos. São compostas pela interseção de duas ou mais ruas. À vista

disso, são uma das partes com maiores visibilidades nos quarteirões/quadradas. Como foram abordados eixos viários importantes, as configurações dos cruzamentos cabíveis foram: cruzamento entre ruas importantes, entre ruas importantes e com média importância, e, entre ruas importantes e com baixa importância; sendo no geral entre duas ruas, mas encontradas com três ou quatro confluências.

Dessa maneira, a primeira configuração denota-se pontos com abundante movimentação, visibilidade, transeuntes e veículos (grande eixo viário com entroncamento com outro grande eixo viário ou avs. importantes). Assim, sobre tal perspectiva (gráfico 3), destaca-se que menos da metade das marcações estão nas esquinas, justamente pela baixa densidade de cruzamento entre vias importantes. Na Av. Amazonas, tem-se o cruzamento com seis importantes vias, sendo demonstrado por 36,14% das marcações nestes espaços. Na Av. Antônio Carlos, encontra-se metade, com três vias importantes, tendo 25,36% das marcações. E, por fim, a BR-040 com duas vias importantes, aparece com 22,71%; demonstrando a importância deste ponto de contato e fluxos.

Outra forma vultosa trazida, é o fato de as escritas urbanas disputarem espaços (territórios) com seus concorrentes de outras feições e áreas, como a publicidade, o marketing ou a propaganda visual urbana etc. Portanto, como estas duas modalidades traquejam-se mutuamente da atuação e motivação de ambas, principalmente na busca da visibilidade, muitas vezes elas se aproveitam de suas ações, tendo pichações em cima dessas publicidades ou embaixo (ou vice-versa), principalmente nas esquinas (uma paisagem tipicamente visualizada em esquinas são vários cartazes colados ao lado, estando inteiros ou maculados). Mais uma estratégia é colar propagandas para evitar as pichações ou vice-versa, mas que não tem utilidade prática e benefícios, pois apenas acirra o conflito (imagem 62).

Gráfico 3 – Pichação nas esquinas nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

Imagen 62 – Pichações e propagandas aproveitando-se uma da outra



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

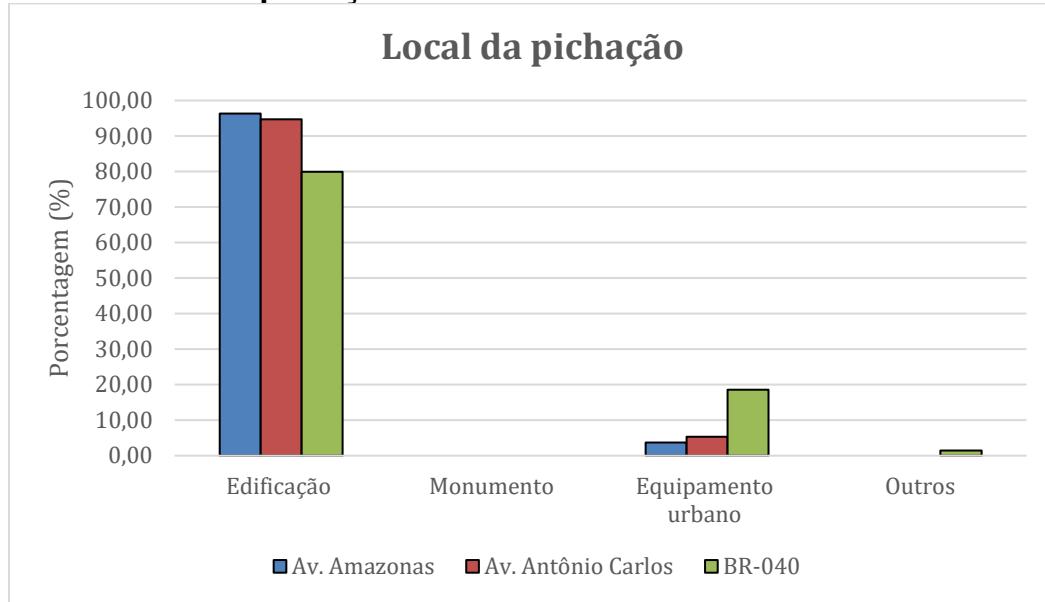
Outras localidades que compõem a trama física das cidades (que influenciam também na trama simbólica) são as construções (fixos), com suas funções, que estão direta e indiretamente relacionadas aos movimentos (fluxos). Deste modo, para atender a demanda da população, há diversos equipamentos, em localizações diferentes, com heterogeneidade de funções e de serviços. Em um eixo viário importante encontra-se basicamente todo o tipo. No caso foram encontradas formas e funções de enriquecimento, de responsabilidade e de transmissão, como sociais, econômicas, de lazeres, culturais, religiosas, residenciais, industriais, governamentais, aparelhos e equipamentos públicos e educacionais. Isto faz com que diferentes públicos-alvo os frequentem. De tal maneira, a pichação alcança o público-alvo que ali dirige-se, bem como o que perpassa nas intermediações, pelo motivo que seja.

Assim, foram encontradas a predominância em edificações no geral, tendo as Avs. Amazonas e Antônio Carlos dados acima de 94% e a BR-040 com 79,31%. Isto ocorre pelo tipo e importância das vias, já que as duas primeiras focam em maiores diversidades (tamanhos reduzidos de loteamentos, mas com diferentes funções) e a última foca-se em maiores extensões (sendo ao contrário das anteriores, tendo algumas áreas inclusive com proibição de construção para evitar acidentes ou caso necessário, de aportes para as rodovias). Enquanto isso, os equipamentos urbanos alteram-se, tendo menos de 10% nas duas primeiras, por ter maior visibilidade decorrente das edificações, e, a terceira tem-se quase 20%, tendo em vista que como há menores quantidades de edificações, os praticantes almejam outras partes disponibilizadas e de melhor alcance, como as passarelas, os viadutos e os muros de apoio.

Sobre o tipo outros, foram encontrados apenas na BR-040 (1,49%), sendo definidos como carrocerias de diferentes caminhões (pelo fato de ter diversas oficinas de caminhões em toda sua extensão) (imagem 63) e *outdoors* (buscando e disputando igualmente a visibilidade com os pichadores) (imagem 64). Já acerca dos monumentos, não foram encontrados esses tipos de construções nas áreas, fato que demonstra como eles geralmente são disponibilizados em partes centrais,

que não sejam apenas de fluxos ou que tenham algum outro significado entremeado (gráfico 4); permeando, novamente, os padrões encontrados na construção da paisagem em áreas importantes e de fluxos.

Gráfico 4 – Local da pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

Imagen 63 – Pichações em carroceria de caminhão



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 64 – Pichações em outdoors



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Associado aos dados anteriores, como cada edificação atende a uma ou mais funções, essa materializa-se e dá características e formas para os edificados (paisagens), para que então, estes possam ser identificados facilmente e utilizados (territórios e territorialidades). Em vista da configuração, os tipos de edificação demonstram a característica da via ou da área. Como cada área terá maior quantidade de certos tipos de edificações (de acordo com zoneamentos, bairros e outras divisões da cidade), estas serão os maiores alvos. Além disso, uma edificação pode alterar ou manter suas feições, formas e funções. Note-se que a dinâmica dos três corredores de acesso é diversa (gráfico 5).

Na Av. Amazonas, segue-se a hierarquia de edificação mista (36,21%), edificação comercial (23,25%), casa (12,22%), edificação residencial (6,24%), edificação pública (5,82%), edificação desocupada (5,51%), indústria (3,67%), estacionamento (1,78%), outros (1,44%), igreja (0,16%), e museu e muro de apoio (0,00%).

Na Av. Antônio Carlos, tem-se casa (26,41%), edificação comercial (19,13%), edificação mista (15,95%), edificação desocupada (15,23%), muro de apoio (7,33%), edificação pública (6,82%), edificação residencial (3,03%), outros (0,74%), estacionamento (0,05%), e indústria, igreja e museu (0,00%).

Na BR-040, obteve-se indústria (22,91%), edificação comercial (20,17%), casa (19,26%), edificação mista (5,94%), edificação desocupada (5,60%), muro de apoio (2,62%), edificação pública (1,29%), edificação residencial (1,20%), outros (0,91%), e estacionamento, igreja e museu (0,00%).

Tais resultados apontam que todas as áreas possam ser consideradas mistas, pois têm-se em suas primeiras posições os tipos de edificações residenciais, comerciais e mistas. Um dos sinônimos de áreas mistas são edificações que têm o primeiro e/ou o segundo andar comercial(ais) e o(s) outro(s) residencial(is) (podendo também ocorrer ao contrário, mas têm menor densidade).

Além da mescla, há suas particularidades. A primeira área tem um foco maior em áreas econômicas e residenciais. A segunda tem foco em áreas residenciais e econômicas. E a última em áreas industriais, econômicas e residenciais.

Como são áreas que ligam centralidades, as edificações públicas são em menor nível (estando geralmente concentradas nas centralidades maiores e em partes centrais de outros bairros). Além disso, como trazido na parte histórica da pichação na RMBH, a partir de 2010 houve uma grande caçada aos pichadores, aplicando-se a política do medo (sendo totalmente reprimidos). Pichadores que sofreram injustamente com esses percalços foram Goma, Frek, Maru, Sack, Poter, Lambão, Tek, Bani.

O primeiro, além de tudo, foi preso (com uma pena extensa, acusado de outros crimes) por causa de pichações de outros integrantes e grupos (principalmente o episódio da pichação na Igreja de São Francisco de Assis no bairro Pampulha em Belo Horizonte, chamada de Igrejinha da Pampulha), aos quais ele não tinha contatos maiores e/ou fazia parte dos grupos dos autores, tendo sua loja de pichação (de materiais e roupas) confiscada sem motivos (sendo acusado de apologia à pichação e às drogas); ele também recebe multas por toda e qualquer pichação dele que for encontrada, pagando mais de 15 mil reais até os dias atuais; fora isso, cumpriu sua pena em regime fechado de acordo com a justiça, mas foi logo alterado para regime aberto com tornozeleira, até que teve a pena reduzida, por bom comportamento; porém, foi preso no início de 2022, sendo acusado

novamente injustamente da prática (ao qual ele parou de pichar, mas ainda faz grafites), tendo uma grande organização da sociedade, que conseguiu sua liberação após cerca de dois meses. Os quatro últimos pichadores citados foram convidados pelo CURA (patrocinado pelo governo municipal e estadual, além de empresas privadas) para participar de um mural, mas foram presos acusados da prática e os organizadores do CURA ficaram igualmente suspeitos perante as forças de segurança pública (dicotomia entre os próprios poderes e agentes produtores do espaço urbano). Tais fatos interferem na ação e configuração da prática, e logo, na paisagem e no território e territorialidade.

Assim, os praticantes no geral evitam em grande medida marcações em prédios públicos, pois apesar de proporcionar uma grande fama, os prejuízos de serem presos e arcarem com a limpeza não compensam para estes. Embora disso, há os ousados que preferem os danos pois acreditam que os benefícios são maiores, ou, ainda, há edificações públicas que não denotam tanta preocupação pelos administradores (como as relacionadas às eleições, às secretarias, às centrais de atendimento, dentre outros).

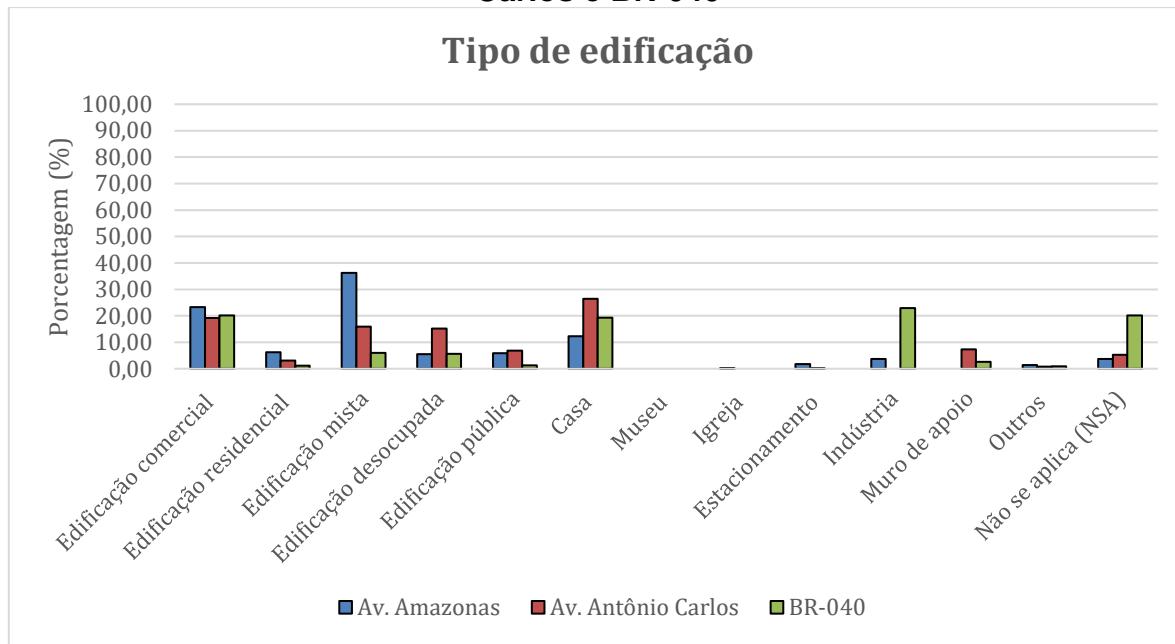
Sobre as edificações desocupadas, elas estão sem utilização por algum motivo, geralmente estando abandonadas, com suas feições demonstrando a falta ou baixa manutenção. Os construtos abandonados são equivalentes a corpos abandonados, rejeitados, esqueletos, não desejados, ou seja, têm-se um impacto na visualização destes (paisagístico/territorial) ou as pessoas os evitam (RESENDE; ROBALINHO; AMARAL, 2019), como infelizmente são feitos com os grupos sociais excluídos. Remetem-se a uma forma e função presente, mas que teve uma forma e função passados e que possa vir a ter uma forma e função no futuro (sendo equivalente ou não). Para uns é apenas um corpo abandonado, para outros é utilização e sobrevivência (pichadores, pessoas em situações de rua e afins – com suas novas vitalidades, ou seja, territorialidades).

Do tipo outros foram encontradas marcações em muros de proteção de viadutos ou obras e, também, em ONGs. Por fim, há baixa densidade de

estacionamentos, por serem aproveitadas as ruas aos arredores para estacionar os veículos; não têm museus nas áreas; e as igrejas foram respeitadas no geral.

As igrejas denotam também outros fatores. Primeiro, pode-se ser relacionado com muitos pichadores serem religiosos (tem-se diversas marcações exaltando alguma ação, proteção ou apelo a alguma entidade) (imagem 65), não desrespeitando a sua fé. Segundo, há pichadores que não gostam de mexer com o credo dos outros, evitando desagradar estes ou as entidades. E, por fim, há praticantes sem religião ou que atacam religiões que foram/são agressivas com outras (como por exemplo, algumas igrejas cristãs que acometem algumas religiões de matrizes africanas). Em contrapartida, tem-se o fato de que como igrejas são constantemente utilizadas e representam a casa/moradia das entidades ou uma das formas de buscá-las, passam constantemente por manutenções, tendo as marcas considerável remoção rápida.

Gráfico 5 – Tipo de edificação da pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

Imagen 65 – Pichações com referências a ações e entidades



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Some-se a isso outro aspecto que está correlacionado à função, que seria a forma de sua construção, tendo suas características explícitas (adornos, tipos de telhados, janelas, portas e afins), com variáveis como tamanho, altura, locação, localização, materiais empregados, estilo e padrão de construção (arquitetura clássica, moderna ou contemporânea), cores (ou a falta destas), dentre outros. Tem-se os elementos essenciais como muros, janelas, portão ou porta de loja, mas também há elementos opcionais como pilastras, suportes e afins; aos quais dependem da funcionalidade e altura. Nesse conjunto, aparece também a chamada “arquitetura hostil”, que se cria formas para evitar a utilização dos construtos por pessoas indesejadas, como grades, partes pontiagudas, formas diversas de apoios, de separações, de proteções e afins. Muitas dessas, são colocadas para evitarem a ação dos pichadores, alterando-se a paisagem citadina.

Principalmente sobre os materiais utilizados e as cores, tem-se a atratividade ou falta dessa, o que dita a escolha dos praticantes. Materiais mais porosos (superfícies porosas, rochas, cerâmicas, cimento, argamassa, reboco e afins) são

visados por serem de difícil ou impossível remoção e limpeza (garantindo a eternização da marcação), porém necessitam de maiores quantidades de tinta; são onde compõem as agendas. Marcações nesses materiais são muitas vezes chamadas de “pichação eterna” ou “de miliano(s)”. Materiais menos porosos (superfícies lisas, vidros, janelas, ferros etc.) são evitados por serem de fácil limpeza e sem esforço (muitas vezes até com um simples pano úmido ou um jato d’água). A paisagem atraí ou expulsa a criação de territórios.

Discorrendo sobre a posição na edificação (gráfico 6), é imprescindível denotar novamente a influência das maiores partes constituintes das feições das cidades brasileiras. Devido a um fator social, cultural e de segurança (embora ambíguo), os grandes centros e municípios grandes e médios possuem como característica marcante a enorme presença dos muros (em cidades menores é comum não ter muro ou ter muro de grades ou cerca viva). Em poucos casos, no local dos muros há grades, aparatos de vidros, de jardinagens e afins. São construídos com materiais de tijolos, cimentos, rebocos, rochas, cerâmicas e outros. Os muros podem ser materiais ou abstratos, pois passam a ideia de delimitação por diversos motivos.

Sendo assim, pelo ponto de vista do fator social (funcionalidade real), a justificativa parte de uma delimitação de imóvel ou bem, deixando evidente os limites e o que pode e não pode ser realizado ali. A dimensão cultural (e/ou psicológica) tem o construto da sensação de proteção da intimidade, de possíveis invasores ou pessoas indesejadas, contra a desordem, o caos e a própria vida em sociedade. A dimensão de segurança (podendo ser equiparada com a funcionalidade relativa) diz respeito a uma parte que forma obstáculos e dificulta a ação de curiosos, de invasores, de delinquentes, de pessoas com más intenções e assim por diante.

Porém, sua ambiguidade consiste em apesar de ser um obstáculo para pessoas e ações indesejadas, é um óbice para quem ali também frequenta, pois precisa-se de utilizar alguns meios para entrar ou sair (ter autorização, a chave, acesso ao portão ou portaria, pular o muro e dentre outros inoportunos). Além disso,

as casas com muros podem ser menos seguras, pois eles podem dificultar a visualização de ações ali dentro (como algum ato de crime, uma pessoa passando mal ou precisando do tipo de ajuda que for). Adicione-se a isso o fato de que separam totalmente a vida individual e social, e, de darem a tonalidade cinza aos contornos das cidades. Isto é condizente com a indagação: se os muros não protegem e não dão segurança, fragmentam e destroem relações, e empobrecem as cidades, para o que os servem então? (CALDEIRA, 2000; ROLNIK, 2012).

Como uma solução a toda desordem, falta de cor e sendo um tipo de reivindicação das partes urbanas das cidades (para os pichadores como os muros estão virados para o lado da rua, eles são parte da rua, logo, são públicos e os praticantes os enfeitam), foram encontrados a predominância nestes, sendo encontrados, 70,97%, 84,18% e 73,23%, nas Av. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040, respectivamente. O encabeçamento de tal dado, pela Av. Antônio Carlos, dá-se pela maior concentração de casas e de edificações desocupadas (geralmente com características residenciais).

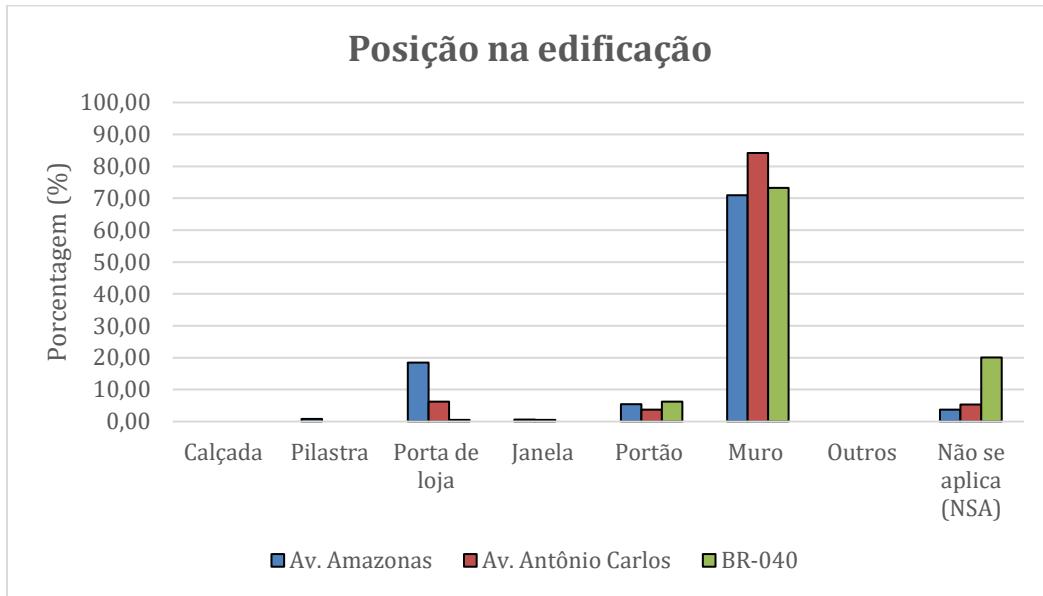
Correlacionado igualmente com a segurança, mas também com a facilidade de abrir ou fechar uma certa extensão do lote, com formas de marketing e a essência de alguns estabelecimentos, as portas de lojas possuem seus atributos. Geralmente são feitas de aços e ferros, sendo encontradas cercadas por muros, o que faz com que algumas pichações estejam ao mesmo tempo sob ambos. Na Av. Amazonas, por acumular uma área com maior concentração econômica, teve-se os maiores dados (18,47%). A Av. Antônio Carlos tem uma mediana relação (6,23%), sendo equivalente aos dados do gráfico anterior (gráfico 4), pela presença maior de casas e edificações desocupadas. Já a BR-040 tem-se uma menor aparição (0,50%), por ter a maior velocidade na via (em torno de 100 km/h, enquanto nas outras são em torno de 70/80 km/h) tornando-se difícil a visualização de marcações menores, e, também, pelos comércios e lojas serem focados no atendimento de motoristas e veículos, tendo outros traços de estabelecimentos (portões, grades etc.).

Mais uma característica encontrada em diversas edificações e mesclando com as duas formas anteriores são os portões (embora sejam mais comuns em residências, encontra-se também em outros estabelecimentos). Pelos fatores destacados no parágrafo anterior, a BR-040 encabeça a lista (6,19%). Seguido dela, a Av. Amazonas foca-se em lojas e residências com portões (5,47%). E por fim, a Av. Antônio Carlos denota um menor destaque (3,74%), que apesar de ter maior concentração residencial, tem-se portões geralmente de tamanhos menores.

As partes subsequentes não denotam atenção tanto para os pichadores quanto para os transeuntes. As janelas não passam de 1% nas áreas, pois por serem compostas de materiais lisos e que facilitam a remoção da escrita, os pichadores somente as marcam se forem de difícil ou nulo acesso (principalmente em áreas abandonadas ou altitudes maiores). As pilasstras além de terem pouca presença, são de espessura média e arredondada, fazendo com que a pichação se necessite de acompanhar seu contorno circular/cilíndrico para obter destaque. Desta forma, o visualizador precisaria acompanhar este movimento, podendo diminuir o interesse de alguns.

O tipo calcada como precisa inclinar o rosto ou os olhos para enxergar (causando sensação de inferioridade), é dificilmente visualizada pelos transeuntes e principalmente por quem está em veículos. Igualmente tem o fato de que marca-la pode denotar em ser pisoteada pelos transeuntes, e como a pichação é uma extensão do corpo do praticante (território), é como se tivesse pisando no próprio ser, bem como sujaria facilmente e perderia destaque. Outros tipos além desses também não foram encontrados, justamente por não ter a visibilidade considerada necessária para a prática.

Gráfico 6 – Posição na edificação com pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

Dentre as diversas características que compõem os edifícios, a altura que possuem é benéfica para atrair e consequentemente para sua usabilidade, bem como os fatores culturais que envolvem-a. São evitados obstáculos para as pessoas usarem certas edificações, para que não percam ou diminuam o acesso e, como efeito, o interesse. Como, por exemplo, casas e igrejas não têm muitos andares; mas prédios de diferentes funções têm (utilizando-se de escadas ou elevadores para a mudança de pavimentos). Também se correlaciona com o uso e ocupação da terra, bem como com o valor de troca dos lotes, sendo fatores que favorecem maiores altitudes prediais em áreas centrais e de tamanhos diversos nas grandes rodovias.

Dividindo as alturas em quatro grupos (nível do solo, do olhar, marquises e topo), cada qual desperta e reflete relações de atenção/visibilidade diferenciadas (gráfico 7). O nível do solo é equiparado ao gráfico 5, com o foco na calçada: as pessoas inclinam o rosto ou olhar para baixo, e, fica mais próximo do solo, causando novamente desconforto de inferioridade, chances de serem pisoteadas (as pessoas também escoraram os pés nas paredes) e esquecimento. De tal maneira, encontra-

se na terceira posição, com 0,83% na Av. Amazonas e 0,77% na Av. Antônio Carlos. Já na BR-040 tem-se o maior dado, com 2,57%, tendo em vista o fato de que como não possui muitas áreas construídas, os praticantes aproveitam-se sobremaneira do que está disponível, e, para evitar o desconforto e a falta de destaque, fazem a marcação em tamanhos grandes.

O nível do olhar tem uma gama de benefícios: é uma altura em que o ser humano, pelo seu desenvolvimento como espécie que o torna um ser ereto (erguido, locomove somente com duas pernas), normalmente abarca sem maior esforço (salvo alguns casos de doenças ou condições que os impeçam). Também se considera que seja a opção com menos riscos, já que os autores não precisam fazer esforços a mais para a prática (agachar, curvar, subir, pular e movimentos próximos), facilitando a vigilância e a fuga quando necessário. Assim, por tais motivos, a altitude possui um grau de magnitude de atratividade muito maior que os outros. É comprovado por 72,03% na Av. Amazonas, 65,64% na Av. Antônio Carlos e 58,53% na BR-040 dos dados serem representados por este grupo, ocupando a primeira posição. Esta dinâmica representa também o fato de que a partir de 2010 houve uma maior perseguição dos pichadores pelas autoridades, fazendo com que eles procurassem alturas e materiais mais confortáveis (como será destacado no próximo gráfico) para a realização de suas intenções (DINIZ; FERREIRA; LACERDA, 2017; LOPES, 2020).

O nível da marquise ou a própria marquise traz consigo uma carga de concepções. A marquise, também chamada de alpendre, toldo ou dossel, é uma extensão dos edificados, estando nas fachadas destes, sendo uma cobertura, geralmente aberta lateralmente (mas pode ser também a varanda, a sacada ou o terraço), podendo ter utilidade estética ou funcional (proteger das condições do tempo e climáticas, como sol, chuva, neve, granizo, ventos, quedas de folhas, galhos e árvores, entre outros). Deste modo, além de proteger eventuais transeuntes, também protege os pichadores. Os segundos utilizam-a para marcar ali, para alcançar maiores atitudes ou se esconder, bem como em caso de queda, cair ali ameniza o impacto. Porém, apesar destas relações, as dificuldades que

envolvem alcançar tal altitude é tida como atos de valores, bravuras e coragens, aumentando o prestígio de quem marcou nesta altura. Mesmo se a marcação não ficar tão bem-feita, o ato é mais importante. Se ela ficar bem-feita, é uma condecoração maior ao praticante. Some-se a outras relações: o fato de as pessoas inclinarem o rosto ou sua visão para cima, causando sensação de algo diferente/superior; e de causar no imaginário popular, deixando as pessoas com diversas sensações, a fim de descobrir (ou, pelo menos, tentar) como as pessoas chegaram até ali (ou apenas indagar). Mas nem todos os participantes têm esta disposição. Além disso, tais áreas são menos disponíveis na paisagem urbana. Tem-se 22,16% na Av. Amazonas, 27,38% na Av. Antônio Carlos e 18,18% na BR-040. A segunda destaca-se pelo fato de possuir as maiores contribuições de edificados residenciais.

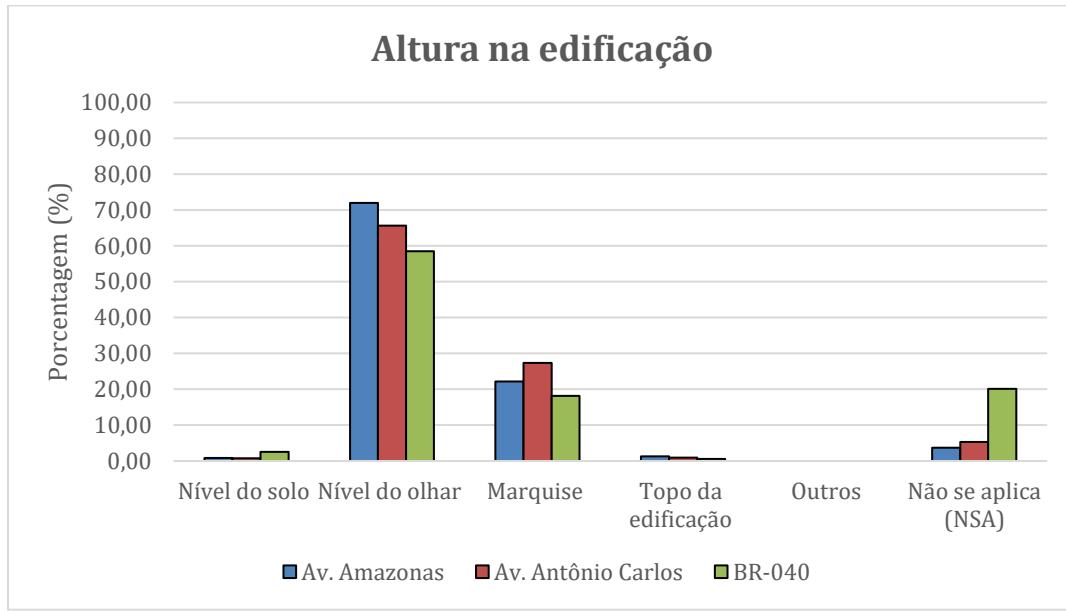
Continuando no sentido de baixo para cima, finaliza-se com o topo da edificação, tendo-se equivalência com a marquise, mas com maiores altitudes, atitudes e dificuldades. O topo, semelhante à esquina, é outra categoria que deveria ter sua importância destacada, mas também é ignorada. O topo é a parte mais elevada, extremidade ou ponta de algo. Condiz com nuances natural, social, cultural e psicológica da natureza e também do próprio ser humano. O topo fisicamente/naturalmente é a parte mais difícil de se alcançar, seja pelas distâncias ou obstáculos (o topo de uma montanha tem alterações climáticas e de espécies; o topo de uma árvore grande tem maiores galhos, folhas e animais; o topo do prédio precisa-se de várias formas para chegar; tanto a subida quanto a queda destes locais podem levar à morte; aumenta drasticamente a adrenalina). O topo social, cultural e psicológico varia. Ele é associado à proteção, pois poucas coisas chegam ao topo, e então, ali estará longe de riscos, e, também, poderá ter visualização em qualquer direção, facilitando sua proteção. É associado quando uma pessoa muda as suas condições e qualidade de vida, diz-se que ela está no topo ou chegando ao topo. Tem-se o topo da vida econômica, o topo da cadeia alimentar, o topo da pirâmide e afins. As localidades nos topos são mais caras e mais desejadas. Há esportes que visam o topo de algo (escalada, rapel, *paraglider* – parapente em

português, *slackline*, *parkour*, entre outros). Além disso, como no topo tem-se uma visão ampla e diferente, é algo recompensador pela destreza.

Some-se a isso, que por tamanha altitude, as marcações precisam ser feitas de tamanhos exorbitantes, equiparando-se a feições da natureza que compõem a paisagem, pelo tamanho, grandeza, magnitude e extensão (como tamanho de acidentes geográficos, de árvores, de rios e dos próprios prédios) (imagem 66)³⁶; desafiam os limites da natureza, do ambiente e dos seres humanos (também precisam de materiais maiores para obter destaque). Tal altura é correlacionada à anterior, mas com maiores recompensas, pois os riscos são significativamente maiores (as pessoas sobem sem proteção e podem cair, sobem de alguma forma por dentro do edificado e precisam enganar a segurança ou moradores etc.). Correlacionada a tais movimentações, as pessoas inclinam-se a face ainda mais para avistar, além de ter maior impacto e causa no imaginário popular. Também se relaciona a ter menos ainda pessoas predispostas e têm poucas edificações altas nas áreas. Encontrou-se 1,30%, 0,90% e 0,62%, nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040, respectivamente. Outras altitudes pelo tipo de edificados não foram encontradas.

³⁶ A título de exemplo, tal imagem demonstra uma pichação com cerca de 3 metros, podendo-se ser vista de uma altura com cerca de 2 km (há casos com extensão significativamente maiores, como a imagem 65, que tem a marcação cerca de 15 metros, podendo ser vista de uma altura aproximada de 10 km).

Gráfico 7 – Altura na edificação com pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

Imagen 66 – Pichação de grande magnitude



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Como também já levantado nos capítulos anteriores, a gama de materiais depende das condições e intenções dos praticantes, bem como dos alvos. Cada material tem seus benefícios e malefícios. Nota-se a grande predominância de um

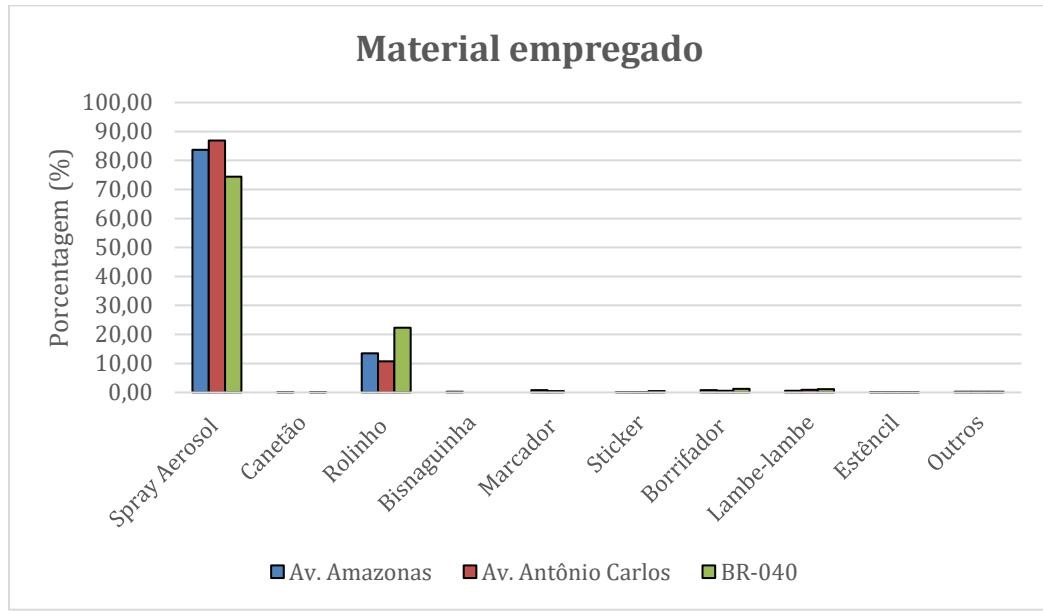
material (spray aerossol com 82,3% do total), um destaque mediano (rolinho com 14,42%) e o restante com destaque ínfimo (2,75%) (gráfico 8).

No subcapítulo acerca dos estilos, todos os materiais foram descritos. Portanto, aqui não se repetirá, mas será destacado seus principais pontos. O spray denota-se pela praticidade, fácil utilização (embora precise-se dominar), de locomover com ele ou escondê-lo ou dissimulá-lo. Como a predominância das marcações foram feitas em muros (gráfico 6) e na altura do olhar (gráfico 7), tal material é mais requisitado, por facilitar e ter agilidade na ação.

O rolinho apresenta maior dificuldade de utilização, locomoção, esconder ou dissimular, requer mais tinta, mas pode ser amenizado pelo uso de tintas a óleo ou a cal que podem ser diluídas em água ou urina (rendendo significativamente). Assim, são utilizados para marcações maiores, como em marquises e topo das edificações, que estão igualmente em posições medianas nos gráficos anteriores. Tem-se um maior destaque de sua utilização na BR-040 pela baixa vigilância, então é mais fácil de ser carregado, além da velocidade da via, que necessita de objetos maiores para despertarem atenção e poderem ser visualizados (e também com a busca do destaque na altura no nível inferior).

Os outros materiais denotam relações diferenciadas. Canetão, bisnaguinha, marcador, estêncil e *sticker* precisam de superfícies lisas, que são encontradas em menores densidades e extensões nas áreas; o último ainda é utilizado em marcações mais específicas como grafites, política ou aleatórias (que tiveram menores proporções como nos gráficos 1 e 9). Além disso, borrifador, estêncil e *sticker* têm ganhando mais interesse e utilização recentemente; a partir de 2017 foi encontrado suas primeiras utilizações nas regiões (LOPES, 2020; LOPES; DINIZ, 2022). Lambe-lambe é utilizado em manifestações políticas e aleatórias, então depende dos contextos, e como são colados diversos ao lado, comumente são alvos de outras ações, como pichações, rasgados, sujeiras, vandalismos e afins.

Gráfico 8 – Material empregado na pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

A partir das influências recebidas ao longo das épocas, o estilo brasileiro e mineiro se diversificaram e se destacaram em suas especificidades, tendo maior peso o impacto das características regionais. Apesar da influência carioca na década de 1990 e paulista na década de 2000, a pichação mineira (criada também na década de 2000) passou a ser dominante. Além disto, os estilos iniciavam-se na metrópole, e, pouco tempo depois, eram visíveis em suas adjacências (*Ibid.*). Amparados por sentimentos de pertencimentos e valorização das culturas locais e tradicionais, das paisagens, dos territórios e das territorialidades topológicas, além da sua praticidade e adaptabilidade (qualquer tamanho e material), a pichação mineira destaca-se perante todas, representando um pouco mais da metade do conjunto das marcações registradas (53,57% no total).

O destaque vai para a Av. Amazonas, onde a pichação mineira compraz 58,08% do total. Por ser um eixo utilizado como ligação à São Paulo e ao Sul do país, a presença do estilo mineiro demonstra a resistência contra a força paulista. Tal fator é ainda corroborado pelo fato de diversos pichadores e grupos de pichadores mais famosos e ousados mineiros constantemente se deslocarem para

São Paulo (marcando todo o caminho), e, ainda, picharem no território da capital paulista (com estética paulista ou mineira e referenciando Belo Horizonte como "BH"). Ao longo do percurso, marcam áreas com dizeres de boas-vindas ou despedindo dos eventuais visitantes ou moradores à Belo Horizonte ou à São Paulo. A BR-040 com 53,43%, como liga à Brasília e ao Rio de Janeiro, possui utilidade igualmente de devolver a influência carioca e estimular a influência goianense e brasiliense. E, por fim, a Av. Antônio Carlos com 48,56%, demonstra a força de influência para o Espírito Santo e Nordeste do país, tendo menores dados por ter maior participação nas outras estéticas.

De outro lado, não se pode ignorar a força do estilo paulista, uma vez que São Paulo conta com importantes pichadores, os maiores e mais atuantes grupos de pichadores (tendo integrantes de todo o Brasil, sendo Belo Horizonte um destino prioritário nestas buscas), e, também, por produzirem uma gama imensa de materiais, como mídias, vídeos, músicas, roupas, filmes, curtas, livros e afins, sendo de maior distribuição tanto nacional quanto internacional, bem como a maior facilidade de realização. Assim, tal abordagem ocupa a segunda posição (23,56% do total). O destaque vai para a BR-040 com 36,32% de pichações paulistas, podendo ser justificada pela maior velocidade da via, que demanda pichações de maior tamanho para ser de fácil visualização, sendo a estética paulista a mais indicada; de outro lado, trata-se, também, de uma tentativa de ampliar a influência paulista em Brasília e Goiás. Já a Av. Amazonas com 23,41%, mostra igualmente o contato paulista por esta via. Por fim, a Av. Antônio Carlos com 15,87%, aponta em direção às áreas com menores influências paulistas e possui maiores quantidades em outras marcações.

O grafite ocupa a terceira posição no rol dos grafismos urbanos, contabilizando 9,39% do total nas áreas analisadas. Especificamente, a Av. Antônio Carlos dispara com 18,10%, em grande medida com auxílio do governo da capital mineira. Como abordado no subcapítulo sobre a história da pichação na RMBH, a PBH visou recursos públicos em formas de diversos eventos para a realização de murais de grafites nas vias que direcionam para a Sede do Governo de Minas

Gerais, localizada ao norte do município, sendo a Av. Antônio Carlos uma dessas. Portanto, este eixo viário foi escolhido como uma espécie de palco das manifestações em toda sua extensão e com grandes disposições de muros. Isso incentivou muitos artistas a continuarem ou iniciarem na prática (tendo até pichadores), pois é algo mais valorizado. Uma pessoa que estiver grafitando em algum local, mesmo que sem autorização (ou seja, praticando um delito conforme as leis), dificilmente é incomodado ou indagado pelas forças públicas de segurança ou transeuntes/moradores.

O grafite deixou a paisagem urbana com mais cores e mais vida, principalmente nos locais onde predominavam muros altos na cor cinza. Por outro, acirrou os territórios e territorialidades com brigas e disputas das ruas, pois a parceria com o governo não é bem-vista e quista pelos pichadores, bem como foram diversas vezes realizadas sob outras manifestações. Como a “regra das ruas” não é pautada na lógica do direito e poder civil, legista e econômico, mas sim de quem chegou primeiro, diversos grafites foram pichados com frases ofensivas contra o grafite e o poder público. Na Av. Amazonas com 6,00%, não conta com nenhum projeto público, somente com o interesse e a iniciativa dos praticantes, assim como na BR-040, com 2,03%. Porém, a última como precisa de tamanhos maiores, acaba requerendo muito mais tempo e material para a realização da prática ilícita.

Derivada das duas formas anteriores, na década de 2010 chega a Belo Horizonte o *bomb* com maior quantidade e interesse na região, principalmente depois de 2016 (LOPES, 2020). Com a estética mais próxima do grafite e a intenção de disputa territorial mais próxima do pixo, foi utilizada como uma forma de disfarçar a pichação, já que é confundido com o grafite e passa despercebido. Assim, no geral ocupa-se a posição de número quatro (4,10%). Nas áreas, tem maior presença na Av. Antônio Carlos com 7,05%, depois na Av. Amazonas com 3,28% e na BR-040 com 1,00%, sendo utilizado igualmente pelos motivos anteriores.

O tipo outros se encaixa em uma gama imensa e variada de grafismos, sendo de qualquer outro tipo (principalmente utilizando-se letras normais, como cursiva e de fôrma). Dentre estes, destacam-se, sobretudo, marcações políticas, frases

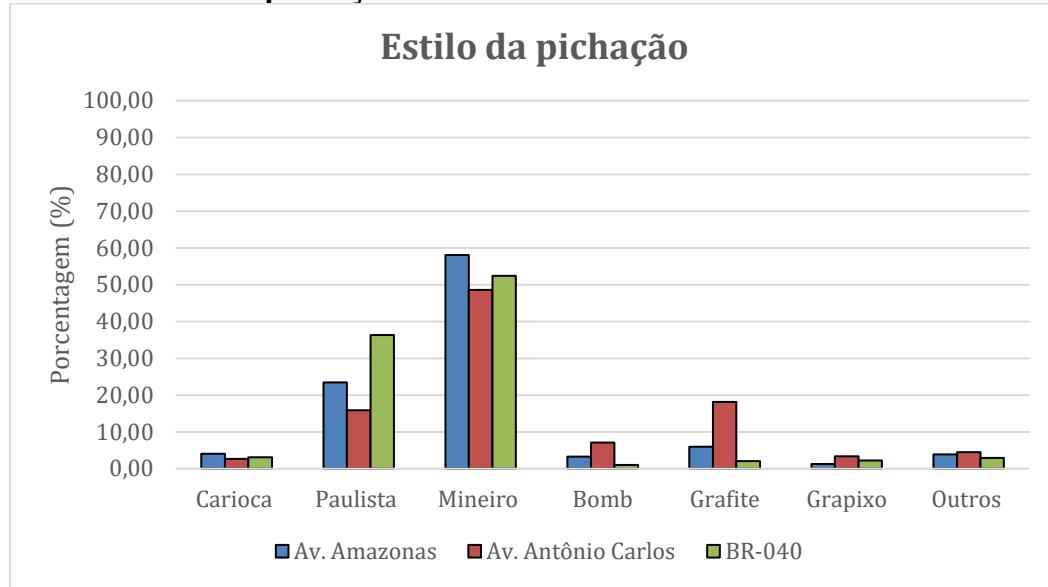
motivacionais, aleatórias, frases de amor, religião, formas de órgãos genitais e conflitos (demonstrado por algumas imagens nos parágrafos anteriores), ocupando-se a posição de número cinco (3,82%). Na Av. Antônio Carlos com 4,44%, tem-se o foco nos conflitos entre artes urbanas e políticas contra o governo. Nas outras, o foco é político e aleatório, com 3,85% e 2,95% na Av. Amazonas e BR-040, respectivamente.

Por mais que seja a primeira influência na RMBH, a pichação carioca veio e vem perdendo destaque nos últimos anos. Sua característica é referenciada pela dificuldade de realização e de usar materiais, e também como é realizada de tamanho menor e várias vezes, não denota tanto destaque e expressão nas paisagens em relação às outras manifestações. Desta maneira ocupa-se a sexta posição (3,36%). Outra característica é o fato de ser realizada por um número seletivo de praticantes e grupos que geralmente não marcam em outras caligrafias. Seu destaque vai para a Av. Amazonas com 4,07%, demonstrando as relações entre as maiores centralidades do país; BR-040 com 3,07%, apresentando a influência carioca; e Av. Antônio Carlos com 2,64%, tendo menores relações no geral, mas também maiores influências cariocas com o Nordeste.

E, por fim, na última posição (sétima), tem-se o graxico (2,20%). Tida igualmente como uma manifestação iniciada e influenciada por Belo Horizonte na década de 2010, principalmente a partir de 2015 começou a ter destaque na cidade. O autor inicial foi o Goma (pichador belo-horizontino, considerado um dos maiores pichadores do país), que por ter dificuldades em fazer *bomb* (maior apreço estético), foi para o graxico, que, em virtude de seus traços retilíneos (mais próximos da marcação paulista), é mais fácil de fazer (maior apreço territorial). Segundo ele, em três meses marcou 600 vezes em sua cidade natal, sendo que depois disso o Brasil todo começou a imitá-lo, popularizando o estilo (*Ibid.*). O graxico denota relação semelhante ao *bomb* (proximidade estética com o grafite e intenção com a pichação, e, maior aceitação e disfarce), porém, o estilo demanda maior tempo e recursos financeiros, o que dificulta a sua realização. Assim, com as relações semelhantes já justificadas, tem-se a Av. Antônio Carlos com 3,33%, BR-040 com 2,20% e Av.

Amazonas com 1,30% (gráfico 9). Note-se que tanto o *bomb* quanto o *grapixo* aproveitaram-se da maior aceitação do grafite e aporte do Estado para estabelecerem sua oposição (e criação estética de territórios/territorialidades disfarçadas).

Gráfico 9 – Estilo da pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

O campo revelou a presença de conflitos entre os indivíduos responsáveis pelos grafismos urbanos, evidenciados pelas superposições ou sobreposições, prática popularmente denominada entre os pichadores de “atropelar”. Outras formas de conflitos são designadas pelos atos de “queimar”, “quebrar”, com frases ofensivas e/ou contra-pichações. Esses atos podem ocasionar grande insatisfação no meio, podendo fazer com que os envolvidos cheguem às vias de fato. No conjunto das três áreas as sobreposições foram minoritárias, uma vez que 97,00% dos grafismos registrados encontravam-se isentos de superposições (gráfico 10). Note-se que quando a marcação mais antiga já está comprometida pelas intempéries e ações do tempo, sobrepor nestes casos não implica em conflitos. Alguns autores evitando o apagamento, dão retoques em algumas marcações que consideram importantes (reverberação da constante criação de palimpsestos

paisagísticos e territoriais), mas, em geral, existe um grande respeito pelo trabalho dos outros pichadores.

É importante ressaltar que na década de 2000, foi criada uma “regra da rua” denominada de “Lei do Rolinho”. Esta consistia no fato de que marcações de rolinho obtinham completa autorização de sobrepor marcações de outros materiais (principalmente em maiores atitudes), sem que fossem consideradas uma afronta, pois quem utilizou o rolinho teve maior dificuldade e disposição, ou seja, merece e é digno de estar ali e onde quiser (desde que não desrespeite as outras regras). Tal fato é próximo da intenção da “quebra”, pois não é para humilhar quem está com os demais materiais, e sim desafiar e demonstrar que ele é capaz de ir além.

Dentre essas sobreposições (tabela 4), a Av. Antônio Carlos registrou 2,49% dos seus grafismos sobrepostos, diferenciando em atropelos dos tipos: pixo-grafite (60,00%), pixo-grapixo (10,00%), pixo-*bomb* (7,00%), outros-grafite (7,00%), *bomb*-grafite (4,00%), pixo-pixo (3,00%), grafite-pixo (3,00%), pixo-outros (3,00%), graxixo-grapixo (1,00%), grafite-grapixo (1,00%) e graxixo-pixo (1,00%). Tais dados demonstram o maior conflito entre as artes (pela variedade de sobreposições) e conflito sobre as artes autorizadas pelo Estado, pois 61,00% das sobreposições tinham como alvos os grafites, 25,00% *bombs* e graxixos e 14,00% pixações.

Pela BR-040, apresentaram-se 1,74% no total, tendo-se: pixo-pixo (61,90%), pixo-grafite (19,05%), pixo-grapixo (14,29%), pixo-*bomb* (2,38%) e grafite-pixo (2,38%). Já esses dados apontam para os conflitos ditos normais pelas artes de ruas, pela busca de visibilidade (64,29% dos alvos eram pixos, 19,05% eram grafites, 16,67% eram *bombs* e graxixos).

Com a Av. Amazonas, foram 1,07% no total, aparecendo-se: pixo-pixo (66,67%), pixo-grapixo (9,80%), pixo-*bomb* (5,88%), outros-pixo (5,88%), grafite-pixo (3,92%), outros-grafite (3,92%), pixo-grafite (1,96%) e *bomb*-outros (1,96%). Aqui novamente destaca-se a disputa normalmente (os alvos tinham como pontos pixos com 76,47%, *bombs* e graxixos com 15,69%, grafite com 5,88% e outros com 1,96%).

De outro lado, além das sobreposições, as outras relações (outros tipos de conflitos – “queimar”, “quebrar”, ofensas, contra-pichações) que foram encontradas também são diversificadas. Foram encontradas 98,73% pichações sem outras relações explícitas, focando-se apenas na intenção ali registrada e 1,27% estavam acompanhadas e/ou destacavam outras intencionalidades. Assim, na Av. Antônio Carlos foram encontradas 1,77% de outras relações, destacando-se outros tipos (40,58%), aos quais denotaram relações acerca de casa de acolhida pedindo para não ser pichada porque vai doar cestas mas que não foi respeitada, assinatura de grupos de crimes, alusão a cometer algum crime e xingamentos a outros praticantes; assinatura do ano que foi realizado (33,33%), sendo encontrados anos como 2008, 2011, 2012, 2013, 2015, 2016, 2018, 2020 e 2022³⁷; associação aos grupos de futebol (10,14%), principalmente com a TOG; quebras (5,80%); grafites utilizados como algo comercial (4,35%), estampando estabelecimentos e lojas, no intuito de enfeitar o local e evitar outras marcações (o que nem sempre ocorre com sucesso); e queimadas (4,35%), demonstrando os conflitos mais acirrados).

Na Av. Amazonas, com 1,32%, obteve-se: alusão ao ano (49,23%), tendo anos como 2001, 2004, 2008, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2017 e 2021; grafite comercial (16,92%); outras relações (10,77%), como xingamentos a outros praticantes e tretas de relacionamentos (“talaricagem”); quebrar (9,23%); grupos de futebol (7,69%) também com a TOG; e queimadas (6,15%).

Com menor peso tem-se a BR-040 com 0,37%, modificando-se em: outros (44,44%) relacionando-se com crimes diversos; 22,22% com futebol e com quebra; e 11,11% queimada, tendo menores conflitos (gráfico11).

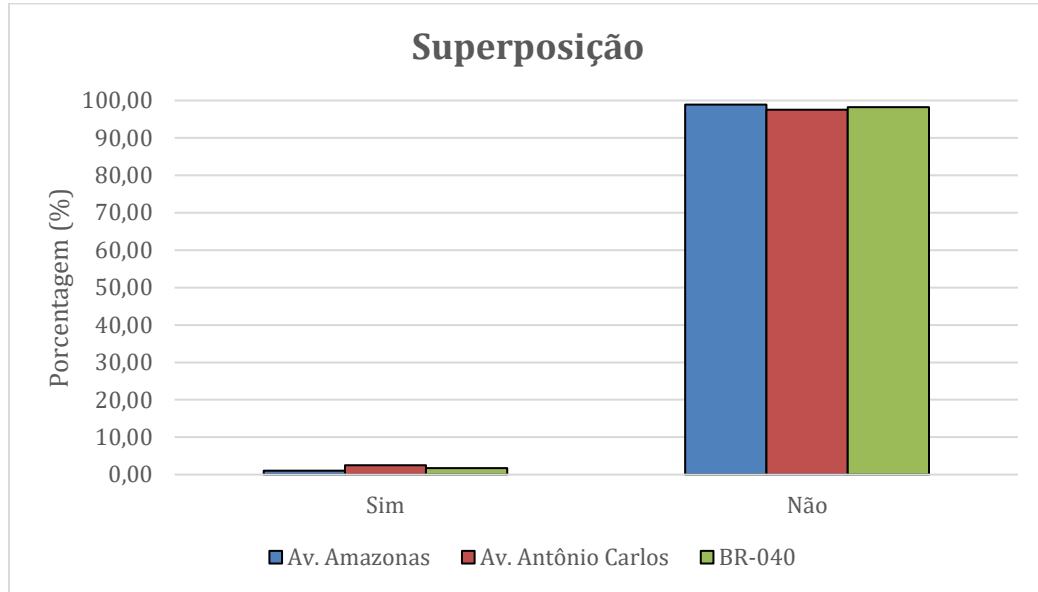
³⁷ Destaque-se que nas três áreas tem-se pichações mais antigas (que pelo “vulgo”, materiais e formas de aparecimento apontam para a década de 1980) ou recentes (que apontam para os dias em que foram realizadas as coletas – 2022), porém não fizeram referência do ano.

Tabela 4 – Tipos de sobreposições encontradas nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040

Municípios/Dados	Av. Amazonas	Av. Antônio Carlos	BR-040
Bomb-grafite	0,00%	7,00%	0,00%
Bomb-outros	1,96%	1,00%	0,00%
Grafite-grafite	0,00%	1,00%	0,00%
Grafite-picho	3,92%	3,00%	2,38%
Grapixo-picho	0,00%	1,00%	0,00%
Grapixo-grapixo	0,00%	1,00%	0,00%
Grapixo-picho	0,00%	1,00%	0,00%
Outros-grafite	3,92%	7,00%	0,00%
Outros-picho	5,88%	7,00%	2,38%
Picho-bomb	5,88%	7,00%	2,38%
Picho-grafite	1,96%	60,00%	19,05%
Picho-grapixo	9,80%	10,00%	14,29%
Picho-picho	66,67%	3,00%	61,90%

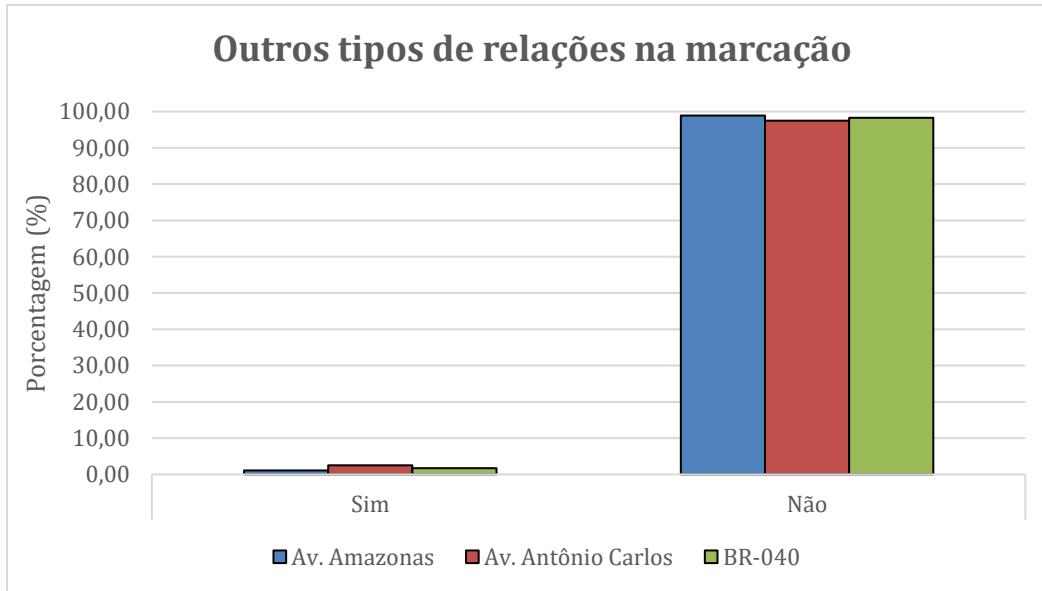
Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

Gráfico 10 – Superposição da pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

Gráfico 11 – Outras relações na pichação nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

Nesta primeira análise, ficou evidente o processo de metropolização da, a partir e pela pichação, com a dispersão de padrões de comportamento locacionais, estéticos e condutas sociais. No geral destacaram-se condições semelhantes,

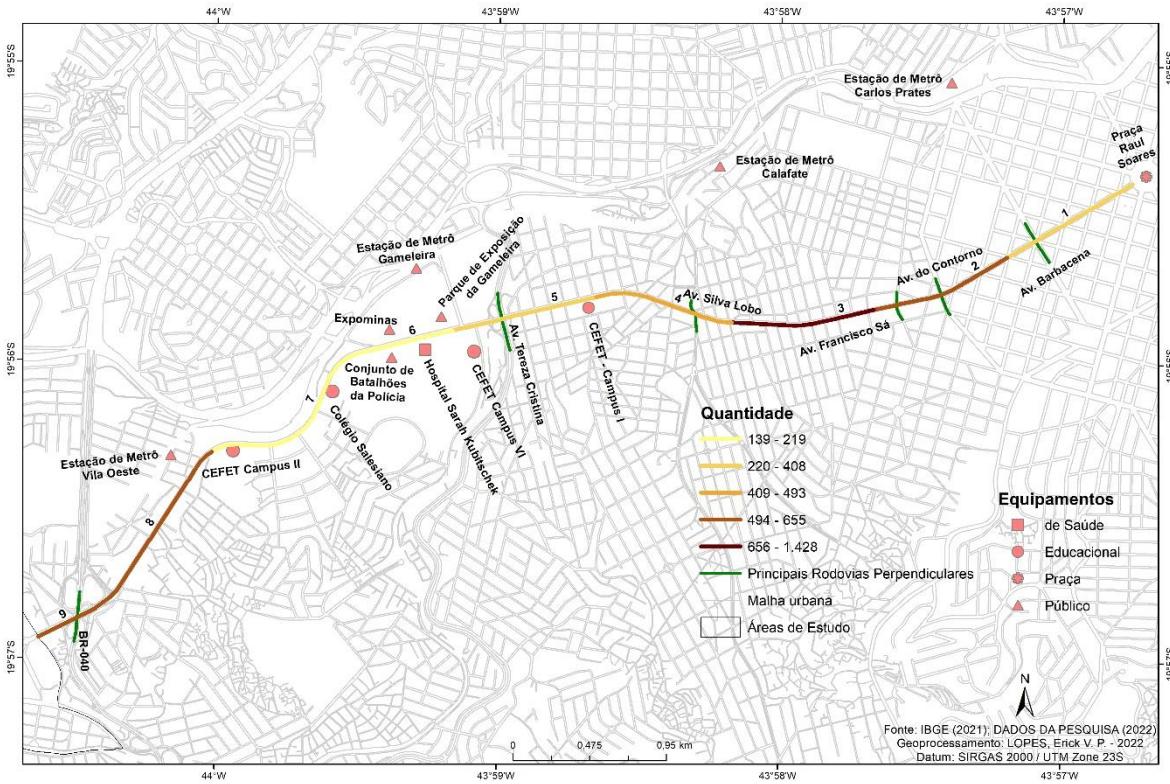
porém tendo as particularidades de acordo com as hierarquias e tipologias das rodovias e das cidades (e com as centralidades em que estas possuem relações). Destacaram-se maiores quantidades na Av. Amazonas (entre Belo Horizonte e Contagem), depois na Av. Antônio Carlos (entre Belo Horizonte e Ribeirão das Neves) e, por fim, na BR-040 (entre Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves). Belo Horizonte e Contagem são mais populosas e apresentam maior complexidade funcional. Contagem ainda tem uma parte industrial, embora seu foco seja maior em comércios, bens e serviços. Já Ribeirão das Neves destaca-se também de forma residencial e parte industrial influenciada por Contagem. Nota-se assim, a integração física permeada e distribuída pelos hábitos, pelas práticas, pelos valores, pelas condutas, pelos comportamentos e pelas formas da cultura nas relações metropolitanas. Seus contributos paisagísticos (influenciados pelas hierarquias e fluxos) favorecem ou desfavorecem na criação dos territórios, acompanhando as movimentações dos cidadinos.

4.2 A distribuição espacial das pichações

Outra forma de demonstrar a extensão da metropolização da pichação (além do reflexo da padronização das características) é o exame das áreas em que os pichadores e seus grupos estão localizados e principalmente concentrados. Analisando a quantidade de pichações encontradas nas vias (mapas 12, 13 e 14), tem-se a quantidade de pichações demonstradas pela variável cor (quanto mais escuro maior a quantidade, quanto mais claro menor a quantidade) no vetor do tipo linha, representando a rodovia, que foi dividido em segmentos em torno de 1 km cada; no vetor do tipo ponto, foram representados os edificados (mobiliários e imobiliários) marcados.

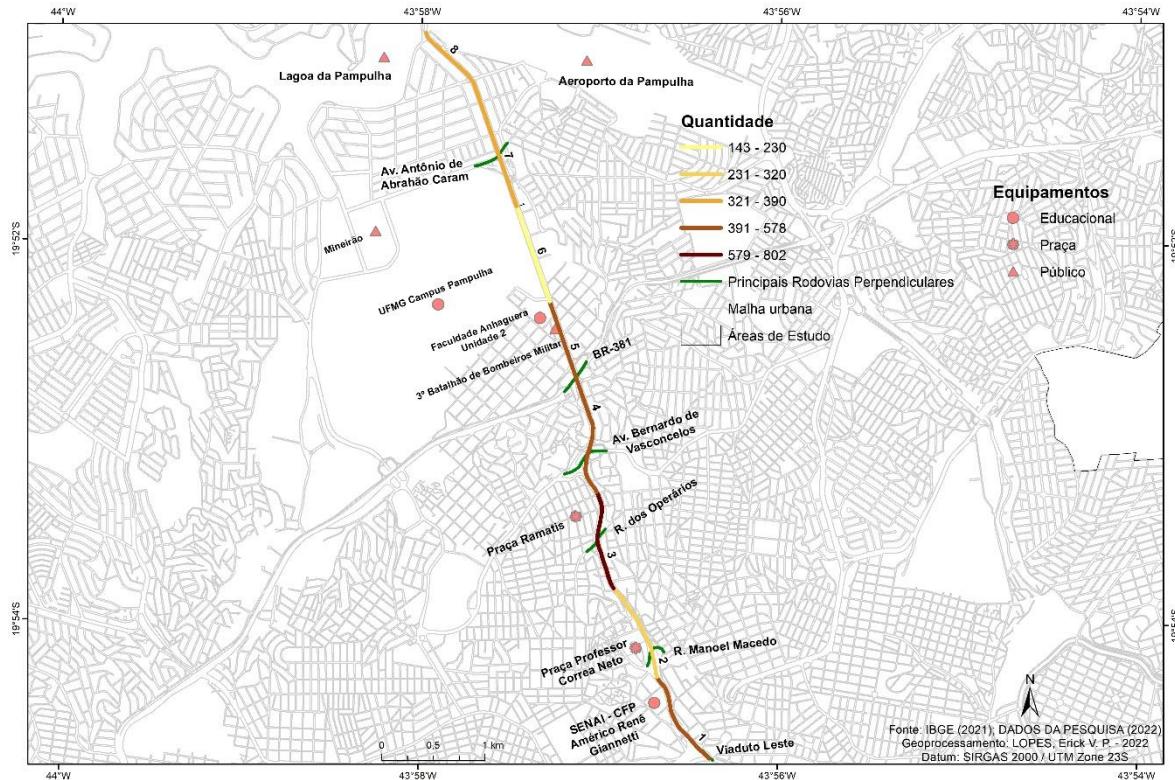
Mapa 12 – Distribuição das pichações em 2022 na Av. Amazonas – Belo Horizonte/MG

EIXO/CORREDOR DE LIGAÇÃO INTRAMETROPOLITANO DA AV. AMAZONAS - BELO HORIZONTE/MG
Distribuição das pichações em 2022



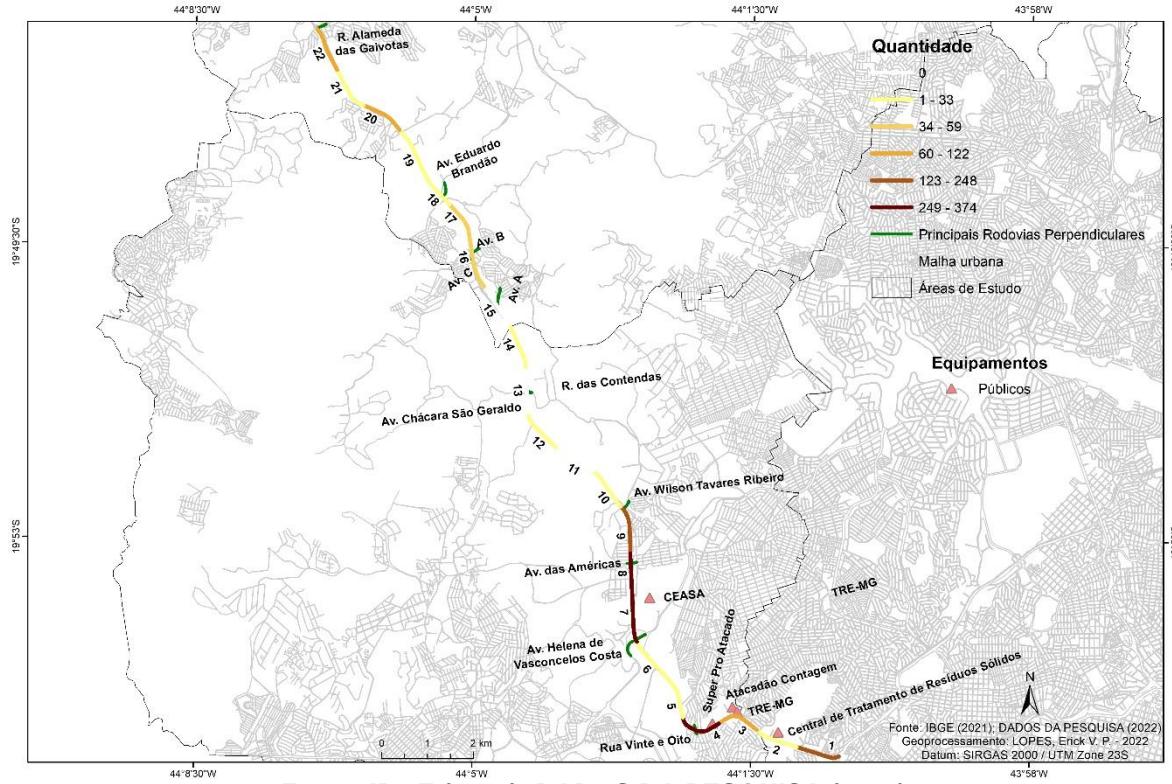
Mapa 13 – Distribuição das pichações em 2022 na Av. Antônio Carlos – Belo Horizonte/MG

EIXO/CORREDOR INTRAMETROPOLITANO DA AV. ANTÔNIO CARLOS - BELO HORIZONTE/MG
Distribuição das pichações em 2022



Mapa 14 – Distribuição das pichações em 2022 na BR-040 – Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves/MG

EIXO/CORREDOR DE LIGAÇÃO INTRAMETROPOLITANO DA BR-040 - BELO HORIZONTE, CONTAGEM E RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
Distribuição das pichações em 2022



Fonte: IBGE (2021); **DADOS DA PESQUISA (2022).**

A partir disso, na Av. Amazonas teve-se nove segmentos. Analisando no sentido nordeste-sudoeste (“iniciando-se” na Praça Raul Soares e “finalizando-se” no limite com Contagem), tem-se uma dinâmica pautada na influência de fluxos da via, nas rodovias que as cruzam e também na disponibilidade dos muros. A área com maior concentração (entre 656 e 1.428 pichações) é o segmento 3, justamente entre as Avs. Francisco Sá e Silva Lobo, sendo vias de intenso fluxo de transeuntes e ônibus (pois direcionam trânsitos para outros importantes eixos, como a Via Expressa, a Av. do Contorno, o Anel Rodoviário/BR-381, a BR-040 e a BR-356); sendo uma área que é posicionada logo após a Av. do Contorno (ao qual delimita a parte central de Belo Horizonte), garantindo visibilidade aliada à menores riscos. Além disto, é uma área com a maioria das edificações com poucos andares, facilitando a subida e a difícil retirada pelos moradores e/ou donos.

As áreas com concentração mediana alta (entre 494 e 655) são os segmentos 2, 8 e 9. O primeiro é denotado pela proximidade das Avs. Barbacena e Francisco Sá, e com o Centro, causando visibilidade, mas maior vigilância e também é uma área com concentração militar; o que de um lado convida os pichadores para conflitos com os militares, e de outro expulsa alguns que evitam problemas. Os dois últimos têm a vantagem de estarem próximos à Estação de Metrô Vila Oeste, o limite com Contagem e das BRs-040 e 381, tendo a partir dali a maior presença industrial, sendo exímia a sua presença estabelecida com fluxos diversos.

Com concentração média (entre 409 e 493) é o segmento 4, que se beneficia da proximidade da via importante (Av. Silva Lobo) e do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Campus I, tendo fluxos pelo importante equipamento educacional, porém, devido a isso, têm maior e constante vigilância.

As com distribuição mediana baixa (entre 220 e 408) têm-se os segmentos 1 e 5. A primeira área permeia entre a Praça Raul Soares e a Av. Barbacena, reverberando a maior proximidade com a centralidade de destaque e a área militar; já a segunda, tem importante fluxo, principalmente por perpassar a considerável Av. Teresa Cristina e proximidade com a Estação de Metrô Gameleira (equipamento de transporte) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) (equipamento educacional). Porém, importantes equipamentos que são constantemente vigiados, faz com que os pichadores tenham menor interesse, como os equipamentos de lazer Parque de Exposição da Gameleira e Expominas, equipamento de pesquisas Fundação Ezequiel Dias, equipamento educacional do CEFET Campus VI e, o que lhes causam maior aversão, equipamentos de segurança pública do Conjunto de Batalhões da Política Militar. Embora a presença das forças de segurança diminua a prática, tem-se grafite nos seus muros (aos quais foram patrocinados pela própria polícia), mas que ocasionam em algumas pichações de ousados praticantes, que atentam contra os grafiteiros irmanados com a polícia e a própria força de segurança (imagem 67). Outra possibilidade que interfere na área é a falta de muros, sendo encontrados extensões com grades, árvores e afins.

Imagen 67 – Pichação sob grafite no Conjunto de Batalhões da Polícia Militar



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

E por fim, as áreas com menor distribuição (139 e 219), dão-se logo em seguida (segmentos 6 e 7), tendo maiores porções dos estabelecimentos anteriores do Expominas e do Batalhão, mas também a Estação de Metrô Vila Oeste (sendo explicados justamente pelos fatos anteriores), bem como a presença do equipamento de saúde Hospital Sarah Kubitschek. Tem-se poucas marcações neste, pois pichadores evitam de pichar hospitais, que é algo que as pessoas precisam, mas como é privado, há menos respeito. Além da maior falta de muros, tem-se também a presença do equipamento de segurança do Batalhão da Polícia Civil, e, os equipamentos educacionais da Escola Estadual Ordem e Progresso (que é regida pela Polícia Civil), do CEFET Campus II e do Colégio Salesiano; aos quais possuem poucos muros também. Muitos pichadores evitam igualmente pichar

escolas, pois é algo de necessidade pública, mas escolas privadas não têm o apreço.

A Av. Antônio Carlos foi dividida em oito segmentos, aos quais analisando-os no sentido norte-sul (“iniciando-se” no Viaduto Leste e “finalizando-se” na Lagoa da Pampulha), tem-se a dinâmica também influenciada pelos fluxos, pelos cruzamentos de importantes vias e pela disponibilidade de muros. A área com maior concentração (entre 579 e 802) se dá pelo segmento 3, que se localiza em torno da R. dos Operários e Praça Ramati, influenciado pelo fluxo desta importante rua, além de ter grandes disponibilidades de muros de contenção e viadutos. Logo anterior e posterior, tem-se os segmentos 1, 4 e 5 com a presença de áreas medianas altas (entre 391 e 578), possuindo características ambíguas. A primeira parte possui presença de viadutos (em especial do Viaduto Leste), equipamento educacional (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – CFP Américo Renê Giannetti), proximidade com o CURA Edição Especial Lagoinha (4^a edição); demonstrando a atuação do governo. Mas também há a proximidade com uma área abandonada pelo poder público: ali encontra-se figurada na paisagem e no território e territorialidade a Cracolândia de Belo Horizonte. Assim, é uma área predominada por usuários de drogas, pessoas em situação de rua e entre outros, aumentando o risco destas pessoas e também dos pichadores. De tal modo, é uma área que tem vigilância somente em determinadas ações policiais, facilitando a ação dos pichadores, embora precisam tomar cuidados com outras situações (podendo encontrar pessoas com alteração de consciência que podem lhes causar algum dano, por exemplo).

Já a segunda e terceira são devidos às importantes vias (R. dos Operários e Av. Bernardo de Vasconcelos) somadas a BR-381 e o equipamento educacional (Faculdade Anhanguera Unidade 2), bem como a presença de viadutos e grandes extensões de muros interconectados, além do equipamento de segurança do 3º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar. Some-se a isso a maior quantidade de muros disponibilizados pela PBH para os mirantes, circuitos e festivais. Tendo presentes grandes fluxos de pessoas e ônibus.

As áreas medianas (321 e 390) dão-se em uma mistura de fatores pelos segmentos 7 e 8, pois decorrem-se entre as proximidades da UFMG Campus Pampulha, Av. Antônio de Abrahão Caram e a Lagoa da Pampulha. São áreas com intensas movimentações, por ter o equipamento educacional, o de lazer e a Av. supracitada; adiciona-se as Avs. Otacílio Negrão de Lima e Dom Pedro I e proximidade com a Av. Portugal; e soma-se os equipamentos de transporte do Aeroporto da Pampulha Carlos Drummond de Andrade e a Estação Pampulha, e o equipamento de segurança da Academia de Bombeiros Militar; tendo-se uma dinâmica também intrínseca. Porém, tais fatores diminuem a presença e extensão dos muros, aumentam a vigilância pelas forças de segurança, pautando-se significativamente na atuação dos praticantes. A mediana baixa (231 e 320), que se encontra nas proximidades da R. Manoel Macedo e Praça Professor Corrêa Neto (segmento 2), demonstra-se conjuntos habitacionais e outras áreas que também tiveram seus muros disponibilizados pelo governo, mas é uma área com menor presença e extensão de muros. Finalizando-se, a área mais baixa (143 e 230), situada nas proximidades da UFMG (segmento 6), tem menor destaque justamente pela menor presença de muros e maior vigilância, tendo áreas de difícil acesso.

A BR-040 alcançou em 22 segmentos, derivando-se na análise no sentido sudeste-noroeste (“iniciando-se” no Viaduto de entroncamento com a BR-381/Anel Rodoviário e “finalizando-se” no entroncamento com a R. Alameda das Gaivotas), tem-se a dinâmica de fluxos, proximidades de importantes vias e disponibilidade de muros e outros construtos. As áreas com destaque na concentração (249 e 374) são entre os segmentos 4, 7 e 8. A primeira foca-se em caminhos (principalmente a R. Vinte e Oito) que direcionam para as centralidades de Contagem, como o Centro, o Eldorado, o Balneário Ressaca e o Nacional, bem como a presença de equipamentos comerciais, como o Super Pro Atacado. As outras duas áreas concentram-se importantes vias como as Avs. Helena de Vasconcelos Costa, Severino Ballesteros Rodrigues e das Américas, às quais igualmente direcionam fluxos para centralidades de Contagem supracitadas, centralidades de Belo Horizonte como a Pampulha, e equipamentos comerciais como o CEASA

(movimentando pessoas de todo o estado) e equipamentos de lazer, como o Shopping Contagem, Lagoa da Pampulha, o Mineirão e o Estádio Jornalista Felipe Drummond (Mineirinho). Destacam-se grande fluxo de pessoas, ônibus e caminhões.

Já as medianas altas (123 e 248), são os segmentos 1 e 9, aos quais focam-se a primeira pela visibilidade devido ao encontro das rodovias BRs-040 e 381, tendo-se também proximidade com a Arena MRV; a segunda decorre da importância das Avs. das Américas e Wilson Tavares Ribeiro, ao qual têm os fluxos para as centralidades já citadas e possui recentes construções de conjuntos habitacionais de diversas classes (baixas, médias e altas), como também maior concentração de viadutos e passarelas devido a essas relações. As partes medianas (60 e 122), representadas pelos segmentos 3, 20 e 22, justificam-se a primeira pelo encontro entre os municípios de Contagem e Belo Horizonte, tendo diversas relações e trocas ali, além de algumas indústrias e Centrais de Abastecimento ou Distribuição (CAs ou DAs), equipamentos administrativos como o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e equipamentos comerciais como o Atacadão Contagem. As outras duas obtêm proximidades das malhas urbanas, tendo também a presença de viadutos e passarelas.

As medianas baixas (34 e 59), como os segmentos 16 e 17, são partes logo após as malhas, sendo então a busca pela visibilidade de quem entra e/ou sai dali, podendo ser principalmente praticantes destas localidades e proximidades. Áreas baixas (1 e 33), sendo os segmentos 2, 5, 6, 10, 12, 14, 18, 19 e 21, com exceção da área 2 que é uma parte com poucos muros normais e maior vigilância (por possuir nela a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS), as outras são áreas sem destaques. E por fim, áreas sem marcações, como segmentos 11, 13 e 15, aos quais são áreas que não possuem resquícios de ocupação urbana, não tendo viadutos e nem passarelas, bem como uma porção ínfima de placas e outros edificados/construtos (imagens 68, 69 e 70).

Imagen 68 – Edificações com maior quantidade de pichações na Av. Amazonas



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 69 – Edificações com maior quantidade de pichações na Av. Antônio Carlos



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Imagen 70 – Edificações com maior quantidade de pichações na BR-040



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2022).

Portanto, nos três corredores analisados, nota-se que as áreas mais pichadas foram semelhantes, possuindo os atributos de grande visibilidade (principalmente próximo de importantes vias, às quais convergem diferentes transeuntes, veículos – principalmente ônibus – e também de grandes e importantes equipamentos) e a disponibilidade de muros (focado em extensões e continuidades). Já as áreas que não possuem tais atributos ou que são constantemente limpas ou vigiadas, carecem de intenção e interesse dos pichadores. Tem-se assim, a metropolização e a pendularidade pautada pelas ações, focado nas áreas em que mais ocorrem estas trocas. Os territórios e territorialidades dependem das formas paisagísticas influenciadas pelos fluxos e disponibilidades de muros.

É importante aqui ressaltar que todos estes resultados (do padrão e distribuição) corroboram e confirmam os resultados encontrados por Diniz e outros (2015; 2017; 2019), por Lopes (2020) e por Lopes e Diniz (2022).

Note-se, assim, que há uma criação constante de uma nova territorialidade e organização da cidade. Entretanto, como é uma prática grupal, a dinâmica a partir dos grupos e suas relações permeiam dinâmicas e evidências unificadas.

4.3 Comportamento espacial da atuação dos grupos de pichadores

Pela prática e estética do agir na emoção e na ousadia em comum, compartilhando o prazer, as pessoas unificam-se de forma comum para fazer a prática da pichação. Uma das organizações decorrentes disto são os/as grupos/bondes/galeras/turmas/equipes/partnerias/crews, que podem ser definidas como uma reunião e um agrupamento de pichadores, aos quais se identificam de alguma forma, como: bairro ou região de origem, atitudes, nome do grupo, cooperação no geral etc. Estes grupos são tidos como uma organização essencial à prática.

Geralmente, os pichadores saem em grupos (em torno de três pessoas) para compartilharem a diversão e auxílios mútuos. Poucos são os casos de pichadores sem grupos ou que pichem sozinho na/pela cidade.

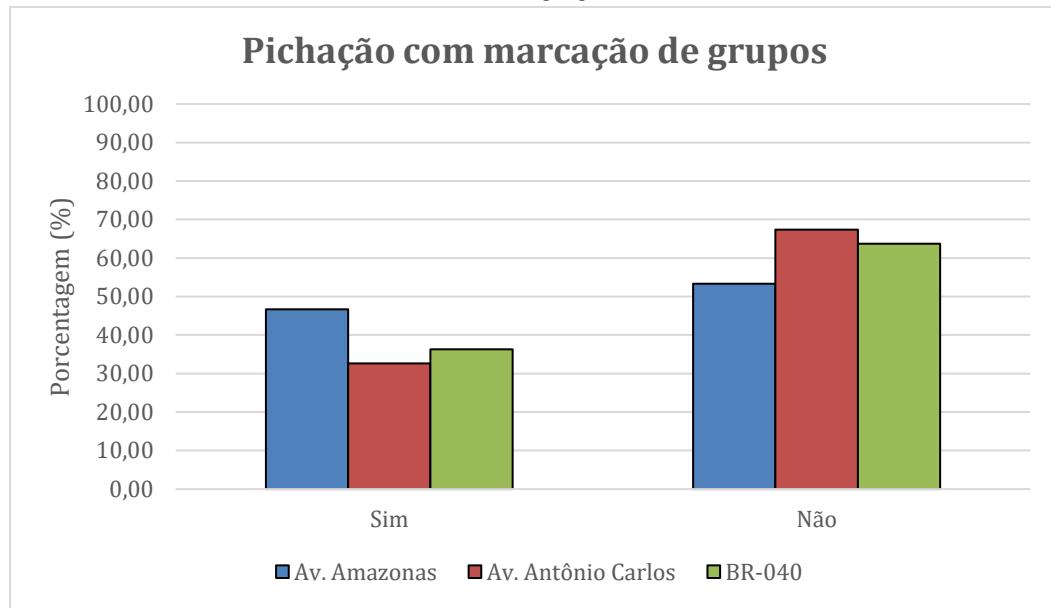
O nome grupo é tão forte e com tanta identificação, que geralmente acompanha as marcações individuais, e, tem diversas relações de apoio acima de tudo. Um exemplo disto, é que uma vez dentro de um grupo, o integrante é totalmente parte dele, dificilmente ele irá sair do grupo, salvo exceções de parar com a prática (porém, ainda são considerados membros das famílias e são chamados para as comemorações), desentendimentos, desavenças, mal-entendidos, ou o não cumprimento de regras. Quando ocorre alguma injustiça com algum grupo, os pichadores articulam-se na tentativa de apaziguar as relações. Como exemplo, quando um grupo tem parte de seus integrantes presos e vítimas de acusações injustas, de atos não cometidos, as forças de segurança pública e a grande mídia se vangloriam por terem acabado com o grupo. No entanto, ocorre exatamente o contrário: nem todos são presos e os que não foram presos param de pichar por um tempo (dar um tempo), mudam de vulgo e grupo, ou, ainda, pichadores de outros grupos (com exceção dos rivais, havendo casos até de colaboração entre esses) começam a marcar fortemente a identificação de tal grupo, para confundir e desautorizar as autoridades (sendo que no trabalho de campo foi possível visualizar tal égide).

Entretanto, por maior que seja a importância do grupo, ele é ambíguo, pois na marcação, ora tem posição de destaque, ora não. Estar associado e relacionado ao grupo compete e remete a marcá-lo e dar cada vez mais destaque, mas não é uma obrigação sempre referenciá-lo (se tiver mais de um grupo, deve haver equilíbrio na marcação entre eles). Geralmente são marcados de letras normais ou pelo símbolo do grupo (fácil identificação pelos iniciados e não iniciados na prática), em tamanho menor que o vulgo do marcador e em qualquer posição em alguma lateral da marcação (geralmente encontra-se no canto inferior direito ou lateralmente no lado direito – pode-se ter a alusão à expressão “braço direito”, alguém de extrema confiança). Porém, foram encontradas marcações em que se tinha somente o grupo ou o grupo era maior que o nome do vulgo do indivíduo, alterando-se as relações; tal dinâmica é o padrão paulista. Além disso, pela força de São Paulo, tem-se grifes que recrutam membros de todo o país, sendo destaque também em Belo Horizonte, onde foram encontradas cinco associações paulistas atuando fortemente no seu território.

Portanto, é algo totalmente subjetivo. O indivíduo opta ou não por assinar o grupo, levando em conta diversas variáveis: se o lugar é importante ou não, se é próximo ou longe de áreas de algum outro grupo, se acha ou não interessante (correlacionando ostensivamente às paisagens e aos territórios e territorialidades grupais, de visualidade e de fluxos). Há toda uma configuração nas marcações acerca dos grupos: tem-se pichadores que marcam o grupo todas as vezes, marcam de vez em quando, marcam somente em locais com grande visibilidade. Se tiver mais de um grupo, pode-se marcar todos ao mesmo tempo ou marcar somente um ou mais dependendo de outra variável (visibilidade, agrupamentos, conflitos, vigilância). Ocorre os que trocam ou param de marcar o grupo quando estão sendo vigiados pelas forças de segurança, tem-se os que mantêm apesar da perseguição, e ainda, há casos de pessoas que não são consideradas membros de um grupo, mas, mesmo assim, continuam a marcá-los (o que causa desconfiança entre os pares). E, também, possui os que raramente marcam algum grupo.

Desta maneira, 60,44% dos grafismos registrados no campo não tinham referências aos grupos, mas apesar disso, 39,56% tinham grupos, demonstrando ainda as forças destes em suas intermediações (gráfico 12). Dividindo-se entre as áreas, a Av. Amazonas encontra-se com 46,65% das marcações com o nome do grupo, seguida da BR-040 com 36,28% e da Av. Antônio Carlos com 32,62%. Há três observações acerca disto: (1) na primeira rodovia as marcações com grupos representam quase a metade das marcações e nas outras áreas, embora menores, apresentam percentuais semelhantes; (2) as marcações sem grupos prevalecem, demonstrando a subjetividade; e, (3) por mais que a Av. Antônio Carlos tenha mais destaque do que a BR-040 (o que faria com que a primeira teria mais marcações de grupo), por ter-se maiores quantidades de grafites e semelhantes (que nem sempre têm grupos), faz com que tenha menos presenças.

Gráfico 12 – Pichações com grupos nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

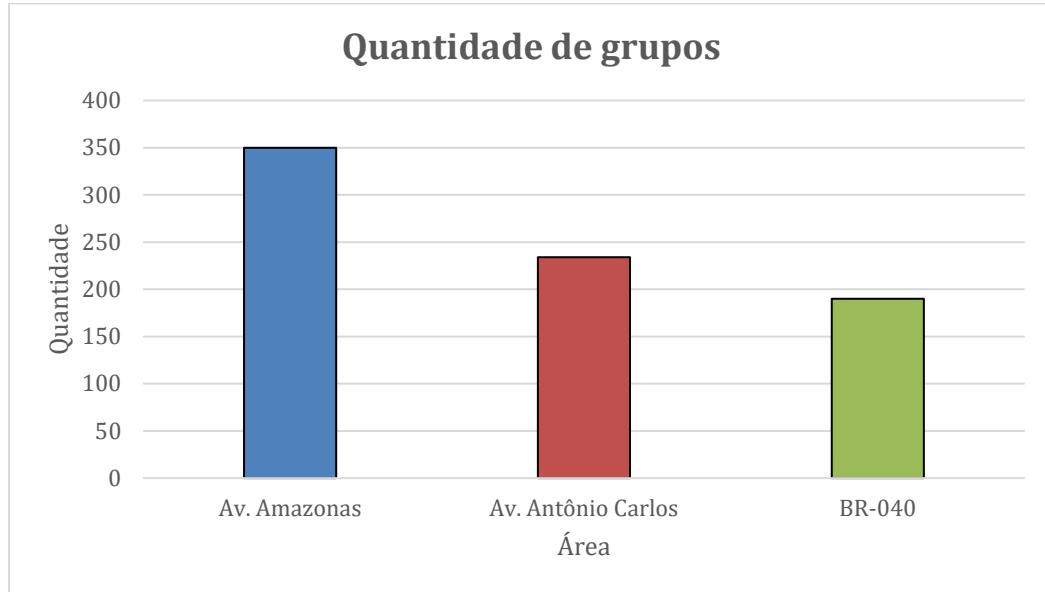
Em vista disso, a campanha dos grupos pela intensa disputa territorial e citadina, se dá igualmente pelos fluxos, pelas hierarquias e pelas tipologias das três rodovias, referenciadas a suas cidades. Dentre a quantidade de marcações com

tais associações, foram encontrados 350 grupos na Av. Amazonas, 234 grupos na Av. Antônio Carlos e 190 grupos na BR-040 (gráfico 13). No somatório geral o resultado seria 774 grupos, porém como se tem a repetição de alguns deles, retirando-se isso, tem-se um total de 508 grupos diferentes. Estes dividem-se provavelmente³⁸ em 318 grupos belo-horizontinos (62,48%), 14 grifes belo-horizontinas (2,75%), 102 grupos contagenses (20,04%), 8 grifes contagenses (1,57%), 49 grupos nevenses (9,63%), 1 grife nevense (0,20%); 2 grupos betinenses (0,39%), 2 grupos esmeraldenses (0,39%), 2 grupos ibiritenenses (0,39%), 2 grupos luzienses (0,39%), 2 grupos sabaraenses (0,39%); e, 1 grupo paulista (0,20%), 4 grifes paulistas (0,79%) e 1 grife internacional (com gênese europeia) (0,20%). Apesar da grande presença de grupos, dentro do somatório geral (774 grupos), cerca de 88,76% têm 10 ou menos marcações na área e 42,38% têm 1 pichação apenas. Tais fatores demonstram a importância de espalhar a sua marca em quaisquer localidades: o importante é ser visto, lembrado, celebrado e cultuado (a paisagem e o território e territorialidade necessitam terem suas marcas).

Note-se que estes grupos são de diversas áreas da RMBH. Além de Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves, foram encontradas coletividades também de Betim, Ibirité, Esmeraldas, Santa Luzia e Sabará (todos com forte integração com a metrópole), demonstrando, mais outra vez, a metropolização pela pichação. O caso excepcional é grupo internacional, com forte presença na Europa, buscando fazer força perante a importância do contexto brasileiro e belo-horizontino.

³⁸ Diz-se provavelmente pois não foi possível a identificação exata de todos os grupos. Mas com as evidências dos auxílios mútuos, da vivência do autor, das pessoas próximas e de outros pichadores, do nome do grupo (geralmente com referência ao bairro), da maior concentração de densidade do grupo, dos integrantes e de outras referências, estipulou-se e buscou-se a aproximação.

Gráfico 13 – Quantidade de grupos nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

Não se têm dados também da quantidade de consociação em cada município, mas acionando-se para exemplificação e comparação, em estudo anterior (LOPES, 2020; LOPES; DINIZ, 2022) foram encontrados 235 grupos (59,80%) no Hipercentro, 114 grupos (29,01%) no bairro Eldorado e 44 grupos (11,20%) no bairro Esperança. Dentre estes, 214 são grupos belo-horizontinos (64,46%), 8 são grifes belo-horizontinas (2,41%), 70 são grupos contagenses (21,08%), 2 são grifes contagenses (0,60%), 32 são grupos nevenses (9,64%), 2 são grifes nevenses (0,60%); 2 são grupos sabaraenses (0,60%), 2 são grupos betinenses (0,60%), 2 são grupos luzienses (0,60%); e, 4 são grifes paulistas (1,20%).

Dentre toda esta dinâmica, há o compartilhamento de grêmios entre todas estas áreas, moldando outras dinâmicas. Entre os 509 grupos da presente pesquisa, 139 (27,31%) foram encontrados no Hipercentro, 80 (15,72%) no Eldorado e 20 (3,93%) no Esperança; demonstrando a relação e a busca de alcançar a diferença na prática, bem como a onipresença e onipotência. Porém, também mostra a atratividade e o repulso das centralidades: há os grupos mais

dispostos que permeiam estas áreas concomitantes; mas há igualmente grupos que se aproximam das centralidades (estando poucos passos delas), porém as evitam a todo custo, reforçando novamente que apenas os grupos e pichadores mais ousados atentam contra as centralidades.

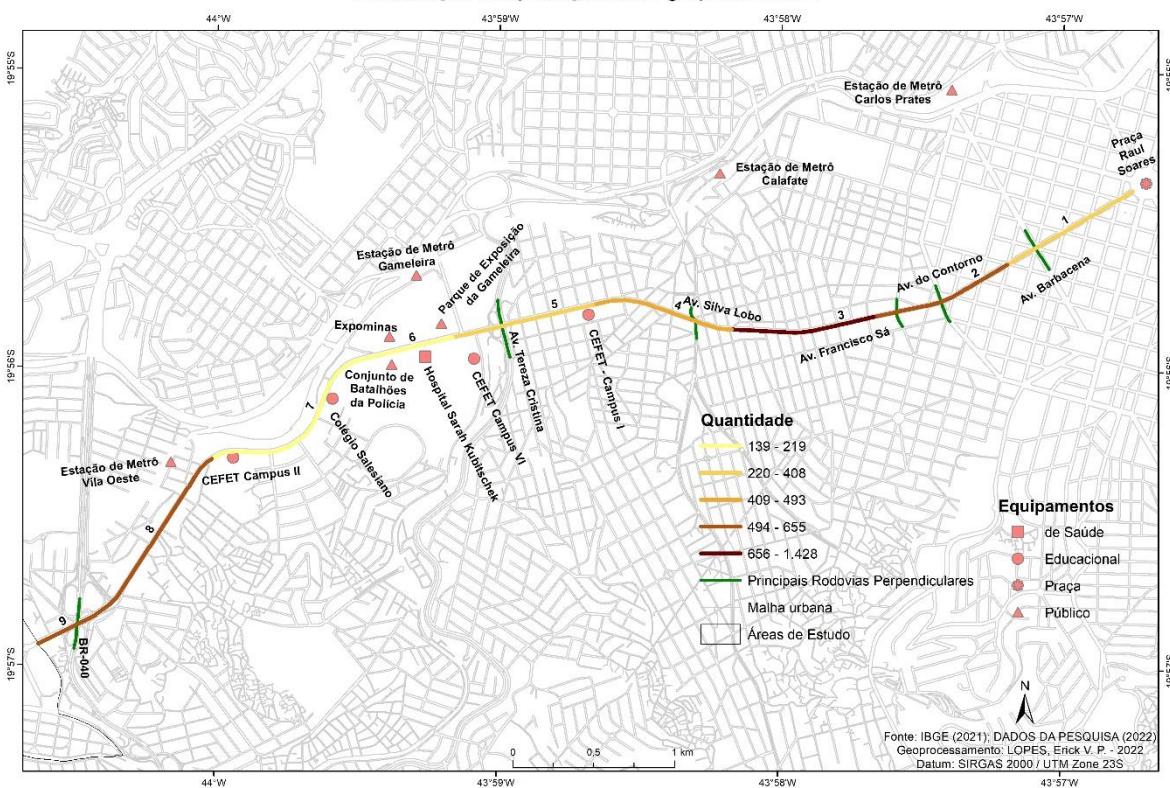
Na segunda análise, em síntese, demonstra-se a metropolização da, a partir e pelos grupos de pichadores, evidenciando ainda mais a pendularidade, pois os grupos de pichadores têm diferentes origens, mas permeiam todas as centralidades em busca de alcançar seus objetivos e ter destaque na disputa dos muros. Além disto, a quantidade de congregações está diretamente relacionada à quantidade de visibilidade, logo, de movimentos e de hierarquias, sendo acompanhada pela hierarquia da Av. Amazonas (principal ligação entre Belo Horizonte e Contagem), da Av. Antônio Carlos (principal ligação entre Belo Horizonte e Ribeirão das Neves) e da BR-040 (principal ligação entre Contagem e Ribeirão das Neves), assim como pelo destaque dos três municípios que compõe a trama principal da RMBH. Outro foco é os grupos das cidades ao redor da Belo Horizonte, que também possuem maiores integrações e relações com a capital mineira (mas menor em relação à Contagem e a Ribeirão das Neves), sendo demonstradas na pichação.

A Av. Amazonas além de ser um importante eixo de ligação à Contagem, também liga a Betim e tem caminhos para Esmeraldas e Ibirité, sendo encontrados grupos destes dois municípios nela; a Av. Antônio Carlos além de ser um importante corredor de ligação a Ribeirão das Neves, também liga a Sabará e Santa Luzia, tendo grupos de ambas localidades; e a BR-040 além de ser uma importante via de ligação aos três municípios de destaque, também liga a Esmeraldas. Note-se assim a integração física sendo utilizada e representada pelos grupos para marcar as áreas. Onde é mais fácil de deslocar (acessibilidade), seja a pé, por carros ou transporte coletivo, serão onde terá maiores visibilidades e maiores facilidades de alcance para os grupos (principalmente os que são ou congregam integrantes de outras áreas). Desta forma, novamente, a paisagem torna-se característica deles (com seus territórios/territorialidades específicos).

Sucessivamente, apoiando tais condições, as áreas que os grupos estão localizados e concentrados reflete novamente os padrões, a metropolização e o deslocamento (foco das manifestações). Sobre a análise da quantidade de pichações com grupos encontradas nas vias (mapas 15, 16 e 17), utilizando as representações semelhantes dos mapas anteriores, tem-se a similitude e a repetição dos padrões. Como não somente os pichadores, mas principalmente seus grupos, querem destaque e sobressaírem na disputa paisagística e territorial, as áreas que eles mais estão e as que evitam condizem com as que a marcação no geral procura e evita.

Mapa 15 – Distribuição das pichações com grupos em 2022 na Av. Amazonas – Belo Horizonte/MG

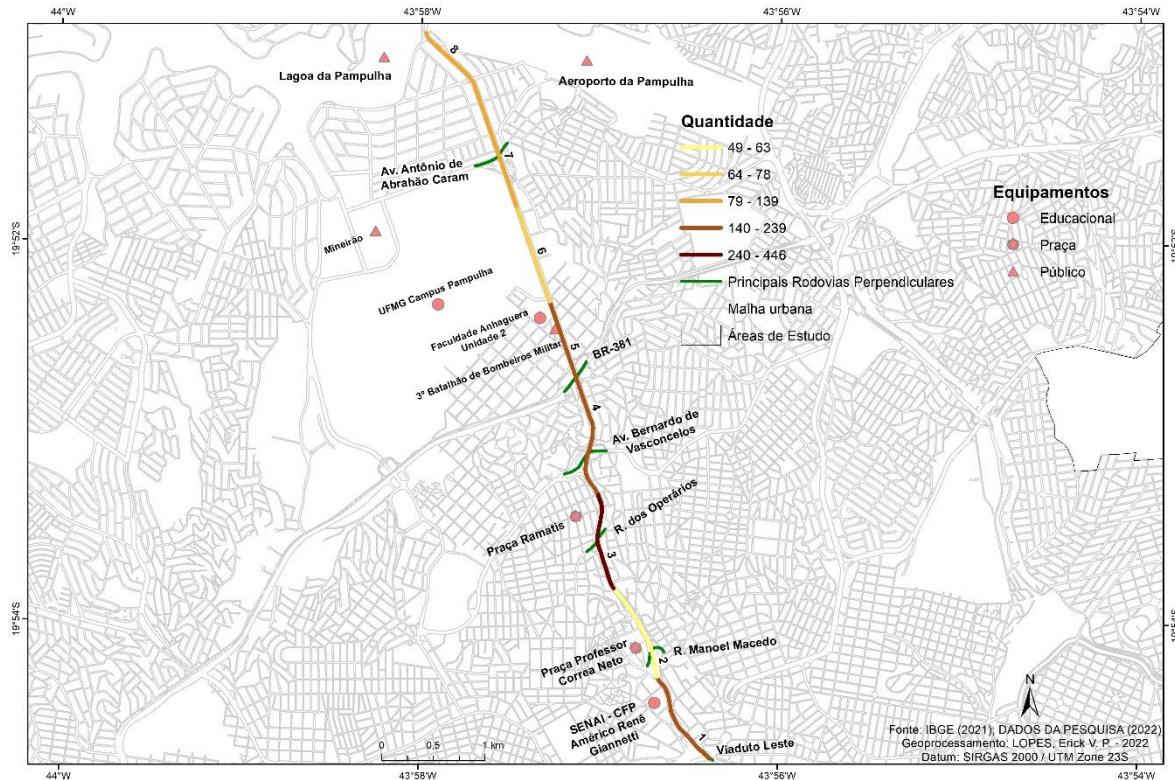
EIXO/CORREDOR DE LIGAÇÃO INTRAMETROPOLITANO DA AV. AMAZONAS - BELO HORIZONTE/MG
Distribuição das pichações com grupos em 2022



Fonte: IBGE (2021); DADOS DA PESQUISA (2022).

Mapa 16 – Distribuição das pichações com grupos em 2022 na Av. Antônio Carlos – Belo Horizonte/MG

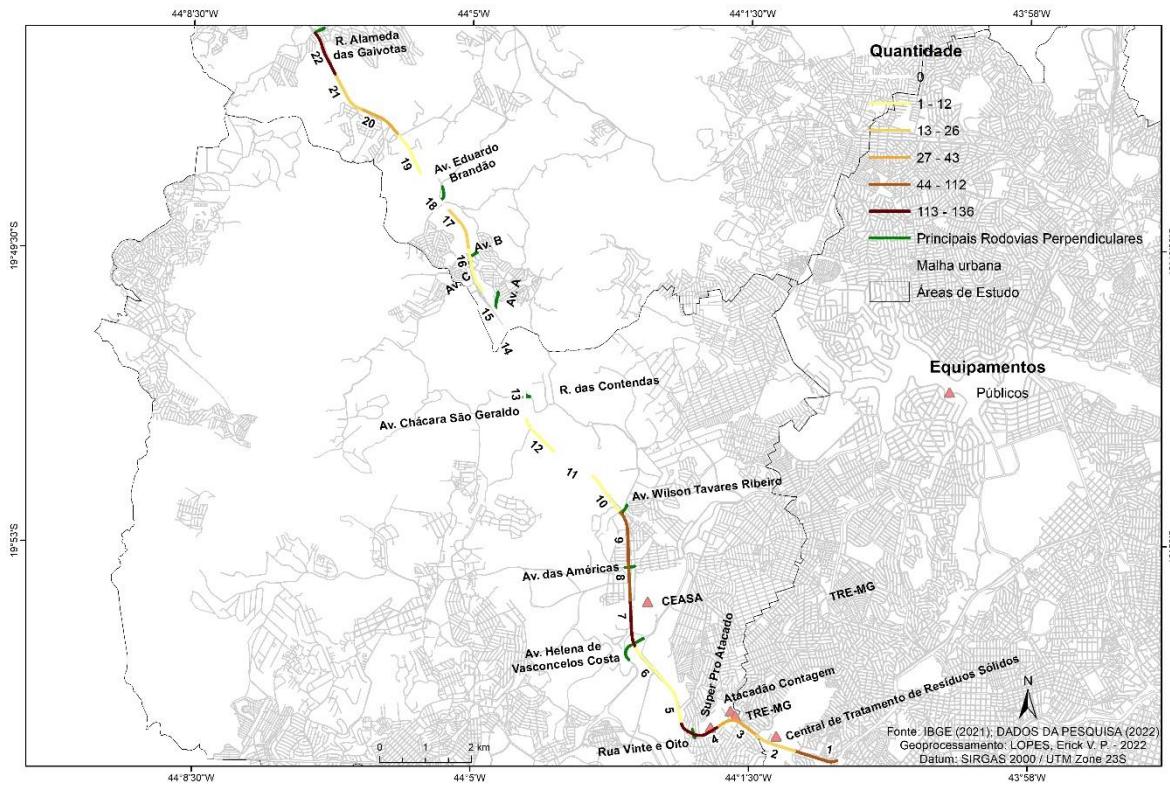
EIXO/CORREDOR DE LIGAÇÃO INTRAMETROPOLITANO DA AV. ANTÔNIO CARLOS - BELO HORIZONTE/MG
Distribuição das pichações com grupos em 2022



Fonte: IBGE (2021); DADOS DA PESQUISA (2022).

Mapa 17 – Distribuição das pichações com grupos em 2022 na BR-040 – Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves/MG

EIXO/CORREDOR DE LIGAÇÃO INTRAMETROPOLITANO DA BR-040 - BELO HORIZONTE, CONTAGEM E RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
Distribuição das pichações com grupos em 2022



Fonte: IBGE (2021); DADOS DA PESQUISA (2022).

As pequenas diferenças encontradas são em alguns poucos segmentos, que provavelmente podem ser em decorrência da maior visibilidade para certos grupos; importância específica para algum grupo ou membro; disputa entre grupos diferentes dali (amigos ou rivais); alguma proximidade, seja por membros morarem ali ou próximos (sendo as marcações sinal de respeito, amizade, conversa ou apelo); ou conflito com algum morador/estabelecimento (sendo as marcações sinal de desavenças no geral), causando a euforia dos praticantes.

Por conseguinte, as áreas mais pichadas, tanto com marcas individuais ou acompanhadas das assinaturas dos grupos, são exatamente conformes, quais sejam: com grande visibilidade e disponibilidades de muros. As áreas menos pichadas também convergem, não possuindo tais características ou sendo ainda limpas e vigiadas regularmente. Além disso, em todas as vias foram encontrados

indivíduos e grupos de Belo Horizonte, de Contagem e de Ribeirão das Neves, muitas das vezes ultrapassando a quantidade de grupos do próprio município; ressalta-se a força que todos os municípios têm, principalmente os dois primeiros. A metropolização e a pendularidade são pautadas nos padrões e nas localizações dos grupos no geral. É cabível aqui ressaltar que tais resultados convergem novamente para os achados por Diniz e outros (2015; 2017; 2019), por Lopes (2020) e por Lopes e Diniz (2022).

Entre estas dinâmicas, há personalidades e grupos com maiores intenções e disposições, buscando ditar os rumos e parâmetros da pichação metropolitana. Dentre estes, a nova territorialidade e organização da cidade (paisagística/territorial/simbólica) ficam aos seus moldes e gostos, pautando outra evidência e dinâmica.

4.4 Disputa territorial e intenção de onipotência e onipresença dos grupos de pichadores mais atuantes

Como destacado anteriormente, a metrópole é compartilhada por grande número de pichadores e de grupos. Dentre os 509 grupos identificados, nesta parte do texto interessam apenas aqueles que se fazem presentes nas três áreas de estudo concomitantemente. Assim, sobram apenas 81 grupos (16,91%), dos quais possivelmente 46 são de Belo Horizonte (56,79%), 23 de Contagem (28,40%), 7 de Ribeirão das Neves (8,64%) e 5 de São Paulo (6,17%); apesar de tamanha força, representam apenas 27,36% do total de pichações.

Não sendo o foco, mas a título de representação e exemplificação das hierarquias em uma análise bifocal, os grupos encontrados apenas nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos foram 60 grupos (com 2,19% do total de pichações), na Av. Amazonas e BR-040 foram 31 grupos (com 1,46% do total) e na Av. Antônio Carlos e BR-040 foram 11 grupos (0,21% do total); demonstrando-se a hierarquia e também o fator proximidade e acessibilidade atuando.

Tendo em vista a grande quantidade de grupos, optou-se por selecionar apenas os cinco grupos mais atuantes ao mesmo tempo nas três áreas para as próximas análises. Primeiramente, cabe dizer que somente estes grupos conseguem congregar 8,7% de todas as pichações e 32,05% entre as pichações realizadas por grupos nas três áreas (gráficos 14 e 15); denotando uma força diferenciada. Segundo, os grupos 1, 3 e 4 têm maior presença na Av. Amazonas, depois na Av. Antônio Carlos e, por fim, na BR-040; o grupo 2 é maior na BR-040, depois Av. Amazonas e Antônio Carlos; e o grupo 5 sendo maior na Av. Amazonas, BR-040 e Av. Antônio Carlos; demonstrando a hierarquia e influência da visibilidade de cada área. Tais fatores podem ser explicados pelo local de moradia, trabalho ou estudo (ou, ainda, qualquer outra atividade com maior frequência de realização) de alguns integrantes, que pode facilitar a ação maior em certas partes. E, por fim, todos os grupos possuem a sua gênese em Belo Horizonte, sendo os grupos 1, 3 e 5 grifes e os grupos 2 e 4 apenas grupos normais; numa clara evidência de onipresença, onipotênciia e dispersão.

Gráfico 14 – Quantidade de pichações dos cinco grupos mais atuantes nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040

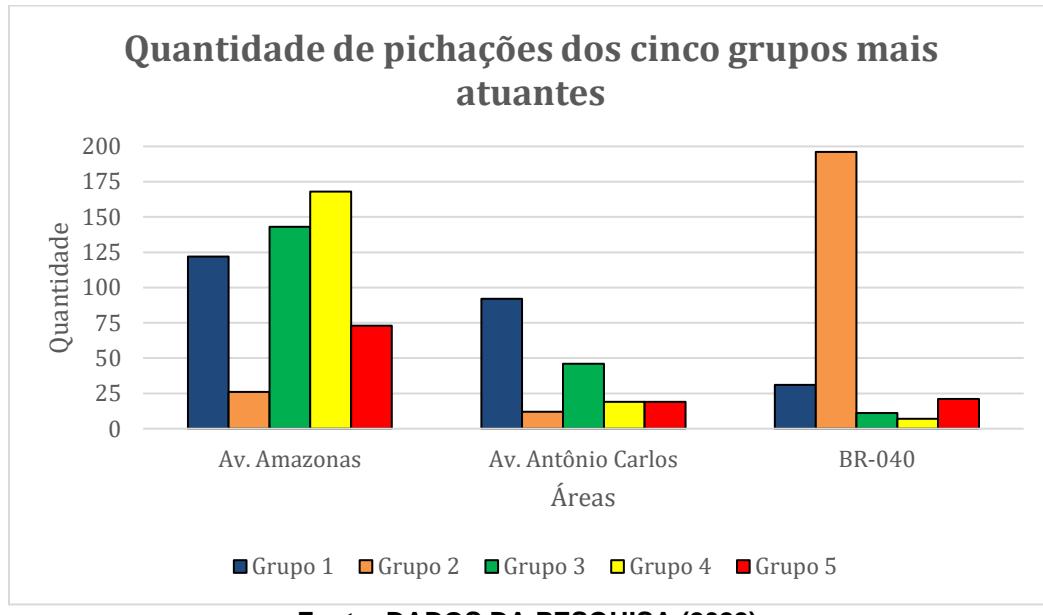
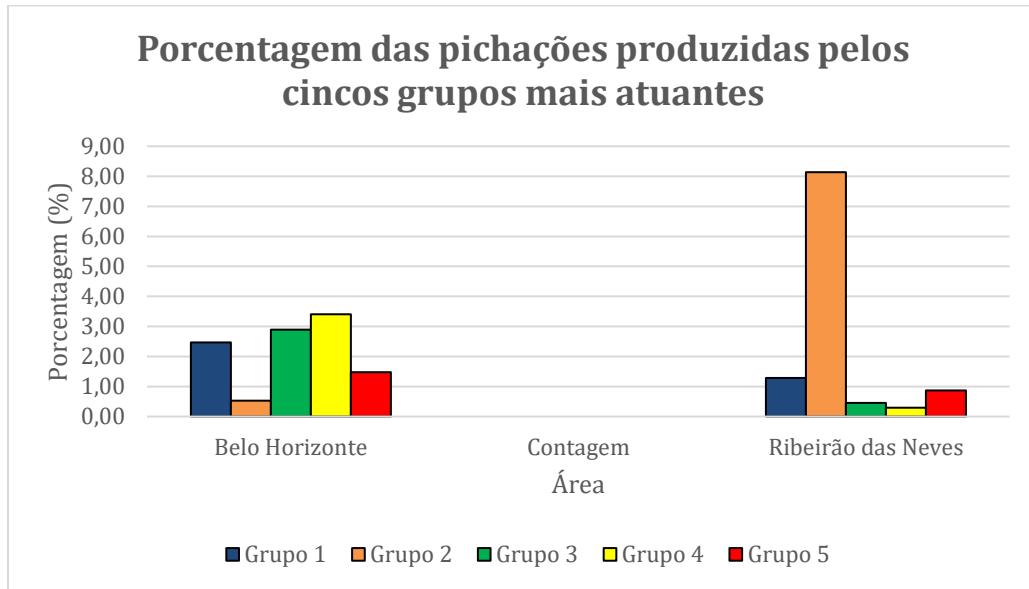


Gráfico 15 – Porcentagem de pichações dos cinco grupos mais atuantes nas Avs. Amazonas e Antônio Carlos e BR-040



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2022).

Similar às informações do subcapítulo passado (sobre a dinâmica dos grupos de pichadores no geral), buscando mais uma vez comparar e exemplificar, dentre os cinco grupos mais atuantes concomitantes no Hipercentro, Eldorado e Esperança e nas Avs. Amazonas, Antônio Carlos e BR-040 têm-se uma grande modificação. No Hipercentro, Eldorado e Esperança os grupos 1 e 4 possuem prioridades pelas centralidades dos bairros, mas utilizam pouco destas importantes vias para os alcançarem. Os grupos 2 e 5 são grupos antigos, mas que têm tido cada vez menos participação e atuação, podendo ser anunciado o término de sua mobilização em breve (ou continuar apenas pelos seus resquícios). Além disso, o grupo 5 era um dos grupos mineiros mais importantes, mas foi fortemente perseguido e seus integrantes foram capturados devido a uma ação que “lombrou” (deu errado). Some-se a isso o fato de sua liderança ter saído do país para fugir da perseguição e depois que voltou, sair do grupo e entrar em outros.

Já o grupo 3 (ocupando a terceira posição na hierarquia de maior quantidade no Hipercentro, Eldorado e Esperança) ocupa a primeira posição nas vias aqui abarcadas. É considerado igualmente um dos grupos mais importantes e influentes

mineiros (sendo competidor direto do grupo 5 citado anteriormente), ao qual está em constante movimentação, não deixando seus integrantes continuarem no grupo sem cumprir metas; apesar deste grupo ser fortemente perseguido pela polícia (sendo alvo de crimes forjados até na participação deles no CURA), seus integrantes utilizam de diversas artimanhas para não serem capturados; enquanto isso, outros integrantes adentram ao grupo.

Nas Avs. Amazonas, Antônio Carlos e BR-040 tem-se o grupo 1 (destacado como o grupo 3 anteriormente) dominando e configurando os espaços; o grupo 2 é um grupo medianamente antigo, mas que tem conquistado muitos locais (principalmente em rodovias); o grupo 3 é considerado o primeiro da capital, e, também, há pouco tempo foram presos alguns integrantes, ao qual a polícia vangloriou de ter acabado com o grupo, mas aqui mostra ao contrário: muitos integrantes ainda estão na prática e diversos outros marcaram pelo grupo em sinal de respeito e apoio; os grupos 4 e 5 são importantes na/da região e que têm crescido significativamente.

Os grupos podem ter tidos outras relações que não foram possíveis de serem capitadas, como fatores de distâncias, o grupo ter diminuído ou parado, ter mudado os locais de ações, conflitos internos/externos e afins. E por fim, pode demonstrar que os pichadores também utilizaram outras vias ou modos para se locomoverem, pois os principais eixos nem sempre são os caminhos prioritários e favoritos, pela vigilância e também pelo trânsito ou distância (podendo ter maiores gastos), fazendo com que adotem outros itinerários interessantes. Isto confirma que a metropolização não se dá somente pelos principais eixos, mas também por todas as outras ligações (sendo cada vez mais nítido nas configurações das paisagens e dos territórios-territorialidades).

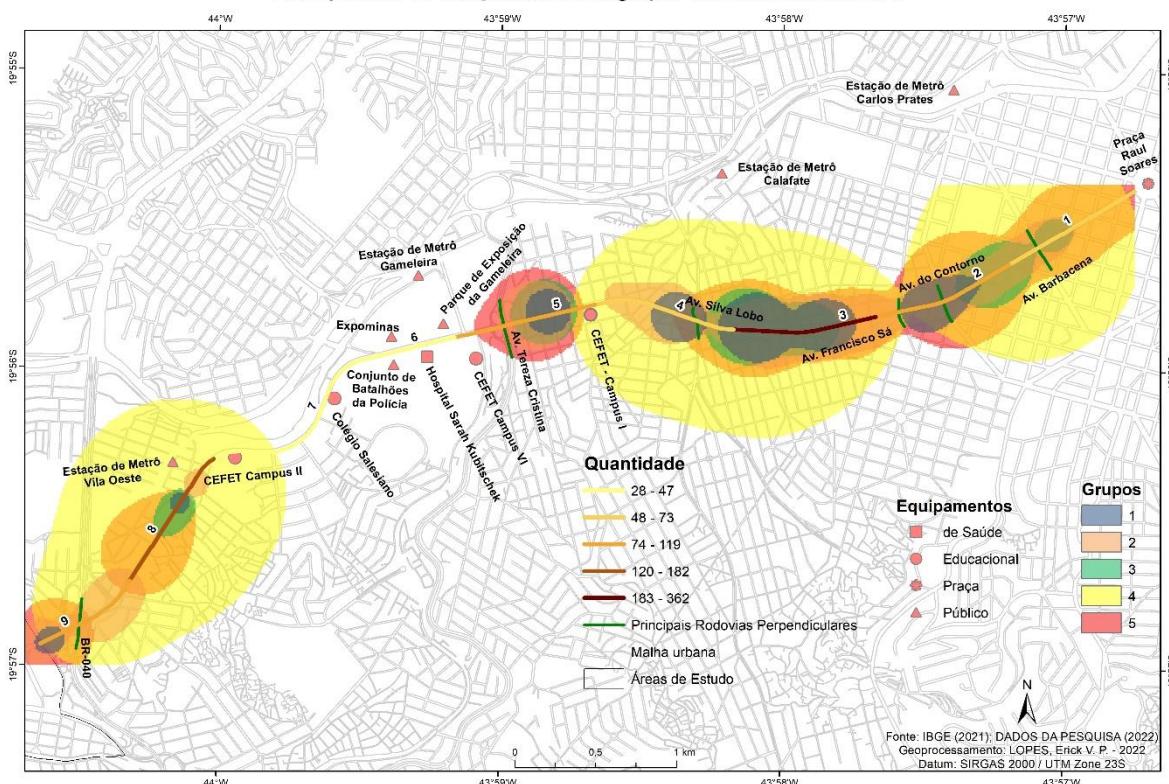
Por um lado, isto reforça novamente a troca constante entre os grupos nas áreas, pois por mais que não compartilhem exatamente os cinco grupos mais atuantes, três grupos encontrados concomitantes nas três primeiras áreas de estudo (os bairros) foram encontrados igualmente nas três segundas áreas de estudo (as rodovias), estando presente de forma exímia nas seis localidades, porém

com menores impactos em algumas. Mas de outro lado, demonstra a grande dinâmica da manifestação, pois a campanha para conquistar a cidade é feita a partir de uniões, de desagregações, de parcerias, de conflitos, de separações, mas, também, tem-se a guerra contra as forças de segurança, de distâncias, de disposição, de gastos para fazer a prática, dentre outros. Mostra-se novamente a atratividade e o repulso das áreas e a ousadia e disponibilidade de outros (correlacionados em como as paisagens e territórios tornam-se “afetuoso”/chamativos ou “não”/repulsivos). Estes grupos não se comportam de modo homogêneo no espaço, como pode ser constatado nos mapas 18, 19 e 20. Estes mapas representam a principal área de influência destes grupos a partir de mapas coropléticos e isopléticos, com a técnica de Kernel (representando a densidade principal de suas atuações).

Mapa 18 – Principal área de concentração dos cinco grupos mais atuantes em 2022 na Av. Amazonas – Belo Horizonte/MG

EIXO/CORREDOR DE LIGAÇÃO INTRAMETROPOLITANO DA AV. AMAZONAS - BELO HORIZONTE/MG

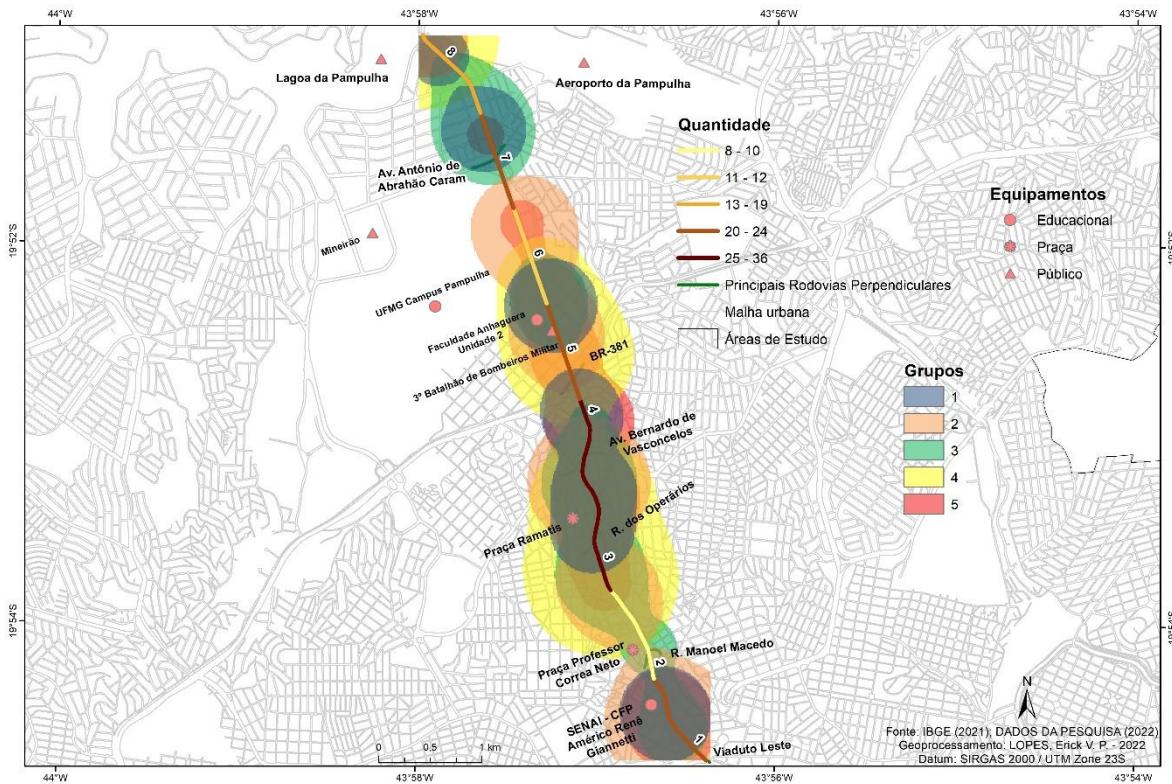
Principal área de atuação dos cinco grupos mais atuantes em 2022



Fonte: IBGE (2021); DADOS DA PESQUISA (2022).

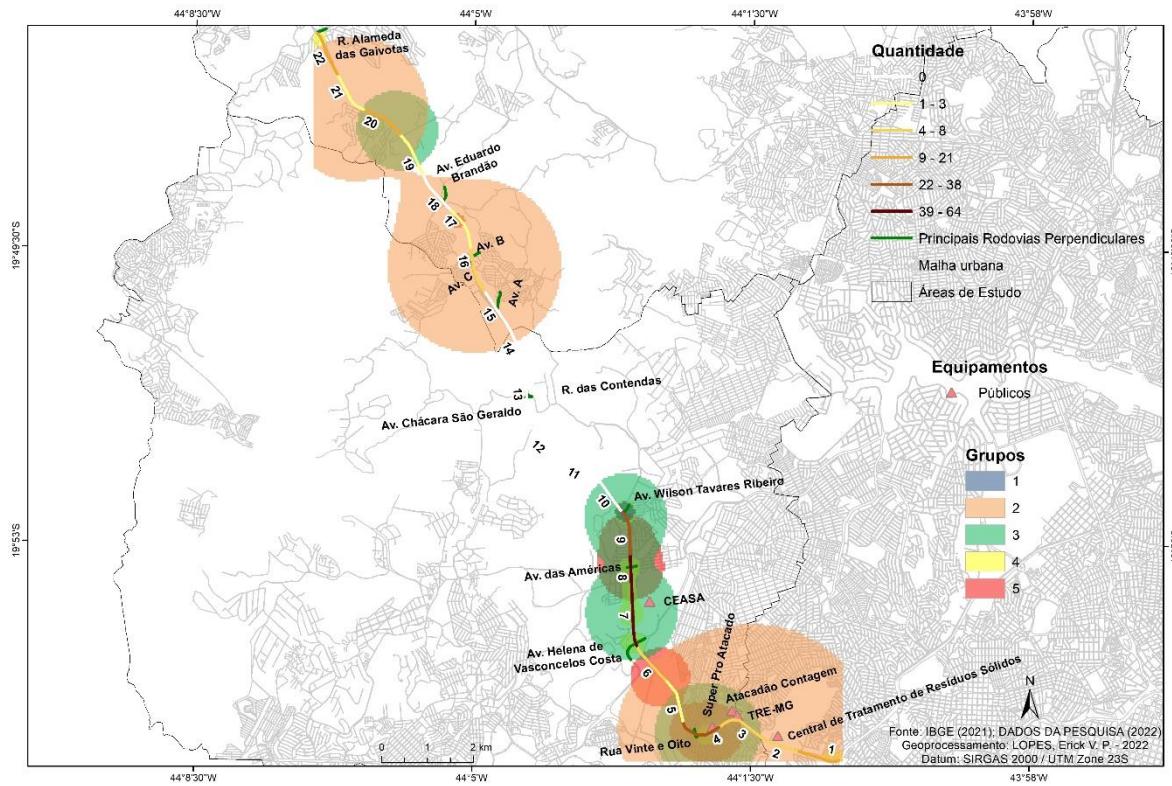
Mapa 19 – Principal área de concentração dos cinco grupos mais atuantes em 2022 na Av. Antônio Carlos – Belo Horizonte/MG

EIXO/CORREDOR DE LIGAÇÃO INTRAMETROPOLITANO DA AV. ANTÔNIO CARLOS - BELO HORIZONTE/MG
Principal área de atuação dos cinco grupos mais atuantes em 2022



Mapa 20 – Principal área de concentração dos cinco grupos mais atuantes em 2022 na BR-040 – Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves/MG

EIXO/CORREDOR DE LIGAÇÃO INTRAMETROPOLITANO DA BR-040 - BELO HORIZONTE, CONTAGEM E RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
Principal área de atuação dos cinco grupos mais atuantes em 2022



Fonte: IBGE (2021); DADOS DA PESQUISA (2022).

Para a Av. Amazonas, o grupo 1 foca-se nas áreas de maior visibilidade no geral; o grupo 2 além destas, ainda se dispersa pelos seus arredores, aproveitando provavelmente de um único rolê para fazer inscrição ao longo de toda a extensão da via; o grupo 3 tem-se padrão nas áreas de maior visibilidade; o grupo 4 tem-se as áreas de visibilidade e seus arredores; e o grupo 5 tem maiores proximidades com o Centro de Belo Horizonte, sendo que muitos de seus praticantes focam nas atividades ali realizadas ou residem nas proximidades.

Na Av. Antônio Carlos, o grupo 1 foca-se nas áreas de maior visibilidade, principalmente nos encontros de importantes vias; o grupo 2 além destas, ainda se dispersa pelas suas redondezas e proximidades com o Centro de Belo Horizonte, sendo uma área com maior facilidade de acesso e marcação; o grupo 3 tem-se padrão das áreas com maiores visibilidades; o grupo 4 tem-se foco também nas

áreas de maiores visibilidades; e o grupo 5 estende-se por quase toda a via, provavelmente aproveitando um único rolê.

Com a BR-040, o grupo 1 foca-se em apenas uma parte, tendo ali provavelmente a residência/trabalho/estudo/outro de algum integrante ou conflito com algum morador/estabelecimento; o grupo 2 destaca-se apenas nas extremidades, tendo a primeira proximidade com partes importantes de Belo Horizonte e a segunda partes importantes de Ribeirão das Neves, demonstrando novamente as relações anteriores; o grupo 3 tem-se padrão nas áreas com maiores visibilidades; o grupo 4 segue-se o último padrão; e o grupo 5 também. Tais fatores demonstram-se no geral como os grupos focam-se no apelo da visibilidade e também das relações entre integrantes ou pessoas fora do circuito.

Note-se que as áreas mais pichadas, sejam pelos pichadores, pelos grupos em geral e pelos grupos mais atuantes são idênticas: aquelas que apresentam grande visibilidade e disponibilidade de muros; as exceções são relações diversas ali encontradas. Tais locais concentram as áreas de maiores atendimentos das demandas e necessidades das populações. As áreas menos pichadas são ao contrário destas. A metropolização e a pendularidade são pautadas nos padrões, nas localizações e nos deslocamentos dos grupos, utilizando-se seja de transporte privado ou público, seja da utilização das áreas que possuem maiores acessibilidades e facilidades (características intrínsecas das suas paisagens e territórios). Vale ressaltar que tais manifestações apontam mais uma vez para as pesquisas de Diniz e outros (2015; 2017; 2019), de Lopes (2020) e de Lopes e Diniz (2022).

A visibilidade, notoriedade, ousadia e riscos (CEARÁ; DALGALARONDO, 2008) são facilmente alcançados nas áreas onde se têm maiores deslocamentos, movimentos e a presença de transeuntes e veículos, além da convergência de comércios, bens e serviços, abrangendo seus objetivos.

Como as áreas que têm maiores fluxos, visibilidades e acessibilidades influenciam drasticamente na pichação, demonstram indícios de integrações a partir de outros dados. Nota-se que as áreas que têm maiores presenças de pessoas,

logo de relações sociais, serão igualmente as áreas com maiores concentrações de culturas e manifestações culturais.

Repetindo as relações trazidas na contextualização da área para a análise integrada e integradora, correlacionado a suas histórias e dinâmicas, no quesito VEUs, população, PIB e vias importantes, tem-se a continuidade pela atratividade. Sobre as pendularidades, quantidade de pichações, de grupos e os grupos mais importantes segue-se igualmente. Ou seja, não é somente a quantidade de população e o PIB que aumentam a visibilidade, mas também a hierarquia, o nível de relação, a integração, a pendularidade e as manifestações culturais entre as áreas que esta população vive e realiza o seu cotidiano (LOPES; DINIZ, 2022).

Note-se, que no geral, a atuação tem correlações fortes com a influência, a área de interação, de relação, de poderes e afins, aos quais ditam a pichação e a pichação metropolitana. Tanto a pichação no geral, os grupos no geral e os cinco grupos de pichadores mais importantes compartilham os seus padrões, a partir de acessibilidades e integrações.

A partir da paisagem, tanto física (fixos, seus aparatos de edificações, tipo, posição, altura, funcionalidades) quanto simbólica (aparatos culturais), é detentora de territórios e territorialidades produzidos pela metropolização e acompanhados dos movimentos pendulares (fluxos). Os pichadores acompanham os últimos, sejam como utilizadores deles enquanto trabalhadores, estudantes, em busca de comércios, bens e serviços, de lazer e culturas no geral, sejam como pichadores, focando-se no aspecto de lazer e cultura periféricos, marginais e proibidos. Desta maneira, o movimento pendular é tido como sua utilização e sua inspiração, pois o praticante irá pichar onde ocorre mais. Assim, são exímios conhecedores dos trajetos e rotas de veículos, principalmente dos transportes, como os ônibus.

Para que o rolê seja profícuo, uma ação comum utilizada pelos praticantes é pichar diversas vezes seguindo algum caminho e sentido lógico-espacial. Estas ações podem ser divididas em: ir de algum transporte para algum local fazer suas atividades e voltar para sua residência a pé pichando todo o caminho; ir a pé pichando todo o caminho até o local da atividade e voltar de algum transporte; ter

como alvos diversas localidades e ir pichando os caminhos até alcançar tais locais; ir em busca de alvos específicos, mas parar no caminho em alvos que os chamem a atenção; parar alguma atividade que estejam realizando para pichar um local de destaque; tem-se os que juntam-se em um veículo (geralmente particular) e vão em busca de locais interessantes que estes viram ou ficaram sabendo ao longo da semana; e afins. Logo, a paisagem comum citadina os despertam atenção e os convidam para escreverem e marcarem a expansão de seus territórios e territorialidades. Como as áreas de estudo são grandes e importantes eixos/corredores de ligação/acesso, é comum em um só rolê ser marcado toda a sua extensão, para “não perder o rolê”, “aproveitar o rolê”, “fazer valer a pena”, “para ser tchunai” (podendo ser percebido pela localidade, pelo tipo da letra, pelo tipo e cor do material utilizado e marcado).

Há casos, por exemplo, de pichadores que foram parados pela polícia, e segundo eles, os policiais afirmaram que só os abordaram porque estavam horas a fio pichando a mesma rua e os policiais tiveram que intervir.

Como os grandes eixos de articulação metropolitana, Avs. Amazonas e Presidente Antônio Carlos e BR-040, são apropriados pelos pichadores? São apropriados de forma específica que estes utilizam o espaço metropolitano, levando em consideração a tipologia, a funcionalidade, a hierarquia e os fluxos, mas compartilham dos padrões de apresentação, de dispersão, dos grupos e das atuações dos grupos mais importantes. Operam buscando espelhamento da metrópole (Belo Horizonte) e sua extensão nas suas adjacências (Contagem e Ribeirão das Neves), levando os hábitos culturais, mas também os recebendo (tanto do ponto de vista físico, simbólico, paisagístico e territorial). A pichação acompanha a dinâmica metropolitana, havendo espelhamento dos dados de Diniz e outros (2015; 2017; 2019), Lopes (2020) e por Lopes e Diniz (2022), evidenciando a forte presença dos grupos que estavam outrora nas centralidades do Hipercentro, do Eldorado e do Esperança, além dos grupos que estão nas vias, mas evitam tais áreas centrais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano ao longo do estabelecimento e desenvolvimento enquanto uma espécie, necessitou de estratégias básicas para dar continuidade em seus desejos e intenções. A cultura (uma das estratégias) assegurou necessidades básicas (como comer, falar, dormir, comunicar e manifestar) e necessidades mais avançadas (como agrupamentos, as cidades e a perpetuação de seus fazeres). A pichação (uma necessidade), de forma exímia, perpassou por todos os contextos (tendo prioridades e importâncias relativas a estes, acompanhando diversos outras(os) manifestações/fenômenos). Embora a pichação alcance a onipresença global, ela não se espalhou uniformemente, acompanhou uma hierarquia de estabelecimentos humanos, na seguinte ordem: nomadismo, sedentarismo e as grandes civilizações. Em sua forma tenra, seguiu-se as hierarquias das cidades: centros urbanos mundialmente conectados, cidades em grandes, medianas e menores hierarquias, e, áreas rurais (sua quantidade também segue esta ordenação). No Brasil, seguiu-se de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Na RMBH, partiu de Belo Horizonte para as suas adjacências imediatas (Contagem, Ribeirão das Neves e afins), depois nas cidades limites de tais adjacências: nota-se assim claramente o processo de difusão hierárquica. Em cada uma dessas localidades, pelo aporte da cultura local, a pichação modifica-se.

De forma gloriosa na sua vanguarda, passou a ser questionada hodierno (o que aconteceu com as cidades e suas maiores centralidades, como as metrópoles e processos correlacionados). Entretanto, é onipresente e onipotente nos grandes centros urbanos e entre os seus processos, adotando-se de grafias, estéticas e condutas (correlacionadas com paisagens, territórios e territorialidades) marginais, contestatórias, avessas e de oposição.

A metropolização (um destes processos), principalmente em sua forma contemporânea, tem aglutinado poderes nas metrópoles e em outras centralidades em seus arredores, alastrando esses para os limites de sua hinterlândia (o que tem acrescido consideravelmente), integrando, congregando e auxiliando um conjunto

de entidades heterogêneas, descontínuas, diversas e cada vez mais distantes (seja político, natural ou artificial, como nas RMs ou em outras organizações). Em suas áreas mais próximas, o impacto tende a ser maior, pelo compartilhamento de equipamentos e funções de interesse comum. Assim, os limites das metrópoles desfazem, enquanto os limites metropolitanos fortalecem-se (unidade). Nas proximidades, de tal modo, torna-se mais intenso os processos de conurbação, a partir dos tentáculos, dos magnetismos e das atrações apropriados pelos eixos/corredores de ligação/acesso intrametropolitanos. Os processos são relacionais e necessitam-se mutuamente de suas trocas.

O sistema de ligação (por todos os modais, mas destacando-se o viário) garante vitalidade (pulsando vidas), onde os fluxos (de todas as ordens materiais e imateriais, principalmente os pendulares e de manifestações culturais) e os fixos (todos os edificados e construtos constituídos na cidade para cumprirem os seus papéis) interagem e interconectam na trama e no jogo de relações urbanas. As culturas e o urbano não desassociam, pois o material/concreto e abstrato/simbólico estão em todas as composições; são palcos e possuem os atores enchendo e encharcando a cidade de relações, de culturas e de vida (e de paisagens territoriais). O urbano e o cultural amalgamam-se, entremeiam-se e fundem-se, sendo uma perspectiva única. A volatilidade é processo primordial, alterando significados aos passos e artifícies do cotidiano, seja em horas, em dias, em semanas, em meses, em anos.

Como todas as dimensões da vida urbana participam das mobilidades e acessibilidades, onde a metropolização estende tais aspectos, inevitavelmente, estende padrões, valores, práticas, hábitos e culturas urbanos e metropolitanos, típicos do seu núcleo central – busca-se a homogeneização destes. Porém, não ocorre somente isto. Ao passo que as áreas absorvem de forma diferenciada tal influência e adpta-a de acordo com os moldes locais, essas criam-se outras formas, às quais se tais áreas detiverem forças suficientes, conseguem emanar de volta para a centralidade principal.

Já que a metropolização materializa e imaterializa seus processos nas paisagens urbanas, criando territórios e territorialidades diversos, cria-se novas utilizações perante as mudanças. Os pichadores aproveitam-se disto e apropriam-se de todas estas formas, buscando saturar partes a fim de destacar na intensa disputa espacial, territorial e paisagística, priorizando locais de maior visibilidade, logo de acessibilidade e facilidade.

O processo de metropolização na RMBH ocorreu antes mesmo de se ter a indução pelo governo (a partir de 1973), ao qual intensificou as relações entre as diversas centralidades, principalmente as derredoras (destacando-se Contagem e Ribeirão das Neves), com o território do polo de Belo Horizonte; trazendo-se destaque para a região desde a década de 1940. A perquirição do comportamento espacial dos pichadores e seus grupos na RMBH (ao qual demonstra uma outra RMBH – cultural – que evidencia a RMBH constitucional) explana e torna evidentes tais processos, relacionando-se a realidade e a articulação entre as três principais centralidades, buscando dar luz e pistas sobre interações e integrações intrametropolitanas. Originalmente presente na área *core* de Belo Horizonte (bairro Centro) e alguns bairros periféricos (como Venda Nova, Anchieta e outros – alguns destes bairros estão nas extremas periferias da cidade) na década de 1980, grassou nas décadas seguintes por todos os territórios da RM, incluindo todas as hierarquias presentes. A singularidade e especificidade da pichação ocorre em cada movimento, perfazendo a sua existência nos seus desejos de adrenalina, de prazer, de lazer e de diversão proibidos; vivem pela e para a comunicação, disputa territorial/paisagística, destaque e ibope.

Fazendo-se um compêndio sobre os resultados, tem-se a metropolização da, a partir e pela pichação, principalmente pelos padrões observados nas características gerais, nos grupos gerais e nos principais grupos atuantes concomitantes nas três áreas de estudo das Avs. Amazonas e Presidente Antônio Carlos e BR-040, às quais ligam as principais centralidades da RMBH. Assim, suas condições são semelhantes, mas modificando-se de acordo com hierarquias, tipologias e funcionalidades das áreas (e suas relações externas), tendo

seletividades explícitas (além da seletividade do olhar, tem-se a seletividade do local e da ação). Teve-se que: as quantidades totais e atuações de pichação, de grupos de pichadores e dos cinco principais grupos de pichadores estabeleceram-se em maiores níveis na Av. Amazonas, em níveis medianos na Av. Antônio Carlos e em menores níveis na BR-040. Na primeira, os tipos de edificações que predominaram foram edificações mistas, comerciais e residenciais; na segunda foram as edificações residenciais, comerciais e mistas; e na terceira foram as edificações industriais, residenciais e mistas; convergindo para zoneamentos e utilizações dos municípios.

Outras seletividades dão-se ao passo de que: a natureza da pichação destacou-se no tipo de marcações de territórios e/ou grupos (maior disputa territorial); pichações que não estão nas esquinas (por ter poucos cruzamentos entre importantes vias); pichações em edificações (maiores compostos das paisagens, territórios e territorialidades urbanas e metropolitanas); posição do muro e porta de lojas (pelos destiques de edificações comerciais, residenciais e mistas); na altura do nível do olhar (facilidades) e marquise (maior destreza); com spray aerossol (facilidade) e rolinho (destaque); nos estilos mineiro (localismos), paulista (maior influência) e grafite (aceitação e incentivação); sem sobreposições (disputa simbólica) e outras relações (atreladas às configurações dos praticantes e grupos); e maior presença de marcações sem grupos (fato subjetivo).

Do ponto de vista do tratamento da informação espacial, as áreas mais pichadas no geral, pichadas com grupos e pichadas pelos principais grupos, apontaram-se para as áreas com grandes fluxos e extremas visibilidades, de transeuntes e de veículos (principalmente ônibus, ou seja, de pendularidade), em proximidades com vias e equipamentos importantes (novamente tendo peso os movimentos pendulares), e também, da disponibilidade de muros (extensão e de difícil remoção). As áreas menos pichadas são as que não têm visibilidade, são de fácil limpeza e de constante vigilância. Ou seja, onde mais as pessoas estão/estarão localizadas e deslocando, será onde mais terá/terão a localização, deslocamento e visibilidade das manifestações culturais. E como a pichação foca na visibilidade, na

ousadia, no risco, na notoriedade, no reconhecimento (CEARÁ; DALGALARRONDO, 2008), na fama e no ibope (o que são os objetivos maiores na prática), também estarão nestes.

Porém a visibilidade é totalmente ambígua. Por mais que sempre busquem a visibilidade, suas práticas são realizadas no anonimato (não se sabe quem são, não se vem fazendo), são visíveis-invisíveis; fazendo frente e vez, dando a voz, o grito (e a grafia) dos/ao excluídos. É uma guerra silenciosa, mas ativamente escrita, representando processos e contradições. Entretanto, é desta forma que deixam de ser uma simples pessoa (que pode ser esquecida e/ou excluída) para ser um vangloriado perante aos seus semelhantes, um causador no imaginário popular e nas mídias. Mesmo aqui buscando interpretar seus padrões e comportamentos, ainda é subjetivo (DINIZ; FERREIRA; ALCÂNTARA, 2015); embora espacial, paisagístico, territorial, crítico e causador de incômodos.

Cabe aqui ressaltar que os resultados afirmaram os achados pelas pesquisas supracitadas sobre os estudos da pichação, principalmente por Diniz e outros (2015; 2017; 2019), por Lopes (2020) e por Lopes e Diniz (2022).

Embalados por estas motivações destacadas ao longo do texto, note-se o processo de seletividade nas tomadas de decisões: há os territórios, territorialidades e hierarquias horizontais, com toda a extensão do urbano, sendo lotes, quadras, bairros, zoneamentos, regionais, cidades, municípios, regiões, RMs, estados e países; e há os verticais, partindo de uma mesma edificação, como tipo, posição na edificação, fachadas e alturas (DINIZ; FERREIRA; LACERDA, 2019). Adicione-se a isso aos territórios, territorialidades e hierarquias grupais, aos quais certos indivíduos de grupos e/ou grupos fazem a campanha para modificar a cidade (e sua paisagem) e têm características intrínsecas (embora não muito comum, têm grupos com preferências de tipo de alfabeto, de altitude, de materiais, dentre outros).

Os desfechos refletem também sobre o comportamento das centralidades e sua consequente importância nos atributos e valores culturais. Destaque-se como que em sua campanha por ocupar toda a cidade, criam e recriam novas paisagens, territórios, territorialidades, organizações e configurações das cidades (alteram a

paisagem com suas marcas, mas também os responsáveis pelos construtos alteram para não serem marcadas). Buscam deixar a cidade aos seus moldes e modelos, ditam a pichação metropolitana.

Some-se a isso o fato da mescla entre áreas dos saberes ser profícua para o estudo de objetos tão perspicazes. A Geografia, com o aporte de outras ciências sociais, e também de subcampos diferentes, como a Geografia Cultural e Urbana, pautando-se em observações e trabalhos de campo, bem como as tecnologias de coleta e tratamento de informações espaciais, foram exímias para a aproximação do entendimento. Com isto ainda não se tem a exatidão total, sem esta mescla, pouco seria feito.

Assim, os arremates também apontam para uma maior dinâmica de Belo Horizonte na pichação, mas além disto, igualmente abarcam como as práticas locais de Contagem e Ribeirão das Neves fazem resistência e buscam “devolver” as contribuições e as influências iniciais. Confirma-se a homogeneização (ou, pelo menos, sua tentativa) dos hábitos, dos valores e das práticas urbanos e metropolitanos. Além de ter sua gênese ligada na maioria das vezes para a metrópole (e por isso também estão mais presentes nelas), marcam fortemente em direção a Contagem e em menor nível em direção a Ribeirão das Neves (pelo deslocamento, pela acessibilidade e pelas visibilidades serem maiores na primeira). Os pichadores, sejam no ato ou como cidadinos e cidadões metropolitanos, percorrem livremente as extensões do urbano, ignorando (e muitas vezes nem sabendo-se realmente dele, pois unificam-se os municípios) os limites e as jurisdições paisagísticas, territoriais e espaciais (como é encontrado normalmente). Eles têm consciência aguçada das tramas urbanas e metropolitanas. Os resultados apoiam e pautam a/n/a metropolização. Os atores deslocam-se não somente utilizando as principais vias e pelos ônibus, mas também as adjacentes e com outros meios de transporte, tendo em vista trânsito, vigilância, facilidades, gastos e a maior ocupação das paredes possíveis. Note-se que o material reflete no simbólico e vice-versa.

A lógica espacial é intrínseca e essencial. Os praticantes são exímios conchedores, gestores, estrategistas, planejadores, utilizadores, criadores dos espaços, dos poderes, das paisagens, das identidades, dos territórios e territorialidades e das manifestações culturais urbanos e metropolitanos; refletem a dinâmica da cidade e da RM: são evidências e deixam evidente a própria metropolização.

A hipótese de que o fenômeno da pichação acompanha a dinâmica metropolitana, estando de modo explícito e em toda extensão dos eixos viários; o reflexo e espelhamento dos dados de Lopes (2020), evidenciando os grupos que picham em todas as centralidades concomitantes; e o fato de grupos que não estão nas centralidades, mas estão nas vias (estando poucos passos das primeiras, mas evitando-as) foi comprovada e confirmada.

Sobretudo, tal recorte não finaliza os esforços empreendidos e estimula-se outros estudos com tais finalidades, buscando formas de culturas e outras alternativas. O que é tido infelizmente marginalizado, vandalismo, periférico, favelarizado, juvenil, tratado unicamente como crime (principalmente ambiental), é errôneo e culmina em um rico e próspero objeto de estudo, valorizando de todas as formas quaisquer culturas de ruas e artes urbanas. Tem-se seus contributos de utilizar o marginal, o contestatório, o avesso e de oposição como orgulho, como atributo, sendo sempre ao seu favor: são o próprio estigma. São corpos que marcam outros corpos (os construtos e edificados, as paisagens e horizontes, os territórios e territorialidades) (RESENDE; ROBALINHO; AMARAL, 2019) e priorizam seus próprios corpos/regras (presença individual e coletiva).

E por fim, mas não menos importante, gostaríamos de sugerir e pleitear que as culturas e suas manifestações podem vir a ser e são um importante indicador metropolitano; sendo algo infelizmente negligenciado pela literatura. Seja qualquer cultura, mas que aqui destacou-se a cultura da pichação, pode ser considerada um indicador alternativo para configurar o nível de integração municipal, de pendularidades, de relações e trocas, de movimentos, ou seja, de metropolização e seus aspectos; sendo intra e intermunicipal ou metropolitano, extrapolando os

dados tradicionais dos censos demográficos e pesquisas O-D. Mas, aponta-se para a visibilidade de quem merece e necessita: os grupos excluídos e injustiçados.

REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS

ADAMS, J. S. Classifying settled areas of the United States: conceptual issues and proposals for new approaches. In: DAHMANN, D. C.; FITZSIMMONS, J. D. (eds.). **Metropolitan and nonmetropolitan areas**: new approaches to geographical definition. Washington: Population Division/US Bureau of the Census, September 1995. p. 9-73.

ADRMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Pesquisa Origem e Destino**. 2021. Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/pesquisa-od/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

ANDAN, O.; D'ARCIER, B. F.; RAUX, C. Mouvements, déplacements, transport: la mobilité quotidienne. In: AURAY, J. P.; BAILLY, A.; DERYCKE, P. H.; HURIOT, J. M. (orgs.). **Encyclopédie d'économie spatiale**: concepts – comportements – organisations. Paris: Economica, 1994. p. 247-252.

ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. **Civitas – Revista De Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 381-402, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/14295>. Acesso em: 21 dez. 2021.

ASCHER, F. **Métapolis ou l'avenir des villes**. Tradução de Olga Firkowski. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995. 240 p.

AZEVEDO, S.; MARES GUIA, V. R. A questão metropolitana no processo da reforma do Estado no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, p. 131-144, 2000.

BAIRD, J. A.; TAYLOR, C. **Ancient Graffiti in Context**. New York: Routledge, 2011. 260 p.

BALBIM, M. N. et al. Desafios contemporâneos na gestão das cidades metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 149-176, jan./jun., 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277261523_Desafios_contemporaneos_na_gestao_das_regioes_metropolitanas. Acesso em: 5 nov. 2021.

BAREL, Y. Le social et ses territoires. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. (orgs.). **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris: Fayard e Fondation Diderot, 1986. p. 129-139.

BATES, L. **Bombing, Tagging, Writing**: an analysis of the significance of graffiti and street art. 2014. (Masters Thesis in Historic Preservation). University of Pennsylvania, Philadelphia, PA, 2014.

BATISTA, G. M. **A criação de Regiões Metropolitanas no Brasil**: motivações e características institucionais. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/861929.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BAUDRILLARD, J. Kool Killer ou a Insurreição pelos signos. **Revista Cine Olho**, v. 5, n. 6, 1979. Disponível em:
https://xa.yimg.com/kq/groups/21827570/2054563724/name/Kool_killer.pdf.
Acesso em: 28 jul. 2022.

BAUER, G.; ROUX, J. M. **La Rurbaisation ou la Ville Épparpillée**. Paris: Le Seuil, 1976. 192 p.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia da população**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. 441 p.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. France: Calouste Gulbenkian, 2010. 525 p.

BENJAMIN, W. **O anjo da história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 264 p.

BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 15, p. 45-54, 2002. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicação/RDG/RDG15/RDG15_10.PDF. Acesso em: 25 mar. 2022.

BERQUE, A. Introduction. In: BERQUE, A. (org.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: Champ Vallon, 1994. p. 5-10.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 441 p.

BLOOMFIELD, T. B. Paisagens urbanas e lugares: uma abordagem de Geografia Cultural para a intervenção urbana polaroides (in)visíveis, de Tom Lisboa, em Curitiba. In: 17º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Panorama da Pesquisa em Artes Visuais, 2008, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2008. Disponível em:
<http://anpap.org.br/anais/2008/artigos/072.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRANDÃO, C. Espaço, escala e economia metropolitanas: em busca de referenciais teóricos e analíticos. In: Seminário Internacional da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalizacion y Territorio, 2006, Bahia Blanca. **Anais** [...]. Bahia Blanca, 2006.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. 96 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Dispõe do Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=1%C2%BA%20N%C3%A3o%20h%C3%A1%20crime%20sem,pena%20sem%20pr%C3%A9via%20comina%C3%A7%C3%A3o%20legal.&text=pena%20no%20tempo-,Art.,efeitos%20penais%20da%20senten%C3%A7a%20condenat%C3%B3ria>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.408, de 25 de maio de 2011**. Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para desriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASSAI. **Graffiti**. Paris: Flammarion, 2002. 153 p.

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles. O significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/Q756QhjGrpsfXGBV4zpYhNk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2022.

BRUNHES, J. **La Géographie Humaine**: essai de classification positive. Principes et exemples, Paris, Félix Alcan, 1910. 801 p.

BURZLAFF, V. P. **Ponto e linha sobre plano**: a pichação na região central da cidade de Porto Alegre. 2008. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16042>. Acesso em: 12 jun. 2022.

CAETANO, J. N.; BEZZI, M. L. Reflexões na Geografia Cultural: a materialidade e a imaterialidade da cultura. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, a. 23, n. 3, p. 453-466, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/y5KyVymLcJ7xFBKm9pWvbQm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.

CALDEIRA, T. P. do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000. 399 p.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. 416 p.

CANETTIERI, T. **A Produção de novas periferias metropolitanas**: migração e expulsão dos pobres da RMBH na primeira década do século XXI. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://wiki.indisciplinar.com/webdav/publicacoes/Dissertacao_Thiago_Canettieri.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

CANEVACCI, M. **A cidade polifônica**. São Paulo: Studio Nobel, 1993. 238 p.

CARLOS, A. F. A. "Geografia Urbana" como disciplina: uma abordagem possível. **Revista do Departamento de Geografia** – USP, Volume Especial 30 Anos, p. 92-111, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53844>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2009. 104 p.

CARLOS, A. F. A. O direto à cidade e a construção da metageografia. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 221-247, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12600/8081>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CARMO, S. de C.; FALCOSKI, L. A. N. Um olhar sobre o planejamento e gestão metropolitanos: a Região Metropolitana da Baixada Santista. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 14, p. 127-147, 2005. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8792/6514>. Acesso em: 18 nov. 2021.

CARVALHO, R. A. de. **Entre prezas e rolês**: pixadores e pixações de / em Belo Horizonte. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9ESH7U/1/carvalho__rodrigo_amaro._disserta__o._entre_presas_e_rol_s.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 700 p.

CAVALCANTI, L. de S. Aprender sobre a cidade: a Geografia Urbana brasileira e a formação de jovens escolares. **Revista Geográfica de América Central**, Universidad Nacional Heredia, Costa Rica, v. 2, p. 1-18, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820130.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

CEARÁ, A.; DALGALARRONDO, P. Jovens pichadores: perfil psicossocial, identidade e motivação. **Psicologia USP**, v. 19, n. 3, p. 277-293, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/41964/45632>. Acesso em: 14 jul. 2022.

CHASTANET, F. **Pixaçao**: São Paulo signature. Paris: XGpress, 2007. 227 p.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. Tradução de Carlisle W. Baskin. Prentice-Hall, 1966. 230 p.

CLARK, D. O campo da Geografia Urbana. In: CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. Tradução de Lúcia H. de O. Gerardi; Silvana M. Pintuadi. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p.17-35.

CLAVAL, P. C. C. **Geografia Cultural**. Florianópolis, EDUSC, 1999. 456 p.

CLAVAL, P. C. C. Geografia Cultural: um balanço. **Revista Geografia (Londrina)**, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2011. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14160>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CLAVAL, P. C. C. O Papel da Nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDALH, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 35-86.

CONAN, M. L'invention des identités perdues. In: BERQUE, A. (org.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. France: Champ Vallon, 1994. p. 31-49.

CORRÊA, J. da S. Geografia Cultural: uma breve história. In: Workshop de Geografia Cultural: o lugar e as disputas da cultura no espaço, 3., 2017, Alfenas, MG. **Anais [...] Alfenas: UNIFAL-MG, 2017.** Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/historia%2036-51.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

CORRÊA, R. L. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDALH, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 167-186.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 37-46, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2431>. Acesso em: 5 jun. 2021.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. 96 p.

CORRÊA, R. L. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, a. 50, n. 2, p. 107-124, abr./jun., 1988. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n2.pdf. Acesso em: 1 maio 2022.

CORRÊA, R. L. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 94, p. 1-11, 2016. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/AGB-SP1_b439735c10ad0fac31ef4ef4c3f86b8e. Acesso em: 7 set. 2021.

CORRÊA, R. L. Sobre a Geografia Cultural. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, [s.v.], 2009. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br/artigos/contibuicoes/Roberto%20Lobato%20Corrêa%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

CORRÊA, R. L.; ROSENDALH, Z. **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. 179 p.

COSGROVE, D. E. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 92-123.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: problemas da teoria. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 5-29.

COSGROVE, D. E. Mundo de significados: Geografia Cultural e imaginação. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural**: um século. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. p. 33-60.

COSGROVE, D. E. **The Palladian Landscape**. Geographical Change and Its Representation. University Park, Pennsylvania State University Press, 1993a. 286 p.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural**: um século. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000b. p. 135-146.

COSTA, J. V. da. **A galera do xarpi carioca**. 2009. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2191/3/JVCOSTA.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CRESSWELL, T. The crucial ‘where’of graffiti: a geographical analysis of reactions to graffiti in New York. **Environment and planning D: society and space**, v. 10, n. 3, p. 329-344, 1992.

CRIS, K. Celacanto provoca maremoto. **Catalisando.com**, [s. l.], 2014. Disponível em: <http://catalisando.com/goldenlist/cela-canto.htm>. Acesso em: 25 jun. 2022.

DAMATTA, R. da. Você tem cultura? **Jornal da Embratel**, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/877886/mod_resource/content/1/2_MATTA_Você%20tem%20cultura.pdf. Acesso em: 6 jul. 2021.

DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 136-160.

DEMATTÉIS, G. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTÉIS, et al. (orgs.). **I futuri della città**: tesi a confronto. Milano: Angeli, 1999. p. 117-128.

DINIZ, A. M. A.; ANDRADE, L. T. de. Metropolização e hierarquização das relações entre os municípios da RMBH. In: ANDRADE, L. T. de; MENDONÇA, J. G. de; DINIZ, A. M. A. (eds.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC – Minas, 2015. p. 120-144.

DINIZ, A. M. A.; FERREIRA, R. G. B.; ALCÂNTARA, S. A. Pichação, paisagem e território no Hipercentro de Belo Horizonte. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 22, n. 30, p. 85-104, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/P.2316-1752.2015v22n30p84>. Acesso em: 5 jun. 2021.

DINIZ, A. M. A.; FERREIRA, R. G. B.; LACERDA, A. G. Territórios renitentes: os efeitos das políticas repressivas à pichação em Belo Horizonte (2011-2015). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 50, p. 589-616, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27n50p589>. Acesso em: 5 jun. 2021.

DINIZ, A. M. A.; FERREIRA, R. G. B.; LACERDA, A. G. Territórios Verticais: Grafismos Urbanos no Hipercentro de Belo Horizonte. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 71, p. 85-103, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/45174>. Acesso em: 5 jun. 2021.

DINIZ, A. M. A.; MENDONÇA, J. G. de. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. In: ANDRADE, L. T. de; MENDONÇA, J. G. de; DINIZ, A. M. A. (eds.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC – Minas, 2015. p. 33-46.

DUNCAN, J. A. Paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAL, Z. (orgs). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 186 p.

ETZIONI, A. **A comparative analysis of Complex organizations**: on power, Involvement and their correlates. New York: Free Press of Glencoe, 1961. 366 p.

FERRARI, A.; OLIVEIRA, B. T. de. Marcas na Escola: pichação, grafite e subjetividades no ensino com arte. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v45n1/2175-6236-edreal-45-01-e88923.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020.

FERREIRA, A. Caminhando em direção da metropolização do espaço. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 3, p. 441-450, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123824>. Acesso em: 4 jun. 2022.

FERREIRA, A. Metropolização do espaço, tensões e resistências: entre espaços de controle e controle do espaço. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XVIII, n. 493 (5), p. 1-174, 1 nov. 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-493/493-55.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2022.

FERREIRA, R. G. B. **Pixaçao e percepção geográfica no Hipercentro de Belo Horizonte**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_FerreiraRG_1.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

FERRELL, J. Graffiti, street art and the politics of complexity. In: ROSS, J. I. (ed.). **Routledge Handbook of Graffiti and Street Art**. Nova York: Routledge, 2016. p. 31-39.

FILARDO, P. R. **A pichaçao (tags) em São Paulo**: dinâmicas dos agentes e do espaço. 2015. Dissertação (Mestrado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-07032016-152052/pt-br.php>. Acesso: 5 jan. 2022.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 19-38, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21530474-Por-que-as-regioes-metropolitanas-no-brasil-sao-regioes-mas-nao-sao-metropolitanas.html>. Acesso em: 4 mar. 2022.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F.; BALISKI, P. Os sentidos da metrópole: balanço conceitual com base nas publicações dos Cadernos Metrópole. **Cadernos da Metrópole**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 625-647, set./dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S223699962018000300625&lng=en&nrm=iso&tlang=pt. Acesso em: 15 abr. 2022.

FORTUNA, C. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 123-148, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1272#quotation>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité**: la volonté de savoir. Paris: Gallimard, 1976. 214 p.

FRANCO, S. M. **Iconografias da metrópole**: grafiteiros e pixadores representando o contemporâneo. 2009. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-18052010-092159/publico/mestrado_sergio_LIVRE.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

FREDERICK, U. K. Revolution is the new black: Graffiti/art and mark-making practices. **Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress**, v. 2, n. 5, p. 210–237, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 107 p.

FREY, W. H.; SPEARE JUNIOR, A. Metropolitan areas as functional communities. In: DAHMAN, D. C.; FITZSIMMONS, J. D. (eds.). **Metropolitan and nonmetropolitan areas**: new approaches to geographical definition. Washington, DC: Population Division/ US Bureau of the Census, September 1995. p. 139-190.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 1989. 323 p.

GITAHY, C. **O que é graffiti**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 66 p.

GOBARD, H. **L'aliénation linguistique**: analyse tétraglossique. Paris: Flammarion, 1976. 298 p.

GOMES, P. C. da C. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078/5454>. Acesso em: 12 jun. 2021.

HAESBAERT, R. Epílogo: Hibridismo, mobilidade, e Multiterritorialidade Abordagem Cultural da Geografia numa perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. In: SERPA, A. (org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 393-419.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.

- HALL, S. **Representations**: cultural representations and signifying practices. London: Routledge Publications, 1997. 408 p.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 2010. 341 p.
- HARVEY, D. **Consciousness and the urban experience**. Oxford: Blackwell, 1985. 293 p.
- HARVEY, D. **Social justice and the city**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973. 337 p.
- HARVEY, D. **The Urban Experience**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989. 312 p.
- HAWORTH, B.; BRUCE, E.; IVESON, K. Spatio-temporal analysis of graffiti occurrence in an inner-city urban environment. **Applied Geography**, v. 38, p. 53-63, 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa da população dos municípios em 2021**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/38/0>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios de 2020**. 2020a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/38/0>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. p. 196. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- ISNARDIS, A. **Pichações e pichadores na cidade de Belo Horizonte**. 1995. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.
- ISNARDIS, A. Pinturas Rupestres Urbanas: uma Etnografia das Pichações em Belo Horizonte. **Revista de Arqueologia**, n. 10, p. 143-161, 1997.
- JACKSON, P. **Maps of Meaning**. London: Routledge, 1989. 232 p.

JARDIM, A. de P. Movimentos pendulares: reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (orgs). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Estudos e Análises 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 58-70. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781>. Acesso em: 15 out. 2021.

JARDIM, A. de P.; ERVATTI, L. **Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro**. Reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 39 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37319.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

KOZEL, S. As linguagens do cotidiano como representações do espaço: Uma proposta metodológica possível. In: XII Encuentro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideo. **Anais** [...]. Montevideo, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Metodologicos/04.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LACOSTE, Y. **A quoi sert le paysage? Qu'est-ce um beau paysage**. Hérodote, v. 7, p. 42-73, 1977.

LASSALA, G. **Em nome do pixo**: a experiência social e estética do pichador e artista Djan Ivson. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/25833/Gustavo%20Lassala%20Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LASSALA, G. O que a pixação tem a dizer. **Revista Drops**, online, a. 14, 2013. Disponível em: <https://vitrivius.com.br/revistas/read/drops/14.075/4989>. Acesso em: 1 jun. 2022.

LE BRAS, H. **L'adieu aux masses**. La Tour-d'Aigues: Aube, 2002. 89 p.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fundo de Cultura Econômica, 2006. 276 p.

LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999. 180 p.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 2. reimpr. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. 178 p.

LEFEBVRE, H. **Introduction à l'esthétique**. Paris: Éditions Sociales, 1953. 159 p.

LEIB, J. I. Separated times, shared spaces: Arthur Ashe, Monument Avenue and the politics of Richmond, Virginia's Symbolic landscape. **Cultural Geographies**, v. 9, [s. n.], p. 286-312, 2002. Disponível em: https://blog.richmond.edu/memorializing/files/2017/01/leib_shared-spaces.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

LEIVA, G. de C. Viagens intrametropolitanas casa-trabalho na RMBH. In: ANDRADE, L. T. de; MENDONÇA, J. G. de; DINIZ, A. M. A. (eds.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC - Minas, 2015. p. 215-234.

LENCIOMI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. In: LIMA, L. C.; ELIAS, D.; SILVA, J. B. da. (orgs.). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume. 2006. p. 65-76.

LENCIOMI, S. Metropolização. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 173-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43103>. Acesso em: 15 out. 2021.

LENCIOMI, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (orgs.). **Dilemas Urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

LEO NAME. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **GeoTextos**, v. 6, n. 2, p. 163-186, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4835>. Acesso em: 23 fev. 2022.

LÉVI-STRAUSS, C. **Les structures élémentaires de la parenté**. Paris/Haye: Mouton et Co., 1967. 591 p.

LÉVY, J. Qual o sentido da Geografia Cultural? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 61, p. 19-38, ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/4ZLJNczfFydC4tg9zH6dgvh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 6 jul. 2021.

LEWISOHN, C. **Street Art**: the graffiti revolution. New York, NY: Abrams Publishing, 2008. 160 p.

LEY, D.; CYBRIWSKY, R. Urban Graffiti as Territorial Markers. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 64, n. 4, p. 491-505, Dec., 1974.

LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 303-335, 1989. Disponível em:

<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1381>. Acesso em: 28 ago. 2021.

LISBOA, T. **Polaroides (In)Visíveis**: sobre as Polaroides (In)Visíveis. 2008a. Disponível em:
https://www.sintomnizado.com.br/polaroides_sobreaspolaroides.htm. Acesso em: 8 fev. 2022.

LODI, M. I. H. **A escrita das ruas e o poder público no projeto Guernica de Belo Horizonte**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: http://server05.pucminas.br/teses/CiencSociais_LodiMI_1.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

LOPES, E. V. P. **A METROPOLIZAÇÃO DA PICHAÇÃO**: evidências de Contagem e Ribeirão das Neves. 2020. Monografia (Graduação em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://bib.pucminas.br:8080/pergamumweb/vinculos/000076/000076e4.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

LOPES, E. V. P. Grafismos urbanos: estudo de caso das pichações, no bairro Esperança, em Ribeirão das Neves - MG. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 27, n. 41, 2022. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/23797/19715>. Acesso em: 5 ago. 2022.

LOPES, E. V. P. Grafismos urbanos: estudo de caso das pichações no bairro Eldorado, em Contagem - MG. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, 2021. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/23797/19715>. Acesso em: 5 ago. 2022.

LOPES, E. V. P.; DINIZ, A. M. A. Pichações Metropolitanas: o comportamento espacial dos grupos de pichadores na RMBH-MG. **E-metropolis**, Rio de Janeiro, a. 13, n. 49, 2022. Disponível em:
http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/379/original/emetropolis49_art2.pdf?1669125341. Acesso em: 5 ago. 2022.

LUCENA, L. M. F. Paisagem cultural e espaços de representação. Análise da colônia de Água Branca, município de São Mateus do Sul/PR. **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, v. 40, p. 45-62, ago/2017. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/45164/32946>. Acesso em: 7 jul. 2021.

LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MACDONALD, M. C. A. Literacy in an oral environment. In: BIENKOWSKI, P.; MEE, C.; SLATER, E. (eds.). **Writing and Ancient Near Eastern Society**: papers in honour of Alan R. Millard. New York: T&T Clark, 2005a. p. 49-118.

MAFFESOLI, M. **A dinâmica da violência**. Traduzido por Cristina M. V. França. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987. 159 p.

MARICATO, E. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. **Revista VeraCidade**, a. 4, n. 4, 2009. Disponível em: <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/images/pdf/artigo7.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

MARICATO, R. É a Questão urbana, estúpido. In: ROLNIK, R. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013. p 44-63.

MATOS, R. A Reprodução de periferias e dispersão dos emigrantes de Belo Horizonte. In: MATOS, R. (org.) **Espacialidades em rede**: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2010. p. 193-212.

MCDONALD, F. **The Popular History of Graffiti**: from the old world to the present. New York, NY: Skyhorse Publishing, 2013. 358 p.

MCDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In: GERGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (orgs.). **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. p 159-188.

MENDONÇA, J. G. de; ANDRADE, L. T. de; DINIZ, A. M. A. Mudanças e permanências na estrutura socioeconômica e territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ANDRADE, L. T. de; MENDONÇA, J. G. de; DINIZ, A. M. A. (eds.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC – Minas, 2015. p 15-32.

MERENNE-SCHOUMAKER, B. Metropolização – um dado novo? In: BARATA-SALGUEIRO, T. (org.). **Globalização e reestruturação urbana**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1998. p; 5-15.

MERRILL, S. O. C. Graffiti at Heritage Places: vandalism as cultural significance or conservation sacrilege? **Time and Mind**, n. 4, v.1, p. 59-75, 2011.

MEYER, R. M. M. Atributos da metrópole moderna. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 3-9, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/nwmgsjTmPYwzGLcRKCCQKJy/?lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2021.

MITCHELL, D. **Cultural Geography**. A critical introduction. Oxford: Blackwell, 2000. 325 p.

MONTE-MÓR, R. L. Belo Horizonte: A cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís. (Org.). **Belo Horizonte: Espaços e Tempos em Construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR-PBH, 1994.

MOURA *et al.* Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 105, p. 33-56, jul./dez. 2003. Disponível em:
<https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/103/106>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MOURA, R. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. **EURE (Santiago)**, v. 38, n. 115, p. 5-31, 2012. Disponível em:
https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612012000300001. Acesso em: 2 jun. 2022.

MOURA, R. Configurações espaciais da metropolização brasileira. **E-Metropolis**, ano, v. 4, p. 29-39, 2013. Disponível em:
<http://emetropolis.net/artigo/94?name=configuracoes-espaciais-da-metropolizacao-brasileira>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MOURA, R. Morfologias de concentração no Brasil: o que se configura além da metropolização? **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 77-92, jul./dez. 2004. Disponível em:
<https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/174/150>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005. Disponível em:
<https://pdfs.semanticscholar.org/2962/50370fd747fcc1910072afe9447ad27452df.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2022.

MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Metrópoles e regiões metropolitanas: o que isso tem em comum? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, p.105-114, jan. 2001.

NASCIMENTO, L. H. P. do. **Pixaçao, a arte por cima do muro**. Cachoeira do Sul: Monstro dos Mares, 2015. 74 p.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Como anda a RMBH? 2006. Disponível em:

http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_belo_horizonte.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.

OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (orgs). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Estudos e Análises 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 28-70. 48Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781>. Acesso em: 15 out. 2021.

PACIONE, M. **Urban Geography**: a global perspective. London: Routledge, 2009. 744 p.

PAULA, J. A.; MONTE-MÓR, R. L. Novas periferias metropolitanas. In: COSTA, H. S. de M. (org.). **Novas periferias metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte**: dinâmica e especificidades no eixo Sul. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006. p. 9-13.

PAULO, F. G. Considerações sobre a relação do urbano com a cultura. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 37, n. 1, p. 37-51, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229381>. Acesso em: 23 fev. 2022.

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Lei nº 6.995, de 22 de novembro de 1995**. Proíbe a pichação no âmbito do município. Belo Horizonte: CMBH, 1995. Disponível em: [https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237779/lei-6995-95#:~:text=PRO%C3%8DBE%20A%20PICHA%C3%87%C3%83O%20NO%20%C3%82MBITO,Ver%20t%C3%B3pico%20\(12%20documentos\)](https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237779/lei-6995-95#:~:text=PRO%C3%8DBE%20A%20PICHA%C3%87%C3%83O%20NO%20%C3%82MBITO,Ver%20t%C3%B3pico%20(12%20documentos)). Acesso em: 24 jun. 2022.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 349 p.

PEREIRA, A. B. As marcas da cidade: a dinâmica da pichação em São Paulo. **Lua Nova**, v. 1, n. 79, p. 143-162, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/lua/ny6sCYSBBjVwbTq98tkzVwx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PEREIRA, A. B. **De rolê pela cidade**: os pixadores em São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/54039116-De-role-pela-cidade-os-pixadores-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1985. 136 p;

PMC – Prefeitura Municipal de Contagem. **Lei nº 4.212, de 22 de dezembro de 2008**. Altera a Lei nº 761, de 28 de janeiro de 1967, que institui o código de posturas do município de Contagem, e contém outras providências. Contagem: CMC, 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/contagem/lei-ordinaria/2008/421/4212/lei-ordinaria-n-4212-2008-altera-a-lei-n-761-de-28-de-janeiro-de-1967-que-institui-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-contagem-e-contem-outras-providencias>. Acesso em: 24 jun. 2022.

PMR – Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves. **Lei complementar nº 40, de 2006**. Dispõe sobre o código de posturas do município de Ribeirão das Neves. Ribeirão das Neves: CMR, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/r/ribeirao-das-neves/lei-complementar/2006/4/40/lei-complementar-n-40-2006-dispoe-sobre-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-ribeirao-das-neves>. Acesso em: 24 jun. 2022.

QUAINI, M. **Per la storia del paesaggio agrario in Liguria**: note di geografia storica sulle strutture agrarie della Liguria medievale e moderna. Savona: C.C.I.A.A., 1973. 360 p.

QUAINI, M. Storia, geografia e territorio: sulla natura, gli scopi e i metodi della geografia storica. **Miscellanea Storica Ligure**, v. 6, n. 7, p. 7-101, 1974a.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RAMOS, C. M. A. Grafite & pichação: por uma nova epistemologia da cidade e da arte. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2007, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ANPAP, 2007.

RAMOS, C. M. A. **Grafite, pichação & cia**. São Paulo: Annablume, 1994. 174 p.

RESENDE, F.; ROBALINHO, R.; AMARAL, D. G. do. Quando a imagem é corpo: modos de sobreviver à máquina colonial. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, 2019, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUC-RS, 2019. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_1KW3A72DLFB0143VVCR_R_28_7808_22_02_2019_12_00_44.pdf. Acesso em: 1 maio 2022.

RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). **Metrópoles – entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital – Observatório das Metrópoles: INCT, 2015. 431 p. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/metropoles_coesao_fragmentacao_2edicao.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009. 172 p.

ROCHA, A. S. da. Território como representação. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 139-153, set./dez. 2013. Disponível em:
<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/787/515>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ROCHA, S. As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio. **Econômica**, v. 2, n. 4, p. 5-24 dez./2000. Disponível em:
<https://docplayer.com.br/35515685-As-metropoles-brasileiras-as-vesperas-do-terceiro-milenio.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

ROLNIK, R. **O Que é a Cidade?** Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1988. 84 p.

ROLNIK, R.; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). **Metrópoles – entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital - Observatório das Metrópoles: INCT, 2015. p. 111-124. Disponível em:
https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/metropoles_coesao_fragmentacao_2edicao.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

ROSENDALH, Z. Os estudos da Geografia Cultural no Brasil: as reflexões pretéritas, o presente contínuo e suas perspectivas futuras. **Geograficidade**, v.10, n. Especial, Outono, p. 11-20, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/38894/pdf>. Acesso em: 7 jul. 2021.

ROSS, J. I. Introduction: sorting it all out. In: ROSS, J. I. (ed.). **Routledge Handbook of Graffiti and Street Art**. Nova York: Routledge, 2016. p. 1-10.

SACK, R. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 272 p.

SANTOS, L. de Q.; BAHIA, R. R. GEOGRAFIA CULTURAL: reflexões sobre o estudo do espaço urbano. In: XII SEMOC – Semana de Mobilização Científica, 2014, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, 2014. Disponível em:
<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/3978/1/Geografia%20cultural.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**: tempo e técnica, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006. 260 p.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p. Disponível em:

https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a_urbanizacao_brasileira_1993.pdf. Acesso em: 17 maio 2022.

SANTOS, M. **Ensaios sobre a Urbanização Latino-Americana**. São Paulo: Hucitec, 1982. 200 p.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.

SANTOS, M. **Metamorfozes do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004. 285 p.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNES, 2008. p. 73-94.

SASSEN, S. Global Cities and Survival Circuits. In: EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. (eds.). **Global Woman**: nannies, maids, and sex orkers in the new economy. New York: Jenry Jolt and Company, 2002. p. 254-317.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 240 p.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 19-26.

SCHACTER, R. **The world atlas of street art and graffiti**. Sydney: Newsouth, 2013.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1998. 176 p.

SENNETT, R. **O artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 364 p.

SENNETT, R. **The conscience of the eye: the design and social life of cities**. New York: W. W. Norton & Company, 1990. 288 p.

SERPA, A. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **Geousp – Espaço e Tempo**, v. 21, n. 2, p. 586-600, ago. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/125427/135139/>. Acesso em: 9 nov. 2021.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da Geografia. **GeoUSP - Espaço e Tempo**, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/83538/92874/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

SILVA, E. F. da. **Pixo: o lado oculto ao direito**. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AU2MQE/1/disserta_o._pixo_o_lado_oculto_ao_direito._silva_eduardo_faria_da..pdf. Acesso em: 5 jun. 2022.

SILVA, E. T. da. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. 2012. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/787636.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.

SILVA, J. M. Cultura e territorialidades urbanas – uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, v. 5, n. 2, p. 9-37, Inverno 2000. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional61.pdf. Acesso em: 26 nov. 2021.

SILVA, R. T.; RODRIGUES, J. M. Mobilidade espacial nas metrópoles brasileiras. **Revista Territorios**, Bogotá-Colômbia, n. 22, p. 11-32, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/357/35714236002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SILVEIRA, L. S.; MUNIZ, J. O. Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 16, n. 31, p. 265-289, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/DdgpsWp8nnqCKdpMY46XgDK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 11-25.

SOARES, F. B. F. **Nóis pixa, você pinta, vamos ver quem tem mais tinta**: direito à cidade e resistência nos espaços urbanos. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ASJH49/1/disserta_o_felipe_soares_vers_o_final_1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

SOARES, F. C. **Pixadores de Elite**: duas décadas de uma grife. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em:

https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-B7UGF7/1/ppgsociologia_flaviacristinasoares_dissertacaomestrado.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

SOJA, E. W. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1994. p. 154-168.

SOJA, E. W. **Postmetropolis**: critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell Pub., 2002. 464 p.

SOJA, E. W. The city and spatial justice. In: Conference Espace et Justice, 2008, Paris. **Anais** [...]. Paris, 2008. Disponível em: <https://www.jssj.org/wp-content/uploads/2012/12/JSSJ1-1en4.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SOJA, E. W. **The political Organization of Space**. AAG Commission on College Geography. Washington, D.C., 1971. 54 p.

SOUZA, A. F. G. Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas. In: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 55-68. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hvsdh/pdf/marafon-9788575114438-05.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

SOUZA, J. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte**: o caso específico do município de Ribeirão das Neves. 2008. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-7FNJKN/1/tese_joseane_2008.pdf. Acesso em: 29 mar. 2022.

SOUZA, J. de. Organização social do território e os movimentos pendulares na RMBH. In: ANDRADE, L. T. de; MENDONÇA, J. G. de; DINIZ, A. M. A. (eds.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC – Minas, 2015. p. 178-212.

SOUZA, M. L. Cidades, globalização e determinismo econômico. **Cidades**, v. 3, n. 5, p. 123-42, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12785/8354>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2009. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13423>. Acesso em: 29 set. 2021.

TAYLOR, P. J. **World city network**: a global urban analysis. London: Routledge, 2004. 250 p.

TONUCCI FILHO, J. B. M. Cidade Fractal – Transformações Recentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XIII ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR, 2009, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2009. Disponível em:
<https://www.jssj.org/wp-content/uploads/2012/12/JSSJ1-1en4.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2022

TONUCCI FILHO, J. B. M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, v. 2, n. 1, p. 41-51, 2013. Disponível em:
<http://www.revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/16/15>. Acesso em: 9 mar. 2022.

TONUCCI FILHO, J. B. M. et al. Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas. In: ANDRADE, L. T. de; MENDONÇA, J. G. de; DINIZ, A. M. A. (eds.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC – Minas, 2015. p. 49-87.

TUAN, Y. **Topofilia** – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012. 342 p.

TURRA NETO, N. Geografia Cultural, juventudes e ensino de geografia: articulações possíveis. **Revista Formação**, v. 1, n. 20, p. 38-56, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/2651/2323>. Acesso em: 8 jul. 2021.

VIANA, M. L. D.; BAGNARIOL, P. História recente do graffiti. In: BAGNARIOL, P.; AZEVEDO, F.; PORTELA, P. (orgs.). **Guia Ilustrado de Graffiti e Quadrinhos**. Belo Horizonte: Fapi, 2004, p. 155-168.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 377 p.

VILLAÇA, F. J. M. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: SP Studio Nobel, 2001. 376 p.

WAGNER, P.; MIKESELL, M. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 27-62.

WHITE, A. From Primitive to Integral: the evolution of graffiti art. **Journal of Conscious Evolution**, v. 11, n. 11, 2014. Disponível em: <https://digitalcommons.ciis.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1077&context=cejournal>. Acesso em: 6 ago. 2022.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 239 p.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 90-115.